

PUC

HELENA MARIA WATSON MANHÃES DE ANDRADE

A PSICANÁLISE TRANSFIGURADA: A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

FEVEREIRO, 1997

150
A 5537

Tese de

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453

RIO DE JANEIRO – BRASIL

N.Cham. 150 A553p TESE UC
Título A psicanalise transfigurada



Ex.2 PUCB

0098427

HELENA MARIA WATSON MANHÃES DE ANDRADE

A PSICANÁLISE TRANSFIGURADA:

A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

Tese apresentada ao Departamento de
Psicologia da PUC/RJ como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Doutor em Psicologia.

Orientadora: Terezinha Féres Carneiro

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, fevereiro de 1997

67661

UC 69226-1

BCld
2146
03/06/97
98427

150
ASS3 P
TESE UC
2x: 2

Ao Lauro, meu marido.
A minha avó Stella, *estrela* do meu caminho.

AGRADECIMENTOS

A Circe Navarro Vital Brazil (in memoriam), a sábia mestra que orientou esse caminho;

A Terezinha Féres Carneiro, que sem a disponibilidade e o carinho com que me acolheu teria tomado este término mais doloroso;

A Juracy Cunegatto Marques e a Natal Fachini, pelo apoio e estímulo que sempre recebi de ambos nessa "viagem";

A CAPES que, pela segunda vez, torna possível os meus projetos acadêmicos.

Ainda que um trabalho acadêmico seja uma produção individual, diversos familiares e amigos foram indispensáveis neste processo:

A Alduísio Moreira de Souza, pelo prazer de tê-lo como amigo. Também pelo vinho, livros e pelos seminários, mas sobretudo pela alegria com o trabalho. A você e a Yeda o meu carinho;

A Raul Sciarretta, pelas sugestões valiosas e gentis que recebi em momentos decisivos do trabalho;

A Annamaria Coutinho, Sérvulo A. Figueira e Octávio Souza, pelos anos estimulantes em seus seminários;

A Terezinha Mendonça, Daniel Menucchi e a Tereza Creusa Negreiros, pela amizade, carinho e por todos os momentos impagáveis em que nos divertimos juntos;

A Mareu, Beto e Maria Laura da Silva Telles, pelo *holding* generoso em suas casas;

A minha mãe, Anna M. da Silva Telles Watson, pela ajuda indispensável em diversas etapas do trabalho. A Anna Carolina, Mac, Dudu, Armando e Vera, pelo carinho que sempre recebi;

A Neuza Guareschi, por ser minha querida amiga;

A Clarice Ribeiro e Miriam Jahn, leitoras, interlocutoras e amigas de todas as horas. A Leticia e Gilse, a todas as colaboradoras desse trabalho, o meu carinho;

A Verinha e Marise que, na PUC, tornaram a vida dessa viajante o minimamente possível e a Vera, em casa - as três um grande beijo.

Gostaria de deixar registrado o meu agradecimento, ainda que tardio, a Maria da Graça Raymundo, quem me orientou no meu primeiro trabalho acadêmico, contagiando-me com o prazer da pesquisa;

Ao Lauro, sem cujo apoio esse trabalho efetivamente não se realizaria. E, por último, aos meus filhos - Diogo, Stella e Lucas, pelas inúmeras vezes que ficaram sem resposta ... aos quatro, o meu amor

RESUMO

Este trabalho foi realizado tendo em vista a difusão das chamadas psicoterapias de "orientação psicanalítica" na situação da psicanálise brasileira, cujo ápice foi na década de setenta. Partimos do princípio que a influência destas psicoterapias entre os psicólogos foi resultante da interdição do ingresso de leigos à formação psicanalítica nas sociedades "oficiais" de psicanálise, filiadas à International Psychoanalytical Association (IPA). A divulgação dessas psicoterapias constituiu-se em uma tentativa de solução que rompesse com o impasse simbólico a que se encontravam submetidos os psicólogos. Reduzindo o número de sessões, impedindo a utilização do divã e modificando a análise da transferência, criaram-se os dispositivos para diferenciar a psicanálise das psicoterapias, e resolveria-se, assim, a demanda por formação psicanalítica dos psicólogos. Essa solução não viria provocar o reconhecimento social destes profissionais, ao contrário, introduziria importantes efeitos simbólicos, como a hierarquização entre os psicanalistas e os psicólogos. Entretanto, pretendíamos verificar se esse ensino, na prática, não teria resultado numa modalidade de transmissão de psicanálise "clandestina" e, portanto, sem legitimidade ou reconhecimento social.

Procuramos contextualizar a história e a emergência das psicoterapias de "orientação psicanalítica" baseando-nos na proposta metodológica de John B. Thompson (1991) e, como parte integrante do *corpus* do trabalho, utilizamo-nos de entrevistas com psicanalistas e trabalhos sobre a psicanálise brasileira, analisados segundo a perspectiva de Chaim Perelman (1996).

A exploração dessas questões e de seus desdobramentos nos levou a abordar a difusão dessas psicoterapias sob a ótica da resistência, ou seja, os modos como os setores sujeitos à difusão dessas práticas psicoterápicas interferem e modificam o quadro institucional da psicanálise brasileira. A análise mostrou que, de fato, a pretexto do ensino destas psicoterapias, os psicólogos foram se

apropriando do conhecimento psicanalítico e desenvolvendo uma prática psicanalítica. Em análise, supervisão, grupos de estudo, inicialmente, e sobretudo com os psicanalistas das sociedades filiadas à IPA, este tipo de transmissão acabaria, com o passar dos anos, em constituir-se numa modalidade de instituição "virtual" de psicanálise, em oposição às instituições formais.

RÉSUMÉ

Ce travail, fut réalisé ayant en vue la diffusion des ainsi nomées psychothérapies de "orientation psychanalytique" dans le cadre de la psychanalyse brésilienne qui atteint son comble dans les années soixantedix. Nous partons du principe que ces psychothérapies parmi les psychologues résultat de l'interdiction d'accès aux laïques, à la formation en psychanalyse dans les sociétés officielles de psychanalyse affiliées à l'International Psychoanalytical Association (IPA). La divulgation de ces psychothérapies se constitue en une tentative de solution qui fasse rompre l'impasse symbolique auquel étaient soumis les psychologues. Réduisant le nombre des séances, empêchant l'utilisation du divan et modifiant l'analyse de transfert, créèrent les dispositifs qui feraient la différence entre la psychanalyse et les psychothérapies et, de cette façon résoudrait la recherche de formation en psychanalyse des psychologues. Cette solution ne provoquerait pas la reconnaissance sociale de ces professionnels et, bien au contraire, introduirait d'importants effets symboliques, l'hierarchie parmi les psychanalistes et les psychologues. Cependant nous avons la prétension de vérifier si cet enseignement, dans la pratique ne résulterait pas dans une modalité de transmission en psychanalyse "clandestine" et pourtant sans légitimité ou reconnaissance sociale.

Nous avons cherché de situer le contexte de l'histoire et le surgissement des psychothérapies d'orientation en psychanalytique, nous rapportant à la proposition méthodologique de John B. Thompson (1991), et comme partie intégrante du corpus du travail en nous servant des entretiens avec les psychanalystes et les écrits sur la psychanalyse brésilienne, analysés selon la perspective de Cháim Perelman (1996).

L'exploit de ces questions et de ses dépliements enmena à aborder la diffusion des psychothérapies sous l'optique de la résistance ou selon les manières par lesquelles les secteurs soumis à

la diffusion de ces pratiques en psychothérapie, interfèrent et modifient le cadre institutionnel de la psychanalyse. Dans l'analyse, supervision, groupes d'étude, au début surtout, avec des psychanalistes affiliés à l'IPA, ce genre de transmission aboutirait au cours des années par se constituer dans une modalité d'institution "virtuelle" de psychanalyse en opposition aux institutions formelles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. PERCURSO TEÓRICO: DA PSICANÁLISE ÀS PSICOTERAPIAS DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA	
1. PSICANÁLISE E TRANSGRESSÃO	19
2. "UM FURO N'ÁGUA"	46
3. PSICANÁLISE E PSICOTERAPIAS DE "ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA"	
3.1 PSICANÁLISE E A (DES)ILUSÃO DA SALVAÇÃO	62
3.2 ORTOPEDIA DAS ALMAS	76
II. O <i>CORPUS</i>	
1. OBJETIVOS E CRITÉRIOS DAS ENTREVISTAS	85
2. OS PROCEDIMENTOS DO <i>CORPUS</i>	89
III. ANÁLISE E DISCUSSÃO	
1. A CRISE DA PSICANÁLISE	
1.1 CARTOGRAFIA DO CAOS	95
1.2 AS NOVAS CRUZADAS, OU "MENINOS, EU VI"	102
1.3 PÓS-MODERNIDADE OU MODERNIDADE TARDIA	115
2. PSICANÁLISE E CLANDESTINIDADE	
2.1 A NOVELA FAMILIAR DOS PSICANALISTAS	117
2.2 A PSICANÁLISE SEM DIVÃ: "OS CÃES LADRAM, E A CARAVANA PASSA"	140
2.3 DA PSICANÁLISE SEM DIVÃ À INSTITUIÇÃO VIRTUAL DE PSICANÁLISE	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
ANEXOS	
I. A NOVA RETÓRICA	188
II. TABELAS	203

INTRODUÇÃO

A psicanálise, uma das mais importantes contribuições intelectuais deste século, instalou-se no Brasil e recebeu, como herança, todas as idiossincrasias, conflitos e contradições de sua matriz européia. Objeto de culto na América do Norte nos anos cinquenta e em alguns países europeus, como a França, a partir da década de setenta, à primeira vista, a psicanálise encontra-se em declínio na matriz européia e em morte lenta no continente norte-americano. No Brasil, o Rio de Janeiro destaca-se como o estado com o maior número de instituições de psicanálise (Birman, 1991), aproximando-se de um ponto de saturação institucional análoga à situação da psicanálise em Nova York nos anos cinquenta, período do apogeu da difusão da psicanálise norte-americana.

Um recenseamento de 1990 acerca do número de instituições de formação e transmissão que têm como eixo a psicanálise indicou a existência de cem organizações do gênero no país (Berlinck, 1991). Segundo esta estimativa, havia entre 2000 a 3000 pessoas fazendo parte ativa do campo psicanalítico brasileiro. Calcula-se que, nestas instituições, circulavam entre 40 e 400 sujeitos. Atualmente, há organizações de psicanálise em grande parte do território nacional, enquanto, no passado, a psicanálise se restringia a alguns estados do país - Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Na tradição brasileira, nas décadas de vinte e trinta, o discurso psicanalítico inseriu-se inicialmente na psiquiatria e na pedagogia. No âmbito da psiquiatria, o atendimento psicanalítico pautou-se na visão higienista que dominava a maior parte dos empreendimentos sociais do início do século, sendo incorporado como uma modalidade terapêutica ao arsenal psiquiátrico. Nos anos trinta, o discurso psicanalítico entrou na Liga Brasileira de Higiene Mental, articulando-se às práticas preventivas e terapêuticas com significativa influência nas concepções pedagógicas da época (Costa, 1989).

Nesse solo arqueológico, por assim dizer, marcado pela “medicalização”, constituiriam-se em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, nos anos quarenta e cinquenta, as três primeiras sociedades de psicanálise do país filiadas à Internacional Psychoanalytical Association (IPA). A “medicalização” da psicanálise - embora impregnante nos diversos estados por onde se expandiu - foi mais acentuada no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A exigência de graduação em Medicina para ingressar na formação psicanalítica, como salienta Birman (1991), transformaria-se em um *imbróglío* nestes estados. A influência médico-psiquiátrica incidiu de modo determinante na transmissão da psicanálise no país, onde prevaleceria uma versão psicanalítica normatizadora, incorporada através de certos modelos e concepções teóricas estrangeiras.

O campo analítico brasileiro, até meados dos anos oitenta, encontrava-se ordenado, no plano institucional, sob a hegemonia do poder simbólico dos analistas membros das sociedades de psicanálise filiadas à Internacional e sob a influência das teorias kleinianas. A ruptura desse quadro institucional foi gestada ao longo dos anos setenta, com a vinda de analistas argentinos para o Brasil. Os psicólogos foram o epicentro desta crise que teve como consequência a quebra do monopólio institucional até então mantido pela IPA. Por um lado, os psicólogos encontravam-se sob a influência das teorias psicanalíticas nos cursos de Psicologia, mas, por outro, impossibilitados de entrar nas sociedades de psicanálise. Os conflitos em torno do impasse do ingresso de psicólogos para formação concorreram, de forma decisiva, para a ruptura desse quadro institucional e para a expansão do movimento lacaniano em anos subsequentes.

Em vista da interdição da formação psicanalítica dos psicólogos, esses profissionais foram sujeitos à difusão de uma série de práticas clínicas denominadas de orientação psicanalítica ou de base analítica. Na verdade, a propagação dessas modalidades terapêuticas surge como uma formação de compromisso, tendo em vista a intensidade da difusão da psicanálise entre os psicólogos e os anseios clínicos destes profissionais. No âmbito institucional, a divulgação dessas psicoterapias constituiu-se em uma tentativa de solução que rompesse com o impasse simbólico a que se encontravam submetidos os psicólogos. Essa solução não viria provocar o reconhecimento social destes profissionais, ao

contrário, introduziria importantes efeitos simbólicos, como a hierarquização entre os psicanalistas e os psicólogos. Assim, num primeiro momento, o movimento lacaniano oferecia um forte apelo aos psicólogos, pois oferecia a possibilidade de reconhecimento e legitimidade social.

Entretanto, a expansão do movimento lacaniano redesenha a cartografia do campo analítico nacional, pois, investido pelo poder simbólico de Lacan que, rompendo com a IPA, se torna a primeira dissidência reconhecida internacionalmente sob o peso da legitimidade freudiana. Sua difusão propicia uma nova modalidade de reflexão sobre a psicanálise, ao mesmo tempo que oferecia soluções a um quadro institucional marcado por posições estereis e fantasmas perversos.

No entanto, as novas instituições psicanalíticas emergentes, rivalizando com as instituições tradicionais, passariam a exercer uma política ativa de ocupação do campo psicanalítico, delimitando novas fronteiras territoriais visando ao mercado de pacientes e de formação psicanalítica. Em anos seguintes, as posições se polarizariam acentuadamente, cada qual pretendendo afirmar-se como detentora do saber e da herança freudiana. E *“a lógica que regulava os embates institucionais visava o aniquilamento dos rivais, sem o reconhecimento efetivo do seu lugar nesse campo intelectual e da legitimidade de sua tradição simbólica”* (Birman, 1991, p. 61).

As instituições lacanianas sofreram desgastes por sucessivas rupturas, fruto de problemas institucionais e de impasses na transmissão psicanalítica. E, nesse momento, o movimento lacaniano apresenta dificuldades, submetido a um sistema de crenças e a um dogmatismo, em certa medida, semelhante aos das sociedades da IPA. Por sua vez, a organização societária das instituições brasileiras membros da Internacional favoreceria um progressivo desgaste aos seus psicanalistas. Essa situação seria decisiva para uma certa representação imaginária da escola inglesa de psicanálise, na qual as teses kleinianas foram sendo associadas a uma visão adaptativa do sujeito. Sem possibilidades de distinguir entre as teses kleinianas, as condições de exercício prático destas teorias e entre a organização societária

dos membros das instituições, o kleinismo se vê às voltas com uma imagem distorcida pelas circunstâncias de sua difusão, reduzido por alguns à qualidade de uma ideologia¹.

Atualmente, as instituições de psicanálise no Brasil ordenam-se entre dois pólos no que concerne à formação. Por um lado, o representado pelo modelo legitimista, e, por outro, pelos diversos modelos lacanianos.

A presente pesquisa foi elaborada para, basicamente, investigar a difusão das “psicoterapias de orientação psicanalítica” na situação da psicanálise brasileira. Esta propagação teve seu ápice nos anos setenta, no *intermezzo* entre um período em que o campo psicanalítico se manteve sob a tutela das sociedades de psicanálise filiadas à IPA e a difusão lacianiana.

O objeto da pesquisa, sua natureza fundamentalmente histórica, não aparece passivamente para o pesquisador. Assim, situar estas condições histórico-sociais exige um mapeamento, e a análise dos vários aspectos do problema implica, de certo modo, fragmentá-los, ainda que haja diversas dificuldades para isto. Isto se deve, basicamente, ao fato de que há diferentes *sentidos* em relação aos termos “psicoterapia de orientação psicanalítica” ou “psicoterapia de base analítica”.

Por exemplo, na psicologia do ego, esses termos correspondem ao tratamento de certas patologias regressivas, como os distúrbios borderline e narcisista. A denominação surge como conseqüência dos critérios decorrentes do conceito de uma “esfera do ego livre do conflito”. Nessa perspectiva, os pacientes não seriam analisáveis, sendo necessária a introdução de modificações, parâmetros, para o tratamento desses pacientes. A introdução de parâmetros, por sua vez, é decorrente da posição de neutralidade da função do analista nessa escola, num sentido pragmático e positivo de ciência. Queremos assinalar, aqui, que esses termos são utilizados, nas diferentes escolas de psicanálise pós-freudianas, considerando certas articulações teóricas e conceituais.

Entretanto, há uma outra tendência em que essas expressões são utilizadas genericamente para

¹ Ver sobre isso Duba (1990).

designar um certo número de práticas psicoterápicas como a psicoterapia breve, focal, de apoio e *insight*. Sem correr o risco de sermos extremamente esquemáticas, existe uma diferença entre estas psicoterapias e as anteriores que parece ser interessante ressaltar. Representada por certos setores da psicanálise, essa é uma tendência basicamente reducionista que pretende sustentar a filiação de certas práticas psicoterápicas à psicanálise. Essa tendência nos parece equivocada em mais de um aspecto. Em primeiro lugar, em virtude de questões de natureza teórico-conceitual em que esbarram esses empreendimentos, apesar de sua relativa eficácia social. Em segundo, porque essas técnicas foram sistematizadas para atender à demanda social *por atendimento psicanalítico*. Nesse ponto, entendemos que reside uma grande confusão, pois a sistematização dessas técnicas é decorrente das condições institucionais e da política do movimento psicanalítico, de grupos dominantes que agiram de modo a obstar essa expansão ou de promovê-la de maneira a não colocar em risco seus privilégios.

Além disso, o termo psicoterapia, propriamente dito, refere-se aos diversos procedimentos terapêuticos em diferentes teorias psicológicas, como o da terapia rogeriana, comportamentalista, fenomenológica, etc.. Terapias somente mencionadas, uma vez que não se constituem em objeto deste trabalho.

O campo de psicoterapias denominadas de orientação psicanalítica é de difícil delimitação em virtude da variedade de questões de natureza conceitual. Além disso, esse campo de literatura é atravessado por questões de natureza sociológica, tornando sua discussão bastante problemática. Fazendo um sucinto mapeamento dessas tendências de natureza sociológica, um desses segmentos é o representado por intelectuais preocupados com os aspectos adaptativos e ideológicos das psicoterapias de um modo geral. Foucault (1980,1987) e Castel (1978, 1978a, 1987), por exemplo, são representativos dessa tendência em que a expansão de diversas modalidades psicoterápicas, entre elas a psicanálise, se encontra vinculada aos conflitos sociais decorrentes da modernização das sociedades industriais, como forma de controle político no registro da subjetividade. Nessa perspectiva, há uma preocupação mais acentuada em relação aos aspectos sociológicos do fenômeno, do que em relação aos aspectos epistemológicos. A essa leitura sociológica entrelaçam-se outras tendências representadas por

certos segmentos psicanalíticos de intelectuais influenciados por Foucault, Castel, entre outros, nos quais a dimensão sociológica é articulada à epistemologia psicanalítica. De modo geral, a psicanálise é comparada às outras psicoterapias, sendo concebida como uma prática intrinsecamente subversiva. Mas, uma terceira tendência realiza uma leitura articulada aos aspectos conceituais e epistemológicos das diferentes escolas de psicanálise. Essa ótica, acentuadamente escolástica, por exemplo, tende a considerar que somente certas teorias psicanalíticas foram capazes de preservar a tradição subversiva da psicanálise. Essas versões encontram-se combinadas nos escritos de diversos autores específicos e possuem limitações, ainda que a dimensão crítica desses trabalhos seja de indiscutível importância. Cumpre ressaltar, também, que a essas dificuldades se somam as discussões de natureza ideológica, fruto das intermináveis querelas institucionais decorrentes dos diferentes paradigmas existentes nas teorias pós-freudianas.

Contrapondo-se a essas posições, encontramos alguns poucos trabalhos, como os de Anna Cristina Figueiredo (1984), Paulo Sergio Lima Silva (1988), Jane Russo (1991, 1993), Helena M. de Andrade (1991) e Joel Birman (1991), que nos permitiram retomar os principais momentos da expansão e difusão dessas práticas psicoterápicas, de modo a considerar o papel desempenhado pela pressão, por formação psicanalítica, dos segmentos excluídos das "sociedades oficiais de psicanálise". A análise que desenvolvemos foi, em grande parte, provocada por esses trabalhos e os de Sêrvulo A. Figueira, pesquisador, no Brasil, com a mais vasta produção sobre a difusão da psicanálise. Considerando esses aspectos, não era mais possível analisar a expansão dessas psicoterapias, na situação brasileira, fora do eixo de mobilização e conflito por formação psicanalítica.

Tornou-se necessário, a partir da inserção dessas questões em seu contexto, explorar a difusão dessas psicoterapias no âmbito da difusão da psicanálise. A interdição à formação psicanalítica passou, assim, a ser considerada como um elemento central na definição do problema.

Considerando essas questões, o objetivo deste trabalho é, especificamente, o que se pretende investigar é se a difusão das psicoterapias de orientação psicanalítica, na situação da psicanálise brasileira, não corresponderia a uma modalidade de transmissão psicanalítica sem reconhecimento

social. Em outras palavras, se essas psicoterapias não corresponderiam, efetivamente, ao exercício da psicanálise em condições de interdição e clandestinidade.

A partir da delimitação da questão da tese, fomos levadas a pesquisar a difusão dessas psicoterapias sob o ângulo da clandestinidade, para a existência de condições reguladoras de formação psicanalítica à margem das instituições de formação "oficiais" de psicanálise. A clandestinidade, em sua origem, é um movimento que surge como consequência da política legitimadora dos institutos "oficiais" de psicanálise no Brasil. Por política legitimadora compreendemos a pretensão dessas sociedades em exercer uma função reguladora das condições e do exercício da psicanálise, ao invés de limitar suas funções à transmissão da psicanálise. Essas funções foram efetivamente exercidas pelas instituições oficiais durante quatro décadas - dos anos quarenta ao início dos anos oitenta. Entendemos a clandestinidade como um campo constituído por profissionais de diferentes áreas que exercem uma série de práticas inspiradas na psicanálise. Sobretudo nos anos sessenta e setenta, a clandestinidade era basicamente constituída por profissionais com um projeto de formação clínica. A princípio, ela mantém-se organicamente vinculada às instituições de psicanálise e, atualmente, prescinde das instituições de psicanálise para sua existência e efetividade social.

A exploração dessas questões e de seus desdobramentos pressupõe, evidentemente, uma abordagem que leve em consideração as contradições e os conflitos específicos que caracterizaram a difusão dessas psicoterapias e sua articulação com os setores da psicanálise "oficial". Essa perspectiva implica investigar a difusão dessas psicoterapias sob a ótica da resistência, ou seja, os modos como os setores sujeitos à difusão dessas práticas psicoterápicas interferem e modificam o quadro institucional da psicanálise brasileira.

Por essas razões, a revisão da literatura foi elaborada de modo a inserir em seu contexto e salientar as dificuldades em torno dessa discussão. Na primeira parte do capítulo I, procuramos ressaltar como os termos "psicoterapia de orientação psicanalítica" ou "psicoterapia de base analítica" designam concepções e procedimentos diferentes nas escolas de psicanálise pós-freudianas, o que torna sua inserção, no respectivo contexto, confusa e problemática. Apontamos algumas dificuldades dessa

discussão através da análise crítica de um texto particularmente interessante, *A Psicanálise Transgressiva*, de Rosolato (1983). Nesse texto, resumidamente, o autor realiza, de modo bastante original, uma discussão em torno da transgressão às regras de abstinência, caracterizando-a como um ponto ou de convergência ou de divergência entre a psicanálise e algumas práticas psicoterápicas contemporâneas. O autor procura sustentar, por um lado, que a psicanálise é uma prática intrinsecamente transgressiva e, por outro, que certas transgressões em psicanálise são precursoras de diversas práticas psicoterápicas. Feito isso, Rosolato (1983) pretende tecer a filiação de algumas psicoterapias contemporâneas em relação a alguns precursores da psicanálise, entre eles, Ferenczi, Rank, Reich e Winnicott. Em nossa discussão com Rosolato, concordamos com ele que o ato psicanalítico e, conseqüentemente, a transgressão das regras analíticas é responsabilidade ética do psicanalista. No entanto, não podemos concordar que os procedimentos terapêuticos das diversas psicoterapias sejam também, a exemplo da psicanálise, concebidos num registro de transgressão. Assim, argumentamos como tal perspectiva é problemática, bem como é problemática a filiação das diversas práticas atuais em relação à psicanálise, à medida em que o que caracteriza grande parte dos procedimentos técnicos dessas psicoterapias não é a transgressão das regras psicanalíticas, mas a *adoção*, por assim dizer, de procedimentos sugestivos, diretivos ou compensatórios.

Tendo em vista especificamente que Rosolato (1983) concebe o trabalho clínico de Winnicott como uma espécie de maternagem, procuramos argumentar que, em relação ao trabalho de Winnicott, reduzi-lo à qualidade de maternagem, nos parece ser uma assombrosa simplificação. Através desta análise, buscamos demonstrar como o termo psicoterapia, na atualidade, é um termo ambíguo, utilizado de forma recorrente no âmbito da literatura psicanalítica num sentido *depreciativo* e, em diversos casos, como alusão a um *desvio* em relação a psicanálise no sentido de uma ideologia. Embora, em alguns casos, denominar um trabalho de psicoterapia seja a expressão dos *preconceitos* dos analistas.

Além disso, procuramos ressaltar como, na obra de Winnicott, esses termos correspondem a uma resposta terapêutica ao atendimento da demanda, ainda que não especificamente ao atendimento da demanda social. É utilizado por Winnicott, por exemplo, em situações de impasse, nas quais o analista é

convocado a uma resposta terapêutica, antes por seu estilo na escuta do sofrimento e da dor psíquica, do que por uma técnica.

Descartamos a possibilidade de realizar uma abordagem histórica sobre a constituição e difusão dessas psicoterapias, mesmo que a esta dimensão seja fundamental para o trabalho. Portanto, na segunda parte do capítulo I, procuramos ressaltar como a interdição à análise leiga suscitou impasses no movimento psicanalítico e, junto à virada teórica da segunda tópica, foi decisiva nos rumos e na institucionalização da psicanálise. *A Questão da Análise Leiga* é um texto particularmente interessante. Escrito em 1926, assinala como Freud antevia os riscos da “medicalização” da psicanálise e a redução da psicanálise a uma entre outras práticas psicoterápicas, relegada aos manuais de psiquiatria. Nesta leitura, destacamos a questão da análise leiga em meio às mudanças teóricas, introduzidas a partir dos anos vinte, e para certas coordenadas no processo de institucionalização da psicanálise, tomando-as como solo arqueológico, por assim dizer, da constituição das modalidades de práticas terapêuticas de “inspiração” psicanalítica.

A princípio, não tínhamos em vista uma abordagem estritamente conceitual acerca dessas psicoterapias, apesar de que, em determinado momento, não tenhamos nos furtado a esse caminho. Desse modo, na terceira parte do capítulo I, realizamos uma breve incursão nos textos freudianos, salientando a repetição e a pulsão de morte como coordenadas essenciais na teorização freudiana e com desdobramentos que irão se refletir na problemática da transferência. Levando em consideração as questões suscitadas a partir destes remanejamentos teóricos, abordamos algumas psicoterapias chamadas de “orientação psicanalítica”, especificamente, as psicoterapias breves, focais, de apoio e *insight*.

Entretanto, não bastava delimitar o problema, mas encontrar formas de captar essa história em processo. As entrevistas, estratégia escolhida para a investigação, apresentavam a vantagem de permitir uma exploração mais cuidadosa do problema. Tínhamos interesse em estudar a questão a partir da perspectiva dos psicanalistas que, em dado período, foram sujeitos à difusão dessas práticas

psicoterápicas. Partimos do princípio que é na memória dos protagonistas, sujeitos dessa história, que poderiam ser encontrados elementos que permitissem a reconstituição desses fatos.

No capítulo II, mostramos, inicialmente, os critérios e os procedimentos que integram o *corpus* desta pesquisa. A seguir, apresentamos as ferramentas conceituais usadas como suporte fundamental de análise do trabalho. A argumentação é objeto de várias teorias que privilegiam a dimensão lógico-conceitual ou comunicacional do processo argumentativo. Tomamos como suporte de análise o *Tratado da Argumentação - A Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que se inscreve em uma nova tradição de filosofia da linguagem. Situa-se, junto a uma série de outros trabalhos, em uma nova tradição de abordagem da problemática do discurso. A análise dos argumentos é uma alternativa de análise do discurso, onde a identificação das técnicas argumentativas propicia desvelar valores e intencionalidade.

Por último, no capítulo III, procuramos responder as questões da pesquisa descrevendo a difusão das psicoterapias psicanalíticas tendo em vista as condições que prevaleceram no processo de expansão da psicanálise. Desta forma, a partir de alguns indícios que encontramos na literatura e que complementamos através das entrevistas, montamos um quadro que, embora com lacunas, nos permitiu retomar momentos da história da difusão das psicoterapias de orientação psicanalítica na situação da psicanálise brasileira.

CAPÍTULO I

PERCURSO TEÓRICO: DA PSICANÁLISE ÀS PSICOTERAPIAS DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA

1. PSICANÁLISE E TRANSGRESSÃO

Sabe-se que os conceitos psicanalíticos, desde Freud, foram objeto de diversas reformulações e, atualmente, tais conceitos são carregados de múltiplas significações - inclusive contraditórias, delineando distintas escolas de psicanálise. O sentido de um conceito, “[sua] *significação conceitual é, definitivamente, uma significação contextual*” (Zolty, 1992, p. 9). Ou seja, a significação de um conceito é determinada pela experiência da prática e por sua articulação à trama teórica, pelas palavras que o enunciam, mas também em função do lugar que aquele que enuncia ocupa na comunidade de pares. A rigor, as expressões “psicoterapia psicanalítica”, “psicoterapia de base analítica” ou “psicoterapia de orientação psicanalítica” não pertencem ao vocabulário de Freud, mas se encontram de tal modo entrelaçadas ao campo psicanalítico, seja em sua dimensão conceitual ou política, tornando sua contextualização indispensável.

Embora, como já afirmamos, essas expressões não tenham sido, rigorosamente falando, utilizadas por Freud, encontram-se presentes nos textos dos analistas pós-freudianos. E, assim como os conceitos psicanalíticos, essas expressões têm diversos significados. Não temos a intenção de esgotá-los, mas traçar certas considerações de modo a tornar inteligível essa discussão. Primeiramente, essas expressões se prestam a equívocos, pois, de modo geral, designam um certo número de práticas psicoterápicas que, apesar de suas diferenças, mantêm referência à psicanálise. Entre elas, as psicoterapias breves e focais, assim como as psicoterapias que visam o *insight* ou o apoio. Portanto,

essas expressões recobrem várias práticas psicoterápicas cuja filiação à psicanálise é discutível. Contudo, para significativos setores da psicanálise contemporânea trata-se de uma impossibilidade teórica, apesar de sua relativa eficácia social. Em segundo lugar, esses termos, mais especificamente no contexto da psicanálise brasileira, servem para identificar um tipo de prática clínica realmente inusitada, conseqüência da situação paradoxal entre, de um lado, a demanda fomentada pela difusão da psicanálise e, de outro, face à interdição à formação psicanalítica. Em terceiro, são expressões utilizadas para designar o tratamento analítico das patologias assim chamadas de narcisistas e borderline. Onde, convém sublinhar, essa perspectiva é ancorada em critérios de analisabilidade, postulada a partir da concepção de uma suposta esfera do ego livre de conflito. Embora essas denominações, psicoterapia de orientação analítica ou de base analítica, sejam a expressão dos *impasses* em psicanálise, em diversas ocasiões, o termo psicoterapia, simplesmente, designa certos *preconceitos* dos analistas. Conseqüentemente, as discussões em torno das diferenças entre as chamadas psicoterapias psicanalíticas são sempre problemáticas, e, com freqüência, os diversos sentidos dessas expressões se encontram entrelaçados.

Soma-se a isso o fato de que os termos psicoterapia e terapia são utilizados para se referir às abordagens clínicas de um modo geral, abarcando o psicodrama, a terapia rogeriana, a terapia comportamental, o aconselhamento, entre outras. Grande parte dessas terapias utiliza-se de conceitos provenientes da psicanálise (embora elas não sejam o objeto de reflexão desse trabalho). Por último, os termos também são utilizados, geralmente, por psiquiatras e psicólogos, que, na verdade, não seguem linha alguma: "*dizem-se apenas terapeutas, e o são*" (Herrmann, 1983, p. 108).

Na intenção de darmos prosseguimento a essa discussão, analisamos um texto que, dadas suas condições, exemplifica de modo bastante singular as questões acima assinaladas. Com efeito, *A Psicanálise Transgressiva*, de Rosolato (1983), é um texto complexo, onde a prática psicanalítica é vista sob o ângulo da transgressão, tornando o seu trabalho particularmente interessante. Ele faz notar como a psicanálise é a referência em torno da qual gira uma grande parte das técnicas psicoterápicas

atuais, e como, desse modo, fazem exigências conceituais e técnicas que, a rigor, desembocam em transgressões.

Partindo do princípio de que a psicanálise é a principal referência das práticas psicoterápicas atuais, Rosolato (1983) considera que, em primeiro lugar, as psicoterapias surgem fazendo face à transgressão. Mas, ao invés de limitar o termo a uma concepção negativa ou de interdição, em sua concepção, a transgressão é algo intrínseco à própria psicanálise. Rosolato não se atém a nenhum tipo de classificação em relação às psicoterapias, porém busca em sua origem as principais concepções dos psicanalistas aos quais, segundo ele, poderíamos atribuir a "paternidade" de uma série de práticas psicoterápicas atuais. Em sua concepção, a transgressão é decorrente da necessidade do analista de mudar sua prática clínica, *"as tomadas de consciência do psicanalista que, ao se produzirem, acarretam uma importante modificação na maneira de conduzir as terapias"* (Rosolato, 1983, p. 12). A transgressão incide sobre as regras analíticas, a prática e a teoria, sendo que, a rigor, a regra de abstinência se inscreve como o cerne das transgressões em psicanálise. Sabe-se o quanto a transgressão em psicanálise suscita debate entre posições, via de regra, marcadamente esterilizantes, mas, sem isso, não haveria prática analítica de crianças e as indicações analíticas ainda se encontrariam circunscritas às neuroses.

Se, por um lado, Rosolato (1983) circunscreve as regras de abstinência como o cerne da problemática da transgressão em psicanálise, por outro, não descuida suas ambigüidades e contradições. Desse modo, indica, de cada vez, as dificuldades e os embaraços em torno das regras de abstinência, princípio no qual o tratamento analítico deve ser conduzido de modo a fornecer o mínimo de satisfações substitutivas às necessidades neuróticas do sujeito. Sua função é econômica, de forma a estruturar a relação analítica, delimitando-lhe sua especificidade - a exigência da interpretação fundada na transferência, ao invés de satisfazer as exigências libidinais do paciente. Mas, Rosolato ressalta assim o que particulariza a transgressão em psicanálise:

[...] ela tem, antes de tudo, consciência de estar transgredindo a regra de abstinência: visa um objetivo terapêutico, objetivo este intensamente reivindicado, e sobretudo considera essas manobras como transitórias (Rosalato, 1983, p. 21).

Em outras palavras, a transgressão se justificaria mediante certos impasses no tratamento analítico. Nesse sentido, há evidentemente embaraços quanto às restrições impostas pelas regras de abstinência, mesmo quando se sabe que essas exigências são decorrentes, entre outras coisas, da necessidade de preservar a prática analítica de procedimentos sugestivos, diretivos ou compensatórios; mas, outra coisa é conceber esses procedimentos como um fim em si mesmo.

Em sua concepção de transgressão, como foi dito, trata-se sempre de infringir a regra de abstinência. As modalidades particulares da regra de abstinência - uso da palavra em preferência ao agir, abster-se dos papéis que o analisando projeta no analista, o silêncio como recusa à demanda do cliente de palavras de explicação ou apaziguamento (permitindo assim a este o tempo necessário de perlaboração), declinar de suas opiniões, autoridade, teorias ou posições políticas, conselhos, sedução, apreciação da realidade, e a manutenção do enquadre. E, por fim, a neutralidade - de modo resumido, compreendida como manter distante as particularidades referentes à pessoa do analista. Desse modo, as regras de abstinência constituem-se em uma estratégia de base, e a interpretação o seu ato fundamental. Por outro lado, a regra de abstinência visa afastar, ao máximo, certos procedimentos - objetos, por assim dizer, de outras terapias, como a sugestão. Além disso, o objetivo da análise não é provocar catarse ou ab-reação, fenômenos que, se produzidos no tratamento, são apenas circunstanciais. Entretanto, a rigidez assim como a inflexibilidade, a restrita obediência às regras de abstinência, suscitariam uma série de dificuldades como a submissão masoquista do paciente, levando a tratamentos intermináveis (como de fato se observa até hoje, embora seja Ferenczi quem primeiro tenha feito essa observação), com graves riscos de descompensação. Para ele, a neutralidade absoluta só se justificaria como hipocrisia ou ingenuidade, assim como a estrita obediência às regras de abstinência levaria a uma técnica silenciosa e impessoal.

Para Rosolato, frente à impossibilidade de se manter a mais absoluta abstinência e neutralidade, a transgressão em psicanálise surgiu, historicamente, como impelida por duas ordens de motivos: nos tratamentos intermináveis para reativá-los; nos estados de crise e descompensação, onde entra em questão a urgência: *"A psicanálise transgressiva vem fazer a crítica destes trâmites e propõe uma saída para os impasses que deles resultam"* (Rosolato, 1983, p. 23). Sem se ater a uma classificação, Rosolato circunscreve as transgressões em psicanálise a três tendências distintas: as ativações com intenções libertadoras, as técnicas ativas e os métodos de substituição. Assim fazendo, Rosolato pretende localizar as principais teorias que responderiam aos apelos das práticas psicoterápicas na atualidade, se bem que considere que

[...] a profusão de técnicas que propõem uma ação rápida não passam de sucedâneos das experiências feitas pelos pioneiros da análise, com um espírito singularmente crítico, dos anos vinte (Rosolato, 1983, p. 47).

As ativações com intenções libertadoras compreendem as técnicas que visam à catarse e às atividades que favoreçam a expressão corporal, sendo que os trabalhos de Ferenczi, Rank e Reich se encontrariam na base das terapias corporais e das técnicas de dramatização. Rosolato baseia-se no trabalho de Ferenczi (1926), *Contra-indicações da técnica ativa*, apontando-o como suporte às técnicas que visam à vivência afetiva no trabalho terapêutico em detrimento da simbolização. As técnicas ativas - como foram concebidas por Ferenczi na década de vinte - referem-se às injunções por parte do analista de modo a exacerbar as resistências através da atividade. Essas injunções, ou melhor, *"conselhos que não são nem ordens nem proibições, propostas de maneira flexível, 'elástica'"* (Rosolato, 1983, p. 23-4) seriam transgressões, segundo Rosolato, do âmbito da técnica e da ética, uma vez que consistem em intervir na realidade do paciente, prescrevendo-lhe determinados atos precisos, onde o "fim" justificaria os "meios" para isso. É certo que essas experiências de Ferenczi foram realizadas num contexto bastante circunscrito: frente à estagnação do processo analítico - sobretudo em relação às associações do paciente, as técnicas ativas foram concebidas a partir de casos com pacientes difíceis e que já haviam percorrido um longo processo de análise. A técnica ativa consiste em dois tipos de prescrições: reprimir

certos atos ou, ao contrário, propor sua realização, visando, basicamente, provocar um aumento de tensão, de modo a propiciar o surgimento de novo material associativo.

Porém, nosso interesse é, especialmente, sobre “as técnicas de substituição ou de compensação”. As técnicas de substituição ou compensação visam, sobretudo, à reparação, tendo em vista um procedimento clínico que Rosolato denomina de “maternagem” - apesar da expressão “terapia de apoio” nos pareça ser também um termo adequado para designar essas práticas terapêuticas a que ele se refere. Em outras palavras, trata-se de dispensar certos cuidados com vistas à reparação frente a vivências traumáticas infantis que, em função da intensidade de sua dramaticidade existencial, colocam em questão a capacidade de confiar de certos pacientes, e o analista na situação de provedor benevolente. Mais uma vez, a Ferenczi é indicada a paternidade dessas práticas psicoterápicas, que, por sua vez, na atualidade, encontrariam em Winnicott sua expressão mais evidente:

Três termos resumirão esses objetivos: amar, cuidar, comunicar. Correspondentes quase idênticos são encontrados em Winnicott: a uma mãe que não foi suficientemente boa se oporá um psicanalista capaz de compensar essa falta de amor; contra a privação de cuidados elementares, o psicanalista usará a preocupação constante do cuidado (diremos care para dar à expressão um sabor de atenção incomparável), “maternalização” que visa reproduzir estados e relações infantis, corporais, sensoriais “pré-verbais”, tais como o psicanalista considera não haverem sido vivenciados, e para corrigir o isolamento verbal de que a criança possa ter-se ressentido, ele será pródigo em comunicações e em diálogos calorosos, sem hesitar em expressar suas próprias reações contratransferenciais, mesmo que estes se revelem dolorosas em ressonância com o sofrimento do paciente (Rosolato, 1983, p. 30).

Rosolato concebe a prática clínica de Winnicott como decorrente de uma tradição ferenciana, referente às técnicas desenvolvidas por Ferenczi após as técnicas ativas, sobretudo, as idéias desenvolvidas em relação ao trabalho de 1928 - *Elasticidade da Técnica Psicanalítica*. Como se sabe, esse texto de Ferenczi, entre outras coisas, é sobre a análise de pacientes cujas condições adversas na infância os levam a repetir, na situação analítica, a rejeição de que foram vítimas e, de forma ativa, fazem de tudo para serem rejeitados pelo analista. Desse modo, colocam a paciência e a bondade do analista à prova a todo momento. A elasticidade consiste em uma atitude de complacência, sem contudo

deixar os objetivos da análise. Assim sendo, para Rosolato, Winnicott inscreve-se nessa tradição ferenciana, cujos cuidados analíticos, em resumo, são uma espécie de maternagem. A seguir, ainda sobre o trabalho de Winnicott:

*Dá-se abundantemente a palavra. Explicações, interpretações. (por certo) confidências, confissões assumem o ligeiro odor de enxofre que tem a transgressão das pessoas de boa educação. É certo que, em todas essas manobras, o eixo analítico é mantido, tanto que, como recorda Ferenczi, aquilo que foi sentido pode chegar à compreensão e, acrescentariamos, a uma nova simbolização. Fazemos uma referência a *Fragment d'une Analyse*¹, de Winnicott. O analista fala muito, quase tanto quanto o paciente, na mais ampla gama de intervenções (aprovações e desaprovações, orientação, explicação, objetivação, teorização, construção, etc.), de tal modo que o paciente declara: "Sinto-me abandonado, certamente quando o senhor não diz nada depois que faço uma observação" (Rosolato, 1983, p. 30-1).*

Mais adiante, e como consequência disso:

De um modo geral, o analista aproxima-se, neste pendor compensatório, de um ideal de desvelo meritório semelhante ao das irmãs de caridade, dos socorristas e dos assistentes sociais. A questão é reparar um mal anterior que, em suas grandes linhas, fez sofrer a criança. Esta maneira de compensar o holding materno falho implica um certo número de pressupostos [...] (p. 31).

Assim, de modo a compensar o *holding* materno falho, há implícito certos pressupostos de base, tais como: 1. a tese da realidade da carência patogênica e do traumatismo psíquico; 2. uma concepção de nocividade dos pais; 3. maternalização e cuidados corporais do paciente; 4. unificação e reconstituição do paciente; 5. a tese do mito do paraíso perdido.

Em primeiro lugar, quanto à problemática da carência patogênica e do traumatismo psíquico, como havia sido observado e colocado em dúvida por Freud, "*essa realidade, face ao impacto dos fantasmas, das defesas e dos desejos*" (Rosolato, 1983, p. 31). Desse modo, se o analista aceita a tese da nocividade dos pais, da carência patogênica e do traumatismo, estaria jogando o jogo do fantasma. Em outras palavras, partindo da idéia de que a falha é regra em qualquer educação, e em decorrência a

¹ Winnicott, D. W. (1991). "Fragmentos de uma análise". *Holding e Interpretação*. São Paulo: Martins Fontes, p. 21-207.

hostilidade narcísica em relação aos pais, pode-se de fato lhes atribuir as piores malvadezas. Apesar de existirem consideráveis diferenças de sujeito para sujeito, de grau e de estrutura, "*as duas vertentes, a dos 'fatos' e a dos 'fantasmas', das sevícias sofridas e das projeções*" (Rosolato, 1983, p. 31), em uma análise, percorrem-se essas duas vertentes, em um movimento dialético. Essa versão do traumatismo e da nocividade dos pais torna-se, por sua vez, o cerne da patologia; perspectiva que por extensão abriu caminho, conforme Rosolato, às terapias familiares, orientadas segundo uma perspectiva de uma psicologia da necessidade, cuja dimensão do desejo se encontra ausente. Portanto, Rosolato só aceita essa perspectiva como uma estratégia (no que consiste a própria essência da psicanálise transgressiva), e, provisoriamente, é aceita - *come se (as if)* a demanda de amor e de cuidados ao paciente. Essa construção visa dar suporte no sentido de um objeto ausente para o analisando, esperando com isso a possibilidade de uma confiança estável no analista e um apaziguamento narcísico. Contudo, esta duplicidade é percebida pelo paciente de forma a poder desejar explorá-la, seja para incrementar sua necessidade de ajuda - seja para recriminar a falsidade de seu analista - comprometendo a confiança que deposita nele.

Além disso, em segundo lugar, frente à aceitação da tese da nocividade dos pais, não há remanejamento possível na análise. A mudança na análise implica, desde o início, a distinção entre o "*imaginário, o fantasmático e o simbólico*" (Rosolato, 1983, p. 32). Sem isso, as palavras de consolo e a gentileza do analista, para um sujeito perverso, por exemplo, cujo desejo é se colocar no mesmo plano do analista, corresponde a levar adiante a transgressão, seja por substituição ou movido pela dúvida. O terceiro pressuposto diz respeito à maternalização, aos cuidados corporais e ao perigo que encerram caso não seja mantida a devida distância dessexualizada, impedindo assim a satisfação libidinal, sexual, agressiva ou autodestrutiva. Em quarto lugar, considera que o objetivo principal dessas teorias é levar o paciente a uma reconstituição, a uma unificação, semelhante à corrente norte-americana, para quem a

individuação é um processo de separação em contrapartida à tese da simbiose com o corpo materno². Desse modo, para Rosolato, nas terapias corporais a função metafórica (do corpo) é tomada como uma função traumática real (levando à concepção de base, onde uma função ou uma parte do corpo se torna, com seus defeitos e perturbações, o centro da patologia). A dificuldade, nessa abordagem, consiste em dar prevalência à linguagem e que o corpo entre em cena e, assim, assuma seu valor metafórico.

Referindo-se a Winnicott especificamente, Rosolato concebe essa orientação como “sustentada pelo mito do paraíso perdido” e do “fantasma da criança morta, como duplo imaginário” (Rosolato, 1983, p. 35). Desse modo, a reparação torna-se a base dos tratamentos, apoiados na culpabilidade frente a uma suposta mãe ideal:

[...] *recorrer à realidade do traumatismo implica infalivelmente dar um valor dominante à mãe, a uma relação defeituosa que caberá ao analista corrigir, compensar, por meio de amor e de cuidados que visarão fazê-lo participar desta realidade. A partir daí, a função paterna passa para o segundo plano; ela é esquecida, ao mesmo tempo que sua carga simbólica. O exemplo de Winnicott é flagrante: a mãe é o pólo principal. A análise tem uma tendência a situar-se como uma reconstituição do meio. Consultem os conselhos, em forma de carta, que encerram a obra *Le travail social des cas individuels et la maladie mentale*³ (Rosolato, 1983, p. 35).*

Ainda sobre Winnicott, Rosolato diz:

[...] *Winnicott fica ainda a meio caminho: sua concepção de jogo não despreza as simbolizações. Estas são, no entanto, incluídas nas regras implícitas que são postas em circulação pela análise, regras induzidas todavia, em que compartilhar mitos comuns, de reconstituição, de paraíso perdido, de criança morta, de identificação materna, sobretudo em sua imagem benéfica, tem um efeito terapêutico (p. 35-6).*

Mais adiante, Rosolato tece as seguintes considerações acerca do trabalho de Winnicott:

Fazendo-se um rápido balanço desta corrente de análise, caberia comprovar que, fazendo a balança pender para o lado da realidade, das deficiências do meio, dos cuidados maternos e do traumatismo, ele esboça uma exploração de tipo sociológico e, bem entendido,

² Ver para isso Mahler, M. et alii. (1975). *The Psychological Birth of the Human Infant - Symbiosis and Individuation*. New York: Basic Books.

³ Winnicott, D. W. (1963). “Os doentes mentais na prática clínica”. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

culturalista, quanto às condições, às estruturas familiares que engendram distúrbios mentais (p. 36, grifo nosso).

Em outras palavras, segundo Rosolato, Winnicott não compreendeu o essencial: a transferência. Mais ainda, apesar de Rosolato não afirmar em nenhum momento que a prática clínica de Winnicott seja, em verdade, uma psicoterapia, não deixa de considerá-la assim. Mas, afinal, como diz Goldenberg (1991, p. 125), se Freud “vivesse, tampouco seria considerado um psicanalista”.

Em outro momento, invocando a necessidade de mostrar a ambigüidade desta orientação que reside em considerações educativas e preventivas, Rosolato refere-se, por último, à função paterna, cuja dimensão considera ausente no trabalho de Winnicott:

O passivo dessa evolução da análise reside em não mais levar em conta a função de pai e do simbólico, em dar ao jogo uma importância que, para sujeitos narcísicos ou perversos, poderia tornar-se uma denegação, uma maneira de colocar de lado as questões fundamentais [...] um conluio, uma cumplicidade inconsciente quanto à fantasmática subjacente não levam à sua elucidação (Rosolato, 1983, p. 36).

Em outras palavras, para o autor, a dimensão paterna encontra-se ausente na prática clínica de Winnicott, dada a prevalência do mito de uma mãe ideal em seu pensamento, o que resultaria em uma prática clínica de maternagem, ou, dito de outro modo, em uma psicoterapia. Vejamos, a seguir, essa questão através do exemplo de um caso clínico que, por sua vez, inscreve-se na mesma tradição teórica na qual Rosolato se baseia para fazer essa afirmação sobre Winnicott.

Trata-se de um caso bastante interessante apresentado por Rosine Lefort (apud Lacan, 1986) em meio a um seminário de Lacan e, paradoxalmente, no seminário sobre a técnica psicanalítica. Resumidamente, essa criança - Roberto, cujas únicas palavras que enunciava eram: Dona! Lobo!, havia sido vítima de condições materiais adversas. Filho de pai desconhecido, até a idade de 11 meses permaneceu com sua mãe, que, segundo Lefort, era negligente nos cuidados essenciais à criança. Ele havia sido submetido a uma primeira internação aos 5 meses por desnutrição, além de outras complicações físicas - como uma otite bilateral, sendo realizada uma mastoidectomia dupla. Após uma

outra internação aos 11 meses, novamente por desnutrição, é abandonado por sua mãe, internada, depois disso, com diagnóstico de paranóia. Posteriormente, Lefort descobre que essa dolorosa intervenção cirúrgica aos 5 meses de idade havia sido realizada sem anestésico⁴ - mantiveram à força uma mamadeira de água com açúcar em sua boca. Não iremos entrar em todos os detalhes desse caso, mas apontar para certos comentários de sua analista, onde, para ela, essa criança vivia num estado no qual suas fantasias *eram* o real, por assim dizer:

[...] tive a impressão que essa criança havia soçobrado sob o real, que no início do tratamento não havia nela nenhuma função simbólica, e ainda menos função imaginária (Lefort apud Lacan, 1986, p. 121).

Através de sucessivas e dolorosas reconstruções, seu estado foi lentamente apresentando algumas modificações; ampliou-se sua capacidade de relação com as outras crianças, apesar de sua linguagem ainda permanecer rudimentar. O que queremos registrar com a apresentação desse caso não tem a ver com designar a condução dessa cura como uma abordagem psicoterápica, mas assinalar que a analista não recusa a proximidade corporal e não deixa de dispensar cuidados físicos ao menino. Inclusive, após a ausência da analista por um ano - período no qual Roberto é atendido por seu marido-, ela retorna grávida de oito meses. Roberto, segundo Lefort, foi tomado, nessa ocasião, por sentimentos destrutivos em relação à gravidez de sua analista. Quando não a viu mais grávida, passou por um estado de intensa agitação durante quinze dias - como se afinal suas fantasias tivessem se realizado - até a ocasião em que pode demonstrar isso a sua analista. Lefort, então:

[...] eu o confrontei com a realidade. Levei minha filha a ele, de maneira que eu pudesse agora fazer o corte. Seu estado de agitação caiu brutalmente, e quando o retomei em sessão no dia seguinte, começou a me exprimir enfim um sentimento de ciúme. Ligava-se a alguma coisa de vivo, e não à morte (Lefort apud Lacan, 1986, p. 121).

⁴ Agradeço ao Dr. Lauro M. Andrade a observação a seguir: caso a cirurgia a que Lefort se refere tivesse sido realizada sem anestésico, a criança em questão não teria sobrevivido devido ao choque neurogênico provocado pela dor.

Pode-se verificar que há, nesse caso, todas as objeções⁵ anteriormente apresentados por Rosolato. Do mesmo modo, a princípio, não temos porque duvidar que certos pacientes analisados por Winnicott não houvessem sido vítimas de condições materiais cruéis, tomando-as, como coloca Winnicott (1989), sem condições internas suficientes para lhes garantir um mínimo de confiança no analista - condição sem a qual, diga-se de passagem, nenhum tratamento psicanalítico é possível. A não ser que Rosolato acredite que opondo o simbólico e o imaginário - como diz Mannoni (1992, p. 125): “se curará ... o imaginário, em nome da verdade”.

Na verdade, a alusão à psicoterapia em um sentido depreciativo, como um desvio ou ideologia, é recorrente no âmbito da literatura psicanalítica desde épocas imemoráveis e, via de regra, é a expressão da oposição política e teórica entre as escolas de psicanálise. Anna Freud concebia a prática kleiniana como um desvio às teorias de seu pai (Young-Bruehl, 1992). Melanie Klein, por sua vez, referia-se à prática clínica de Anna Freud como não sendo a “verdadeira psicanálise” (Grosskurth, 1992). Mais recentemente, Lacan alargou de forma sem precedentes a utilização dessas metáforas e, em diversas ocasiões, de um modo particularmente deselegante. Mas, dada a relevância de suas teorias, são desconcertantes as afirmações de Bleichmar e Bleichmar a respeito de Lacan, sobretudo por se tratar de um trabalho que pretende uma “*perspectiva equânime*” (Bleichmar & Bleichmar, 1992, p. 19) em relação às teorias pós-freudianas, isento de índole política, limitando-se à teoria. O comentário a seguir, é um entre outros comentários ímpares sobre os analistas pós-freudianos, cujo realismo é proporcional à pretensão dos autores em realizar uma revisão crítica das teorias pós-freudianas, rechaçando o ecletismo teórico :

Paradoxo das circunstâncias e destinos: se a teoria que Lacan sustentou descreve tão bem muitos problemas e abre tantas perspectivas, a prática parece impor um desvio para a psicoterapia e nisto não sabemos se pode obter mais êxitos que seus oponentes tão criticados (Bleichmar & Bleichmar, 1992, p. 191).

⁵ Sobre a questão do contato físico entre analista e analisando, ver para isso Casement (1994). Nesse artigo, a problemática do contato físico entre o analista e o paciente é abordado de uma forma particularmente sensível, onde assinala para o paradoxo entre a recusa e aceitação de proximidade física com o analisando. No caso, estender lhe a mão num momento particularmente regressivo da análise do paciente e a recusa do mesmo gesto em um momento subsequente.

A julgar pelos comentários de Rosolato (1983), as teorias de Winnicott inscrevem-se numa tradição sociológica. Mesmo não afirmando que a prática clínica de Winnicott seja uma psicoterapia, implicitamente esta parece ser sua opinião. Como deixar de conceber a prática clínica de Lefort, a exemplo de Winnicott, na qualidade de uma maternagem, em outras palavras, como uma psicoterapia? Com efeito, pretender reduzir o pensamento de Winnicott a teses sociológicas ou sua prática clínica a uma variante psicoterápica é, certamente, uma notável simplificação. Evidentemente, esse comentário não pretende reduzir seu trabalho a uma mera posição equivocada em relação a Winnicott. Ao contrário, sua seriedade é o que nos leva a tomá-lo como exemplo; embora, como dissemos inicialmente, exemplifique como o termo psicoterapia, entre outros sentidos, é também a expressão de *preconceitos* dos psicanalistas.

Há em relação ao termo psicoterapia dificuldades semelhantes as que existem em relação ao conceito de ideologia na atualidade. Atualmente, há uma ambigüidade evidente em torno do termo psicoterapia, e, nesse sentido, caracterizar uma prática clínica como psicoterápica é, de certo modo, lhe transmitir um sentido depreciativo, como um desvio ou uma ideologia em relação à “verdadeira psicanálise”. Em outras palavras, designar uma prática clínica como psicoterápica é uma alusão, como diz Lo Bianco, “*aquilo que paira sempre sobre qualquer atividade psicanalítica, seja ela teórica ou clínica, a suspeita de que não seja verdadeiramente psicanalítica.*” (Lo Bianco, 1989, p. 243)

Isso torna particularmente confusas as discussões sobre as diferenças entre a psicanálise e as psicoterapias, mais ainda quando se trata das assim chamadas psicoterapias de “orientação psicanalítica”. Simplificadamente, poderíamos dizer que:

Poucas pessoas hoje em dia se orgulhariam de se proclamarem psicoterapeutas, enquanto muitos de nós não exitariamos de nos declarar psicanalistas, de esquerda e revolucionários. Psicoterapia é a

prática do outro, a prática de algum outro que não seja si próprio
(Thompson, 1991, p. 1)⁶.

Face a isso, o termo psicoterapia não pode ser facilmente despojado de um sentido negativo, o que torna as discussões em torno das diferenças entre a psicanálise e as demais psicoterapias extremamente problemáticas, assim como a questão quanto à filiação proposta por Rosolato (1983), sobretudo em relação a Ferenczi e Winnicott. Em primeiro lugar, à medida que Rosolato não leva em consideração o tipo de estruturas clínicas que se encontram na base dessas experiências - o tratamento analítico com psicóticos e crianças que, a rigor, não haviam sido sistematicamente investigados por Freud. Em segundo, dado que dificilmente a prática clínica em psicoterapia pode ser concebida num registro de transgressão. Ao contrário, o que caracteriza grande parte das práticas psicoterápicas é que elas são concebidas num registro de *adoção* - compreendido como um ato que remete a uma aceitação legal; embora haja quem conceba as psicoterapias assim chamadas de orientação psicanalítica num registro de transgressão (Lemgruber, 1987). Em outras palavras, nas psicoterapias, via de regra, o terapeuta sustenta, mediante o poder que lhe é conferido pela transferência, a cura por identificação, através de procedimentos sugestivos, de reeducação, de relações substitutivas ou estimulação corporal.

Portanto, é inusitado e paradoxal conferir a Ferenczi a paternidade das práticas psicoterápicas breves (Lemgruber, 1987). Logo Ferenczi que, como foi diversas vezes observado, por seu senso crítico, nos poupa de criticá-lo. Um outro ângulo do trabalho de Ferenczi permite ver, por exemplo, a técnica ativa não somente como decorrente dos impasses com os quais a psicanálise se deparava então, mas, sobretudo, como uma resposta ao conformismo e à crescente normatização da técnica analítica. Segundo Granoff (apud Roudinesco, 1989, p. 163), há uma relação entre o fato de Ferenczi não ter ocupado posições de poder junto a IPA e seu questionamento dos rituais da prática analítica como uma tentativa de "desarrumar" a padronização em andamento. Ferenczi concebia as regras técnicas de Freud

⁶ "Few people today would proudly proclaim themselves to be 'ideologists', whereas many not hesitate to declare that were conservatives, socialists or revolutionaries. Ideology is the thought of the other, the thought the other than oneself".

como recomendações aos iniciantes de psicanálise - aos iniciantes, segundo ele, da época anterior à análise didática ter se transformado numa garantia absoluta da formação. E, assim, as questões de Ferenczi organizam-se em torno do atendimento de certas estruturas psicopatológicas que não haviam sido sistematicamente investigadas por Freud. Além disso, endereçando-se sobretudo à análise dos analistas e tendo como alcance a segunda regra fundamental formulada por ele, é condição de ser analista *“ter sido analisado por alguém outro de forma suficientemente profunda”* (Fédida, 1988, p. 99). Ferenczi e Rank, com suas inovações, denunciariam uma situação, segundo Roudinesco (1989, p. 163), *“que tendia a transformar a doutrina freudiana numa máquina unicamente destinada à reprodução dos analistas”*. Portanto, a qualidade dessas dissidências é diversa das anteriores (Jung ou Adler):

Elas sobrevieram numa época em que o movimento psicanalítico estava pendendo, desde o interior, para ideais contrários aos da doutrina freudiana (Roudinesco, 1989, p. 163).

Reduzir as concepções de Winnicott à sociologia ou à alusão a sua prática clínica como uma variante psicoterápica é decerto uma visão depreciativa de seu trabalho. Em primeiro lugar, em função das organizações psicopatológicas com que Winnicott se encontrava trabalhando: psicóticos, perversos, esquizofrênicos, crianças e, entre eles, os chamados casos limites - pacientes que, apesar do núcleo da patologia ser de natureza psicótica, apresentam-se como neuróticos (Arcangioli, 1995). Em segundo, em virtude de que a ênfase no ambiente em Winnicott, dificilmente, faz sentido sem a contrapartida de Melanie Klein e seus objetos internos⁷. Winnicott era um psicanalista com uma vasta experiência com crianças e com grande prestígio pessoal, desenvolvendo posições teóricas originais em relação aos grupos dominantes da BPS (British Psycho-Analytical Society). Mas, embora tenha sido presidente desta Sociedade por duas ocasiões, não participava do ensino regular da BPS (Rodmann apud Winnicott, 1990). Como coloca Roudinesco (1994), Winnicott se encontrava entre os analistas de

⁷ Segundo Padel (apud Grosskurth, 1992, p. 425), os artigos de Winnicott tinham como objetivo fazer M. Klein modificar seus pontos de vista: *“Creio que não se pode entender verdadeiramente seus artigos, a menos que se saiba que eles tem o objetivo secundário de fazê-la modificar alguma coisa, afirma Padel”*.

grande prestígio, mas afastados da posição de mestres e de difundir o seu ensino.

Winnicott não desenvolveu uma técnica de maternagem, menos ainda uma terapia de apoio para pacientes psicóticos. A “*mãe suficientemente boa*” de Winnicott não é concebida tal qual um objeto (interno ou externo), mas como uma função (modulação da presença), como observa Pontalis (1988, p. 158), cuja presença “*na constituição progressiva da ausência*”, garantindo assim e como condição a vida psíquica do outro. A cena em que a criança brinca sozinha mergulhada em suas fantasias na presença da mãe é ilustrativa dessa concepção da função do analista; estar só em presença da mãe é para Winnicott (1958, p. 32) um paradoxo - “*é a capacidade de ficar só quando mais alguém está presente*” - e, caso a mãe deixe de ser uma presença virtual e precipite-se de forma intrusiva no jogo, faria desaparecer a magia e o encanto da brincadeira (Menezes, 1995). Esses conceitos, maternagem e o de *holding* (sustentação), foram desenvolvidos por ele para designar, entre outras coisas, o lugar transferencial conferido ao analista na análise com pacientes psicóticos, frente a episódios particularmente regressivos, em contrapartida à técnica kleiniana com esses pacientes, que consiste em interpretar sistematicamente, em termos de relações primitivas e objetos internos, um material cujo conteúdo é pré-verbal. E, assim, o *setting*, concebido como *holding*, tem como função a sustentação (lugar que Winnicott confere à mãe no desenvolvimento infantil), visando permitir a emergência desses estados regressivos. Esses conceitos descritivos procuram dar conta de momentos particularmente delicados no tratamento de pacientes psicóticos - frente ao temor de aniquilamento eminente, de despedaçamento, irrealidade, despersonalização, queda, temor do colapso, configurando assim um tipo particular de transferência analítica. Ao contrário do psicótico, para Winnicott, o neurótico consegue êxito onde o psicótico fracassou, em uma organização defensiva na qual subjaz a ansiedade de castração. O temor do colapso é, portanto, a expressão fenomênica do sentimento que predomina nos pacientes psicóticos e tem origem nos estágios primitivos do desenvolvimento onde não há separação entre Eu e Não-Eu. Em outras palavras, o temor do colapso refere-se a um estado em que, por definição, não havia um ego para sustentar o sofrimento e, desse modo, não podia ser experienciado. Trata-se de um paradoxo:

O paciente precisa “lembrar” isto, mas não é possível lembrar algo que não aconteceu, e esta coisa do passado não aconteceu ainda, porque o paciente não estava lá para que ela lhe acontecesse (Winnicott, 1963a, p. 74).

O fenômeno transicional é um conceito elaborado por ele e que procura dar conta de um espaço intermediário entre a realidade externa e interna. O objeto transicional é a expressão utilizada para designar a função e o uso de um objeto que simboliza os fenômenos transicionais: “*O objeto transicional é um símbolo para esta separação na unidade ou unidade na separação*” (Ogden, 1995, p. 83). Aveso a posições dogmáticas, Winnicott foi um crítico sarcástico do poder hegemônico crescente dos kleinianos no âmbito da BPS⁸, apesar de ter Melanie Klein em alta conta. Em seus trabalhos, utiliza uma linguagem, como diz Figueira (1991), particularmente sensível e paradoxal, e seus trabalhos são basicamente descritivos e fonomênicos.

Tal qual a obra de Freud, os textos de Winnicott são uma “*pesquisa em andamento*” (Vergot, 1992, p. 117), parte dela suscitada pelos impasses na condução de tratamentos de certas estruturas regressivas e no trabalho analítico com crianças. Convém salientar que Winnicott não desenvolveu uma teoria “*psicoterápica*” na perspectiva conferida a ele por Rosolato; embora o termo psicoterapia seja relativamente freqüente em seus trabalhos, geralmente numa *alusão* a certas diferenças em relação à condução da análise em pacientes neuróticos e aos *impasses* da teoria psicanalítica, sobretudo em questões referentes ao atendimento de patologias essencialmente regressivas. Como observa Mannoni (1992), Winnicott tem uma posição singular e contrária à grande parte da psicanálise institucionalizada. Concebia a análise clássica como mais fácil aos analistas iniciantes, ao contrário da psicoterapia, para ele uma experiência que expõe o analista. Segundo Mannoni,

Winnicott fornece-nos idéias originais, pouquíssimo consideradas por nós. Por exemplo: ele considera a prática de análise como simples, fácil e ao alcance de principiantes, ao passo que a psicoterapia só está ao alcance de psicanalistas já muito experientes, já que o psicoterapeuta se expõe muito mais. Isso é de uma evidência absoluta -

⁸ Ver para isso sua correspondência (Winnicott, 1990). São quase quatro décadas de correspondência, grande parte sobre as questões referentes a situação da psicanálise inglesa, sobretudo aos conflitos entre os kleinianos e os partidários de Anna Freud.

mas sabemos como, entre nós, agiu-se de maneira exatamente contrária a essa evidência, ao ponto de ser provavelmente muito tarde para voltar atrás. Tal é o peso do institucionalizado ... De qualquer modo, seria preciso tranquilizar os analistas e persuadi-los de que não serão desprestigiados se assumirem, caso necessário, uma atitude psicoterapêutica (Mannoni, 1992, p. 114).

Winnicott (1989) sustentava uma posição bastante singular em meio à Sociedade Britânica de Psicanálise, e em um dos poucos artigos - *Tipos de Psicoterapia*, onde ele aborda essa questão de modo mais sistemático, defende uma posição contrária à grande parte da psicanálise instituída em sua época, admitindo diversos modos possíveis na realização de uma cura. Não se trata da inclusão de parâmetros, mas sobretudo do caráter singular do encontro psicanalítico concebido a partir da estrutura de cada paciente, somados a um modo particular de conceber as regras do arranjo psicanalítico (o chamado contrato), distante de qualquer formalização definida antecipadamente. De fato, seus trabalhos apontam que a questão se encontra em outro lugar. Há algo mais além do que definir ou sistematizar uma abordagem psicoterápica, saber se quem conduz a cura tem ou não formação psicanalítica.

No artigo *Análise da Criança no Período de Latência*, Winnicott é convidado a distinguir entre tratamento psicanalítico e psicoterapia individual, dizendo assim:

[...] como se distingue as duas? Pessoalmente, não sou capaz de fazer essa distinção. Para mim a questão é: teve o terapeuta treinamento analítico ou não? (Winnicott, 1958a, p. 106).

Para Winnicott (1962, p. 152), a análise "... significa para mim me comunicar com o paciente da posição em que a neurose (ou a psicose) de transferência me coloca". De modo semelhante à posição de Winnicott, o termo psicoterapia é utilizado por Fédida (1983, 1988) para se referir aos cuidados do psicanalista a estruturas psicopatológicas graves, onde discute a aplicabilidade da psicanálise quando há riscos de patologias induzidas frente à insistência do analista em interpretar. É digno de destaque o trabalho analítico profundamente sensível e de "inspiração winnicottiniana" realizado, no Brasil, por Edelyn Kramer (1992, 1995) com crianças hospitalizadas e menores abandonados.

Mas, retomando a Rosolato (1983), embora ele não conceba as regras de abstinência num registro meramente dogmático, a transgressão é considerada por ele como *justificativa* aos impasses em psicanálise e, nesse sentido, não há diferença entre transgressão e o conceito de parâmetros⁹ dos analistas da psicanálise norte-americana. Termo esse que nos parece ser particularmente impróprio para designar aquilo que é da ordem da ética do psicanalista na condução de uma cura, onde “os analistas ficam defrontados com a solidão que implica seu ato, de vez que cada um tem que realizá-lo sozinho” (Palácios, 1991, p. 172). Fica evidente, no trabalho de Rosolato, a dificuldade em definir o que é afinal a psicanálise transgressiva, sobretudo mediante a comparação com outras psicoterapias. E ainda o fato de tecer considerações acerca da transgressão em relação à ética em nada esclarece a questão além do que já se sabe, da responsabilidade ética do psicanalista na condução de uma cura, da solidão e da angústia do ato analítico.

Birman (1984), no trabalho *Razão da Impostura*, aponta claramente para os limites de uma análise como a empreendida por Rosolato. Tal qual na impostura, trata-se, em primeiro lugar, de definir e balizar o que é afinal o inverso da transgressão. Ou seja, uma definição de um modelo com contornos inteligíveis (assunto de importância fundamental para a epistemologia da psicanálise). Se esse modelo é considerado único, exclusivo e imutável e, segundo Birman (1984, p. 13), “*exclui qualquer outro agenciamento metodológico na cura psicanalítica*”, a transgressão estaria em se desviar desse modelo. Ao contrário, quando esse modelo é concebido admitindo-se diversos manejos possíveis, não se trata mais de transgressão. Estaríamos fora do registro da transgressão. A não ser que a transgressão seja concebida tal qual ela é formulada por Aulagnier, onde:

[...] fora do registro perverso ou psicótico, ela é o movimento que leva o sujeito a ultrapassar o “sabido”: o que ele transgride é uma verdade até então colocada como lei sagrada e como garantia de um saber (e, portanto de um domínio possível) sobre a ordem do mundo (Aulagnier, 1989, p. 23).

⁹ O termo foi introduzido por Eissler, sendo utilizado sobretudo pelos analistas da psicologia do ego. Resumidamente, quer dizer os desvios ou as mínimas modificações de ordem técnica, mas, no curso do tratamento, devem ser eliminados mediante interpretação. Ver para isso Eissler, K. (1953). “The effects of the structure of the ego on psychoanalytic technique”. *Journal of American Psychoanalytic Association*.

A questão é ou bem a psicanálise é concebida como transgressiva, ou todas as práticas psicoterápicas são concebidas como psicanalíticas. Mas, ao contrário, a terapia rogeriana, a gestalt-terapia, as práticas corporais, o aconselhamento, a terapia comportamental, etc. são práticas psicoterápicas que, via de regra, constituíram-se em *oposição* à psicanálise, embora haja entre elas psicoterapias que sofreram certos remanejamentos, a partir de certas noções provenientes da psicanálise. Como diz Lacan,

[...] a psicologia, e com ela todas as ciências do homem, sofreu, mesmo malgrado elas, e até a seu despeito, um profundo remanejamento em seus pontos de vista pelas noções provenientes da psicanálise (Lacan, 1951, p. 89).

Em segundo lugar, o mesmo ocorre em relação às práticas que se convencionou chamar de “psicoterapias de orientação psicanalítica”, embora sua referência em relação ao texto freudiano seja de outra ordem. São práticas psicoterápicas que, apesar de suas diferenças, têm em comum a adoção de certos procedimentos curativos que *se opõem* aos procedimentos psicanalíticos, apesar de sustentarem seus pontos de vista baseando-se em certas teorias psicanalíticas. Realizando assim uma total separação entre a prática e a teoria. Em outras palavras, o que as caracteriza não é a transgressão às regras de abstinência psicanalítica, mas o fato de que são concebidas tendo como regra a utilização de certos procedimentos sugestivos e/ou pedagógicos - como um fim em si mesmo. Portanto, a incompatibilidade em conceber essas práticas psicoterápicas como psicanalíticas, mesmo sabendo que elas se baseiam em pressupostos oriundos da psicanálise norte-americana ou inglesa. E essa conclusão não decorre, e é necessário insistir nisso, da alusão de que essas teorias não seriam a verdadeira psicanálise.

É indispensável ter em vista que todas as cisões no âmbito da história da psicanálise, como mostra Roudinesco (1988, p. 188), tiveram como centro uma reformulação doutrinária com o propósito de reavaliar as modalidades de transmissão, mas o “*conflito sobrevém então com respeito à técnica, mas se refere, na realidade, à teoria que autoriza essa técnica*”. Como diz Manonni (1989), entre os analistas pós-freudianos a orientação da análise foi “*falseada muitas vezes*”, acentuando-se a separação

entre a teoria e a prática; concorrendo para uma padronização - cujos manuais de psicanálise são a sua expressão mais rigorosa. Prática essa que, por sua vez,

[...] não tem que ser imitada. Tem que ser retomada. Cada analista se preocupando mais em constituir seu estilo do que em alimentar sua maestria com o de um outro. Não há herança nesse domínio, como em outros tampouco. Em arte ou em ciência, as filiações sempre são objetadas, e só um escritor ou um sábio pode se dizer filho de um outro (Manonni, 1989, p. 146).

Portanto, trata-se de conferir a dimensão metafórica da expressão psicanálise francesa, inglesa ou norte-americana:

Não existe uma psicanálise francesa, e sim uma situação francesa de psicanálise. [...] A teoria tal qual o pensamento, não tem fronteiras nem pátria, mas as condições em que ambas se exercem são sempre nacionais e lingüística. (Roudinesco, 1989, p. 10).

Por essas razões, Roudinesco (1994, p. 344,) refere-se à história da psicanálise como “a história das leituras e reelaborações da doutrina original”; apesar de neste contexto esteja se referindo a Lacan, que denominava a quase totalidade das leituras freudianas como *desvios*. O que para Roudinesco (1994, p. 343) é “o ponto cego do discurso lacaniano”, ou seja, “sua incapacidade de pensar a discursividade freudiana como heterogênea a suas transformações ulteriores”. Essa menção a Lacan é oportuna à medida que, no imaginário psicanalítico brasileiro, o retorno a Freud, como pretensão de uma “verdadeira psicanálise”, a partir dos anos oitenta, ocupou a primeira cena. Quando, para que haja *retorno a*, é preciso primeiramente que haja esquecimento ao essencial e, como mostra Foucault (apud Roudinesco, 1994, p. 343), uma leitura não se acrescenta a outra, mas implica um trabalho de transformação dessa discursividade.

Foucault (apud Roudinesco, 1994, p. 343), no artigo intitulado *O que é um autor*, mostra como, em relação a Freud e a Marx, ambos instauraram um tipo particular de discursividade, que ultrapassa o autor propriamente dito, mas em relação ao qual o campo instaurado remete simultaneamente ao seu fundador: “Eles abriram o espaço [...] para outra coisa que não eles, e que no entanto pertence ao que eles fundaram”. A seguir, faz uma segunda distinção entre os fundadores de

uma discursividade e os fundadores de uma cientificidade, definindo a instauração de uma discursividade como heterogênea às suas transformações subseqüentes:

O reexame de um texto de Galileu pode perfeitamente mudar o conhecimento que temos da mecânica, mas jamais mudar a mecânica ela mesma. Em contrapartida, o reexame dos textos de Freud modifica a própria psicanálise, e os de Marx, o marxismo (Foucault apud Roudinesco, 1994, p. 343).

Em conseqüência disso, Foucault irá mostrar, sem citar nominalmente Lacan, que o retorno a um texto original é um trabalho efetivo de transformação dessa discursividade. Segundo Roudinesco (1994, p. 345), seria através de um procedimento do futuro do pretérito que Lacan iria assim encontrar um "já ali" de seus próprios enunciados e, conseqüentemente, não poderia conceber que a história do freudismo devesse ser considerada a partir das leituras e reelaborações do texto original.

Trata-se, portanto, de conferir a distância entre a interpretação na qual a referência a um texto é mantida e a possibilidade de uma interpretação cuja dimensão seja ela o "sentido original" do próprio texto de origem. Com isso não queremos dizer que todas as teorias se equívalem, ou mesmo que "escola de psicanálise" seja sinônimo de pensamento de Freud, porque se assim fosse, como diz ironicamente Mezan (1988), Freud não teria sido o primeiro, mas o único psicanalista! Embora seja evidente que o retorno de Lacan aos textos de Freud privilegie um sentido diferente ao "idealismo ortopédico", nas palavras de Rajchman (1993), assumiram diversas de suas teorias subseqüentes. A argumentação quanto à fidelidade do original "visa o apagamento do leitor, forçado a não 'traduzir o texto'" (Harari, 1991, p. 176). Em outras palavras:

Fazer um autor falar o que quero ou necessito para meus argumentos é uma tarefa relativamente fácil, mas é por demais pretensioso enunciar com o autor ou sobrepor a própria enunciação e considerar que ela é idêntica e que recobre exatamente a do autor citado (Souza, 1996, p. 17).

O que torna particularmente confuso o campo dessas psicoterapias assim chamadas de orientação psicanalítica, sobretudo no Brasil, é que elas são sustentadas pelos próprios psicanalistas das instituições de psicanálise filiadas à IPA, ao contrário das demais práticas psicoterápicas. A rigor, o que

menos tem sido enfatizado a esse respeito é que são os mesmos psicanalistas que a concebem como inferiores¹⁰ à psicanálise. Com efeito, a idéia de que a psicanálise é intrinsecamente superior às demais práticas psicoterápicas é uma concepção que surge em meio à psicanálise norte-americana, onde a eficácia da psicanálise foi escrutinada em relação a praticamente todas as demais técnicas psicoterápicas, através dos mais diversos procedimentos comparativos e estatísticos (Birman, 1994).

Recapitulando, via de regra, os trabalhos sobre as diferenças entre a psicanálise e, sobretudo, em relação às chamadas psicoterapias de orientação psicanalítica são geralmente confusos. Isso ocorre porque, em primeiro lugar, o termo psicoterapia é ambíguo e, atualmente, fortemente impregnado de um sentido negativo, sendo utilizado com frequência de modo alusivo num sentido depreciativo, ou como uma ideologia; e também como um desvio da psicanálise. Em segundo lugar, porque psicoterapia de orientação psicanalítica é uma expressão utilizada para recobrir diversas práticas psicoterápicas, entre elas as psicoterapias breve e focais, as chamadas terapias de apoio e de *insight*. Assim, como um tipo inusitado de prática clínica que se instituiu em escala considerável no Brasil e que se caracteriza basicamente pela oposição do divã a sua utilização face à face, a frequência às sessões e um manejo particularmente interessante da transferência, de modo que não se estabeleça a "neurose transferencial". Ou seja, uma prática socialmente exercida em grande parte por analistas "sem autorização institucional", mas que, em sua maioria, percorreram caminhos tal qual os analistas institucionalizados - análise pessoal, supervisão e seminários teóricos, mesmo não pertencendo, formalmente, a uma sociedade de psicanálise. Esse tipo inusitado de prática psicoterápica diferencia-se da psicanálise, basicamente, tendo em vista aspectos formais do contrato analítico. Tal distinção obedece a uma certa concepção de análise, onde o contrato analítico é formalizado como um acordo entre duas pessoas que e assujeitam a algum tipo de obrigação, cuja validade é determinada por um tipo de norma legal; regras que, por abuso de linguagem, ganham o estatuto de teoria¹¹.

¹⁰ Ver para isso, por exemplo, o trabalho de Zimmermann (1988).

¹¹ Ver para isso, Castoriadis (1987, p. 100).

Soma-se a isso o fato de que o termo psicoterapia de orientação psicanalítica é a expressão utilizada, no âmbito da psicologia do ego, para designar o tratamento analítico de patologias denominadas como narcisistas e borderline, excluindo-se as psicoses. Sem entrar em detalhes das questões suscitadas na abordagem psicanalítica dessas patologias, vamos nos ater a poucos aspectos circunstanciais que se referem especificamente à psicologia do ego. Partindo do conceito de “esfera do ego livre de conflito”, proposto por Hartmann (1968), os psicólogos do ego elaboraram os conceitos de analisibilidade e aliança terapêutica. Nessa perspectiva, a analisibilidade, termo introduzido por Zetzel (1966), advém da capacidade do paciente estabelecer uma “aliança terapêutica” com o analista, baseando-se no princípio de Hartmann de uma esfera do ego livre do conflito. A “neurose de transferência”, segundo essa autora, apoia-se na conflitiva edípica, sendo que é posterior à aliança terapêutica (baseada nas relações primitivas e diádicas). Portanto, esses pacientes encontraram-se fora dos critérios de analisibilidade indicados por Zetzel. O conceito de aliança terapêutica, na perspectiva elaborada por Greenson (1981), visa diferenciar a neurose de transferência de aspectos racionais na relação analítica, ou seja, os aspectos transferenciais e os não-transferenciais. E assim, nessa concepção, as psicoses são inabordáveis através da psicanálise, pois esses pacientes não seriam capazes de tolerar a regressão e estabelecer uma aliança terapêutica estável¹². A regressão para os psicólogos do ego é uma função a serviço do eu, cuja característica principal nas neuroses é a reversibilidade. Conseqüentemente, a regressão não deve ser encorajada nos pacientes narcisistas ou borderline (sendo para isso indicada a psicoterapia de orientação analítica), uma vez que se opõe frontalmente à finalidade psicanalítica na construção do ego (Blanck & Blanck, 1983).

Nessa perspectiva, especificamente, prevalece uma concepção de um modelo único no agenciamento de uma cura. Ao contrário, por exemplo, do trabalho de Winnicott, como dissemos

¹² “Se ficarmos razoavelmente satisfeitos com a hipótese de que a estrutura é neurótica, indica-se a psicanálise sempre que for possível; para a estrutura fronteira (borderline), o tratamento escolhido é a psicoterapia de orientação psicanalítica; para a estrutura psicótica, há que se decidir entre o internamento do paciente e o tratamento de ambulatório.” (Blanck & Blanck, 1983, p. 96).

anteriormente, o termo designa um tipo particular de cuidados no tratamento de certas estruturas psicopatológicas. Nesse caso, trata-se da pretensão a uma formalização de um modelo baseado num procedimento essencialmente pragmático, mal disfarçados em parâmetros essencialmente psiquiátricos.

Nesse modelo, a integração do ego é vista como finalidade da análise, êxito a que a estrutura psicótica se opõe frontalmente. O que levaria Lacan (1987) a se referir à prática dos analistas da psicologia do ego como uma psicoterapia, já que pretendem reforçar o eu, aumentando-lhe suas defesas.

Vale ressaltar, nesta abordagem, o lugar de destaque dado ao eu (como função), conferindo-lhe um estatuto antropomórfico ou um sujeito objetivado como foi insistentemente denunciado por Lacan, concedendo-lhe um lugar de maestria, controle e neutralização das pulsões "agressivas". Lacan (1949) viria, assim, procurar uma outra origem para o eu, fazendo do eu a instância imaginária por excelência. Afastando-se de qualquer tentativa em ligar o eu ao princípio da realidade ou ao sujeito do conhecimento, Lacan, por sua vez, concebe a origem do eu no campo das identificações e, em sua origem, o situaria no terreno da ilusão, surgindo de um processo de identificação com o *Outro*, servindo-lhe de matriz. O eu se constrói à imagem de seu semelhante, imagem que lhe é devolvida pelo espelho. No lugar do eu freudiano, sujeito do conhecimento, Lacan introduz uma noção de sujeito originária da filosofia (Hegel), o sujeito do inconsciente ou o sujeito do desejo. Esse sujeito, colocado na situação radical de desamparo, não pode ser salvo ou curado. Nesse sentido, a psicanálise lida com o desamparo que é estrutural.

Portanto, o conceito de esfera do ego livre do conflito introduz uma simetria entre o ego do analista e do paciente, apesar da assimetria do lugar de um e de outro. Conseqüentemente, a interpretação analítica confere ao analista um lugar de intérprete da demanda do paciente, cuja função é desvelar o inconsciente, tornando-o concientizável¹³, tal qual o modelo de interpretação relativo à

¹³ A tradução do aforismo freudiano "*Wo Es war, Soll Ich werden*" (Onde isso era, eu devo advir - Lacan, 1991, p. 16) por "*Onde estava o Id, aí estará o Ego*" (Lemgruber, 1987, p. 14), apesar de ser uma referência a segunda tópica, há de se notar o mesmo princípio em tornar o inconsciente em conscientizável. Ver também, sobre isso, Garcia-Roza (1995).

primeira tópica freudiana, do analista como intérprete do sintoma. Há de se notar o poder que o conceito de “esfera do ego livre de conflito” confere ao analista, num lugar exterior à relação transferencial. O analista dispondo de um código interpretativo, funcionando tal qual um instrumento de decifração e portando uma “razão universal”. Nesta perspectiva, para Birman (1984, p. 16), a interpretação do analista se identificaria como uma prática de tradução e o analista funcionando como *“alguém inteiramente analisado, que realizou um processo analítico do qual nada restou de insólito e de não-representável”*. Em outras palavras, identificado ao seu eu onipotente e sem fraturas, absoluto em seu saber sobre o desejo, a dor e a morte.

Convém sublinhar que não pretendemos nenhum tipo de classificação em relação às diferentes práticas psicoterápicas e às chamadas psicoterapias de orientação analítica. Ao contrário, o que se pretende é destacar determinadas dificuldades deste estudo, traçando algumas coordenadas a fim de conferir inteligibilidade a esse trabalho, tendo em vista uma certa contextualização. Trilhar outro caminho implicaria destituir essas discussões de seu contexto singular, objetivando-as em positivities.

No capítulo seguinte, procuramos discutir como há uma relação, apesar de não ser evidente, entre os rumos da questão da análise leiga e a constituição das chamadas psicoterapias de orientação psicanalítica. *A Questão da Análise Leiga* foi formulada com base nas preocupações de Freud (1926a) quanto ao rumo do movimento psicanalítico, principalmente, em relação à psicanálise norte-americana. Nessa ocasião já era bastante evidente para Freud os riscos quanto à “medicalização” de suas teorias na América do Norte. O conceito de pulsão de morte, por sua vez, viria provocar uma virada teórica, cuja extensão irá produzir um profundo remanejamento nas teses freudianas. Esse momento configura-se numa época particularmente difícil à medida que, ao contrário dos tempos memoráveis de Freud e alguns seguidores, a resistência à psicanálise desloca-se de seu exterior para o interior. Se, por um lado, o conceito de pulsão de morte marca esse momento de virada teórica e, conseqüentemente, introduz importantes modificações na prática clínica; por outro, somam-se a isso as resistências à análise leiga. O destino do conceito de pulsão de morte nas teorias pós-freudianas, assim como o fracasso da defesa

de Freud em relação à análise leiga entendemos como duas questões importantes na história da psicanálise no sentido da constituição desse campo de psicoterapias assim chamadas de "orientação psicanalítica".

2. "UM FURO N'ÁGUA"¹⁴

Em 1926, Freud (1926a) escreve um texto magistral, *Pueden los legos ejercer el análisis?* *Diálogos con un juez imparcial*, provocado pelo episódio com seu amigo e discípulo fiel, Theodor Reik, processado por um paciente sob a acusação de charlatanismo, baseando-se na lei vigente na Áustria que proibia o exercício não-autorizado da prática médica. Processo cujo desenrolar revelou que o paciente era uma pessoa desequilibrada e seu testemunho não era merecedor de crédito. O texto em questão receberia uma forte oposição entre seus colaboradores através de um debate, cujas conseqüências se fariam sentir em anos subseqüentes e com desdobramentos até o presente momento.

Neste texto, resumidamente, Freud desenvolve um diálogo imaginário com um interlocutor, a quem ele designa como um juiz imparcial, e uma argumentação eloqüente cuja estratégia é convencê-lo da especificidade da prática analítica. E, assim, persuadi-lo que, em função da singularidade do saber psicanalítico, este prescindia do saber médico e, portanto, da formação médica. No decorrer desse diálogo, desenvolve uma excelente apresentação informal sobre a prática e a teoria analítica. Ao final, tece considerações quanto à análise dos analistas como condição à transmissão da psicanálise. Mas, é na introdução desse trabalho que se revela a sua real preocupação. Antes de responder se deveria ser permitido ao leigos exercerem a psicanálise, indagava o porquê desta questão, uma vez que ninguém havia até então se preocupado em determinar *quem* poderia exercê-la. Isso se devia ao fato, até aquele momento, conforme supunha, de que *ninguém* deveria exercê-la:

Por tanto, la exigencia de que sólo los médicos analicen corresponde a una nueva actitud frente al análisis, más amistosa en apariencia ... si pueda aventar la sospecha de que no es sino un retorño algo modificado de la actitud anterior (Freud, 1926a, p. 171).

¹⁴ "Ein schlag ins wasser" - expressão resignada de Freud a Eitingon numa correspondência de 1927, comentando acerca de seu fracasso total em defesa da análise leiga: "Eu era, por assim dizer, um general sem exército" (apud Gay, 1989, p. 451).

Em outras palavras, Freud indaga se a natureza dessa questão não seria uma nova forma de resistência à psicanálise. Assinalava o tipo de resistência à psicanálise nesta ocasião, indicando assim que esta não era uma resistência externa à psicanálise, mas sim interna ao movimento psicanalítico.

A questão da análise conduzida por não-médicos seria, efetivamente, um “furo n’água”. Se, por um lado, Freud temia a dissolução da psicanálise em meio à psiquiatria; por outro, o debate se realizou face a diversos episódios relevantes que pesaram sob o futuro da psicanálise. Em primeiro lugar, a autoridade de Freud, na qualidade de “mestre sem mando”¹⁵, na ocasião da publicação da *A Questão da Análise Leiga*, não detinha o comando do movimento psicanalítico. O ano de 1926 marca, segundo Roudinesco (1989, p. 131), o advento da psicanálise moderna, tal qual se conhece até hoje - a profissionalização do *métier*, como consequência da obrigatoriedade da análise didática.

O comitê secreto criado em 1912, e que funcionaria até 1922, tinha como objetivo supervisionar o trabalho da IPA, mas não seria capaz de salvar a unidade do movimento atravessado por várias divergências internas. Em 1927, o comitê é dissolvido em meio a direção da IPA. Freud tornou-se uma figura lendária, ficando afastado efetivamente da direção do movimento. Com o advento da psicanálise moderna, termina a época dos notáveis:

A partir de 1920 e até 1939, uma guerra acirrada oporia os vencidos do gueto aos vencedores do Oeste, as minorias desmanteladas, fanáticas e esgotadas aos liberais triunfantes [...] Foi a época do ofício codificado com suas leis, seus rituais, suas engrenagens, sua hierarquia (Roudinesco, 1989, p. 140).

Em segundo lugar, nessa ocasião, começaram a surgir os primeiros indícios de desavenças entre Freud e Ferenczi em virtude da técnica analítica. Em terceiro, a autoridade de Freud sofreria o contragolpe do peso do apoio à sua filha na controvertida polêmica entre ela e Melanie Klein. Através

¹⁵ O destino da psicanálise pode ser pensado, segundo Roudinesco (1988), sob a ótica de duas concepções de poder contraditórias mas insuperáveis que oscilavam permanentemente: a primeira, sob a primazia da castração, do descentramento, da divisão, do lugar de mestre sem mando - onde a causa defendida era a da resistência, da subversão; a segunda procede da sublimação, da universalidade da doutrina e o mito do pai fundador. Soma-se a essas duas concepções de poder uma terceira com a criação do comitê secreto, quando a defesa da causa assumiu um caráter religioso e dogmático.

de lances dignos dos folhetins de capa e espada, os conflitos em torno da análise de crianças surgem em meio à questão da análise leiga e da reformulação da segunda tópica. Por último, o tratamento analítico das psicoses, empreendido basicamente por psiquiatras, teria um peso relevante nas questões referentes às restrições impostas à análise conduzida por não-médicos. Todos esses episódios deram-se em meio à luta de Freud em torno da questão da análise leiga e foram agravados por seu estado de saúde, bastante precário nessa ocasião. Com a morte de Sophie, sua filha predileta, segundo Rodrigué (1995, p. 27), seu "caráter ensombreceu-se".

Jones (1989) dedicou um capítulo de sua biografia de Freud à análise do debate suscitado em torno da questão do tratamento psicanalítico praticado por não-médicos. Em 1927, o *Internacional Journal of Psycho-Analysis* publicaria vinte e oito artigos de psicanalistas e instituições acerca da questão. Mas, efetivamente, a principal oposição a Freud encontrar-se-ia entre os analistas norte-americanos. Um ano antes da publicação de *A Questão da Análise Leiga*, em 1925, foi publicado em um jornal de Nova York um artigo de A. A. Brill, condenando a análise conduzida por leigos. A polêmica cresceria em anos subseqüentes com o regresso de alguns americanos sem formação médica que haviam realizado formação psicanalítica em Viena, muitos deles em condições controvertidas. Nesse mesmo ano, Brill anunciaria a disposição em romper com Freud, ao qual se segue um longo processo de negociação. Em 1926, é aprovada uma lei - instigada por Brill, de acordo com Ferenczi (apud Jones, 1989), na legislatura de Nova York, proibindo a análise leiga, e é lançada uma advertência pela Associação Médica Americana contra qualquer cooperação dos médicos com os analistas leigos. Em 1927, é aprovada uma resolução pelos analistas da Associação Psicanalítica Norte-Americana condenando a análise leiga. Freud, assim como Ferenczi, era radicalmente contra a formação médica e não a aceitava sequer como recomendação a futuros analistas. Eitingon, ao contrário, era favorável à formação médica, e Jones (apud Jones, 1989), por sua vez, era aparentemente favorável aos leigos, mas com a condição de que o diagnóstico ficasse a cargo dos analistas de formação médica.

Freud (apud Gay, 1989, p. 447) era favorável a uma separação pacífica dos americanos e não considerava “*absolutamente desejável que a psicanálise seja tragada pela medicina*” e, assim, “*acabe sendo relegada ao manual de psiquiatria*”. Os psicanalistas americanos desejavam uma total autonomia para gerir o movimento psicanalítico em seu país e não aceitavam a autoridade proveniente do velho continente. No entanto, em 1929, Brill, numa atitude mediadora, admite aceitar alguns analistas leigos na Sociedade de Psicanálise Norte-Americana. No Congresso de Paris, em 1938, seriam selados os acordos em torno da *Laienanalyse* e da política do movimento. A Associação Psicanalítica Americana (APA), criada por Jones em 1911, instituição com poderes para gerir toda a psicanálise norte-americana, só concordaria em manter sua filiação à IPA mediante três condições: que fosse extinta a moção de Eitingon que permitia um analista filiado à IPA ser aceito como membro em outro país; a não interferência da comissão de ensino nas sociedades locais; e, por último, que a IPA fosse privada de qualquer função administrativa, mantendo-se como instituição científica. A descentralização do movimento tem como pretexto a questão da análise leiga, em função do contingente considerável de analistas europeus imigrantes a partir de 1932. E assim a APA, no território norte-americano, tornou-se uma instituição tão poderosa quanto a própria IPA à medida que os americanos constituíram o maior contingente de analistas do mundo. O kleinismo e a psicologia do ego foram as correntes majoritárias no seio da IPA até a década de cinquenta, ainda que a IPA, independentemente da nacionalidade de seu presidente, tenha, desde então, permanecido sob o domínio anglo-saxão.

Para Kurzweil (1990, p. 307), os analistas emigrados seriam os responsáveis pelo crescimento desordenado da psicanálise na América a partir de 1932, trazendo suas velhas querelas e suas divergências internas. Nesse artigo, *A Integração dos Americanos na Sociedade Americana durante a Segunda Guerra Mundial*, a autora procura chamar a atenção para a “*ligeireza*” com que muitos analistas europeus julgaram que a psicanálise americana “*havia sido ‘medicalizada’ completamente e se havia ‘adaptado’ à sociedade americana - através da influência de Hartmann acerca do desenvolvimento da psicologia do ego*” (Kurzweil, 1990, p. 312). A popularidade da psicanálise nos Estados Unidos seria concomitante às divergências entre os analistas imigrados da Mitteleuropa e à

difusão de uma série de práticas terapêuticas que, por sua novidade, atraíam a curiosidade da mídia e de altos funcionários do governo, desejosos de utilizar a psicanálise nos esforços de guerra. A difusão da psicanálise americana é simultânea ao ingresso do segmento mais significativo de analistas do velho continente, a partir de 1932, e manifestou-se em quatro domínios distintos: o da medicina, no âmbito da psiquiatria (Heinz Hartmann), no domínio da psicossomática (Franz Alexander); nas ciências sociais, através da antropologia (Margaret Mead), sociologia (Talcott Parsons); das ciências políticas (Adorno e Marcuse); e, por último, através dos esforços de guerra (Kurt Eisler e Robert Waelder). Segundo Kurzweil, a popularização da psicanálise está diretamente relacionada à influência dos culturalistas - Karen Homey, Erich Fromm e Wilhelm Reich:

De fato, o público não tinha tempo suficiente para fazer a separação entre as múltiplas terapias, de modo que qualquer psicoterapeuta com um sotaque alemão de agora em diante fazia-se passar por um guru freudiano (Kurzweil, 1990, p. 313).

Segundo Turkle (1983), a difusão da psicanálise nos Estados Unidos deve-se, entre outras coisas, à sua condição de um país de imigrantes. A preocupação da psicanálise com a história do indivíduo ajudaria a compensar a ausência de um passado coletivo. Além disso, essa condição de *parvenue* estimularia um auto-exame permanente e o desejo de melhoramento pessoal, e a prosperidade da classe média americana lhe permitia sustentar uma indústria de auto-ajuda custosa. Além disso, a ausência de uma forte tradição psiquiátrica ou universitária contribuiu decisivamente para a difusão da psicanálise. Nathan Hale (1971) considera que a difusão da psicanálise na América se realizou no intercurso de duas crises - da "moralidade civilizada" e a crise da escola de "medicina somática". A moralidade civilizada definia os padrões sociais segundo a ótica de que o progresso dependia do controle da sexualidade, do psiquismo sob a natureza, servindo como um ideal de conduta correta apropriados à masculinidade e feminilidade da época. Mas, na nova sociedade de massas, inclinada ao prazer e aos negócios, numa economia de prosperidade e abundância, estas circunstâncias provocariam uma desarrumação nos códigos morais vigentes. Por outro lado, no começo do século, em função das dificuldades na classificação das doenças mentais, tornou-se evidente que grande parte dessas

enfermidades não apresentavam distúrbios metabólicos ou lesões cerebrais. O crescimento da escola somática, no século passado, deu-se a partir das descobertas por pesquisadores ingleses e alemães da localização das funções cerebrais. A escola somática em neurologia e psiquiatria atribuía os transtornos mentais a lesões cerebrais e assim, na ótica da moral civilizada, o juízo, a razão e o controle eram associados a categorias psicológicas, como a consciência e a vontade, portanto, concebidos segundo uma visão mecanicista e de base somática.

No que tange à análise conduzida por leigos, a alternativa americana foi ímpar. Ela prosperou, segundo Reed (1990), mas na *clandestinidade*. De modo geral, os analistas leigos imigrados foram mais bem recebidos do que os analistas leigos norte-americanos, como o casal Menaker¹⁶ que havia realizado formação em Viena. Mesmo havendo restrições ao ingresso de analistas leigos, analistas de prestígio, como Ernest Kris, foram aceitos pela Sociedade Psicanalítica de Nova York. Porém, Kris e Geza Roheim só eram autorizados a analisar candidatos. Desde a década de quarenta, em torno de Otto Reik¹⁷ e Paul Federn, constituíram-se os dois maiores grupos de analistas leigos na América do Norte. Federn, membro da Sociedade de Nova York, era amigo da maior parte dos analistas imigrados que, discretamente, assumiram a análise de candidatos leigos. Para estes, na sua maioria "... *socialistas e europeus cultos*", a "*a formação era uma questão de responsabilidade pessoal cujo próprio centro era a análise pessoal*" (Reed, 1990, p. 320). Os seminários teóricos eram na casa de Federn, e os analistas eram autorizados à prática clínica mediante supervisão. Segundo Reed :

Aqueles que supervisionavam ou analisavam transgredindo os regulamentos, aqueles que faziam análise didática não reconhecidas e aqueles que se beneficiavam de supervisões ilícitas faziam parte de um movimento clandestino que praticava a psicanálise em segredo. E aqueles que respeitavam estritamente as regras, que se recusavam a formar membros dos grupos dos excluídos, que desejavam abraçar a profissão, ou que recusavam-se até mesmo a analisá-los, agiam assim

¹⁶ Ver, para isso, Menaker (1990).

¹⁷ Reik se afastaria dos analistas da Sociedade de Nova York em virtude de discordâncias teóricas. Para ele, a análise deveria ser conduzida segundo a intuição mais do que a teoria e atribuía uma importância considerável a fatores tais como a vontade, a afirmação do ego e a criatividade em seus relacionamentos sociais. Para Ellenberger (1970), a prática analítica de Reik ficava a um meio termo entre a de Reich, Jung e Freud.

seja pelo medo de serem expulsos da American Psychoanalytic Association ou de seu Instituto local, senão de ambas, seja por estarem convencidos da superioridade inerente da classe dos médicos, ou ainda porque temiam a concorrência econômica (Reed, 1990, p. 322).

Na costa leste, por sua vez, a análise leiga prosperaria através da criação da Los Angeles Psychoanalytic Society, por influência de Ernest Simmel e Otto Fenichel. A cisão, em 1950, e o novo grupo que se constituiu, Society Psychoanalytic Medicine of Southern California, teve como centro a recusa à formação de analistas não-médicos e a adesão incondicional à psiquiatria (Jacoby, 1983). Reed faz uma analogia interessante entre o sucesso da psicanálise do ego entre os analistas de Nova York e indaga se a esfera do ego livre de conflito não seria a necessidade de uma teoria que sustentasse essa política de exclusão. Ou seja, se a noção da esfera livre de conflito não teria efetivamente contribuído para denegar a questão da análise leiga.

Para Roudinesco (1988), o debate em torno da análise leiga entre os norte-americanos jamais chegou a ser compreendida como sendo a oposição de Freud à “medicalização” da psicanálise, de defender a psicanálise da pertença de um saber externo. Há uma relação entre a elaboração da segunda tópica, do conceito de pulsão de morte e a análise leiga, onde Freud procurou dotar sua teoria de modo a afirmar a supremacia do inconsciente sobre a consciência, do desejo sobre a adaptação, segundo a dialética do descentramento e opondo a psicanálise aos ideais de cura médica. Numa ocasião em que o movimento psicanalítico se organiza (se bem que o objetivo tenha sido homogeneizar a formação) e começa a ganhar um certo reconhecimento social e científico, Freud caminha num movimento inverso ao triunfalismo em curso - maculando-o com “*um pessimismo que não estava na ordem do dia*” (Roudinesco, 1988, p. 145). E, assim, a psicologia do ego situa-se próxima à primeira tópica freudiana. Loewenstein, Kris e Hartmann, assim como David Rapaport e Erik Erickson, são os principais representantes e partidários da psicologia do ego e suas posições vão em sentido contrário à dialética do descentramento, reafirmada na segunda tópica freudiana, sobre a primazia do inconsciente sobre o ego e da pulsão de morte sobre as demais pulsões. A metapsicologia é repensada segundo a ótica da

psicologia, onde o ego ocupa uma função preponderante, ao qual Anna Freud (1936) estende o conceito da análise das resistências como princípio adaptativo do tratamento analítico.

A rigor, a psicanálise americana caracteriza-se por diversas tendências antagônicas, onde a *"unidade não se encontra nas correntes, mas na técnica imposta pelo império a todas às sociedades que o constituem"* (Roudinesco, 1988, p. 185), regulando, entre outras coisas, a duração dos tratamentos, o tempo e a frequência às sessões. Entretanto, além da psicologia do ego, há mais duas correntes psicanalíticas cuja importância foi inegável no cenário norte-americano: o culturalismo, abrangendo desde Karen Horney, Kardiner a Margareth Mead, onde o Édipo é concebido segundo um modelo antropológico; e a escola de Chicago, fundada por Franz Alexander, cujos trabalhos caminham no sentido de uma redução da psicanálise à medicina psicossomática. Se, por um lado, a psicanálise norte-americana, e particularmente a psicologia do ego, vai no sentido contrário ao da pulsão de morte e sustenta um recentramento do inconsciente na consciência, por outro, a psicologia do ego e as demais tendências teóricas no continente americano sustentam a integração da psicanálise à medicina. E, desse modo, o psiquismo é reduzido ao biológico e a psicanálise é concebida como técnica de cura, não devendo ser separada da medicina, concebida tal qual uma *"medicina 'global' do corpo e da alma"* (Roudinesco, 1988, p. 183).

Melanie Klein, por sua vez, segundo Roudinesco, representaria junto ao movimento psicanalítico a primeira tentativa de um retorno às idéias de Freud. Ao contrário de Jung e Adler que se separariam do movimento psicanalítico e se integrariam à psicologia e à psiquiatria dinâmica, Melanie Klein se oporia a uma certa "ortodoxia" da IPA no momento em que Freud empreendia sua revisão teórica mais importante e sua pessoa tendia a ser canonizada pelo movimento psicanalítico. Melanie Klein, assim como Freud e, posteriormente, Lacan, produziram em torno de si os mesmos fenômenos de culto, seita e de um fantástico dogmatismo. A trajetória kleiniana inicia-se na década de vinte em torno de duas áreas que não haviam sido recobertas por Freud, o tratamento analítico de crianças e das psicoses. Os analistas não-médicos, tal qual no sonho de Irma, seriam aceitos com restrições na

Sociedade Britânica de Psicanálise, permanecendo o diagnóstico a encargo dos médicos. Ao contrário de Klein, Anna Freud, assim como Pfister, pretendia manter a prática analítica de crianças sob o domínio da pedagogia, onde a análise era concebida em meio a procedimentos educativos junto aos pais. Recusava o conceito de pulsão de morte (reduzindo-o a uma resistência) e, a partir da década de cinquenta, seu interesse voltou-se cada vez mais para a psicologia do desenvolvimento normal. A herdeira das teses pedagógicas de seu pai unia-se, dessa maneira, aos partidários da “medicalização”. A Antígona de Freud¹⁸, investida pelo poder simbólico no lugar de herdeira legítima, teria uma participação decisiva na implantação da psicanálise norte-americana e, em particular, da psicologia do ego, ocupando esse lugar impossível e sob filiações inconciliáveis¹⁹, os laços de parentesco e a teoria.

As divergências em torno da análise de crianças ilustram como as resistências sobre as reformulações na técnica são sempre de natureza teórica e, sobretudo, colocam em risco a padronização da formação em curso e a hegemonia do império. Em última instância, remetem à questão da análise dos analistas. Há diferenças marcantes entre a prática clínica de Anna Freud e Melanie Klein e, durante mais de quatro décadas, essas duas mulheres duelaram em meio à Sociedade Britânica de Psicanálise. Anna Freud, como se sabe, concebia a análise de crianças como um procedimento pedagógico, sendo que, para ela, a criança não era capaz de estabelecer uma relação transferencial por se encontrar submetida à autoridade dos pais. A técnica do brincar é concebida como um inconveniente mediante a falta de um procedimento melhor, uma vez que incita a criança a atuar: *“sob a pressão do inconsciente, a criança atua em vez de falar e isso, infelizmente, impõe limites à situação analítica”* (Anna Freud, 1965, p. 33). O analista se vê na contingência de gastar um tempo precioso da análise para conter os excessos da agressividade pré-genital que impele a criança a agredir, chutar e atacar o analista. O analista fica frente à necessidade de conter a agressividade infantil liberta pela tolerância favorecida pela situação lúdica. Conseqüentemente, a análise deve ser precedida de um período

¹⁸ Sobre Anna Freud, ver o capítulo de Rodrigué (1995), “A Batalha da Análise de Crianças”, vol. 3.

¹⁹ Ver, para isso, Pommier (1992), onde ele estabelece um interessante paralelo entre o destino das herdeiras Anna Freud e Judith Miller, filha de Lacan.

preparatório, onde o analista deveria ganhar a confiança da criança e estabelecer com ela uma transferência positiva. Para Anna Freud, não é possível aceder às fantasias inconscientes, pois a criança pequena é incapaz de fazer livre associações, sobretudo em função de que as lembranças encobridoras são construídas apenas após o período de latência. A criança ainda não tem um supereu desenvolvido, e seu ideal do eu revela-se por identificação aos pais. Desse modo, o analista precisa colocar-se no lugar do ideal do eu da criança durante todo o tempo da análise (Anna Freud, 1965). Concebendo o supereu da criança como dependente dos pais, ao analista caberia assumir uma posição de autoridade maior ainda que a deles. Em sua opinião, a psicopatologia originava-se como consequência da ausência de fusão entre os anseios libidinais eróticos e agressivos, seja em decorrência de fatores internos inatos, ou do externos e da ausência de um apoio ambiental adequado. Ao analista não deveria ser permitido ceder às exigências do supereu, colocando-se assim na qualidade de um mentor e, em relação aos pais, orientá-los analiticamente. Como H. Hug-Hellmuth, Anna Freud abstinha-se de se aprofundar na conflitiva edípica de modo a não “despertar” precocemente suas tendências reprimidas. A técnica psicanalítica do brincar é concebida tal qual uma observação analítica, onde a observação minuciosa permitiria a compreensão do comportamento infantil e estabeleceria as ferramentas para a compreensão do desenvolvimento normal da infância²⁰. Trabalho levado a termo por Anna Freud e seus colaboradores a partir do final dos anos cinquenta, com vistas a estabelecer uma educação analiticamente orientada.

Por sua vez, a análise com crianças pequenas, efetuada por Melanie Klein, permitiu-lhe constatar a existência de intensos sentimentos de culpa e remorsos desde a mais tenra idade, o que a levou a postular a existência de um superego precoce, concebido como extremamente sádico e cruel (Klein, 1927). Freud havia estabelecido o supereu como a internalização das proibições parentais através dos processos de identificação e mediante o declínio do complexo edípico. O supereu precoce de Melanie Klein corresponde ao supereu arcaico evocado por Freud (1923) em “*El Yo y el Ello*”, a identificação com o pai da horda primitiva. O supereu, para Melanie Klein, é formado desde o início

²⁰ Ver Freud, A. (1980). *Infância Normal e Patológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

da vida humana, através da introjeção de objetos parciais idealizados e persecutórios - imagos parentais primitivos. Em 1928, iria publicar uma de suas teses mais controversas, postulando a existência de um Édipo precoce em torno do final do primeiro e segundo ano de vida, em consequência da frustração do desmame e sendo reforçado pela frustração anal durante o aprendizado do controle do esfíncter. Sua posição quanto à angústia diverge da de Freud - para quem o trauma do nascimento é o protótipo de todas as angústias posteriores. Melanie Klein viria adotar uma posição diferente a esta, sendo para ela a frustração oral e anal o protótipo de todas as angústias subseqüentes. Divergindo das teses de Abraham e Ferenczi, estabelece que a culpa é resultante do complexo de Édipo precoce, em virtude das fantasias resultantes do conflito edípico, que assume a forma de um medo de ser devorado e destruído. Posteriormente, ela se volta para a diferença anatômica entre os meninos e as meninas e suas conseqüências, indo de encontro às teses que Freud defendera com obstinação sobre a angústia de castração masculina e o medo da perda do amor no sexo feminino. Tais modificações na teoria, por sua vez, levaram-na a conceber a prática analítica com crianças tal qual a dos adultos. O jogo infantil é visto como equivalente à associação livre. O que não significa que as crianças não possam fazê-lo (associação livre), mas porque a angústia opõe resistências às associações verbais. Em outras palavras, como diz Thomas (1995, p. 143), a angústia faz oposição à fala metafórica, condensada, e o brincar tem "*o mesmo estatuto simbólico do sonho*". O jogo infantil não visa, portanto, à ab-reação ou à satisfação pulsional, como pretende Anna Freud, à descarga de afetos desagradáveis, cujo efeito é o alívio mediante o procedimento catártico. A prática analítica com crianças não se reduz a um tipo de observação minuciosa do comportamento infantil, onde a interpretação o desvela através de uma modalidade interpretativa, cuja eficácia se basearia na transposição abstrata do material simbólico, sem que esse seja "*tomada numa escuta, num encadeamento subjetivo e transferencial, no qual, sob essa condição, ele pode dar ao analista um material precioso*" (Thomas, 1995, p. 141). Assim como, na perspectiva de Klein, a interpretação só é possível mediante um encadeamento de material proveniente dos jogos como os meios de sua representação, permitindo elucidar esses encadeamentos que surgem

frente às manifestações de angústia e de culpa que a criança representa através do brinqueado em diferentes versões. Assim, a interpretação visa instaurar uma nova simbolização e diminuir a angústia.

As divergências entre Anna Freud e Melanie Klein somam-se às diferenças dos demais membros da Sociedade Britânica de Psicanálise. A possibilidade de uma cisão iminente era constante, mas foi evitada pela criação dos sistemas de formação independentes. Segundo Grosskurth e Roudinesco, *“o fato de a Sociedade Britânica não ter se dividido é, para muitos membros, um indício tanto da hipocrisia britânica quanto da determinação britânica de chegar a um acordo”* (Grosskurth, 1992, p. 379) *“que logra êxito no esforço de evitar as cisões e manter sob um mesmo teto três igrejinhas antagônicas: os anna-freudianos, o Middle Group independente, e os kleimianos”* (Roudinesco, 1988, p. 188).

Mas, em torno da questão das diferenças técnicas, há subjacente a questão da formação dos candidatos e, segundo Balint (1948), a formação dos próprios analistas. Em outras palavras, para Balint, a “inibição” em discutir a formação implica a possibilidade de se admitir - sobretudo em relação aos analistas da primeira geração - que estes não haviam sido analisados apropriadamente. Além disso, as discussões sobre a formação colocam em questão a própria eficácia da psicanálise. Segundo ele, há um tipo de impedimento cujas conseqüências seriam essas atitudes dogmáticas em torno das questões da formação. E, desse modo, conforme Roudinesco (1989, p. 158), as *“cisões francesas (1953-1963) pegaram os bastões das batalhas inglesas”*, onde Lacan, impulsionado pelo movimento francês que se opunha maciçamente ao revisionismo norte-americano, *“é o primeiro a dotar essa oposição de um instrumento teórico coerente”* (Roudinesco, 1988, p. 195); desencadeando uma luta contra um certo imperialismo americano que tende a se implantar na IPA. Lacan viria a produzir a crítica mais radical em relação à análise leiga - à “medicalização” da psicanálise - iniciada trinta anos antes por Freud, mas:

No decorrer das batalhas, não evitará que seu combate assumira a forma de um antiamericanismo e, por vezes, empregará a expressão “psicanálise norte-americana” para designar o conjunto de uma configuração centrada na psicologia do ego (Roudinesco, 1988, p. 195).

Em 1910, a IPA foi criada por Freud com a ajuda de Ferenczi. Pretendiam organizar o movimento psicanalítico no sentido de promover a psicanálise, preservando-lhe sua especificidade e dos abusos decorrentes de sua popularização. Afinal, a psicanálise há quase uma década vinha sendo difundida e popularizada. Era necessária uma instituição que pudesse se encarregar de sua organização e, sobretudo, fornecer as garantias de uma prática “verdadeiramente” psicanalítica. Porém, o fracasso em torno da questão da análise leiga torna evidente como o movimento psicanalítico jamais chegou a ser um movimento unificado, mesmo antes da diáspora provocada pelos nazistas. Sob esse aspecto, segundo Steiner (1990, p. 265), as *Controversial Discussions* nada mais “eram do que a ponta de um iceberg com ramificações bastante complexas, destinadas a expodir após um longo tempo de latência”. Sobretudo, uma época decisiva para o movimento psicanalítico, onde as resistências a Freud foram gradualmente deslocando-se de seu exterior para o interior. A batalha em torno da análise leiga realizou-se paralelamente à luta em torno da análise de crianças; em ambas, tratou-se de recusar a pertença da psicanálise a um saber externo. E, assim, de acordo com Roudinesco, chegou-se a esse estranho paradoxo:

[...] o triunfo da linha anglo-americana e o repúdio das posições vienenses deram-se em dois terrenos contraditórios; as teses kleinianas, que eram inovadoras, foram-se impondo ao mesmo tempo que as dos partidários da análise médica, que eram conservadoras (Roudinesco, 1989, p. 158).

A análise leiga suscitou entre seus adversários os mais variados argumentos de ordem pessoal e política: desde que a defesa da análise leiga havia sido empreendida por Freud com vistas a garantir uma posição à sua filha (Grosskurth, 1992), até à sua incompreensão das difíceis condições da posição dos médicos norte-americanos. Ao contrário de seus colegas europeus, a classe médica norte-americana não gozava de prestígio semelhante aos médicos na Europa (Jones, 1989). Somam-se a isso episódios envolvendo a prática analítica por charlatões e aproveitadores, colocando em risco a credibilidade da psicanálise, a argumentos de ordem essencialmente corporativista.

Se bem que não seja evidente, há uma relação entre a *A Questão da Análise Leiga* (1926a) e *O Futuro de uma Ilusão* (*El Porvenir de una Ilusión*, 1927). Ambos apontam, respectivamente, para a

distinção entre psicanálise e medicina, psicanálise e a religião, sendo a última concebida por Freud como um modelo cultural de ilusão. A ilusão, para Freud, "*no es lo mismo que un error; tampoco es necesariamente un error*" (Freud, 1927, p. 30). Se a ilusão, como Freud a concebe, não é um erro, não significa que o erro não possa ser uma contingência ou um efeito da ilusão. Mas, o que caracteriza a ilusão, para ele, é sua deformação produzida pelo desejo:

[...] *llamamos ilusión a una creencia cuando en su motivación esfuerza sobre todo el cumplimiento de deseo; y en esto prescindimos de su nexo con la realidad efectiva, tal como la ilusión misma renuncia a sus testimonios* (Freud, 1927, p. 31).

Em outras palavras, a ilusão é uma deformação decorrente do desejo, mas que se apresenta como uma verdade para o sujeito. Nessa perspectiva, como mostra Birman (1989), para Freud, era necessário impedir que a psicanálise fosse regulada segundo a ótica da medicina ou da religião, ou seja, contra a ilusão de cura e a ilusão de salvação²¹.

Mas, *A Questão da Análise Leiga* é um texto impressionante por sua atualidade e, na qualidade de um testamento, Freud faz um detalhado inventário de seus bens para os herdeiros da peste! Freud não só defende a especificidade da prática analítica, como também realiza uma crítica enfática à "medicalização" da psicanálise - temeroso de que a psicanálise se convertesse numa "*ideologia da salvação pessoal*" (Rieff apud Mezan, 1993, p. 163). O título do texto, como observa Mezan (1993), tem se prestado a equívocos, já que, para os médicos, leigos são todos aqueles que praticam a medicina sem formação médica, enquanto, para Freud, os leigos seriam todos aqueles sem uma formação adequada em psicanálise e, sobretudo, quanto à análise pessoal. Dessa maneira, não só poderiam haver médicos devidamente diplomados, mas leigos em psicanálise (à medida que a psicanálise não era uma especialidade médica); sendo irrelevante a formação universitária anterior para o exercício da psicanálise. Nesse texto em especial, sustenta que a terapêutica é somente uma entre

²¹ O estatuto de "pastor das almas seculares" é a expressão utilizada por Freud em sua correspondência com Pfister, onde ele afirma que assim os analistas "... não teriam necessidade de serem médicos e nem o direito de serem padres" (Freud, 1966, p. 138).

outras possíveis aplicações da psicanálise. Trata-se de uma questão polêmica cujo alcance se encontra distante de um consenso entre os analistas, já que a profilaxia aplicada à educação de crianças trouxe resultados pouco satisfatórios à educação de um modo geral. Na análise do social, numa tradição que remonta os teóricos da Escola de Frankfurt às teses neolacanianas atuais, a psicanálise tem travado um diálogo árduo e, em diversas ocasiões, estéril com as demais ciências.

A epistemologia freudiana mudou constantemente durante o percurso da história da psicanálise, levando Freud a afastar-se da medicina, psiquiatria e psicologia. Ainda que possa ser difícil estabelecer as inúmeras variáveis que se relacionam à questão da análise leiga, à interdição a análise conduzida por não-médicos, paralelamente a hegemonia médico-psiquiátrica que se estabeleceu no âmbito da IPA, foi crucial ao desenvolvimento de uma série de práticas de inspiração psicanalítica. As "PIP", psicoterapias de inspiração psicanalítica, receberam o aval e seu reconhecimento da IPA²², sobretudo porque, nesta ótica, a própria psicanálise seria uma terapêutica entre outras: "*As PIP são efetivamente um produto do privilégio conferido ao Eu (ego) na teoria psicanalítica, pois são indicadas 'sobretudo ao paciente com o Eu fraco'*" (Quinet, 1991, p. 43). O artigo de Lacan *Variantes de la cure-type* (1955) combate a idéia de padronização e variantes da cura-padrão, indicando claramente que o que se espera de um analista "*é justamente uma psicanálise, experiência do inconsciente, tributária da função da fala e do campo da linguagem*" (Quinet, 1991, p. 43). As PIP são tributárias do valor social conferido ao divã, a sessão de quarenta e cinco minutos e a regulamentação da frequência das sessões por semana, ou seja, à padronização imposta pela IPA. Nesta perspectiva, o que define o dispositivo analítico não é a associação livre, mas a oposição do mobiliário, poltrona-divã.

Não seria possível examinarmos detalhadamente este assunto, mas é relevante o fato que uma das características mais contundentes dessas psicoterapias seja a sua justificativa como modo a fazer

²² Ver, sobre isso, Quinet (1991).

face às dificuldades sociais. É inegável a legitimidade de seus propósitos, mas permanece a questão, colocada por Costa (1978) há quase vinte anos atrás, ou seja, por que não se pensou simplesmente em permitir o ingresso de um maior número de psicanalistas na sociedades de psicanálise?

O que pretendemos, até então, não é maximizar a problemática da análise leiga como o cerne da problemática da psicanálise contemporânea, mas assinalar sua importância no processo de "medicalização" da psicanálise, assim como estabelecer certas mediações de modo a tornar possível a ligação entre a interdição à análise conduzida por não-leigos e a difusão das práticas psicoterápicas de orientação psicanalítica. A "medicalização" da psicanálise encontrava-se em curso e acentuaria-se, consideravelmente, nos anos subsequentes à morte de Freud, refletindo-se nas teorias pós-freudianas. No capítulo seguinte, nossa discussão direciona-se para algumas psicoterapias denominadas de orientação psicanalítica, abordando-as em vista de algumas questões suscitadas a partir da segunda tópica freudiana.

3. PSICANÁLISE E PSICOTERAPIAS DE “ORIENTAÇÃO” PSICANALÍTICA

3.1 PSICANÁLISE E A (DES)ILUSÃO DA SALVAÇÃO

A ética, quando se liga a um ato profissional, vai além do dever-ser de um código determinado, para interrogar as conseqüências do ato (C. N. V. Brazil, 1994, p. 3).

Entre 28 e 29 de setembro de 1918, foi realizado o V Congresso da IPA em Budapeste. Uma ocasião festiva para Freud, magnificamente recepcionado e instalado no elegante Hotel Gellert, na capital húngara. Apesar do número relativamente pequeno de participantes, era a primeira vez que a IPA organizava um congresso após o malogro do IV Congresso da IPA, realizado cinco anos antes em Munique - onde iniciou a segunda dissidência no movimento psicanalítico internacional, quando os partidários de Freud obrigaram Jung a renunciar às funções de redator-chefe do *Jahrbuch* (Roudinesco, 1995, p. 149). Numa carta de Freud a Eitingon, em 25 de outubro de 1918, refere-se a esse período como tempos “*assustadoramente emocionantes*” (apud Gay, 1989, p. 345). Inquieto com os rumores de paz, Freud apresenta uma conferência onde se refere a certas modificações técnicas empreendidas por Ferenczi e defende a formação de clínicas psicanalíticas destinadas ao atendimento da população desprovida de recursos para tal. Max Eitingon encontra-se entre os quatro analistas estrangeiros (Abraham, de Berlim; Jones, de Londres e Ferenczi, de Budapeste) que ao longo dos anos dedicariam suas vidas em prol da “causa” psicanalítica, divulgando e organizando a psicanálise. Eitingon foi o primeiro estrangeiro a frequentar as reuniões da Sociedade Psicológica das quartas-feiras, em 1907, quando Freud realizou sua primeira “análise didática” através de algumas sessões analíticas, enquanto ambos passeavam pelas ruas de Viena. Mas jamais viria a se lamentar da amizade iniciada em 1906 com um dos mais generosos patronos da psicanálise. Em 1920, juntamente com Ernest Simmel, foi

criada a primeira clínica de psicanálise em Berlim, destinada ao atendimento às massas e financiada por Eitingon.

Publicado em 1919, *Nuevos caminos de la terapia psicanalítica* foi escrito no verão de 1918, poucos meses antes de ser apresentado no congresso em Budapeste, e redigido durante a visita de Freud a Anton von Freund, em sua casa em Steinbruch, nos arredores de Budapeste. Doutor em filosofia e herdeiro abastado de um rico comerciante do ramo da cervejaria, Anton von Freund havia reagido a uma cirurgia de câncer com uma neurose da qual, ao que parece, tinha sido curado por Freud. Secretário Geral da IPA desde 1918, faleceu em 1920 aos quarenta anos, sendo que em 1919 entregou uma soma considerável de dinheiro a Freud destinada à criação de uma editora para o movimento psicanalítico - a *Internationaler Psychoanalytischer Verlag* (Freud, 1920a). Na verdade, uma quantia maior do que esta vinha sendo arrecadada por ele, objetivando abrir uma clínica psicanalítica para o atendimento de pacientes sem recursos econômicos e que seria dirigida por Ferenczi. Sua morte prematura interrompeu este projeto de clínica de psicanálise em Budapeste. Clínica esta a que Freud faz alusão em sua conferência no V Congresso.

Nuevos caminos de la terapia psicanalítica, segundo Gay, foi redigido em meio a acontecimentos favoráveis e é de um otimismo surpreendente em Freud. Trata-se de um pequeno texto onde Freud demonstra, inicialmente, como a análise é contrária à perspectiva de síntese (numa alusão a Jung) à medida que a expansão da consciência, provocada pela análise das pulsões isoladamente, fazia com que estas entrassem imediatamente em conexão, articulando-se às novas ligações. Por tudo isso, colocar ênfase na síntese como o principal fator terapêutico é um procedimento injustificável. A síntese, segundo Freud, ocorria inevitavelmente sem interferência do analista.

A seguir, Freud faz referência à técnica ativa de Ferenczi (se bem que não o cite nominalmente), apontando-a como uma das perspectivas possíveis em psicanálise, salientando que essa nova técnica ainda se encontrava em experimentação. Abstém-se de comentá-la, não obstante, considera que qualquer que seja a natureza dessas modificações, estas deveriam levar em consideração os

princípios de abstinência estabelecidos anteriormente. Logo após, Freud realiza uma breve exposição sobre a abstinência, indicando-a em conexão com a dinâmica da própria doença e como um princípio de ordem econômica. Em outras palavras, o tratamento analítico só pode ser levado a bom termo quando exclui aquilo que de imediato pode aliviar o sofrimento ou promover satisfações substitutivas. A energia psíquica não deve ser reinvestida em objetos exteriores ao tratamento, o que significa que o mesmo deve ser conduzido sob privação. Segundo Freud:

Por cruel que suene, debemos cuidar que el padecer del enfermo no termine prematuramente en una medida decisiva. Si la descomponción y desvalorización de los sintomas lo han mitigado, tenemos que erigirlo en alguna otra parte bajo de la forma de una privación sensible; de lo contrario corremos el riesgo de no conseguir nunca otra cosa que unas mejoras modestas y no duraderas (Freud, 1919, p. 158-9).

À seguir Freud tece considerações quanto às indicações ao tratamento analítico. Coloca que o tratamento psicanalítico visava, inicialmente, ao tratamento de pacientes histéricos e, até aquela ocasião, um número reduzido de patologias se beneficiava do tratamento analítico. Segundo ele, havia pacientes de tal modo incapacitados que a influência analítica deveria ser combinada à influência educativa, assim como sugere apoio financeiro concomitante ao tratamento psíquico. Mais adiante, ele empreende esforços na defesa de assistência pública e gratuita aos setores desfavorecidos da população.

Nesse texto em especial, encontramos uma passagem utilizada como justificativa, em grande número de trabalhos, sobre as chamadas psicoterapias psicanalíticas, mais especificamente as terapias breves, focais, de apoio e *insight*. Citação "canonizada" e elevada a um estatuto teórico fundamental em psicanálise:

[...] es muy probable que en la aplicacion de nuestra terapia a las massas nos veamos precisados a alear el oro puro del análisis con ele cobre de la sugestión directa, y quizás el influjo hipnótico vuelva a hallar cabida, como ha ocurrido en el tratamiento de los neuróticos de guerra (Freud, 1919, p. 163).

Vejamos alguns fatos: a situação política na Hungria e as dificuldades econômicas, em anos subsequentes, impediriam a criação desta clínica social de psicanálise naquele país. Mas, em 1920, uma

clínica deste gênero foi criada em Berlim. Temos poucos dados acerca do trabalho efetivo dos psicanalistas na clínica berlinense “*para o tratamento psicanalítico de enfermidades nervosas*” (Gay, 1989, p. 421). Na verdade, o único trabalho que nos foi dado a conhecer sobre essa clínica foi um levantamento estatístico elaborado por Fenichel (Apud Gay, 1989), entre 1920 e 1930, um jovem analista naquela ocasião. Neste, não há nenhuma alusão às práticas modificadas ou terapias breves. Ao contrário, segundo Gay, foram realizadas 1955 consultas nesse período e 721 pacientes foram encaminhados para análise. Entre estes, 94 terapeutas, dos quais 60 eram ou se tornariam membros da IPA. Ademais,

[...] os neuróticos indigentes em busca de tratamento não eram simplesmente encaminhados para candidatos que treinariam com eles, mas podiam contar, pelo menos durante parte do tempo, que seriam atendidos por um analista experiente (Gay, 1989, p. 421).

Portanto, qualquer que tenha sido a intenção de Freud ao afirmar que

[...] cualquiera que sea la forma futura de esta psicoterapia para el pueblo, y no importa qué elementos la constituyan finalmente, no cabe ninguna duda de que sus ingredientes más eficaces e importantes seguirán siendo los que ella tome del psicoanálisis riguroso, ajeno a todo partidismo (Freud, 1919, p. 163).

Entretanto, os fatos indicam que, ao contrário, a experiência em Berlim faz pensar que os indigentes neuróticos não eram intratáveis através da psicanálise, como uma certa ideologia em anos posteriores levaria a crer. Mais ainda, ao fazer apelo à sensibilidade dos governos, Freud afirmava que a questão das enfermidades neuróticas não poderia encontrar solução em empreendimentos filantrópicos dessa natureza. Somente a formação de um maior número de analistas no âmbito do serviço público concomitante à mudança de mentalidade sobre as patologias psíquicas poderia beneficiar amplos segmentos sociais. Ou seja, a envergadura de um projeto dessa natureza não poderia advir dos esforços dos analistas individualmente ou de associações desse tipo. Por tudo isso, essas afirmativas de Freud parecem insuficientes para justificar essas abordagens inadvertidamente denominadas de “orientação” psicanalítica e, segundo compreendemos, sua origem deve ser procurada em outro lugar. Além disso, a natureza desses projetos - abreviar o tempo de tratamento - não leva em consideração os

desdobramentos posteriores da teoria psicanalítica, sobretudo as questões decorrentes da formulação da segunda tópica.

Se a *Traumdeutung* foi considerada por Freud como sua obra principal, inaugurando a psicanálise, circunscrevendo-a e demarcando-a em relação ao modelo médico, e um passo decisivo na elaboração de uma nova teoria do aparelho psíquico, a análise do caso "Dora" (1905) marca o momento da experiência freudiana, onde o conceito de transferência é articulado a uma noção fundamental²³ em psicanálise. Ao lhe propor interpretações baseadas em sua teoria sobre o Édipo (ainda que em seus rudimentos), Freud desperta em Dora o desejo implacável de vingança endereçado ao Sr. K., mas atuado na transferência sob a forma da interrupção do tratamento. E assim, retrospectivamente, Freud percebe seu equívoco fundamental - sua insistência em que Dora reconheça o seu desejo inconfesso pelo Sr. K., quando Dora parecia determinada a provar que Freud se enganara e, a bem dizer, o desejo de Dora se endereçava a Sra. K..

Deste episódio Freud tiraria algumas importantes conclusões: não bastava simplesmente apontar a verdade recalcada como vinha sendo feito até então, como se o deciframento do sintoma pudesse provocar sua eliminação. Mas, sobretudo, na transferência endereçada ao analista, este passa a ocupar um lugar na economia psíquica do paciente. E, assim, a partir do caso Dora, o campo transferencial emerge como o espaço operatório onde o paciente é confrontado com seu próprio inconsciente e com a questão de seu desejo. A transferência apresenta-se, desde então, em toda sua ambigüidade, o que levaria Freud em *Sobre la Dinâmica de la Tráserencia* (1912) a distinguir entre transferência positiva e negativa e a conceituar a resistência como um fenômeno da transferência. A resistência coloca em ação as funções defensivas, justamente quando aquilo que é da ordem do recalcado ameaça a retornar: "*De esta experiencia inferimos que la idea trasferencial ha irrumpido*

²³ Não obstante, em 1895 - *Sobre la Psicoterapia de la Histeria*, a transferência seja concebida como resistência e obstáculo no tratamento. No *Proyecto de Psicología* (1950 [1895]) e na *La Interpretacion del los sueños* (1900 [1899]), a transferência é proposta como "falsa ligação", articulando-se com os processos de deslocamento e condensação nos sonhos.

hasta la conciencia a expensas de todas las otras posibilidades de ocurrencia porque presta acatamiento también a la resistencia"(Freud, 1912, p. 101). Em outras palavras, a resistência se apresenta, como diz Lacan (1986), através da "materialidade do discurso" que, sob a ação da censura, expressa-se sob a forma do silêncio e na interrupção das associações que passam a ser dirigidas à pessoa do analista. Freud (1915), porém, não hesita em afirmar que, na transferência, trata-se sempre de amor, admitindo que amor transferencial é tão verdadeiro quanto qualquer outro. Como diz Kristeva (1987),

Esta dramaturgia invisível que opera o sentido profundo da minha palavra supõe que eu atribua ao analista um poder considerável; mas a confiança que eu tenho nele implica sobretudo o amor que tenho por ele e que presumo nele por mim (Kristeva, 1987, p. 11).

Portanto, Freud é instado a admitir que, apesar da transferência ser um obstáculo na análise, é o seu mais valioso aliado:

Es innegable que domeñar los fenómenos de la transferencia depara al psicoanalista las mayores dificultades, pero no se debe olvidar que justamente ellos nos brindan el inapreciable servicio de volver actuales y manifiestas las mociones de amor escondidas y olvidadas de los pacientes; pues, en definitiva, nadie puede ser ajusticiado in absentia o in effigie. (Freud, 1912, p. 105)

E, desse modo, a transferência coloca em cena os fantasmas reatualizados na pessoa do analista, sob a forma de sentimentos ternos ou agressivos. Mas, representa uma resistência quando se trata de uma transferência hostil ou erótica.

Em 1914, no artigo *Recordar, Repetir y Reelaborar*, Freud (1914), pela primeira vez, refere-se à compulsão à repetição, indicando neste texto os limites à rememoração. Ele afirma que tudo aquilo que não pode ser rememorado retorna por meio da repetição: "*podemos decir que el analizado no recuerda, en general, nada de lo olvidado y reprimido, sino que lo actúa*" (Freud, 1914, p. 151-2). Nessa perspectiva, indica a relação entre a compulsão à repetição, transferência e a resistência. Concebe a transferência como um fragmento da repetição e a repetição, por sua vez, como uma transferência do passado esquecido:

Por eso tenemos que estar preparados para que el analizado se entregue a la compulsión de repetir, que le sustituye ahora al impulso de recordar, no sólo en la relación personal con el médico, sino en todas las otras actividades y vínculos simultáneos de su vida (Freud, 1914, p. 153).

Quanto mais intensas as resistências, tanto mais as recordações serão substituídas pela repetição: *“Y a partir de ese punto las resistencias comandan la secuencia de lo que se repetirá”* (Freud, 1914, p. 153). Entretanto, não basta somente que as resistências sejam nomeadas e indicadas ao paciente, é necessário dar-lhe tempo de modo que possa perlaborá-las, e para *“reelaborarlo {durcharbeiten}, vencerla prosiguiendo el trabajo en desafío a ella y obedeciendo a la regla analítica fundamental”* (Freud, 1914a, p. 157).

Ainda que o conceito de perlaboração (*durcharbeiten*), neste momento, não tenha ainda sido devidamente articulado por Freud com a rememoração e a repetição, ele indica a necessidade de um certo manejo da transferência. Ou seja, com frequência a interpretação de uma resistência parece não produzir os efeitos desejados, seguindo-se um período de relativa estagnação no tratamento analítico. Mas, ao contrário, para Freud, essa estagnação encobre um trabalho positivo, relacionando-o ao principal fator de eficácia terapêutica. Não basta nomear as resistências para que seus efeitos cessem, é necessário tempo para que o paciente possa perlaborá-las. A perlaboração, segundo Laplanche e Pontalis,

[...] é justamente uma repetição, mas modificada pela interpretação, e por esse fato suscetível de favorecer a libertação do indivíduo de seus mecanismos repetitivos (Pontalis, 1983, p. 431).

Em um ensaio de 1919, particularmente interessante, *Das Unheimliche (Lo Ominoso)*, Freud (1919a), aborda novamente a problemática da repetição. Mostra que o estranho *“es aquella variedad de lo terrorífico que se remonta a lo cosabido de antiguo, a lo familiar desde hace largo tiempo”* (Freud, 1919a, p. 220). Nessa perspectiva, o novo não é temido, pois jamais se deu na experiência, o estranho remete a algo familiar, embora oculto, que na repetição retorna como algo diferente. Freud havia referido-se à repetição, principalmente nas neuroses obsessivas, no segundo capítulo de um artigo de

1916²⁴ - *Los que fracasan cuando triunfan*. Neste trabalho, ele examina as condutas de fracasso, revelando uma função particular da repetição: alguns sujeitos, frente ao êxito de um desejo há muito alentado, adoecem precisamente quando conseguem realizá-lo. O fracasso, em geral, representa o preço exigido pelos sentimentos de culpa subjacentes. As condutas repetitivas de fracasso seriam, assim, a única forma do sujeito suportar o ônus da culpa, induzindo-lhe, subseqüentemente, a novos fracassos. Em 1923²⁵, Freud retorna a problemática da repetição, apresentando uma descrição mais completa da reação terapêutica negativa, mostrando como, em certos indivíduos, a resolução, mesmo que parcial ou passageira dos sintomas, provoca um agravamento no sofrimento do paciente, ao invés de sua melhora. Ao afirmar em 1893 (Breuer & Freud, p. 33), que "*el histérico padece por la mayor parte de reminiscencias*", Freud antecipa, em mais de vinte cinco anos, a idéia da compulsão à repetição. Na verdade, a repetição é um conceito que se encontra desde sua origem nos trabalhos de Freud. Seja nos sintomas, nos sonhos e na transferência, nos deparamos com a natureza repetitiva desses fenômenos.

Mas, em 1920, os impasses na clínica psicanalítica o levam a conceber e introduzir o conceito de pulsão de morte em um trabalho especulativo e, em grande parte, tomado de empréstimo da biologia - *Más allá del principio del placer*. Freud examina certos exemplos de repetição já identificados anteriormente (na literatura, nos sonhos, sintomas e brincadeiras infantis), acrescentando-lhes outros, a repetição nas neuroses de guerra e nas neuroses traumáticas. O que caracteriza esse texto, em especial, é o caráter desprazeroso dessas repetições em contraste ao prazer de certas repetições. A constatação da insistência com que certos pesadelos, imagens traumáticas e atos repetitivos retornavam contradizia radicalmente os princípios postulados anteriormente sobre a primazia do princípio do prazer (Freud, 1911, p. 217). A compulsão à repetição, a nível clínico, tem valor equivalente a um trauma (excesso pulsional que coloca fora de ação o princípio do prazer) e sua repetição (inoperante) tem como função a sua simbolização, no sentido de reduzir o trauma. A repetição, via de regra, é inútil, caracterizando-se

²⁴ Freud, 1916. "Algunos tipos de carácter dilucidados por el trabajo psicoanalítico", vol. XIV, p. 313-39.

²⁵ Freud, 1923. "Los vasallajes del yo", vol. XIX, p. 49 -59.

por seu caráter de automatismo e sua tendência a perpetuar-se. Ela é impulsionada pelo aparelho psíquico com o objetivo de dominar esse transbordamento pulsional que, na qualidade de um resto psíquico inassimilável, não pode ser simbolizado. A repetição é, assim, essa tentativa de ligar psiquicamente a excitação com vistas a sua redução. E a noção de ligação, anteriormente utilizada no *Projeto* (1895), torna-se a principal característica das pulsões de vida em contrapartida à característica disjuntiva da pulsão de morte.

No âmbito da primeira teoria das pulsões, Freud opunha as pulsões sexuais às pulsões de conservação e, nessa perspectiva, o princípio da realidade se encontrava além do princípio do prazer. Mais do que uma oposição, o princípio da realidade impunha um desvio ao princípio do prazer, seguindo um esquema semelhante ao funcionamento psíquico do processo primário ao secundário (Garcia-Roza, 1995). Através da introdução do conceito de pulsão de morte, Freud propõe uma nova concepção pulsional, onde a pulsão de vida e a pulsão de morte passam a englobar as pulsões sexuais e de autoconservação.

As manifestações repetitivas, no tratamento analítico face ao princípio do prazer, levam-no a questionar essa força que parece se impor com uma intensidade “*demoniaca*” (Freud, 1920, p. 2). A pulsão de morte viria a ser concebida sob a ótica da compulsão à repetição, uma vez que contrariava o princípio do prazer estabelecido anteriormente. A compulsão à repetição remeteria a algo mais fundamental, mais primitivo, para um “mais além do princípio do prazer”. Contrapondo-se às pulsões de vida, a pulsão de morte seria concebida segundo a tendência de todo ser vivo retornar ao estado inorgânico. O alvo de Eros é descrito por Freud como ligação, unindo e preservando unidades cada vez maiores. Em contrapartida, a pulsão de morte caracteriza-se pela dispersão, pelo impossível de fazer-se representar psiquicamente e, conseqüentemente, ser simbolizado.

Com a segunda teoria do aparelho psíquico, Freud é levado a reconsiderar as fronteiras que havia estabelecido em relação ao inconsciente, conduzindo a um alargamento da noção do eu, atribuindo-lhe diversas funções e, sobretudo, características e modos de operação diferentes. Na

primeira tópica, Freud concebe o inconsciente como constituído de elementos recalçados - representantes pulsionais submetidos aos mecanismos do processo primário. O aparelho psíquico é formulado segundo a oposição entre o inconsciente, consciente e pré-consciente e também mediante o recalque, processo pelo qual as pulsões sexuais são rejeitadas pelo sistema consciente. Não há uma superposição entre uma tópica e outra ou uma “restruturação teórica”, mas, como salienta Garcia-Roza (1995, p. 205), “*um deslocamento temático*” com fins práticos. No que concerne ao eu, a partir da segunda tópica, a antiga diferenciação entre o inconsciente e o eu perde seu sentido, já que o eu é concebido como sendo em parte inconsciente, não apenas no sentido descrito, mas também no sentido dinâmico. O eu não mais se identifica à consciência ou ao pré-consciente, sendo reformulada a antiga diferenciação entre o eu e o inconsciente. Freud utilizou-se do termo *Es* (isso) para designar uma região psíquica inacessível e inconsciente, diferenciando-a do eu. O isso corresponde a essa região que, topologicamente falando, não se acha nitidamente separada do eu, mas cujo funcionamento é distinto. Em seu interior, encontram-se os representantes pulsionais submetidos ao princípio do prazer e, em outro extremo, o isso encontra-se sob as influências somáticas. O eu, para Freud, é aquela parte do isso que se diferenciou deste por influência do mundo externo, por intermédio do Pcs.-Cons., e também

[...] se empeña en hacer valer sobre el ello el influjo del mundo exterior, así como sus propósitos propios; se afana por remplazar el principio del placer, que rige irrestrictamente en el ello, por el principio de realidad (Freud, 1923, p. 27).

O eu tem também como função ser o mediador entre o isso e as exigências do supereu. Herdeiro do complexo de Édipo que sucumbiu à repressão, o supereu é a instância psíquica representada pela autoridade parental que, por identificação, é interiorizada. Constitui-se como instância crítica e com autonomia em relação ao eu. Em decorrência da posição intermediária entre o eu e o isso e das exigências da realidade, o eu com frequência sucumbe

[...] a la tentación de hacerse adulator, oportunista y mentiroso, como un estadista que, aun teniendo una mejor intelección de las cosas, quiere seguir contando empero con el favor de la opinión pública (Freud, 1923, p. 57).

Essa “*pobre cosa*”, como Freud se refere ao eu, encontra-se submetida a três senhores severos e ameaçada por três tipos de perigos, via de regra, incompatíveis e irreconciliáveis, aos quais se esforça em contemporizar: de parte do mundo exterior, das pulsões do isso e da severidade do supereu.

O estudo do eu ocupou um lugar preponderante nas teorias dos psicanalistas pós-freudianos. *El Yo y el Ello* é considerado como o artigo *principes* a uma nova orientação em psicanálise - a psicologia do ego voltada à análise do eu e de seus mecanismos de defesa, mais do que a uma elucidação dos conteúdos inconscientes. Como observam Laplanche e Pontalis (1983), a chamada viragem de 1920 compreende outras noções essenciais além do eu que modificam a estrutura da teoria e que só podem ser plenamente apreciadas em suas correlações. Não reproduziremos todas as críticas formuladas, sobretudo por Lacan em seus primeiros seminários, a essa concepção analítica. Somente destacaremos como a antropofomização do eu desta perspectiva, do eu identificado a uma totalidade e tomado tal qual o sujeito, destituiu a noção do eu freudiano de sua ambigüidade:

[...] *o ego como pessoa e o ego como instância [...] a articulação destes dois sentidos está precisamente no centro da problemática do ego.*
(Laplanche & Pontalis, 1983, p. 173)

À assimilação da noção de eu, introduzida a partir da segunda tópica, às noções da psicologia do desenvolvimento, à psicologia social, à psicologia da aprendizagem e à psicofisiologia corresponde a pretensão em desenvolver uma psicologia geral do eu, fazendo apelo às noções como a de energia dessexualizada e de uma suposta esfera do eu livre do conflito. Nessa perspectiva, a gênese do eu é tomada tal qual suas funções. O eu é concebido como um aparelho regulador, cuja função é a adaptação à realidade. Tal finalidade é bastante expressiva nessa orientação que se persegue através do tratamento analítico. Ainda que seja possível “*encontrar na origem de qualquer destes conceitos pontos de apoio no pensamento freudiano*”, é difícil admitir que essa orientação seja a “*mais adequada expressão*” à última teoria do aparelho psíquico (Laplanche & Pontalis, 1983, p. 184).

Freud, inicialmente, situava as resistências como manifestações próprias do tratamento analítico, força exercida pelo eu contra representações penosas e uma repulsa que advém do recalçado

enquanto tal. Ambas as explicações - a resistência como função defensiva e a resistência regulada por sua distância do recaiado - são mantidas por Freud. Mas, a partir de 1923, a ênfase recaía sobre os aspectos defensivos das resistências, como resistências provenientes do eu. Se bem que,

[...] a verdade é que Freud afirma explicitamente que a resistência evidente do ego não basta para explicitar dificuldades encontradas na progressão e acabamento do trabalho analítico [...] encontra resistências que não pode ligar as alterações do ego (Laplanche & Pontalis, 1983, p. 597).

É fato que Freud jamais abandonou a concepção de uma resistência inconsciente e do isso. Em *Inhibición, Sintoma y Angustia* (1926), Freud relaciona cinco tipos de resistências, sendo três delas concebidas como relativas ao eu: a resistência da repressão, da transferência e do ganho secundário da doença. E as outras: a compulsão à repetição desencadeada pelo isso, e os sentimentos de culpa e a punição provenientes do supereu. Nesse trabalho em especial, Freud questiona se, através da análise das resistências, é possível abarcar todo o estado de coisas em uma análise, argumentando que o eu, mesmo após ter abandonado suas resistências, ainda encontraria dificuldades em se desfazer da repressão. Mais uma vez, refere-se à elaboração como um percurso doloroso e árduo que se faz necessário em vista da compulsão à repetição e de modo a superá-la (Freud, 1926, p. 178). A reação terapêutica negativa - os sentimentos de culpa, de punição e a ansiedade inconsciente provenientes das resistências do supereu - faz oposição à recuperação e ao êxito do tratamento, constituindo-se num dos maiores obstáculos ao término do mesmo.

Desde que Freud abandonou a teoria da sedução, utilizada anteriormente para explicar a origem das neuroses, algumas questões permaneceram: a prevalência da castração e a origem sexual das neuroses. Ambas são, mais uma vez, reafirmadas no trabalho de 1926. A castração é concebida por Freud como uma experiência inconsciente decisiva para a futura identidade sexual. Sua descoberta pela criança pequena faz com que ela se perceba como castrada. O complexo de castração - feminino ou masculino - é o efeito dessa eleição do pênis como órgão cuja função simbólica é o preenchimento da falta (Nasio, 1992). O ser humano é concebido por Freud como marcado por uma falta, uma

incompletude que o lança numa busca incessante. O símbolo dessa falta “do preenchimento do vazio que ela produz é o falo” (p. 13). A ilusão da onipotência é modificada pela experiência da castração, quando a criança pela primeira vez reconhece, à custa da angústia, a diferença anatômica entre os sexos. A experiência da castração não se reduz a um momento cronológico, mas é uma experiência inconsciente “renovada ao longo de toda a existência” (p. 13) e recolocada em cena na cura analítica. Com efeito, um dos objetivos da experiência analítica é possibilitar na vida adulta a experiência pela qual o sujeito é atravessado na infância, ou seja, “admitir com dor que os limites do corpo são mais estreitos do que os limites do desejo” (p. 13). No psiquismo inconsciente, a diferença entre os sexos é ignorada, assim como as diferenças biológicas entre o homem e a mulher, o que levaria Lacan a afirmar, asserção incansavelmente repetida: “Não há relação sexual possível”. O acesso à sexualidade realiza-se mediante a experiência da castração. Castração referida, a partir da segunda tópica, não mais ao Édipo, mas à falta fundamental de gozo:

A clínica sexual freudiana finca, então, suas raízes, na descoberta inicial da inadequação de todo objeto à satisfação sexual, inadequação de base que faz a sexualidade ser, em sua essência, aberrante, desviante, perversa em seus fundamentos fantasmáticos (Nicéas, 1991, p. 33).

Em *Construcciones en el Análisis* (1937), Freud, mais uma vez, reafirmaria os limites da rememoração, colocando ênfase nas construções e, sobretudo, na questão da verdade em psicanálise. Freud concebe a construção como hipóteses e conjecturas que visam preencher certas lacunas da história do sujeito. Para Freud, a construção do analista visa produzir efeitos à semelhança de uma lembrança recapturada, visto que a verdade histórica se encontra recalçada e só retorna à consciência de forma deslocada. Portanto, não se trata de uma verdade tal qual a realidade ou de um acontecimento real. A verdade histórica, inacessível e inominável, é o que especifica o campo analítico. Verdade esta que não corresponde à verdade do discurso científico. Trata-se, antes de mais nada, da verdade que habita o desejo inconsciente:

Freud recupera, assim, a via da opinião que havia sido rejeitada pelo discurso conceitual, e o faz não no sentido de opô-la à via da verdade,

mas no sentido de mostrar que a verdade e erro não são excludentes
(Garcia-Roza, 1990, p. 117).

Verdade que emerge através das formações do inconsciente e que só poderá ser reconhecida a posteriori. De fato, a noção de *nachträglich* modifica “uma representação ingênua da psicanálise, segundo a qual seria sempre o historicamente anterior que iria determinar o que é posterior” (Chemana et alii, 1995, p. 7). A cena primária e as lembranças encobridoras só podem adquirir todo seu sentido e sua eficácia em um tempo posterior à sua inscrição no psiquismo; perspectiva esta que afasta a psicanálise de uma representação linear da evolução psíquica ou de uma perspectiva causalista dos fenômenos psíquicos.

A idéia da rememoração como critério básico para confirmar a interpretação analítica é colocada em questão por Freud quando começa a teorizar aquela que viria a ser a sua teoria pulsional mais acabada. No momento em que enfatiza o registro da força pulsional, a eficácia da interpretação é baseada exclusivamente no critério da experiência transferencial (Birman, 1994a, p. 81). Portanto, o conceito de transferência é o que existe de mais fundamental e singular na experiência analítica, ao mesmo tempo em que designa o instrumento psicanalítico por excelência. Na transferência, o analista passa a ocupar um lugar na economia psíquica do paciente, tomando-se parte de seu sintoma. A análise da transferência implica que o analista não possa abordá-lo de um lugar exterior a ela à medida que se encontra incluído como alteridade neste processo (Lacan, 1979). Quando o sujeito endereça um saber ao analista e o interroga acerca de seu sintoma, este é colocado no lugar do sujeito suposto saber. A transferência é endereçada a um Outro - além do analista, sendo, sobretudo, uma função.

O confronto do sujeito com a castração encontra-se no ceme da experiência freudiana e é aquilo a que se dirige o tratamento analítico. Diante da condição radical de desamparo (estrutural), o sujeito não pode ser curado ou salvo. Freud, em *Análisis Terminable e Interminable* (1937a), fala justamente em dar condições ao paciente de examinar e alterar sua atitude em relação à castração e ao apaziguamento das pulsões. Toda a análise esbarra no “rochedo da castração”, que indica os limites

impostos à elaboração edípica. E, a partir de 1920, a teoria psicanalítica será reorientada em função daquilo que se apresenta como irredutível à interpretação - a um real irredutível que Freud chamou de "feminino" (referindo-se aos homens e mulheres). Neste texto, a inesgotabilidade do inconsciente é indicada pela infinitude do processo analítico, se bem que, desnecessário dizer, a análise tenha um término. Término este de uma experiência limite na qual o sujeito se desidentifica de seus ideais imaginários e confronta-se com sua divisão fundamental mediante a angústia do vazio identificatório. Freud observa que a psicanálise não poderia fornecer garantias quanto a possíveis recaídas, ou teria um poder profilático, assim como não promete a pacificação do desejo, até porque a própria psicanálise deve seu nascimento à constatação da impossibilidade em pacificar o desejo. Transformar a infelicidade neurótica em miséria banal, este seria, por fim, o objetivo primordial da cura analítica. Em outras palavras:

A psicanálise não traz ao mundo uma boa nova. Ao contrário, ela denuncia que há algo impossível de ser reformado na relação do Homem com a natureza. Ela é a clínica desse MAL-ESTAR RADICAL. (Santoro, 1995, p. 115).

3.2 ORTOPEDIA DAS ALMAS

É forçoso admitir que, na situação atual, qualquer definição de psicanálise, além de problemática, recobre um número de questões que não é possível abordar no âmbito deste trabalho. Entretanto, convém lembrar que aceitar a perspectiva de escolas de psicanálise pós-freudianas é sempre uma alusão a demarcadores mais ou menos estáveis nas concepções teóricas e na prática clínica. Mas, simultaneamente, refere-se também, segundo entendemos, a uma representação imaginária que cada escola tem de si mesma - o que necessariamente não corresponde aquilo que cada escola pensa que efetivamente é. Por tudo isso, nos ocorre indagar por que essas psicoterapias, assim chamadas de "orientação" psicanalítica, pretendem manter seu estatuto de cientificidade em referência à psicanálise. É forçoso perguntar-se, como outros já fizeram antes de nós, "*por que muitas dessas práticas terapêuticas pretendem encontrar seu suporte na psicanálise?*" (Birman, 1978, p. 205).

As chamadas psicoterapias de “orientação” psicanalítica não constituem um campo homogêneo, havendo perspectivas distintas entre elas²⁶. Há duas correntes predominantes, sendo que uma delas, a norte-americana, desenvolveu-se em torno de F. Alexander e T. French na década de quarenta, no Instituto Psicanalítico de Chicago. *Psychoanalytic Therapy* foi publicada em 1946 por Alexander e French. Os autores defendem a necessidade de redução do tempo de tratamento analítico, elaborando conceitos sobre o planejamento de psicoterapias de curta duração. Nesse trabalho, desenvolveram o conceito de “*experiência emocional corretiva*” e, segundo Lemgruber, este conceito deve ser visto sob a ótica da segunda tópica freudiana:

[...] em 1933, na Conferência XXXI, sobre as “*Novas Abordagens da Psicanálise*”, Freud propõe uma reformulação prática como consequência de sua reformulação teórica, propondo como objetivo da psicanálise não o de “*tornar consciente o inconsciente*”, mas sim “*colocar o ego onde estiver o id.*” (Lengruber, 1987, p. 5).

De acordo com Lemgruber, o conceito de “*experiência emocional corretiva*” foi rechaçado, sobretudo por sua pretensão de que sua técnica fosse considerada como “*a quinta etapa da evolução da psicanálise*”. Segundo Lengruber, “*na verdade o que ele [Alexander] estava propondo seria o fundamento da técnica de PB [psicoterapia breve]*” (Lengruber, 1987, p. 6).

A corrente inglesa constituiu-se a partir dos trabalhos de Malan (1974) na década de cinquenta, na Clínica Tavistock, supervisionados por Balint. Neste trabalho, de orientação kleiniana, constam 19 casos clínicos de diversos terapeutas da Clínica Tavistock, onde Malan sistematiza o conceito de técnica focal utilizada nas psicoterapias breves. Ao contrário da corrente norte-americana, a psicoterapia breve de orientação kleiniana,

[...] *acentua a conveniência de interpretar a transferência de maneira exaustiva dentro da terapia breve (em acentuada dissidência com muitos outros), assim como a necessidade de trabalhar a separação entre paciente e terapeuta, causada pelo término de tratamento* (Braier, 1986, p. 9).

²⁶ Sobre a história dessas psicoterapias, ver Braier (1986) e Lengruber (1987).

Por último, na década de sessenta, as psicoterapias breves começaram a ser largamente utilizadas na Argentina, sendo primeiramente sistematizadas a partir de um trabalho de 1970 de H. Kesselman. A seguir, em 1973, seria publicado o livro de Fiorini - *Teoria e Técnica de Psicoterapias*, de larga repercussão no Brasil, destacando-se, neste trabalho, o modelo de foco terapêutico realizado a partir da primeira entrevista em psicoterapia breve. As psicoterapias de apoio, por sua vez, podem ser consideradas como uma abordagem cujos parâmetros são diferentes dos utilizados, de modo geral, nas psicoterapias breves e focais. Estas últimas são utilizadas em casos de urgência e frente a riscos de descompensação, onde o objetivo visado é garantir um mínimo de unidade ao eu. Embora as psicoterapias breves e focais não utilizem o apoio indiscriminadamente, dificilmente o apoio pode ser dissociado da noção de esfera do ego livre de conflito, uma vez que essa noção corresponde, na prática, à tentativa de fortalecer o eu e reforçar os processos de síntese. Para Dewald (1986), por exemplo, o apoio e o *insight* constituem-se em estratégias distintas, onde o apoio consiste em encorajar as defesas do eu contra a regressão. O *insight* consiste em um meio através do qual "o conflito, anteriormente inconsciente, é novamente mobilizado e trazido ao conhecimento do paciente" (Dewald, 1986, p. 223). Quanto aos aspectos transferenciais nas terapias de apoio, estes não são interpretados como resistências, o terapeuta "manipula a situação terapêutica para controlar a intensidade da relação transferencial" e assim "proporciona ao paciente um meio de conhecê-lo como um ser real" (Dewald, 1986, p. 231).

Segundo Lemgruber (1987), a principal controvérsia entre a escola inglesa e a argentina diz respeito à transferência. Para a primeira, a regra é analisar sistematicamente a transferência, visando ao *insight*. Embora seja lícito indagar o que afinal compreendem por analisar a transferência (analisar sistematicamente a transferência focal?) à medida que, paradoxalmente, a noção de foco estabelece *a priori* o que deve ou não ser abordado na terapia. A segunda corrente, por sua vez, considera que a transferência - tal qual ela é utilizada na psicanálise - é inabordável através das psicoterapias breves, pois não é capaz de lidar com a regressão e a neurose de transferência; preconizando assim um objetivo cognitivo dessas psicoterapias, chamadas também de terapias não-regressivas. A originalidade da

primeira corrente consiste em considerar que não há diferença entre os tratamentos breves e os prolongados (leia-se a psicanálise). O grupo argentino tenta enfatizar as características próprias da técnica breve, diferenciando-as de um simples "encurtamento" no tratamento, em relação à psicanálise propriamente dita:

Neste anseio de firmar uma identidade da PB, distinguindo-a da psicanálise, o grupo argentino tendeu a buscar a explicação do processo terapêutico no denominado "insight cognitivo", definido como o conjunto de processos mediados por mecanismos em níveis conscientes, com predominância dos aspectos intelectuais e cognitivos (Lemgruber, 1987, p. 10).

Por último, para Lemgruber, o conceito de *experiência emocional corretiva* tem a vantagem de se referir a um processo completo, envolvendo tanto os aspectos cognitivos como os emocionais.

A flexibilidade das técnicas propostas - seja visando à eliminação sintomática ou à resolução de conflitos, realiza-se, como ressalta H. Brazil (1994), "*circunscrevendo a transferência, limitando a atividade interpretativa e fazendo o saber, que não é mais suposto, efetivo e eficaz*" (p. 13). A técnica de Balint (et alii, 1975) - psicoterapia focal - é um bom exemplo onde certos elementos são isolados, tomando-se o foco da atividade interpretativa, e o analista circunscreve a transferência, escolhendo o que deve ou não ser interpretado para atingir um objetivo que, a bem dizer, é o do terapeuta. A regra fundamental consiste em que o sujeito fale sendo que a resistência materializa-se na fala, interferindo na associação livre e produzindo uma espécie de fechamento do inconsciente. A perlaboração das resistências, conjuntamente à atemporalidade do inconsciente, supõe que o trabalho analítico não possa ser acelerado, pois o tempo é condição fundamental nesse processo. E qualquer tentativa de uma saída rápida para os conflitos, seja para apaziguar o sintoma ou para abreviar a duração do tratamento, produz como efeito alimentar as resistências - colocando de saída a impossibilidade de abreviar o tempo de tratamento.

Essa flexibilização da técnica implica um retorno a certos procedimentos considerados por Freud como inadequados para enfrentar os transtornos psicopatológicos: ênfase nos aspectos sádios e, portanto, sujeitos à reeducação em detrimento dos aspectos psicopatológicos e dos conflitos

inconscientes, utilização da sugestão, informação, persuasão, conselhos, direcionamentos, intervenção na realidade do paciente em detrimento da análise da transferência. A utilização de critérios, como por exemplo, cura padrão (psicanálise) e cura superficial (psicoterapias), evidenciando o que dissemos antes: a antecipação de resultados e a ambição de curar.

Hoje, a emergência dessas psicoterapias é atribuída, como na década de quarenta no pós-guerra, à demanda psiquiátrica e ao atendimento de massas. Há quase duas décadas, Costa (1978, p. 227) já assinalava que o atendimento de massas “*não deveria receber uma solução meramente psicoterápica*”. Mas, sobretudo, entender o porque dos discursos que sustentam a sistematização dessas técnicas ao crescimento da demanda psiquiátrica. Não falta quem veja, nessa difusão maciça de psicoterapias, uma demanda crescente de psicologização das sociedades capitalistas (Castel, 1978a); uma tendência objetivante do ser humano e uma prática utilitarista. Assim, diz Circe N. V. Brazil, sobre o campo psicológico contemporâneo:

Uma concepção de homem utilitarista fica presa radicalmente a uma visão do homem como força de produção, e exige que qualquer técnica atenda aos objetivos imediatistas de participação na força de trabalho, e só podem chegar a uma exigência de adaptação autoplástica do homem e seu ambiente social (Brazil, 1994, p. 2).

A diferenciação entre psicanálise e psicoterapias, fazendo da regra de abstinência uma premissa básica à neutralidade do analista, propõe um deslocamento da única regra fundamental da psicanálise - a associação livre em contrapartida à atenção flutuante do analista - quando se sabe que a passagem da hipnose à associação livre representa uma ruptura nos pressupostos freudianos. A psicanálise foi se constituindo à medida que foi se desligando de outras formas de intervenção que atribuíam importância à ação direta sobre o paciente, a uma sugestão:

É na medida em que o paciente fica livre do controle consciente (dentro dos limites possíveis), não permitindo que a coerência lógica se imponha ao seu relato, que uma outra determinação se torna acessível: a do inconsciente (Garcia-Roza, 1995, p. 171).

A noção de neutralidade analítica tem um certo alcance quanto à relação imaginária entre o analista e o paciente. Ser neutro, num certo sentido, significa evitar entrar em um tipo de relação que, em geral, mantém-se de forma voluntária. Porém, o analista não pode evitar justamente que o paciente o coloque neste lugar (Chemana, 1995, p. 147). Em contrapartida, na neutralidade concebida tal qual nas ciências positivas, o analista é convocado a um lugar exterior ao processo analítico, onde o saber não é mais suposto, mas uma verdade do analista que assim pode orientar o paciente em função de seus próprios valores, efetivando-se como uma ortopedia das almas. Em vista disso, afirmamos, em um capítulo anterior, que as chamadas "psicoterapias de orientação analítica" não podem ser concebidas num registro de transgressão. Pois, ao contrário, partem de um pressuposto que se opõe à regra fundamental - associação livre - e a instituem como regra dessas abordagens.

Desde *Sobre la Psicoterapia de la Histeria* à descoberta clínica do narcisismo, dando início a uma profunda transformação na metapsicologia freudiana, Freud é levado a afastar-se da medicina, psiquiatria e da psicologia, opondo-as à psicanálise. A interdição de analistas leigos concomitante à hegemonia médico-psiquiátrica produzida pelo modelo dominante da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), restringindo-se a formação a médicos, seria determinante no estabelecimento de uma ideologia terapêutica e preventiva em anos subsequentes. A base disso parece se encontrar no que Figueira (1981) coloca em relação à difusão da psicanálise: apesar de Freud preocupar-se para que a psicanálise não se transformasse em uma *weltanschauung*, no seu processo de institucionalização - sustentada ainda sob uma base frágil e instável, a psicanálise foi abarcando fenômenos de diversas naturezas. Através de um movimento centrípeto e centrífugo, ou seja, ao estender seu poder explicativo sobre fenômenos tão heterogêneos, como os sonhos, os chistes, os devaneios, etc., procede sobre os mesmos através de um movimento centripedo, homogeneizando-os simultaneamente através de um movimento centrífugo. E, desse modo, estendendo seu poder explicativo a outros campos do saber, como a antropologia, sociologia, filosofia, religião, pedagogia, psicologia, etc.. Nessa ótica, a psicanálise conteria uma ideologia em potencial ou, quem sabe, modificaria radicalmente os limites entre as ciências.

A psicanálise concebida como uma modalidade terapêutica entre outras técnicas psiquiátricas, associada a um ideal de prevenção e inserindo-se nos projetos de higiene mental teve, entre outras conseqüências, a formação de um considerável número de “subjetividades” profissionais (entre elas os chamados “psicoterapeutas de orientação psicanalítica”). Sua organização hierárquica foi ironicamente descrita por Castel em *O Psicanalismo* (1978a) e, posteriormente, na análise da influência da psicanálise no *aggiornamento* da moderna psiquiatria e da psicologia em *A Gestão dos Riscos* (1987). O projeto de Castel (1978), audacioso sem dúvida, pretende problematizar a amplitude da proposta de “um retorno a Freud”, promovido por Lacan, no sentido de resgatar a subversão freudiana recuperada pela psicanálise norte-americana. Ao considerar a psicanálise como um sistema produtor de ideologia, sua intenção é desmascarar certas ilusões presentes no campo analítico, como a idéia de recuperação da psicanálise, seu caráter intrinsecamente subversivo, levando em conta a existência do extra-analítico, dissimulado e/ou neutralizado no dispositivo intra-analítico.

O projeto em questão, como foi devidamente criticado por Figueira (1981) e Birman (1989), torna inviável a abordagem epistemológica da psicanálise à medida que a psicanálise, enquanto instituição e prática social, é tomada tal qual seus fundamentos conceituais e metodológicos. Essa perspectiva, paralisante sob vários aspectos, onde se opera simultaneamente com uma certa “representação” da psicanálise, tomando-a como equivalente a seus pressupostos epistemológicos, tem resultado em impasses consideráveis, mostrando os limites desse tipo de análise social. Porém, é possível reconhecer o poder de crítica da análise feita por Castel se contextualizarmos seu trabalho - uma época onde autores franceses dedicavam-se a interrogar o “lacanismo” enquanto fenômeno social e mesmo correndo o risco de fazer da psicanálise “farinha do mesmo saco”, como diz Kupermann (1993, p. 36).

É fato que um considerável número de trabalhos sobre o campo psicanalítico refere-se, simultaneamente, à psicanálise difundida, a esse efeito sombra, como salienta Castel acerca do psicanalismo ou a sua representação social (Moscovici, 1961), e ao saber psicanalítico propriamente

dito. Esse fato tem conseqüências importantes, pois se a psicanálise difundida é tomada tal qual a psicanálise (seus pressupostos epistemológicos), permanece-se em um plano representacional. Por outro lado, a perspectiva contrária, de que essas representações nada tem de fato a ver com a psicanálise propriamente dita, sendo somente distorções da “verdadeira psicanálise”, torna estéril a tentativa de estabelecer algumas mediações e assim fornecer certa inteligibilidade a estas questões.

Uma parte considerável da literatura que aborda questões relativas à difusão das chamadas psicoterapias de orientação psicanalítica tem adotado uma perspectiva ou outra. E, em certos casos, como se algumas representações da psicanálise e seus pressupostos epistemológicos fossem ambos a mesma coisa, embora o contexto de interdição que caracterizou a difusão da psicanálise no Brasil não seja devidamente considerado; criando-se assim um maniqueísmo entre posições marcadamente esterilizantes. Segundo entendemos, a difusão dessas psicoterapias assinala um momento de profunda modificação no quadro institucional da psicanálise brasileira, inserindo-se em um contexto que chamamos de psicanálise “clandestina”, definindo uma identidade profissional (ser psicanalista) num contexto de interdição (não poder ingressar numa formação oficial). O que se pretende neste trabalho é interpretar a difusão dessas psicoterapias analisando-as sob o ângulo de uma prática de resistência.

Resistência na perspectiva que lhe é atribuída por Bauer:

[...] a resistência é um fator criativo, que introduz e mantém heterogeneidade no mundo simbólico de contextos intergrupais. A função de resistência pressupõe uma segmentação social em diferentes subculturas, que mantêm sua autonomia resistindo às inovações simbólicas que elas não produziram. Esta defesa toma a forma de re(a)presentações. Essas representações podem ser consideradas como a ação de um sistema imunológico cultural: novas idéias são assimiladas às já existentes, que neutralizam a ameaça que elas representam e tanto a nova idéia, como o sistema que a hospeda, sofrem modificações nesse processo (Bauer, 1994, p. 229).

A título de esclarecimento, essa noção de resistência, oriunda das ciências sociais, é um conceito que surge para fazer face aos impasses das teorias da reprodução social e cultural, sobretudo ao determinismo implícito nessas teorias. Por outro lado, essa noção não se equivale ao conceito de resistência utilizado por Freud. Segundo Figueira (1994), Freud estendeu a noção clínica de resistência,

aplicando-a a todas manifestações de hostilidade às suas teorias, denominando-as como “resistências à psicanálise”. A noção clínica de resistência, por sua vez, é o termo que designa, no tratamento psicanalítico, “*tudo o que, nos atos e nas palavras do analisando, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente*” (Laplanche & Pontalis apud Figueira, 1994, p. 8). Freud, no entanto, estende essa noção ao público de modo geral, mesmo em ocasiões em que a psicanálise gozava de relativo prestígio social.

Desse modo, para Figueira:

[...] ao lidar com cada fragmentação da unidade da psicanálise como uma resistência (ou potencial), Freud interrompeu qualquer compreensão psicanalítica dos processos e da natureza da difusão - ou seja, Freud tanto chamou a atenção para a existência da difusão quanto pôs fim à possibilidade de um estudo psicanalítico da difusão da psicanálise (Figueira, 1994, p. 9).

Mesmo assim, a noção de resistência, no sentido utilizado por Freud, não é negligenciável e parece ser perfeitamente lícita em certos contextos da psicanálise. Entretanto, a noção é limitada principalmente quando é utilizada de modo recorrente para se referir a tudo aquilo que concerne a sua difusão. Por tudo isso, pensamos que a difusão das psicoterapias de orientação psicanalítica no Brasil não deveria ser analisada somente sob a ótica de uma resistência à psicanálise, mas também e paradoxalmente sob a ótica de uma prática de resistência²⁷.

²⁷ Sobre isto, ver Jóhannesson (1992), McFadden (1995), Mahoney & Yngvesson (1992), Walker (1986) e Nelson (1995).

CAPÍTULO II

O CORPUS

1. OBJETIVOS E CRITÉRIOS DAS ENTREVISTAS

Este trabalho foi elaborado, basicamente, tendo em vista a difusão das chamadas “psicoterapias de orientação psicanalítica” ou de “base analítica” na situação da psicanálise brasileira, que é parte integrante dos conflitos acerca da formação psicanalítica. O objetivo é investigar se essa difusão não teria sido uma formação psicanalítica, ainda que sem reconhecimento social. Ou seja, se acaso essas psicoterapias não corresponderiam, efetivamente, ao exercício da psicanálise em condições de interdição e clandestinidade.

Partimos da constatação da existência e da dimensão que assumiu o processo de exclusão ou de interdição da formação psicanalítica para um grande número de profissionais liberais - médicos, paramédicos e, em particular, os psicólogos. Verificamos também que as condições de acesso e de ingresso à formação psicanalítica passaram a ser consideradas como parte integrante e como um elemento central de compreensão da difusão das chamadas “psicoterapias de orientação psicanalítica” no país entre as décadas de sessenta e setenta.

Utilizando-nos da perspectiva do trabalho de Thompson (1991), buscamos contextualizar a discussão de modo a salientar as contradições e os conflitos decorrentes da difusão destas psicoterapias. Isto nos levou a investigá-las sob o ângulo da clandestinidade, ou seja, no que tange à existência de condições reguladoras de formação psicanalítica à margem das instituições de formação “oficiais” de psicanálise. Pensamos que a clandestinidade, nesse caso, à margem mas organicamente vinculada à psicanálise dita oficial, modifica a situação da psicanálise assim como se constitui em elemento de

transformação da mesma. Seus efeitos na situação da psicanálise brasileira têm sido efetivamente pouco investigados.

Entretanto, não bastava delimitar o problema, mas encontrar formas de captar essa história em processo. As entrevistas, estratégia escolhida para a investigação, apresentavam a vantagem de permitir uma exploração mais cuidadosa de certos problemas de pesquisa. Partimos do princípio que é na memória dos protagonistas, sujeitos dessa história, que poderiam ser encontrados elementos que permitissem a reconstituição desse processo histórico.

Tínhamos interesse em estudar a questão sob a ótica dos psicanalistas que, em dado período, foram sujeitos da difusão dessas práticas psicoterápicas. Para isso, um dos critérios utilizados foi entrevistar analistas que fizeram formação psicanalítica entre os anos sessenta e início dos anos oitenta. Em média, esses entrevistados têm em torno de 24 anos de experiência clínica, ainda que o critério estabelecido inicialmente tenha sido entrevistar analistas com, no mínimo, 15 anos de experiência clínica.

As entrevistas foram realizadas com analistas de diferentes estados do país. Entrevistamos dois psicanalistas de Pernambuco, um da Bahia, três de Minas Gerais e dois de São Paulo. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, foram realizadas quatro entrevistas em cada estado, perfazendo um total de dezesseis entrevistas. Entre os entrevistados, nove são do sexo masculino e as demais são psicanalistas mulheres. Oito têm formação em Medicina, sete em Psicologia e um em Filosofia. Na verdade, isso se deve ao acaso, pois nenhum critério havia sido estabelecido quanto ao sexo ou tipo de formação.

Destacamos que os entrevistados pertencem a diferentes instituições de psicanálise, com exceção de quatro psicanalistas que não se encontram vinculados a nenhuma instituição em particular e que, de fato, não fizeram uma formação psicanalítica no sentido convencional, porém gozam de prestígio e reconhecimento social como psicanalistas. Aliás, o reconhecimento dos seus pares e a legitimidade por eles conferida foram utilizados como os principais critérios para a escolha dos

entrevistados. Entretanto, procuramos selecionar analistas que, nas palavras de Silva (1988), representassem um sujeito mais típico. Evitamos entrevistar analistas que pudessem expressar uma atipicidade flagrante, como por exemplo, psicanalistas com posições marcantes no plano institucional ou pessoal, seja como fundadores, chefes de escola, ou como representantes de posições mais extremadas; pensamos que, desta forma, possíveis distorções foram evitadas.

As entrevistas ocorreram em duas etapas. A primeira, em setembro de 1994, quando foram realizadas cinco entrevistas semi-estruturadas (Nicolaci-da-Costa, 1988) que foram analisadas tendo em vista, sobretudo, meu lugar de entrevistadora para que pudéssemos avaliar as possíveis distorções provenientes da própria situação de entrevista. Nessa etapa, reformulamos as perguntas, simplificando-as. As entrevistas da segunda etapa ocorreram entre maio e setembro de 1995.

O que segue é o roteiro de perguntas. A primeira pergunta foi colocada do seguinte modo:

⇒ Qual a diferença entre uma psicoterapia de orientação psicanalítica e uma psicanálise, tendo em vista sua experiência e prática clínica?

Como era esperado, as respostas variavam e, dependendo do entrevistado, tomavam diferentes rumos. De modo geral, a pergunta suscitava reflexão, pois parecia ser, na maior parte dos casos, inesperada para os entrevistados. Solicitávamos, caso este recurso não tivesse sido utilizado pelo entrevistado, que ele ilustrasse com situações de sua experiência pessoal, exemplificando situações de psicoterapia e de psicanálise.

Num momento subsequente, formulávamos a segunda pergunta, se ela já não tivesse sido abordada. Pedíamos que o entrevistado, baseando-se em sua resposta anterior, respondesse:

⇒ Qual seria, segundo ele, a diferença entre uma formação psicanalítica e em psicoterapia?

Após, explicitávamos, resumidamente, a questão da pesquisa e pedíamos aos entrevistados que formulassem sua opinião.

As entrevistas foram gravadas e, em média, tiveram a duração de, aproximadamente, uma hora e meia, totalizando 23 horas de gravação. O uso do gravador tornou-se um problema em algumas entrevistas. Em três ocasiões, frente ao constrangimento dos entrevistados, foi necessário interromper a gravação e recorrer às anotações. Além das entrevistas, fizemos apontamentos em cada uma delas, registrando, por exemplo, as nossas reações e as dos entrevistados.

2. OS PROCEDIMENTOS DO CORPUS

As entrevistas com psicanalistas costumam esbarrar em algumas dificuldades, como tem sido assinalado em outros trabalhos do gênero (Figueiredo, 1984; Silva, 1988; Andrade, 1991). Os “*peritos em entrevistas*”, como salienta Figueiredo, nem sempre sentem-se à vontade sendo “investigados”. Nesse caso, o principal obstáculo com o qual nos deparamos se deve ao fato que alguns analistas tendem a “interpretar” as perguntas que lhe são dirigidas. O segundo obstáculo, como já tinha sido observado por Figueiredo (1984), diz respeito a um certo constrangimento em mencionar instituições, situações e nomes que pudessem ser “comprometedores” especialmente quando se referiam à transmissão “oficiosa” da psicanálise.

Em *Uma incursão pelo lado não respeitável da pesquisa de campo*, Tereza Pires do Rio Caldeira (1980) explicita uma série de episódios que são “vividos” durante as entrevistas e que costumam ficar “escondidos” por trás dos relatos de pesquisa. Essa tem sido uma preocupação de diversos estudiosos (Bourdieu, 1987; Kandel, 1987; Thiollent, 1987; Touraine, 1980; entre outros), que possuem em comum uma mesma intenção: superar a crença de que se pode eliminar todo tipo de influência nas situações de entrevista, o que, como salienta Thiollent (1987, p.112), é “*impossível em última análise*”.

As entrevistas, na prática, apresentaram situações bastante diversas. Por exemplo, nem sempre as perguntas foram formuladas na ordem em que foram apresentadas. Outras perguntas eram introduzidas sem terem sido previamente formuladas em momentos que se fazia necessário esclarecer certos argumentos imprecisos ou evasivos. Em mais de uma ocasião, antes de dar início à entrevista propriamente dita, fomos interpeladas sobre o trabalho e o que pretendíamos pesquisar. Nesses casos, optamos por responder as perguntas o mais objetivamente possível. Essa estratégia suscitava, via de regra, reações favoráveis, e então prosseguíamos as entrevistas.

No que diz respeito à aplicação de técnicas de pesquisa na abordagem sociológica tradicional, a padronização das entrevistas é considerada, na abordagem empiricista, um requisito de confiabilidade, comparabilidade e quantificação. A crítica a essas abordagens metodológicas permite "relativizar" uma concepção ingênua acerca da neutralidade do pesquisador. Não obstante, a utilização de técnicas mais participativas ou ativas levanta uma série de questões para o pesquisador, desde os critérios de seleção até análise dos resultados.

De antemão, sabemos que não há nenhuma abordagem metodológica que seja capaz de evitar distorções. Se as entrevistas semi-estruturadas permitem uma maior participação dos entrevistados e têm como objetivo tornar os interlocutores capazes de ultrapassar respostas condicionadas ou estereotipadas, não é possível relegar o fato de que as perguntas explicativas podem influenciar as respostas. Conseqüentemente, há um maior risco de distorção que, se não pode ser evitado, não deve, de modo algum, ser negligenciado na análise das entrevistas.

A entrevista semi-estruturada é uma modalidade de investigação metodológica que se aproxima, em alguns aspectos, da entrevista não-diretiva. A entrevista não-diretiva parte de um tema aberto a respeito do qual o entrevistado argumenta livremente. Na entrevista semi-estruturada, há um certo número de perguntas abertas, e procura-se fazer com que o entrevistado assuma uma posição mais participativa, contornando-se a tendência a respostas fechadas ou estereotipadas das entrevistas diretivas ou dos questionários fechados. Considera-se que as entrevistas não-diretivas favorecem a emergência de conteúdos mais profundos. Essa tendência parece ser influenciada por uma certa leitura da psicanálise onde o inconsciente é concebido como uma espécie de profundidade em relação à consciência. Essa concepção é bastante criticada, sobretudo por Lacan que, ao contrário, mostra como as formações do inconsciente são expressões do inconsciente que se realizam apesar do sujeito como, por exemplo, o ato falho. As formações do inconsciente são irrupções involuntárias do discurso. O desejo recalçado irrompe perturbando a intenção consciente do sujeito e pressupõe a prévia intervenção do recalçamento.

A psicologia do ego codificou uma técnica (Reich, 1972) que visava analisar as resistências antes do conteúdo, o que, na prática, corresponde, entre outras, a essa visão do inconsciente como profundidade. Ao contrário dessa tendência, Lacan mostraria que a interpretação não consiste em propor ao sujeito um outro sentido que contraria o sentido que ele acredita compreender, mas apresentar ao sujeito novas significações fazendo valer o caráter polissêmico da linguagem, para que o sujeito permaneça aberto às questões e não se feche em uma imagem alienante de si. A interpretação visa a uma reconstrução a partir desses traços deixados por esses apagamentos.

Authier-Revuz (1982), situando-se numa perspectiva que questiona a unicidade do significante, da concepção homogeneizadora do discurso, entende o sujeito, tal como é formulado por Lacan, como um efeito de linguagem. Para a autora, o trabalho analítico funda-se na transgressão das leis normais de conversação. E, nessa transgressão, o discurso articula-se com o seu avesso. O discurso não se reduz a um dizer explícito, mas ele é atravessado por seu avesso. O avesso não é um outro discurso, mas o discurso do Outro. O falante, segundo Authier-Revuz (1982), vê-se impossibilitado de fugir da heterogeneidade de todo discurso. Ele é movido por uma ilusão do centro, por um processo de denegação, onde o eu assume a função de manter a ilusão de um centro:

A consciência não é a face aparente de um subconsciente escondido, nem o inconsciente, a estrutura profunda, não revelada de um consciente manifesto. A relação não se estabelece nesses termos, mas toma o movimento geográfico de um percurso sem direito nem avesso, de onde o sujeito se enuncia sem saber o que diz em uma fala que diz muito sobre este saber (Roudinesco apud Authier-Revuz, 1982, p. 137-8).

As entrevistas semi-estruturadas, segundo entendemos, permitem, em alguns casos, que o entrevistador tenha acesso a um maior número de argumentos dos sujeitos sobre os assuntos investigados e não simplesmente, às preferências ou às tendências, como no caso dos questionários ou entrevistas fechadas. Não se trata de profundidade, mas de disponibilidade de argumentação. Em contrapartida, o argumento será sempre mais ou menos extenso, dependendo do interesse do entrevistado. Na verdade, existe uma defasagem muito maior do que freqüentemente se admite entre os

argumentos de um entrevistado na situação artificial de entrevista e os que eles produzem em situações cotidianas.

Na análise das entrevistas, toda a investigação corre o risco de uma categorização antecipada - uma leitura realizada por meio de categorias predeterminadas. Uma das questões que diz respeito à pretensão de neutralidade nas pesquisas sociológicas tradicionais é justamente a presença dissimulada da problemática ideológica dos pesquisadores. Contudo, na prática das entrevistas semi-estruturadas, geralmente há um retardamento na categorização que corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito das opiniões e crenças do próprio entrevistador. Para evitar esse tipo de dificuldade, J. Maître (1987) desenvolveu "*uma estratégia de retardamento da categorização*" que consiste na impregnação do entrevistador produzida por sucessivas leituras dos discursos do entrevistado, mantendo uma espécie de atenção flutuante em relação a esse material. A vantagem desse procedimento, a nosso ver, reside em permitir a emergência de novas categorias a partir da fala dos entrevistados.

O *corpus* deste estudo se compõe das entrevistas e de trabalhos sobre a psicanálise brasileira e, para seu exame, recorreremos à análise do discurso. As entrevistas e os textos foram analisados na qualidade de instrumentos privilegiados e indispensáveis para a investigação. Todas as enunciações, englobando as produções escritas, são elementos de diálogo. Bakhtin (1995) parte de uma crítica ao objetivismo abstrato de Saussure, que trata a língua como um sistema monológico, e inicia uma nova tradição na filosofia da linguagem em que, sob o ponto de vista discursivo, não há enunciado desprovido de dimensão dialógica. Num sentido restrito, a noção de diálogo é utilizada para nos referirmos à comunicação verbal direta entre um indivíduo e outro. No sentido de Bakhtin (1995), é utilizada em relação a toda comunicação, qualquer que seja a forma. A própria noção de discurso opõe-se a uma concepção da língua como mera transmissão de informação. O discurso é o efeito de sentido construído no processo de interlocução (Orlandi, 1984).

A crítica de Bakhtin (1995) à visão representacional da linguagem tem em vista que não é possível tratar as formas de expressão lingüística como produto de atores individuais abstratos ou como

se as regras e as convenções lingüísticas fossem igualmente abstratas - como um sistema sincrônico homogêneo. Procurando ultrapassar a dicotomia estabelecida por Saussure entre língua e fala, Bakhtin (1995) considera que a linguagem se funda na necessidade de comunicação ou como suporte de pensamento, mas que a linguagem é interação. É um modo de ação social - atos de fala, lugar de conflito e confronto ideológico. Na concepção da linguagem como interação social, o Outro desempenha um papel fundamental, constitutivo do significado. Ducrot (1987), a partir do conceito de polifonia desenvolvido por Bakhtin, mostra como, num mesmo enunciado, emergem várias vozes.

A linguagem, nessa perspectiva, é um fenômeno ideológico por excelência. Todo ato de enunciação revela as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social, vinculando linguagem à ideologia. Se a linguagem é o instrumento de que os sujeitos dispõem para dizer o mundo, nesse sentido, não há um discurso ideológico, mas todos os discursos são ideológicos. A ideologia, enquanto visão de mundo, apresenta-se como uma forma legítima de pensar o mundo. Nesta perspectiva, é deixada de lado a concepção de ideologia como "falsa consciência", dissimulação ou desmascaramento, considerando-a como algo inerente à própria linguagem. Nesse sentido, a ideologia é operatória e não temática, como salienta Ricoeur (1977). A ideologia opera através dos sujeitos e, através dela, pensamos e agimos sem que, muitas vezes, possamos dela nos apropriar. Portanto, toda reinterpretação só pode oferecer um conjunto de significações possíveis e plausíveis, sem serem definitivas.

Neste trabalho, utilizamo-nos da concepção de ideologia de Thompson (1991), para quem o interesse do estudo da ideologia não se limita à concepção de ideologia como ilusão, mas, principalmente, como suporte de relações de dominação.

Valemo-nos ainda, como ferramentas conceituais para a análise do *corpus*, das contribuições do *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), que é compatível com essa concepção de linguagem. Segundo essa perspectiva, a argumentação pressupõe sempre a interação entre o orador, o discurso e o auditório. Todas essas relações encontram-se

entrelaçadas na concepção de argumentação do *Tratado*, na qual o discurso é concebido como lugar de presença do sujeito enunciador que assume seus valores ao argumentar.

O *Tratado da Argumentação* foi utilizado nesta pesquisa porque oferece importantes contribuições que permitem melhor descrever a articulação persuasiva dos discursos e, também, por narrar, sob a ótica da adesão, técnicas que visam convencer, oferecendo subsídios que possibilitam elucidar o percurso cognitivo dos discursos retóricos. No próximo capítulo, apresentamos a discussão da pesquisa que utiliza as contribuições da *Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), cujos conceitos principais se encontram no Anexo I

CAPÍTULO III

ANÁLISE E DISCUSSÃO

1. A CRISE DA PSICANÁLISE

1.1 CARTOGRAFIA DO CAOS

GAZETA TODOS OS JORNAIS DO BRASIL

Sexta-feira, 13 de agosto de 2001 *desilustrada* 4 ■ 9

Crise, fragmentação, babelização e banalização são alguns entre outros termos na ordem do dia dos comentadores da cena psicanalítica nacional. A partir dos anos oitenta, a "crise" da psicanálise passa a ocupar a primeira cena. Um público perplexo com a "cozinha" psicanalítica acompanha as publicações nos principais jornais do país, os "segredos de alcova" da psicanálise brasileira. O episódio envolvendo um psicanalista com a tortura política sob a proteção do baronato psicanalítico carioca é o desfecho de uma série de episódios, tornando públicas as desavenças e maculando a imagem profissional dos membros de uma das mais conceituadas sociedades psicanalíticas do país. A IPA, berço do legitimismo freudiano nacional, é reificada como o império do mal frente ao furor lacaniano, varrendo para baixo do tapete da história o poder simbólico hegemônico dos analistas filiados a esta instituição. E, desse modo, o prestígio da psicanálise kleiniana é enterrado na curva do rio, sendo ela transformada em uma mera ideologia, tal qual a ego psychology, promovendo a adaptação e a alienação. Do seio "bom" e do seio "mau" da mãe kleiniana esquizofrenizante, pivô das enfermidades, do sofrimento e da loucura, à ausência da função

paterna, a passagem é rápida. Expulsos do paraíso, somos reduzidos à perversão! Ou a uma nova versão do "bom selvagem"! Controvérsias à parte, justiça seja feita ao movimento lacaniano brasileiro: ele provocou a maior redistribuição de renda jamais vista entre os analistas!

Transmissão x formação; cliente x paciente; ética x neutralidade; psicanálise de crianças x psicanálise infantil; término x alta; subjetividade x identidade, nada escapa à vigilância das novas patrulhas sanitaristas. E assim, nos anos oitenta, assiste-se, em velocidade vertiginosa, a desconstrução e a remodelização da psicanálise brasileira: falta-em-ser, plus-de-gozar, o Outro, ato, falo, objeto, Nome-do-Pai, significante, fantasma, forclusão, sujeito suposto saber, a letra, topologia, matemáticas, palavra plena, traço unário, assunção da castração, destituição subjetiva - termos que fariam Freud certamente revirar na sepultura. Na verdade, estes conceitos já fazem parte da pré-história psicanalítica frente ao novo vocabulário "politicamente correto" que invadiu a primeira cena: extra-lingüístico, ideal de auto-enriquecimento, novas descrições e redescrições, redes de crenças e desejos, realidades lingüísticas logicamente

contingentes, poder performativo da linguagem, atos de fala, jogos de linguagem etc..

Em contrapartida à explosão demográfica das sociedades de psicanálise, alguns entre os nossos mais estimados intelectuais de uma nova geração, provenientes das mais diferentes tradições e filiações psicanalíticas, firmariam-se engajados num processo de modernização do discurso analítico. Foram anos memoráveis. Os anos de silenciamento impostos pela ditadura militar explodiriam em um ataque apaixonado contra a desigualdade social, a alienação sobre certas concepções psicanalíticas e sua ortopedia pedagógica, junto às vindas e idas de alguns analistas estrangeiros, transformados em nossos gurus de plantão. Congressos e mais congressos, eventos, seminários e jornadas proliferaram do Ipoque ao Chui, sempre lotados por um público ávido por psicanálise. Mas, pela primeira vez em nossa história, trabalhos de psicanalistas brasileiros ganhariam um espaço editorial maior, conquistando um público fiel, com autores articulados e engajados na problemática brasileira. Terceiro mercado mundial de psicanálise, multiplicaram-se as edições especializadas e revistas. E, malgré o patrulhamento ideológico, as clínicas psicanalíticas de atendimento popular

atendem contingentes cada vez mais expressivos, provenientes dos setores empobrecidos da classe média brasileira. Desta forma, a psicanálise sobe o morro, vai às ruas através de várias experiências levadas a termo, geralmente, por universitários entusiasmados e confiantes nessa nova ordem.

Os analistas de ontem, quase invisíveis na cena pública nacional, adeptos a uma restrita consciência de suposta neutralidade pública e pessoal, foram sucedidos pelos analistas midiáticos, transformados em one-man-show. De jornalistas e comentadores da cena nacional passam a novos ideólogos da ordem social. Se as sociedades de psicanálise dos anos setenta só conheciam a relativa hegemonia de suas crenças, o que tem sido mal dissimulado, na fragmentação atual, são as mesmas redes de poder, prestígio e influência. Sociedades tradicionais, em alguns estados brasileiros, deparam-se com dificuldades. Fazem circular, nos meios universitários, ofertas de análise a preços "médicos" com praticantes sob a arguta supervisão dos antigos barões da psicanálise, apesar do desabafo indignado de um de seus pares, membro da mesma oligarquia psicanalítica nacional, inconformado com a propaganda e a oferta de psicanálise nos "botequins" e "açougues" cartocais!

Marcelo Coelho, um dos articulistas da Folha de São Paulo, em artigo de 18 de setembro de 1996, intitulado *Paulo Francis é a Carmem Miranda do Caos*, faz uma divertida e hilariante análise de um dos "mestres" do jornalismo nacional:

Escrevendo outro dia para o "Mais", Nelson de Sá disse que o grande mestre de sua geração foi Paulo Francis. É verdade. Todos nós aprendemos com ele. Lembro-me de uma pichação no banheiro da Filosofia da USP, nos começos dos anos oitenta, em que se dizia: "Francistas de direita, francistas de esquerda, uni-vos!" [...] Todos sabem que Paulo Francis era de esquerda 'na juventude': Em 1980, o que escrevia era ambíguo o bastante para admitir adesões de trotskistas e de liberais ao mesmo tempo. Atualmente não há mais dúvidas. A coluna de Paulo Francis no "Estado" diz tudo o que o velho Dr. Julinho Mesquita nunca achou conveniente dizer: Que Vicentinho merece chibatadas, e que negros, waal ... , não passam de negros. Paulo Francis apoiou Collor loucamente. Pôde em seguida pôr a culpa nos alagoanos. Nos anos 60, era

adversário de Roberto Campos, hoje eleva o homem à condição de estadista (Coelho, 1996, p. 9).

Engana-se quem pensa que Paulo Francis tornou-se porta-voz da “*direita espumante*”.

Para Marcelo Coelho, ele é a própria pós-modernidade personificada:

Temos assim um intelectual tomado pela doença do antiintelectualismo. Seus textos mostram o resultado do pensamento - sem mostrar o processo do pensamento. Daí seu caráter oracular, o tom, “Meninos, eu vi”. Paulo Francis fala sempre a partir de um ponto de vista autoritário. Ele sabe, ele não se engana, ele “já viu” (Coelho, 1996, p. 9).

Mutável e perecível, tudo altera-se diariamente na pós-modernidade. As fronteiras perdem seus contornos inteligíveis em um processo permanente de desconstrução. Segundo Trigo (1989, p. 216): “*É a epistemologia dos fast-food*”. Ingestão acelerada de teorias humanamente úteis, que se tomam obsoletas, descartáveis a cada intervalo do *Jornal Nacional*. Sem passado (e sem presente ou futuro), “*O universo é um fluxo onde a história se esboroa a cada segundo, e o passado é reinterpretado em função do presente e até mesmo do futuro hipotético*” (Trigo, 1989, p. 211). Expulsos do paraíso, a perda é uma ilusão enganosa se nunca houve nada para se perder. Esfacelamento progressivo dos metadiscursos (Lyotard, 1986), ao hiper-real da estética do vazio sucedem-se as novas eróticas da pós-modernidade, em rupturas intermináveis com as tradições e as epistemologias perdidas.

Para Trigo (1989), a dessacralização, o sarcasmo, a ironia e o absurdo são as marcas da pós-modernidade. Mas, sem dúvida, o *nonsense* é ímpar no cenário pós-moderno: “*Somos todos grupelhos*”, assim começa a obra irreverente, sarcástica e irônica de Guatarri (1987), em estilo semelhante a um trabalho anterior. *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guatarri (1976), tenciona desnudar o aparelho de poder das sociedades de psicanálise, o conformismo freudiano e a pretensão doutrinária dogmática do lacanismo - o imperialismo do significante. Não obstante, como assinala Roudinesco (1988, p. 537, p. 711), o próprio Guatarri jamais abandonou o ofício de psicanalista, o mesmo ofício

“conformista” e “conservador” que denunciava ou a sociedade de psicanálise a quem suas críticas destinavam-se.

Outro exemplo do nonsense pode ser extraído de um episódio hilariante, se não fosse constrangedor, relatado por Goldenberg :

[...] a Folha de São Paulo publicava um anúncio da filial local da IPA com a seguinte promoção: pague uma, leve quatro. Com efeito, membros reconhecidos da instituição oficial se dispunham a atender pacientes cobrando deles um quarto do preço standard por cada sessão, desde que fosse por não menos de quatro vezes semanais. Para beneficiar-se dessa oferta, que era por tempo limitado, os candidatos a paciente deviam preencher alguns requisitos quanto à educação e saúde mental quase tão cômicos quanto a idéia mesma de uma liquidação de analistas (Goldenberg, 1991, p. 123).

Logo em seguida, diz Goldenberg,

[...] recebi um convite para filiar-me a uma instituição lacaniana que se propõe a centralizar a formação. O colega que falou comigo em nome da instituição ilustrou a proposta com a seguinte analogia: se trata, disse, da “reforma agrária na psicanálise”, ou bem, se eu preferisse, da “abertura do pacote de ações de uma empresa com participação nos lucros” (p. 123).

Exemplos como esse se multiplicam no país. As estratégias de autopromoção, política de ocupação, são numerosas e cada vez mais evidentes. Recentemente, a *Zero Hora*, um jornal de Porto Alegre, publicava, em espaço pago, um anúncio semelhante a este, onde um membro de uma instituição de psicanálise oferecia-se e anunciava sua disponibilidade para receber candidatos à formação. Ao contrário do colega paulista, ofertava-se sem, contudo, colocar seus preços em liquidação. Uma outra sociedade local denuncia, com razão, em seus boletins, a banalização da formação, sua transformação em mera mercadoria. Porém, um membro de prestígio desta mesma sociedade entregou sua “conta”, como se diz no jargão publicitário, a uma das mais prestigiadas agências de propaganda do país, delegando-lhe, assim, sua política de marketing e promoção pessoal.

A pós-modernidade, termo concebido por Lyotard (1986) para designar as sociedades pós-industriais, caracteriza-se pela incredulidade diante das metanarrativas, suas características universalizantes e atemporais. Partindo do ceticismo quanto aos ideais iluministas, a crítica à modernidade, à racionalidade e à crença no progresso:

O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (Bildung) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso [...] O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido, para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde seu valor de uso (Lyotard, 1986, p. 4-5).

A perda de garantias e referências e, conseqüentemente, a desorientação são recorrentes no panorama pós-moderno. A relativização de todos os pontos de vista, fim das utopias, escravidão da diferença, pluralização e singularização:

Estamos no território do "cada um por si e Deus por ninguém" [...] Individualismo radical e solidão, marcas da pós-modernidade, são acrescidas pelo tédio existencial, que acaba por induzir no homem um estado permanente de nervosismo. Isso conduz a uma crise de identidade, levando-o a uma reconstrução ou acomodação, a um estado permanente de crise. Neste sentido, o homem moderno busca a paz interior em condições que cada vez mais contribuem para tirá-la (Braz, 1995, p. 108).

A pós-modernidade é, segundo Rouanet (apud Trigo, 1989, p. 218), "a nova cara do irracionalismo [ou] uma ilusão encontrada em várias embalagens". No cenário "pós-moderno" nacional, nos últimos quinze anos, a questão da "crise da psicanálise" brasileira tem ocupado a primeira cena. Geralmente o que se chama de crise, em seu sentido figurativo, é uma conjuntura perigosa. Por sua vez, do ponto de vista político e social, a crise corresponde a um momento de transição, onde a desestabilização de uma tal conjuntura é substituída e/ou ameaçada por novas tradições. O termo crise também é utilizado numa alusão a certas alterações decorrentes de um estado patológico. Seja a crise concebida como uma alteração, indicando uma patologia, uma conjuntura perigosa ou um período de transição, esses sinônimos encerram entre si poucas semelhanças. Entretanto, como diz Fuks,

[talvez] o difícil de incorporar à psicanálise seja justamente um "pensamento da mudança", sem o qual a própria mudança, já em andamento, acaba por ser vivenciada como morte, dispersão, perda de especificidade, descaracterização (Fuks, 1995, p. 31).

Em uma publicação recente - *Psicanálise: futuro de uma (des)ilusão?* (Ropa & Passos, 1995), através da reflexão sobre o futuro, a ilusão e a desilusão, diversos analistas procuram submeter a problemática do mal-estar às novas interrogações. Se bem que, desde a primeira edição do *Anuário Brasileiro de Psicanálise*, suas publicações tenham sido uma documentação valiosa sobre a "crise da psicanálise" brasileira.

A par da fragmentação teórica, a babel teórica psicanalítica, as análises da chamada crise da psicanálise destacam também as dificuldades econômicas e o aumento desordenado do número de profissionais. Na verdade, as dificuldades econômicas atingem a sociedade como um todo e a psicanálise concorre com um número cada vez maior de especialidades no âmbito do saber médico, psicológico e pedagógico. Por um lado, com as terapias alternativas e, por outro, com o consumo de medicamentos, sustentados por uma política cada vez mais agressiva de marketing. Mas, esses aspectos parecem apenas contingências de uma situação mais complexa. Sem a pretensão de simplificar demais essa questão, Ricardo Goldenberg (1991), indagando sobre o declínio da psicanálise, pergunta se: "trata-se de oferecer alternativas para um mercado que recua, ou o mercado recua porque não mais se lhe oferece psicanálise?" (p. 123).

Essa crise produz efeitos que podem ser avaliados por um mal-estar crescente e generalizado entre os analistas. A situação descrita, há alguns anos atrás, por Sérvulo Figueira (1988) em *Psicanalistas e Pacientes na Cultura Psicanalítica*, em grande parte, não é mais compatível com a situação atual. Até aquela ocasião, um número relativamente pequeno de analistas reconhecia a existência da difusão da psicanálise, fazendo um tipo de operação classificatória, ainda que dividindo o campo psicanalítico entre a "boa" e a "má" psicanálise, psicanálise "pura" e "impura", "científica" e "ideológica", ou "progressista" e "reacionária". Em contrapartida, na

situação atual, observa-se uma acentuada cisão do campo analítico brasileiro, uma politização sem precedentes, separando-o em retrógrados e modernos. Quer dizer, em comparação a anos anteriores, atualmente a difusão da psicanálise tem sido objeto privilegiado de discussão, ainda que um de seus efeitos tenha sido acentuar a cisão em torno do campo analítico brasileiro. A crise encerra aspectos sombrios à medida que há uma descontinuidade histórica em diversas dessas análises. Essa descontinuidade histórica não significa ausência de fatos históricos, mas de mediações entre esses fatos históricos.

No campo analítico brasileiro, é incontestável o fato de que a difusão da psicanálise lacaniana redesenhou a cartografia do campo psicanalítico nacional. Em contrapartida, há uma espécie de reificação da IPA como “*império do mal*”. Essa naturalização das sociedades membros da Internacional como uma sociedade a-histórica parece ser, como diz Claude Lefort (apud Thompson, 1991), “[o] restabelecimento da dimensão da sociedade fora da história, no coração mesmo da sociedade histórica” (p. 87).

Mas, nenhum trabalho anterior declarou tão explicitamente a origem dessa fragmentação no campo psicanalítico brasileiro contemporâneo como *Psicanálise Brasileira: Um Efeito Lacaniano?* (Figueiredo, 1995), cuja publicação suscitou aprovação até entre os analistas lacanianos, coisa rara e, inclusive, extravagante na época atual. Num estilo “*Meninos, eu vi*”, o autor sustenta uma tese polêmica sobre a crise da psicanálise brasileira, sugerindo que a origem e a causa da fragmentação do campo analítico brasileiro deve-se, em primeiro lugar, ao movimento lacaniano e, em segundo, às instituições universitárias. Idéias estas compartilhadas por um grande número de psicanalistas, ainda que dificilmente explicitadas em trabalhos do gênero.

1.2 AS NOVAS CRUZADAS OU “MENINOS, EU VI”

A tese de Figueiredo (1995) suscita adesão de significativos setores da psicanálise brasileira e sua publicação não se deve ao acaso, a menos que se pense que uma publicação é isenta de conotações políticas. Seu trabalho faz parte de uma coletânea de trinta e três artigos reunidos numa recente publicação - *Psicanálise Brasileira: Brasileiros Pensando a Psicanálise* (Outeiral & Thomaz, 1995). É digno de nota que essa obra que pretende refletir sobre a psicanálise brasileira, na maior parte dos artigos, com algumas exceções, apresenta revisões bibliográficas sobre “a escola inglesa de psicanálise”. Além disso, Figueiredo é o único candidato à formação, sendo os demais autores membros associados ou didatas de sociedades brasileiras filiadas à Internacional. O autor tem ao menos o mérito de expressar a opinião de seus vários colegas.

O trabalho de Figueiredo (1995) é uma descrição bastante acurada da situação da psicanálise brasileira, embora a tese central seja, sob diversos aspectos, simplista. Porém, nenhum trabalho anterior foi tão audaz em declarar que a fragmentação da psicanálise brasileira é consequência da difusão lacaniana. Também nenhum outro trabalho foi capaz de expressar o profundo mal-estar, freqüentemente dissimulado, dos analistas membros das sociedades filiadas à IPA que, ao contrário de épocas passadas, não detêm mais o controle sobre esse mercado de bens simbólicos.

Esse trabalho é um exemplo ímpar de um texto pós-moderno com sucessivas imagens do cenário psicanalítico se alternando de forma irônica e bem-humorada e com um desenlace do tipo “meninos eu vi” que nos sugere as mais nefastas consequências. Mas, o aspecto genial de sua argumentação é propor a ligação entre as instituições lacanianas e universitárias. Simplificadamente, o trabalho de Figueiredo pretende mostrar que o movimento lacaniano separou a transmissão do ensino da psicanálise, produzindo efeitos nefastos à mesma. O mesmo modelo foi adotado pelas instituições universitárias e ambas oferecem formação a quem o deseje:

Isto feito em contraposição ao questionado modelo da IPA, onde o ensino se confunde com a transmissão, e onde não é possível um, o ensino, sem o outro, a transmissão, leia-se a análise didática e a supervisão obrigatória (Figueiredo, 1995, p. 366).

Observa com ironia que “*um dos primeiros efeitos notáveis e inegáveis da contribuição de J. Lacan à Psicanálise brasileira [é] sua expansão quantitativa*” (Figueiredo, 1995, p. 363). Sendo notável também a expansão demográfica das sociedades de psicanálise lacaniana que, apesar de terem a mesma orientação teórica, “*distribuem-se numa trajetória de fragmentações contínuas*” (p. 363) e parece nada terem em comum entre si. Porém, trata-se de perceber que suas semelhanças são sintomáticas. O sintoma evidentemente não é nacional e a repetição é ilustrada pelo próprio Lacan que, ao romper com a IPA, “*vemos se apresentar a nós [...] heróico, mas propenso à mitificação de uma solidão e isolamento trágico*” (p. 363). A psicanálise lacaniana brasileira teria assim essa vocação mítica, a compulsão a repetir o ato fundador nas associações patrocinadas pelo nome de Lacan, perpetuando um *splendid isolation*, que retorna incansavelmente sob o campo lacaniano.

Com a finalidade de responder a formação que tanto havia criticado, Lacan publicou a famosa proposição, mas antes, se nos é permitido uma breve observação, não se trata da *Proposição de 9 de outubro de 1969*, como se refere o autor, e sim da *Proposição de 9 de outubro de 1967*¹, que viria a se constituir “*na bíblia, e na cartilha*” (Figueiredo, 1995, p. 364) do movimento lacaniano. A proposição, escrita de “*uma maneira utópica e lírica*” (p. 364), se bem que “*genial em sua concepção, franca mas ingênua*” (p. 364), jamais funcionaria, “*nem lá nem aqui*” (p. 364), conseqüência “*de uma bem intencionada ambição que resultou em confuso fracasso*” (p. 364). A proposição de Lacan, segundo Figueiredo, propunha a “*derrubada*” de toda a base de construção da transmissão e da hierarquia da IPA: a análise didática. O “*passé*”, condizente com os “*vendavais liberalizantes*” (p. 365) daquela época, mostrou-se semelhante aos acontecimentos de uma outra

¹ Agradeço essa observação a Aldaisio M. de Souza, assinalando o equívoco do autor.

revolução, a revolução francesa. Assim a proposição promoveu

[...] a queda da aristocracia absolutista e a trocou pelas assembleias populares. Criou-se um outro problema, contudo, pois se antes havia didatas que se comportavam como barões da Psicanálise, agora eles seriam trocados por estas comissões, que, na prática, gozariam do poder de verdadeiros tribunais, e fatalmente seus componentes viriam a se assemelhar aos antigos barões erradicados (Figueiredo, 1995, p. 365).

Ao distinguir e separar o *gradus* da hierarquia, Lacan mostrou um “*aguçado*” modo de ouvir e determinar velhos problemas institucionais, mas a solução

[...] teve resultados iatrogênicos piores, sem que o mal primeiro fosse tratado. Até hoje resta saber se tal problema tem solução, pois como se poderá pedir ao analisando instituído que fale tudo que lhe passe pela cabeça e coração, regra da livre associação, menos aquilo que, ele sabe, poderá ser usado contra ele [...] esta é uma crise que parece ser insolúvel na análise quando instituída (Figueiredo, 1995, p. 365).

Se Lacan pretendeu acabar com a figura do didata, cujo prestígio duvidoso e sua infalibilidade quase papal causam diversos problemas às sociedades brasileiras filiadas à Internacional, acabou contribuindo para a criação, nas instituições lacanianas, da figura do didata “denegado”. O didata denegado, segundo o autor, é um analista membro de uma sociedade a qual, na verdade, não tem didatas, mas tem formação. Este analista tem sob sua escuta um grande número de analisantes, pretendentes ou não, que, pelas condições institucionais, vêem facilitadas as condições de acesso à formação teórica. Isto se constitui uma análise didática, denegada ou não, que teria maximizado o poder da didática. Em outras palavras, a didática denegada, favorecendo-se da não explicitação entre candidatos e analisantes, multiplica o poder do analista, em contraposição às regras da IPA que limita o número de candidatos por analista didata, a fim de manter o narcisismo e o poder dos analistas sob controle institucional. Deste modo, o analista denegado, caso ocupe funções de ensino na sua instituição devido ao seu prestígio, favorecerá o aumento no número de pretendentes. E, após “*amealhar*” um número considerável de candidatos sob o pretexto de uma

dissensão teórica, acabará criando uma nova sociedade, perpetuando assim um *splendid isolation*, que fatidicamente retorna sobre o campo lacaniano.

Mas, segundo Figueiredo (1995, p. 365), a “bem-humorada utilização da preposição [proposição, na verdade]”, no campo analítico brasileiro, favoreceu o acesso livre à formação, ofertando a quem o deseje “o discutível projeto de formação em psicanálise” (p. 365). Trata-se de cursos de psicanálise, cuja oferta, sob o título de extensão universitária, proliferou, dando ao mercado “um sem-número de profissionais mais ou menos qualificados que acarretou diversas conseqüências como a intensa propagação da prática psicanalítica levando-a à sua máxima popularização” (p. 365). Esses cursos de especialização abriram as portas de algo “que parecia fechado em demasia” e resultaram na ampliação do espaço psicanalítico na universidade, sem, contudo, bancar a “dura” questão da análise leiga². Endossados pelas proposições lacanianas, esses cursos universitários seriam responsáveis por uma formação “selvagem”, à medida que “formam” psicanalistas sem fazer exigências quanto à análise pessoal ou à supervisão:

Esses cursos, que não se comprometendo em titular e graduar seu aluno ao fim desta livre formação em Psicanálise, tornando-o para todos os efeitos num psicanalista da instituição, e não prometendo garantir sua formação nem autorizá-lo à prática da Psicanálise, não podem também requerer como exigência nem sua análise pessoal, didática ou não, e menos ainda seu controle ou supervisão, sendo seu cunho somente curricular, e apoiado no modelo universitário no seu núcleo básico. Isso feito em contraposição ao questionado modelo da IPA, onde o ensino se confunde com a transmissão, e onde não é possível um, o ensino, sem o outro, a transmissão, leia-se a análise didática e a supervisão obrigatória. Esta nova proposição lacaniana prática e conceitualmente, separou o ensino da transmissão e abriu margem para situações deste tipo (Figueiredo, 1995, p. 365-6).

Mais adiante:

Notável é que, se estas instituições que separaram o ensino da transmissão não os formam, mesmo assim eles acabam por se “formar” em psicanalistas e se autorizam a partir destes cursos,

² Cumpre ressaltar que a admissão de psicólogos, no âmbito das instituições da IPA, em nada modificou as condições de exercício da prática leiga, sendo o psicologismo a contrapartida da psiquiatrização. Nessa resolução, como diz Birman (1991, p. 61), para “não se perderem os dedos, estas instituições tiveram de ceder os anéis”.

mesmo à revelia da instituição. E se deste modo estas instituições fogem de bancar a dura questão da análise leiga, e se tentam evitar também assim o confronto com a questão da ordem médica na Psicanálise, acabam criando um monstro maior, o da formação selvagem. Sem titulação formal, nem responsabilidade de garantia aos alunos destes cursos, tais instituições assistem atônitas à intensa proliferação da formação selvagem. Ao omitir-se, a instituição que deveria congregá-los, assiste à sua própria desagregação (p. 366).

Assim, o que, a primeira vista, parecia um quadro pessimista sofreu, paradoxalmente, um efeito reversivo com a entrada em cena, nesta década, da formação “*universitária mesmo*” (Figueiredo, 1995, p. 367). Nascidos paralelamente e em franca competição com as instituições de psicanálise, contudo, “*sem rivalizá-las*” (p. 367), surgiram cursos de Mestrado e de Doutorado em Psicanálise, que, à parte o prestígio social que o título oferece, tomariam-se “*cada vez mais simples de serem conquistados*” (p. 367), pois a demanda é maior que a procura e há o estímulo das bolsas remuneradas, pagas pelo erário. A comunidade acadêmica, segundo Figueiredo, deve ter julgado a psicanálise “*coisa por demais importante*” (p. 367) para ficar nas mãos das instituições de psicanálise.

E depois? Tendo em vista o não reconhecimento governamental do ofício de psicanalista que, para efeitos legais, somente é amparado pelos Conselhos de Psicologia e de Medicina, segundo Figueiredo (1995), há riscos de que, no futuro, a formação psicanalítica passe a ser regulada por estas instituições, que já gozam do prestígio de terem os títulos de mestrado e de doutorado avalizados pelo Ministério da Educação. Assim, quem garante a titulação destes analistas, se as instituições com o poder de legitimá-los não garante a formação? E quem reconhece o psicanalista, se as instituições que os reconhecem não tem reconhecimento?

[...] buscando se garantir e fazer-se reconhecer as instituições psicanalíticas sabem que quanto maior o número de Mestres e Doutores elas tiverem entre os seus membros, maior será a sua credibilidade social, dispensando-as assim de qualquer tradição de formação psicanalítica que possam gozar em seu passado, bem como apagando sua referência à vontade de Freud quando fundou a IPA. Será que a Psicanálise poderá resistir à sua universitarização e ao conseqüente enfraquecimento de sua

transmissão dado por essa tendência de anulação, vigente agora, do apagamento do que se crê crucial: a necessidade da análise didática, ou serão somente suas instituições que ruirão por estes processos desgastantes? (Figueiredo, 1995, p. 368)

O autor abraça uma tese polêmica e pretende sustentar que a crise da psicanálise brasileira tem como origem o movimento lacaniano. Contudo, vejamos que seus argumentos não teriam o menor sucesso, se ele não se utilizasse de certos procedimentos de argumentação. Com uma linguagem irônica e bem-humorada, esse recurso argumentativo visa minimizar as críticas do autor. Por exemplo, quando se refere à proposição, a oposição dos termos “utópica e lírica”, “genial, franca mas ingênua” e “uma bem-intencionada ambição que resultou em fracasso” serve para atenuar as críticas à proposição. Observa-se que o autor faz toda uma digressão cuja intenção é assinalar o seu fracasso, mas o mais interessante é uma curiosa inversão da questão quando afirma que a formação lacaniana separou o ensino da formação, propiciou o ensino sem a análise didática. Ao contrário, a proposição tinha em vista a forma como a formação didática na IPA é regulada - pelo cumprimento de normas institucionais e por princípios exteriores à própria análise.

A proposição, na verdade, parte do princípio que é da experiência analítica que um analista advém, confirmando então que a análise é necessária para alguém tomar-se analista. Contudo, a autorização não poderia ser dada antecipadamente ou a *posteriori*, à medida que se trata de uma exigência inscrita no cerne da própria experiência psicanalítica. Lacan (1967) buscou uma teoria da didática a partir de um princípio lógico: se é da análise que advém um analista, isso implica um momento de passagem onde o sujeito que era no início analisante torna-se analista. Ao afirmar que “o analista se autoriza por si mesmo”, Lacan (1967) pretende afirmar que o analista resulta de uma análise e não do ritual burocrático de uma formação. O que não significa que, ao final de uma análise, todo analisante deseje se autorizar analista. Na verdade, face aos padrões da IPA, o procedimento do passe esbarra no problema insolúvel para o qual Lacan teve o mérito de tentar formular uma resposta: ou uma análise é uma análise, uma análise pessoal e só se revelará ou não didática a posteriori, ou é uma análise didática autorizada antecipadamente e, neste caso, não é uma

análise. Contudo, o fato de a proposição ser teoricamente verdadeira não impede que possam haver análises autênticas em qualquer situação institucional (Roudinesco, 1988).

O trabalho de Figueiredo (1995) tem o mérito de mostrar como o imaginário reproduz, apesar das mudanças institucionais, efeitos semelhantes àqueles que se tentou mudar. Implícita na irônica denominação do didata “denegado” existe a questão do poder e da manipulação transferencial. Sabe-se que as normas da IPA, limitando o número de candidatos à formação, têm a finalidade de manter o narcisismo dos didatas sob controle, enquanto a proposição, no âmbito institucional, confere ao analista uma posição de poder maior que a anterior. Contudo, vale lembrar que, com regras ou sem regras, nenhuma solução, no âmbito de uma ou outra instituição, pode resolver questões que, em última instância, são de ordem ética. Isso, de certo modo, demonstra que há análises que, ao seu final, produzem efeitos terapêuticos mas não éticos, impasse este que tem favorecido a reflexão de alguns analistas (Pomnier, 1992a).

É interessante notar que a crítica de Figueiredo (1995) se realiza sem recorrer efetivamente à teorização, o que autorizaria a proposição, mas dirige-se aos *efeitos* da proposição. Esse recurso o levaria, se adotado, a ser mais prudente em suas considerações. No entanto, essa não parece ser sua intenção, ao contrário, quando refere-se à “utilização bem-humorada da proposição” numa alusão ao famoso “jeitinho brasileiro”, fica clara sua opinião: a proposição é genial, mas não é coisa séria!

Para o autor, a formação lacaniana e universitária seguem um mesmo princípio: é “para todos”. Claro que o “para todos” remete para a falta de critérios dessas instituições. A falta de critérios de uns se opõe ao rigor “draconiano” dos critérios de outros, ou seja, da IPA, cujas instituições são as únicas com critérios efetivamente rigorosos. Entretanto, no que concerne à universidade, o “para todos” não é sequer uma alusão, mas uma pretenciosa afirmativa quanto à falta de critérios, em decorrência de uma oferta maior que a demanda e dos títulos que oferece como emblemas sociais sustentados pelo erário.

Ambas têm êxito ao oferecerem formação a quem o deseje, ainda que, por separarem a transmissão do ensino, “não os formem” realmente e os sujeitos, mesmo à revelia, acabem por “se formar” e “se autorizar”, “criando um monstro maior” - o da “formação selvagem”. Enquanto isso, *“tais instituições assistem atônitas à intensa proliferação da formação selvagem. Ao omitir-se, a instituição que deveria congregá-los, assiste a sua própria desagregação”* (Figueiredo, 1995, p. 366). Como dissemos, o aspecto genial de sua argumentação é propor a ligação entre as instituições lacanianas e universitárias. O autor se vale de argumentos de reciprocidade, visando aplicar o mesmo tratamento às duas instituições. No entanto, essa simetria só se refere às instituições não pertencentes à IPA. Se tais instituições se omitem, conseqüentemente, outras não!

Na verdade, todas essas estratégias visam dissimular a hierarquia de valores entre a IPA e as demais instituições. Se considerarmos o que foi dito na introdução no que se refere aos efeitos “notáveis” e “inegáveis” da contribuição laciana à psicanálise brasileira - “sua expansão quantitativa”, com o que foi dito mais adiante, referente à qualidade da formação - “estes cursos proliferaram e deram ao mercado um sem número de profissionais mais ou menos qualificados”, tornam-se mais evidentes as intenções do autor.

Se tomarmos o “mais ou menos qualificado” como um atributo genérico às instituições de psicanálise, chegaríamos a seguinte conclusão: em toda e qualquer instituição há analistas mais ou menos qualificados. Porém, essa afirmativa, na argumentação do autor, é restrita às instituições lacanianas e universitárias. Fica implícito, nesse tipo de argumento, a existência de instituições que fogem à regra. Se observarmos o que foi dito na introdução, que essa expansão foi apenas quantitativa, resulta que os profissionais “mais ou menos qualificados” são somente os analistas destas instituições. Isso reforça a tese de que há instituições de qualidade superior às demais.

Ao final, seus argumentos convergem para a ênfase nos valores intrínsecos da formação das sociedades filiadas à Internacional, lançando mão do recurso à tradição, ao pai fundador, Freud. Não obstante, em nenhum momento, o autor mencione à qualidade intrínseca da formação da IPA!

Coisa que certamente soaria como ridícula aos seus leitores. Nesse caso, importam menos os valores, a verdade de uma formação sobre às demais, do que a hierarquia entre as instituições: *“decerto, mais importante do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores”* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 92).

Uma das principais dificuldades do trabalho de Figueiredo (1995) é justamente sustentar que o valor da formação nas sociedades filiadas à IPA é superior ao das outras. O recurso aos fatos em nada diminui sua dificuldade. Ao contrário, os fatos mostram que, em todas as instituições, via de regra, há analistas “mais ou menos qualificados” e isso não é privilégio de uma ou outra instituição. Todas as formações, em todas as instituições, estão sujeitas aos impasses da formação. Caso se admitisse que um impasse é melhor que outro, teríamos instituições cujos impasses seriam qualitativamente superiores aos demais! O que não significa que não exista instituições melhores que outras; porém, o autor pretende afirmar outra coisa, que todas as instituições filiadas à IPA são melhores que as demais.

Além disso, entendemos, ao contrário do autor, que não falta credibilidade aos analistas. Entretanto, a credibilidade não se resume mais a uma ou outra instituição de psicanálise. Atualmente, não só há analistas da IPA cuja credibilidade é socialmente reconhecida, bem como outros que, apesar da IPA, não gozam de reconhecimento social.

De modo geral, as “instituições de psicanálise” assumiram uma importância cada vez menor nesta última década. De fato, parece ter se modificado a relação de credibilidade com respeito a essas instituições. Caso Figueiredo não estivesse tão preocupado com a competição vinda das universidades, ele certamente poderia constatar que a relativa decadência das instituições de psicanálise, lacanianas ou não, advém de suas próprias dificuldades institucionais, cujos impasses o autor descreve com razoável competência.

É inegável que a interdição dos psicólogos nas sociedades membros da IPA foi, em parte, decisiva para a expansão do movimento lacaniano, permitindo a legitimação de profissionais excluídos das “sociedades oficiais”. No entanto, conceber que o seu sucesso vem das “facilidades” institucionais só é possível mediante a aceitação da tese de uma irreduzível vocação brasileira ao “torcicolo cultural”, do qual o autor evidentemente não se exclui. É possível que sejamos mais vulneráveis a uma tendência dogmática (Mezan, 1988), devido às condições que nos chegam a produção de autores estrangeiros, de um certo distanciamento das estratégias políticas intrínsecas da produção das idéias. Muito embora saibamos que a adesão aos modismos não é privilégio dos filhos de Cabral, mas repete-se aqui o refrão das matrizes européias e norte-americanas. Se, por um lado, o movimento lacaniano propiciou um alto grau de legitimidade aos profissionais que desejavam ter acesso ao título de psicanalista, por outro, como mostra Jane Russo (1991), o lacanismo representou, num primeiro momento, uma barreira para a intensa difusão da psicanálise, propondo uma modalidade de formação diversa da formação tradicional, mas nem por isso menos rigorosa.

Na verdade, o trabalho de Figueiredo (1995) faz uma sucinta descrição da modificação dos mecanismos de legitimação dos psicanalistas, ainda que esta não tenha sido sua intenção e a análise dos motivos que concorreram para estas modificações sejam equivocadas.

A primeira e principal limitação de sua análise é que, ao caracterizar as transformações no campo psicanalítico brasileiro com o surgimento do lacanismo, ele minimiza a importância política da IPA no cenário brasileiro, sem construir nenhuma mediação entre um movimento e outro. Uma segunda limitação das explicações de Figueiredo é que ele tende a tratar a formação universitária indiscriminadamente. As primeiras formações psicanalíticas universitárias se realizaram a partir dos anos setenta, com a participação ativa dos psicanalistas filiados às sociedades “oficiais” que, além de serem os primeiros professores desses cursos, aceitavam psicólogos para análise e supervisão sob o pretexto de sua formação em psicoterapia. Esses cursos funcionam de forma semelhante às instituições de psicanálise e fazem aos seus pretendentes as mesmas exigências quanto à análise

peçoal, supervisão e estudos teóricos. A credibilidade desses cursos sempre foi contestada, não pela qualidade de sua formação, mas, justamente, pela credibilidade da titulação (formação em psicoterapia) ou pela ambigüidade da titulação. Realmente, há diversos cursos de especialização que seguem moldes semelhantes, quando não idênticos, aos programas oferecidos nos institutos de psicanálise sob o pretexto de uma formação psicoterápica. O caminho aberto à psicanálise, sob o rótulo das terapias de orientação psicanalítica como parte integrante da psicologia clínica, sobretudo, nos cursos de psicologia, colocou os herdeiros da peste em uma situação paradoxal! Cumpre ressaltar que, em todo o Brasil, há diversas instituições de formação em psicoterapia psicanalítica funcionando nesses moldes entre instituições privadas e universitárias. Porém, raras são aquelas que efetivamente se destinam à transmissão de psicoterapias breves e focais.

A partir dos anos quarenta, quando foram organizadas as primeiras sociedades de psicanálise no Brasil, a psicanálise teve que encontrar seu lugar através de um movimento institucional próprio. Atualmente, os analistas tentam escapar das sociedades sujeitas a dogmatismos e à esclerose. No entanto, seria ridículo esperar que a universidade pudesse escapar ao dogmatismo, ainda que em alguns casos se esforce para interromper

[...] os círculos viciosos que caracterizam o funcionamento institucional da psicanálise: sempre tão marcado pela conversão religiosa ao saber psicanalítico e pela forte vinculação transferencial aos líderes narcisistas que, amparados por seus séquitos, dividem o mercado e o poder (Figueira, 1993, p. 8).

Há boas razões para a psicanálise pretender se manter nas sociedades de psicanálise, entre elas, a exigência da análise pessoal e o lugar conferido pela transferência na experiência analítica.

Mas, como observa Figueira,

Estas razões que são conceitos acabaram, no entanto, se transformando em preconceitos da psicanálise contra a Universidade - invertendo, assim, o preconceito histórico do saber universitário contra a psicanálise (Figueira, 1993, p. 7).

A universidade, tal como qualquer outra instituição social, é atravessada pelas mesmas contradições que afetam a sociedade como um todo. Embora não haja um consenso sobre a questão

da pesquisa e do ensino em psicanálise nas universidades brasileiras, nem concebamos esse consenso como necessariamente desejável, a universidade não deveria se furtar às questões da formação. Ao contrário, a qualidade e a diversidade das teses acadêmicas mostram o quanto a universidade não tem se furtado à questão da transmissão psicanalítica, *“e poderíamos mesmo dizer que ela é feita em maior quantidade do que nas instituições psicanalíticas, sendo que, na opinião de muitos, não apenas a quantidade é maior como a qualidade é melhor”* (Garcia-Roza, 1991, p. 118).

Como observa Jorge (1995), há produções acadêmicas de jovens psicanalistas onde o saber não se encontra devidamente articulado à experiência pessoal e clínica dos sujeitos

[...] que mal iniciaram sua análise pessoal e sua prática clínica defenderam teses sobre temas tão cruciais e complexos como o fim de análise e o passe, citando e recitando fervorosamente os principais aforismos de Freud e Lacan sobre o assunto (Jorge, 1995, p. 45).

De fato, o psitacismo não é privilégio acadêmico e há trabalhos que somente repetem as mesmas falas de certos “chefes” de escola, as quais, ao contrário dos analistas iniciantes, estão amparadas em uma sólida experiência analítica, pessoal e clínica.

A transmissão lacaniana tem sido objeto de alguns trabalhos mostrando os efeitos e os impasses aos quais está sujeita no Brasil. Embora se saiba que toda teorização implica certa positivação de sentido, são desconcertantes os inúmeros trabalhos sobre a transmissão desprovidos de qualquer referência crítica. Há um excesso de religiosidade nos discursos psicanalíticos atuais (Jorge, 1995), apesar disso não ser privilégio de nenhuma instituição em particular, lacaniana ou não. Talvez seja o sintoma mesmo do declínio da psicanálise quando os analistas recuam ou fracassam perante a sociedade, oferecendo-lhes cada vez menos psicanálise. E, através de uma manobra ilusionista, pensam que *“a culpa é da demanda e não da oferta”* (Goldenberg, 1991, p. 123). Em outras palavras, a demanda, na análise, nasce de sua oferta (Silvestre, 1991).

Entretanto, mesmo sabendo que o alto apreço do legitimismo freudiano, cuja instância burocrática se materializa na IPA, seja justificado por fornecer garantias à formação, é digno de nota que, a partir de uma determinada época, o legitimismo se consolidou “apesar” de Freud. Convém sublinhar uma pequena passagem escrita por Freud em 1926, falando acerca da transmissão da psicanálise, “*Si algún día se fundara una escuela superior psicoanalítica - cosa que hoy puede sonar fantástica*” (1926, p. 230). Mas, como de resto na psicanálise, são diversas as coisas que nos soam fantásticas!

A principal dificuldade nas explicações de Figueiredo (1995) é a descontinuidade de suas considerações, a falta de certas mediações que dizem respeito à história da psicanálise. Uma simplificação sem mediações aparece, em suas análises, entre a difusão lacaniana e os períodos que a antecederam. Riscos semelhantes acontecem em outras simplificações, como à relativa à IPA no sentido de sua reificação como “império do mal”, ou a que aparece na análise de Robson de Freitas Pereira sobre a inflação da “autonomia” dos analistas:

[...] da autonomia do psicanalista, fazendo com que ele prescindisse de qualquer associação, mostra seus limites, uma vez que o self-made man é justamente um dos efeitos do predomínio da razão subjetiva sobre a razão objetiva (leia-se tradições, dívida com a filiação) (Pereira, 1995, p. 39).

Contudo, ao que parece, um analista não pode prescindir de um outro analista para fazer sua própria análise. E, por falar em dívida com a filiação, é digno de nota que um grande número de analistas lacanianos brasileiros advém dos divãs dos analistas da IPA. Se não há nada de antemão que forneça as garantias necessárias a uma formação em psicanálise, quem poderia considerar-se psicanalista e reconhecer-se em uma dada filiação afirmando, simultaneamente, “eu sou psicanalista” sem reconhecer que seu analista, também e verdadeiramente, é um analista? Ainda que seja lícito questionar se a filiação a uma teoria ou a uma instituição psicanalítica possa ser concebida na mesma ordem que a filiação familiar, é possível que o benefício de uma análise decorra, considerando a filiação familiar ou institucional,

[...] *de que ela possa reduzir ao mínimo a filiação necessária de qualquer sujeito, a um mínimo que seja qualitativamente suficiente para que ele possa exercer a sua subjetividade [...] Sem essa dimensão da filiação, exercer a própria subjetividade é muito difícil, reserva um destino de sofrimento e loucura* (Calligaris, 1991, p. 13).

1.3 PÓS-MODERNIDADE OU MODERNIDADE TARDIA

Modernidade ou pós-modernidade? A pós-modernidade tem sido considerada como uma época de nitida disparidade com o passado, como consequência da dissolução progressiva dos fundamentos epistemológicos tradicionais, considerados sem credibilidade. Com a aceitação do “fim” da história, consequência da dissolução na crença da razão iluminista e emancipatória, nenhuma noção de superação ou progresso pode ser plausivelmente defendida.

Ao contrário, para Lyotard (1986), a crença na ciência e na razão emancipatória é responsável pela dominação e submissão. Contudo, conceber a pós-modernidade como suplantando a modernidade, nas palavras de Giddens, “*parece invocar aquilo mesmo que é (agora) declarado impossível: dar alguma coerência à história e situar nosso lugar nela*” (Giddens, 1991, p.53).

Não há um consenso em torno da noção de pós-modernidade. Alguns a consideram como o retorno “*a uma venerável tradição do contra-iluminismo*” (Habermas, 1990, p.16) ou como a nova face do irracionalismo (Rouanet apud Trigo, 1989), e outros, inspirados no movimento romântico, como a emancipação, alcançada através da valorização do sentimento, da arte e da criatividade (Japiassu & Marcondes 1990). Já para Giddens (1991, p. 13), não se trata de pós-modernidade, mas de um período no qual as consequências da modernidade se tomaram mais “*radicalizadas e universalizadas*” do que em épocas passadas.

Essa é uma época que se expressa por uma desorientação progressiva, por uma sensação de não se poder obter nenhum conhecimento sistemático, como se estivéssemos inseridos numa história sem passado e sem nenhum futuro previsível. Entretanto, a história não tem uma forma última e acabada, como se verifica através do conceito psicanalítico de *a posteriori*, ou uma forma

totalizada, como é concebida pelo evolucionismo (Giddens, 1991, p. 13). Desconstruir a história, aceitar a tese da falta de unidade e princípios unificadores da história não significa, como coloca Giddens, aceitar o caos ou reduzi-la a um número infinito de histórias idiossincráticas que possam ser escritas. Se bem que existam períodos de transição histórica cuja identificação é possível.

Se a situação psicanalítica na atualidade pode ser aproximada aos cenários da pós-modernidade, isso se deve, entre outras coisas, à relutância em relação a sua própria história. Não de fatos históricos, como dissemos, mas possivelmente de mediações históricas. Ainda que diversos historiadores da psicanálise sejam atualmente aclamados como “coveiros” da psicanálise (Mijolla, 1991), permanece a questão se aquilo de que os analistas se queixam, a crise da psicanálise, não seria o sintoma da história que tanto se pretende recalcar. Afinal, nos queixamos do que recalcamos?

O movimento psicanalítico, a atualidade, tem uma constituição heterogênea, sendo que seus agrupamentos mantêm diferentes níveis de organicidade. Todavia, a comunidade psicanalítica encontra-se dividida. De um lado, sujeita a uma progressiva dissolução e, de outro, à burocracia. O difícil é sustentar que, algum dia, essa comunidade tenha sido de fato um campo homogêneo. Consideramos que, ao contrário, a difusão lacaniana operou sob um tecido esgarçado, rompendo com as redes de compromissos sobre a qual a hegemonia kleiniana se sustentava. Em outras palavras, a constituição de uma certa oficialidade mantida sob a legitimidade da IPA é concomitante a uma psicanálise clandestina ou na clandestinidade. Clandestinidade cujo suporte material foi fornecido e mantido por membros das instituições filiadas à IPA, mas não somente por estes.

Não se trata aqui de convocar responsabilidades, menos ainda de buscar os verdadeiros culpados por uma suposta “formação selvagem”. Trata-se, antes, de estabelecer certas mediações e assinalar como os analistas filiados à IPA, de um certo modo, *já eram lacanianos, mesmo sem sabê-lo*. Assim como, *malgré* os analistas lacanianos, foram eles os primeiros a sustentar o famoso aforismo de Lacan: “*o analista se autoriza por si mesmo*”. Ainda que, nesse caso, *sem o reconhecimento institucional perante os seus pares*.

2. PSICANÁLISE E CLANDESTINIDADE

2.1 A NOVELA FAMILIAR DOS PSICANALISTAS

Nos trabalhos sobre a história da psicanálise, durante um longo período, prevaleceu a tendência à história de um gênio solitário que, a custo de um intransigente heroísmo, revelaria ao mundo a ciência do inconsciente, predominando, basicamente, a versão bibliográfica de Freud escrita por Ernest Jones (1989). Durante décadas seguidas, essa vertente heróica, em parte reforçada pelo próprio Freud (1914), foi incansavelmente repetida nos trabalhos de psicanálise. Kurt Eissler - encarregado por Anna Freud de dirigir os arquivos de Freud, guardados na Biblioteca Nacional, em Washington - depois de Ernest Jones, transformou-se no mais fiel depositário da herança e o representante oficial da história do freudismo. De tanto querer preservar a imagem do fundador da psicanálise e por acreditar que apenas os membros ligados à IPA encontravam-se habilitados para enfrentar a história da psicanálise, "*os defensores da ortodoxia foram vítimas de seu próprio sistema*" (Roudinesco, 1995, p. 88), favorecendo o revisionismo da tendência anti-hagiográfica (Suloway, 1981; Roazen, 1995).

Na versão oficial do freudismo, por muito tempo, manteve-se uma espécie de apagamento sobre as origens e a padronização das regras analíticas, na prática, corresponde a essa negação, onde os filhos abdicam da prática transgressora do pai fundador. Freud admitia casais em análise, intervinha diretamente na vida de seus pacientes, opinava sobre os casamentos e separações, falava de sua contratransferência aos seus pacientes e analisou a sua própria filha. Interrompia a sessão para urinar, dava e recebia presentes, emprestava livros e não se dobrava a nenhuma regra, a não ser à duração das sessões. Entretanto, segundo Roudinesco (1988, 1995), a padronização das regras analíticas marcam exatamente o advento da psicanálise moderna, com a profissionalização do

metier. Rompendo com a origem transgressiva e selvagem do pai fundador, aceitaram que essa prática era única e intransmissível. A normatização que se segue a isso é de conhecimento de todos.

Nos últimos vinte anos, uma grande variedade de trabalhos permite melhor conhecer a história da saga freudiana e pós-freudiana (Castel, 1978; Clément, 1983; Ellenberg, 1970; Grosskurth, 1992; Hale, 1971; Haynal, 1995; Flem, 1988; Jacoby, 1983; Khan, 1991; Kohon, 1994; Kurzweil, 1990; Mannoni, 1990; Menaker, 1989; Perrier, 1987; Reed, 1990; Roazen, 1986; Roustang, 1987; Sayers, 1991; Steiner, 1990; Turkle, 1983; Winnicott, 1990; Young-Bruehl, 1992). No entanto, poucos trabalhos têm a amplitude e a erudição do trabalho de Roudinesco (1988, 1989, 1994, 1995).

A partir da década de oitenta, observa-se um crescente interesse pela história da psicanálise no Brasil. Grande parte dessa produção ainda é fragmentária. A maior parte dos trabalhos sobre a história da psicanálise no Brasil recorre a um procedimento cronológico, à divisão entre um período pré-institucional da psicanálise brasileira e um período de institucionalização, que corresponde ao da criação das sociedades de psicanálise filiadas à IPA. Esse recurso pretende destacar certas diferenças, como a presença de instituições organizadas na transmissão da psicanálise em contraposição a um período onde circulam idéias sobre a psicanálise. Este período é denominado, por alguns, de "autodidata" e, por outros, de "psicanálise silvestre".

Essa periodização pode ser um recurso metodológico no sentido de marcar certas diferenças históricas e explica-se, em parte, pelo fato de que a formação psicanalítica prescinde da análise pessoal. No entanto, a arbitragem desses períodos não é absolutamente isenta, apresentando alguns inconvenientes. Por exemplo, introduz uma idéia de corte, ruptura quando se sabe que, nesse período denominado de institucional, não há uma descontinuidade entre as práticas psiquiátricas higienistas e preventivas dos anos trinta e a psicanálise (Costa, 1989; Birman, 1991). E ainda, como observa Sagawa (1985) em um trabalho sobre os pioneiros da psicanálise em São Paulo, certos dados históricos sobre a difusão da psicanálise são colocados em segundo plano nas versões

“oficiais”. Na verdade, o primeiro trabalho sobre a difusão da psicanálise onde efetivamente é mencionada a história de diversas instituições psicanalíticas foi realizado por Ana Cristina C. Figueiredo (1984). Neste, há a primeira tentativa de uma articulação sistemática entre o conjunto de forças no cenário da psicanálise no Rio de Janeiro.

A versão “oficial” da história da psicanálise brasileira, relatada através de diversos trabalhos de analistas filiados à IPA em diferentes períodos (Virgínia L. Bicudo, 1948; Luiz de Almeida Prado Galvão, 1967; Danilo Perestrello, 1976; Marialzira Perestrello 1988; Cyro Martins e Abrão Slavutzky³, 1990; Júlio Campos, 1995), adota este tipo de periodização. Mas, o que chama a atenção nestes trabalhos é justamente o apagamento de outras instituições de psicanálise no Brasil, das condições de exercício da psicanálise fora do âmbito da IPA. A clandestinidade, na verdade, é contemporânea das versões “oficiais”. Como veremos, em sua natureza, a clandestinidade é um problema de ordem moral.

O trabalho de Marialzira Perestrello (1988) exemplifica o gênero das versões “oficiais” da história da psicanálise brasileira. Nele, a autora realiza um sucinto mapeamento dos precursores em psicanálise, das primeiras publicações e contribuições psicanalíticas no país. Na introdução, Perestrello reconsidera duas de suas afirmativas anteriores. Referindo-se aos precursores da psicanálise, diz assim:

Antes de iniciar, uma explicação. Quando, aqui nesta Sociedade, me referi àqueles que, sem formação, se intitulavam psicanalistas, havia certa crítica de minha parte aos precursores.

Reformulo o que disse anteriormente. Hoje admiro esses autodidatas que se aprofundaram de fato nas teorias psicanalíticas, que as divulgaram, que tentaram - como puderam - usar a técnica analítica, em épocas que não havia, no Brasil, psicanalistas formados e formadores. Eram eles comparáveis - como veremos - aos primeiros analistas europeus que tiveram formações precárias ou não as tiveram.

Se a censura existe, dirijo-a àqueles que, no Rio, da década de 40 em diante, não se interessaram em candidatar-se à análise pessoal

³ Na verdade, este trabalho é uma simpática entrevista realizada por Slavutzky com Cyro Martins. Apesar de alguns tentativas mais ousadas de Slavutzky, a história, na versão de Cyro Martins, é semelhante às do gênero ressaltando o pioneirismo dos fundadores.

e à formação regular. Mas, ainda me pergunto: não o quiseram ou não o puderam? (Perestrello, 1988, p. 151).

Para facilitar a compreensão da análise, vejamos antes uma passagem subsequente, onde a autora faz uma certa categorização entre precursor, pioneiro e precursor-pioneiro:

Considerarei, por enquanto, como precursores aqueles que iniciaram a divulgação ou prática da Psicanálise até 1937, quando a Dra. Adelheid Koch, psicanalista qualificada pela Associação Psicanalítica Internacional, iniciou em São Paulo as primeiras análises denominadas didáticas. Os primeiros analisandos foram Durval Marcondes, Virginia L. Bicudo, Darcy M. Uchoa e Flávio Dias. Durval Marcondes, um pioneiro no campo da Psicossomática, foi também dos primeiros a aplicar os preceitos da higiene mental no Brasil. No terreno psicanalítico, considero Durval Marcondes - esse paulista inteligente, culto e destemido em suas iniciativas - o único precursor-pioneiro. Pois de 'psicanalista silvestre' tornou-se, mais tarde, o organizador, incentivador - poderia-se dizer o Mecenas - do primeiro movimento psicanalítico brasileiro, e teve a humildade de se submeter a uma formação analítica, apesar de toda a sua bagagem de conhecimento de Psicanálise. Os outros precursores (no Rio, São Paulo, Bahia, Recife e Porto Alegre) não se tornaram pioneiros. E, de todos nós - os pioneiros - nenhum foi precursor (Perestrello, 1988, p. 155).

Perestrello recorre a uma série de estratégias argumentativas que dissimulam e, inclusive, contradizem as opiniões que ela reconsidera em sua introdução. Ao referir-se aos autodidatas dizendo "Hoje admiro esses autodidatas que se comparam aos primeiros europeus que tiveram formações precárias ou não as tiveram", tem em vista remeter o leitor às figuras lendárias do movimento psicanalítico. Se nossa história é semelhante à dos europeus, à primeira vista, parece que se introduz uma simetria entre nós e os europeus. Mas, sua fala não pretende afirmar a simetria desses lugares e sim assinalar para a legitimidade dessa linhagem.

Vejamos como a legitimidade que ela pretende ressaltar, nesse caso, não é em relação aos precursores. A questão é que eles se "intitulavam psicanalistas". Quem? Os precursores, "que se aprofundaram de fato nas teorias psicanalíticas". Eles se aprofundaram de fato, não obstante, não *de direito*. Porque na época, diz ela, não havia "psicanalistas formados ou formadores". Portanto, *de fato e de direito*, quem pode se intitular *psicanalista* são os psicanalistas que, tal qual Durval

Marcondes, “tiveram a humildade de se submeter a uma formação analítica, apesar de toda bagagem de conhecimento de psicanálise”. Ora, desse modo, os demais precursores que ela afirma admirar, *apesar de toda a bagagem de conhecimento de psicanálise, são analistas selvagens*, assim como Durval Marcondes foi um dia. Ele deixou de ser analista selvagem porque se submeteu a uma análise pessoal com Koch, o primeiro membro qualificado pela Internacional, que iniciou, em São Paulo, as chamadas análises didáticas. Invocando a humildade do gesto de Durval Marcondes, Perestrello utiliza-se de um argumento de força moral para qualificá-lo. Subentende-se disso que os *outros* que se intitulavam psicanalistas, apesar do conhecimento e de hoje admirá-los, careceram de força moral para fazer uma formação regular. Por tudo isso, pode-se constatar que a única formação regular é a realizada em uma sociedade da IPA e, antes de tudo, essa é uma questão moral. Os demais, aqueles que não fazem uma formação na IPA, são fracos, não são *destemidos em suas atitudes* como Marcondes. Quer dizer, *nem todos puderam à medida que nem todos dispõem da mesma força moral*.

Ainda que em momento algum a autora mencione outras instituições psicanalíticas além das instituições da IPA, essas *outras* instituições estão sempre presentes em seus argumentos. De fato, ela não menciona as outras instituições de psicanálise, mas as introduz quando se refere aqueles que não se interessaram em fazer uma “formação regular”. Ou seja, há outras instituições formadoras, embora essas não forneçam as garantias de uma formação regular. Se as sociedades filiadas são as únicas que oferecem uma formação regular, por exclusão, as outras formações só podem ser *irregulares*. Perguntando-se “*não o quiseram ou não o puderam*”, a autora reforça a tese do caráter irregular das demais formações. Não puderam ingressar onde? *Numa formação regular*, evidentemente. Conseqüentemente, a formação “regular” (da IPA) encontra-se em um lugar hierarquicamente superior à formação “irregular”. Se nos reportarmos ao que foi dito anteriormente, veremos que a formação regular só está disponível para aqueles de grande força moral. O discurso não se dirige somente para afirmar o valor intrínseco de uma formação no âmbito das sociedades de psicanálise filiadas à Internacional, mas também para ressaltar os valores morais dos membros da

IPA. Além disso, nesses argumentos, a opinião defendida não se faz em nome das convicções da narradora, porém em nome de princípios e valores da comunidade sócio-histórica (Krieger, 1990).

Em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro, foram criadas as primeiras instituições de psicanálise do país. Em 1927, Durval Marcondes e Franco da Rocha fundaram a Sociedade Brasileira de Psicanálise, que seria extinta pouco tempo depois. Durval Marcondes continuou a empenhar-se para a criação de um instituto de formação psicanalítica. Com a vinda de Adelheid Koch, em 1936, formou-se o núcleo da instituição que viria a se chamar Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), que recebeu, em 1951, sua ratificação como sociedade membro da Internacional.

No Rio de Janeiro, em virtude das dificuldades em trazer analistas didatas para o país, Danilo e Marialzira Perestrello, em 1946, e Walderedo I. de Oliveira, em 1947, seguem para Buenos Aires para fazer formação psicanalítica, onde Alcion B. Bahia já se encontrava em formação. Nessa mesma época, é fundado o Instituto Brasileiro de Psicanálise, instituição criada para facilitar a vinda de analistas didatas. Mark Burke chegou ao Brasil no início de 1948 e, meses depois ao seu ingresso, veio Werner Kemper. Contudo, em seguida, Kemper e Burke se desentenderam. Em 1950, Kemper, juntamente com alguns de seus analisandos, funda o Centro de Estudos Psicanalíticos do Rio de Janeiro que, em 1955, recebe da IPA autorização para funcionar como Sociedade, passando a se chamar Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). Em dezembro de 1953, Burke, que não se adaptou ao Brasil, retorna à Londres. O grupo ligado a Burke funda, em 1957, a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), que, em 1959, recebe autorização da IPA. Com o retorno de Mário Martins de Buenos Aires, onde havia realizado formação psicanalítica, organizou-se, no Rio Grande do Sul, o núcleo que se tornaria a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Em 1961, este seria reconhecido como Study Group e, dois anos após, em 1963, passou à categoria de Sociedade.

Atualmente, há duas sociedades filiadas à IPA na categoria de sociedades provisórias. O Grupo de Estudos do Recife foi oficialmente reconhecido em 1988, sendo que, desde 1975, com o apoio da SPRJ e SBPRJ, organiza a formação dos candidatos do Recife. Em julho de 1995, no Congresso de São Francisco, tornou-se Sociedade Provisória, passando a se chamar Sociedade Psicanalítica do Recife. Em 1987, foi fundado, com o apoio da SBPRJ e de analistas da Associação Psicanalítica Argentina, o Grupo de Estudos Psicanalíticos de Pelotas (GEPP), que, em 1995, juntamente com Recife, tornou-se Sociedade Provisória, denominando-se Sociedade Psicanalítica de Pelotas.

Há mais três grupos que funcionam na categoria de Study Group - em Ribeirão Preto, Brasília e Porto Alegre. O de Ribeirão Preto, desde 1972, estava constituído por membros e candidatos em formação da SBPSP e, desde 1993, passou a funcionar como grupo de estudos - Grupo de Estudos de Psicanálise de Ribeirão Preto (GEPRP). Em Brasília, desde 1975, com o apoio de Virgínia Leone Bicudo, começou o movimento psicanalítico do Distrito Federal que, em 1994, foi reconhecido na categoria de Study Group. Por último, o Grupo de Estudos de Porto Alegre (GEP de PA), composto, em grande parte, por analistas provenientes do Instituto Mário Martins - um centro de formação em psicoterapia criado por David Zimmermann em 1988 - e por membros do CEP de PA - instituição de formação em psicoterapia psicanalítica, formada por psicanalistas, em grande parte, egressos da Argentina. O núcleo do GEP de PA reúne-se desde 1990 e foi reconhecido oficialmente como Study Group em 1992. Na categoria de núcleo, há ainda o Núcleo Psicanalítico de Mato Grosso do Sul e o Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte, ambos assistidos pela SPRJ.

A primeira sociedade de psicanálise "não-oficial" foi criada no Rio de Janeiro, em 1953. O Instituto de Medicina Psicológica (IMP) foi fundado por Iracy Doyle, psiquiatra titulada pelo William Alanson White Institute (WAWI, escola de tendência culturalista norte-americana e de orientação divergente da IPA), quando se iniciou a primeira turma de formação. A morte prematura de Iracy Doyle, em 1956, levou alguns de seus membros aos Estados Unidos para fazer formação no

WAWI, entre eles Horus Vital Brazil, que, ao voltar, retoma a frente do IMP que, em 1974, passaria a se chamar Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (Figueiredo, 1984).

Em 1956, Malomar Edelweiss, após retornar de Viena, onde se analisara com Ygor Caruso, funda, em Pelotas, o Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda, chamado, posteriormente, de Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul - CPRS (Amoretti, 1992). O Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG) foi a segunda instituição de psicanálise do Círculo no Brasil, fundado, em 1963, por Malomar Edelweiss, que se transferiu do Rio Grande do Sul para Minas Gerais. O Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro foi fundado, em 1971, por Katrin Kemper, com o apoio de Caruso e Edelweiss. Em 1978, uma dissidência interna liderada por Roberto Bittencourt resultou na formação do Círculo Brasileiro de Psicanálise, seção Rio, que permanece ligada ao Círculo Brasileiro de Psicanálise (entidade nacional que congrega as sociedades afiliadas ao Círculo). Foi fundado, em 1972, o Círculo Psicanalítico da Bahia por Carlos Pinto Corrêa, na ocasião, membro do CPMG. Em 1978, foram fundados o Círculo Psicanalítico de Pernambuco (CPP) em Recife e o Instituto de Estudos Psicanalíticos (IEPSI) em Minas Gerais. O Grupo de Estudos Psicanalíticos (GREP) foi fundado em 1984 e a Sociedade Psicanalítica de Nova Friburgo, em 1989. Por último, também em 1989, com o apoio do Círculo Psicanalítico da Bahia, foi criado o Círculo Psicanalítico do Sergipe. A International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS), criada em 1962, é uma instituição que congrega várias sociedades filiadas ao Círculo de Viena e alguns grupos junguianos. No Brasil, a Sociedade Iracy Doyle, o Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e as sociedades membros do Círculo Brasileiro de Psicanálise são filiadas ao IFPS desde 1971.

Portanto, na década de quarenta, formaram-se os núcleos, ainda incipientes, das primeiras sociedades de psicanálise do país. Nos anos cinquenta, já havia cinco instituições de psicanálise, sendo três filiadas à IPA (uma em São Paulo e duas sociedades no Rio), o Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul (CPRS) e o Instituto de Medicina Psicológica (IMP). Na década seguinte, esse

número cresceria para sete, com a criação da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA) e o Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG)⁴.

Na década de setenta, começariam a ser formadas as primeiras sociedades lacanianas que modificariam radicalmente a situação da psicanálise brasileira. Nos anos oitenta e noventa, haveria uma expansão sem igual de sociedades de psicanálise, com maior concentração no Rio de Janeiro (39), São Paulo (28), Minas Gerais (9) e Rio Grande do Sul (9). Estima-se que 2000 a 3000 pessoas façam parte ativa do campo psicanalítico brasileiro, embora o número exato de pessoas dessas organizações seja desconhecido (Berlinck, 1991).

Até bem recentemente, no Brasil, o reconhecimento dos psicanalistas que não pertenciam às sociedades de psicanálise filiadas à Internacional foi precário, quando não inexistente. A revista *Reverso* (1993), publicada pelo Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (por sinal, uma publicação de rara franqueza quando se trata de psicanalistas falando de suas instituições de psicanálise), ilustra como os analistas das instituições ligadas ao Círculo, mesmo que não estivessem sob o controle institucional da IPA, encontravam-se submetidos às mesmas interdições. O Círculo sempre aceitou psicólogos para formação, sendo por isso mesmo alvo de críticas e preconceitos, ainda que diversos de seus membros tenham sido analisados e supervisionados por analistas da IPA. No entanto, o fato de ter aceito psicólogos para formação não modifica o fato de ter sido adepto dos mesmos procedimentos de formação, bem como de compartilhar as mesmas ideologias terapêuticas e preventivas dos seus colegas da IPA.

Conde Ygor Caruso foi membro da Wiener Psychoanalytische Vereinigung (WPV), analisado por August Aichhorn e, posteriormente, por Victor Von Gebattel (Huber, 1981; Roudinesco, 1994). O Círculo de Psicologia Profunda de Viena nasceu de uma dissidência com a

⁴ O número de instituições psicanalíticas filiadas ao Círculo Brasileiro de Psicanálise, de seus sócios e candidatos, assim como os números referentes às sociedades psicanalíticas filiadas à IPA encontram-se no Anexo II (Tabelas 1 a 5).

Internacional, como forma de protesto contra o dogmatismo cultural e institucional da IPA. Aveso às concepções ortodoxas, seitas psicanalíticas ou a qualquer “cappilita” (Amoretti, 1992), no Brasil, Caruso é considerado um psicanalista “eclétrico” e professor de uma psicanálise “religiosa”. Em virtude da força da tendência legitimista no Brasil, desde os anos setenta, os membros de Círculo foram progressivamente abandonando o estudo das teorias de Caruso, que atualmente são praticamente desconhecidas por grande parte de seus membros. Na verdade, as sociedades filiadas ao Círculo Brasileiro sempre sofreram pressões por parte da IPA e mantiveram uma relação ambígua com a ortodoxia. Como salienta Katz (1977, p. 84), não escaparam do mesmo “*dogmatismo institucional e conformista*” da IPA.

Em 1979, uma dissidência interna no Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul (CPRS) resultou na formação de duas sociedades lacanianas - Maiêutica, fundada pelo antigo presidente do CPRS, Luis Olynto Telles da Silva, e o Centro de Estudos Psicanalíticos do Rio Grande do Sul (CEP), com a colaboração de Jacques Laberge, do Recife. Na atualidade, divididas internamente entre as facções lacanianas e os mais conservadores, as sociedades federativas do Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP) passam por um processo de modificações e possuem mais autonomia para gerir suas próprias instituições. Desde 1984, o CBP foi transformado em uma federação sem poderes para gerir a formação das diversas sociedades do país. Todavia, o fato de, atualmente, Malomar Edelweiss, o fundador do Círculo, dedicar-se à hipnose “tira o sono” de alguns membros associados ao Círculo Brasileiro de Psicanálise.

Historicamente, as sociedades filiadas ao Círculo tinham em comum com as sociedades filiadas à IPA uma organização societária autoritária e hierarquizada, que vem se modificando nos últimos anos. A existência de instituições consideradas não oficiais de psicanálise, como as sociedades do Círculo, não alterou, basicamente, a questão da legitimidade dos psicólogos. Apesar de desprovidas de “legitimidade” e do prestígio das sociedades filiadas à IPA, as sociedades

paralelas se constituíram, durante um longo tempo, como as únicas opções de formação institucional fora da IPA.

Embora esta seja uma questão dificilmente explicitada, durante um largo tempo no Brasil, a suspeita de dificuldades de natureza “moral” pesou sobre aqueles que não pertenciam à IPA ou o ingresso havia sido vetado.

Desquitada e de esquerda, Regina Chnaiderman, uma das fundadoras do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, teve seu ingresso duas vezes vetado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), a única sociedade de psicanálise no Brasil que, filiada à IPA, aceitava “leigos” para formação. Em 1965, no mesmo ano em que abre seu consultório (influenciada por Isaias Melsohn, que viria a ser, posteriormente, analista didata da SBPSP), Regina, pela primeira vez, solicitou ingresso à Sociedade. O pedido foi negado, alegando-se que Regina não era médica, nem psicóloga (havia se formado em Química em 1944). Após terminar o curso de psicologia na USP, em 1966, solicita novamente ingresso à SBPSP, sendo-lhe vetado. Segundo Miriam Chnaiderman, filha de Regina, sua mãe ficou muito deprimida e, posteriormente, descobriu os verdadeiros motivos pelos quais seu ingresso havia sido negado. Na SBPSP, em se tratando de mulher, não aceitavam desquitadas, menos ainda pessoas declaradamente de esquerda ou pertencentes a certos partidos políticos (Coimbra, 1992). Segundo Coimbra, Regina Chnaiderman sempre teve um pensamento muito próprio, os ditames da ortodoxia representavam tudo aquilo que ela sempre combateu:

Apesar de sua posição singular e bastante diferente da dos analistas da SBPSP com relação aos rituais e dogmas analíticos presentes na formação, sobre os preços cobrados [...] Regina sente profundamente esta segunda exclusão. A força e o poder da formação instituída nas sociedades “oficiais” é um fato e mesmo, para uma pessoa como Regina, isso pesa, e muito. Por alguns anos, mesmo já tendo um consultório concorrido e numerosos grupos de estudo e supervisão, receia se autoneomear analista (Coimbra, 1992, p. 29).

Na verdade, na história da psicanálise, da calúnia e da difamação não saíram ilesos diversos psicanalistas, entre eles, Ferenczi, Reich, e o próprio Freud. Certa ocasião, em uma carta mordaz a Jones, um Freud indignado responde às insinuações de Jones que diziam respeito a sua filha não ter sido devidamente analisada: "*Quem, afinal, foi suficientemente analisado? Posso lhe assegurar que Anna foi analisada por mais tempo e de modo mais completo que, por exemplo, o senhor mesmo*" (apud Gay, 1989). Nessa época, Freud perguntava-se se os ataques a sua filha não seriam dirigidos a ele mesmo.

No Brasil, Katrin Kemper foi vítima de diversas campanhas difamatórias na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ), logo após o regresso de Werner Kemper para a Alemanha, em 1967. Não sendo médica, nem psicóloga, mas grafóloga, segundo Marialzira Perestrello (1987), como ela poderia manter-se na condição de analista didata? Entretanto, em 1962, quando as queixas em relação a Katrin Kemper (concernentes a sua formação e ao seu comportamento com seus analisandos) foram oficializadas junto à IPA, uma comissão de notáveis, composta por Robert P. Knight, Bertram D. Lewin e Leon Grinberg, foi enviada ao Rio de Janeiro. A comissão concluiu:

"Examinamos cuidadosamente os documentos oficiais em favor do treinamento psicanalítico de Mrs. Kemper e os encontramos em ordem. Ela tem treinamento inteiramente adequado na psicanálise em Berlim, não havendo consistência na acusação que tivesse sido imprópriamente ou inadequadamente treinada" (Vianna, 1994, p. 161).

Katrin Kamper era conhecida por suas posições independentes e por sua prática pouco ortodoxa. Permitia-se, em sua prática clínica, um estilo pessoal e pouco convencional. Em virtude das pressões, em 1968, Katrin Kemper afasta-se da SPRJ, acompanhada por sete de seus analisandos. Em 1969, com o apoio de Ygor Caruso, funda o Instituto Brasileiro de Psicanálise que, em 1971, passaria a se chamar Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

Helena Besserman Vianna foi submetida a diversas situações humilhantes no inqualificável episódio envolvendo Almilcar Lobo com a repressão militar sob a proteção do Dr. Leão Cabernite,

durante aproximadamente vinte anos enquanto este episódio permaneceu no obscurantismo. Helena B. Vianna, a denunciante, foi vítima de situações constrangedoras na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro que, a pretexto de salvar a psicanálise, protegeu o torturador e transformou-a em criminosa, num crime onde *“criminoso não seria mais o autor do crime, mas o suposto acusador do crime e do criminoso”* (Vianna, 1994, p. 60). Nesse caso, não poderiam ser mais explícitas as teses de degenerescência moral e psíquica:

“A Dra. Helena C. B. Vianna divulgou em anonimato as mais graves acusações, sem o ter feito dentro da ética médica, do espírito psicanalítico, da decência humana ou da normalidade mental. Em nenhum momento procurou-nos para se inteirar da verdade ou não das acusações; evidentemente, isto poderia perturbar as finalidades que visava alcançar: destruir a instituição psicanalítica” (Vianna, 1994, p. 48, grifo nosso).

David Zimmermann, um dos maiores expoentes da psicanálise no sul do país, durante décadas, exerceu o controle sobre a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Contrário à análise leiga, foi um dos mais enfáticos defensores da psiquiatria psicanalítica e notório representante da kleinismo ortodoxo argentino. Zimmermann (1988), referindo-se às instituições paralelas criadas em virtude da pressão de médicos e psicólogos que não foram aceitos nos institutos oficiais de psicanálise, afirma que o treinamento nessas instituições se assemelha aos institutos oficiais, sendo que, eventualmente, essa pode ser uma formação de bom nível. Entretanto:

Existem, naturalmente, muitas diferenças, especialmente se comparadas com os treinamentos autorizados pela IPA. A principal é que a chamada “formação paralela” é realizada na base da oposição, ressentimento e ódio dos “candidatos”, dirigidos à formação oficial e alimentados por vários professores e analistas (“didatas”) (Zimmermann, 1988, p. 54, grifo nosso).

Geralmente, segundo Zimmermann, *“amargurados com o não reconhecimento do que adquiriu na ‘formação paralela’”* (p. 54), após seis a dez anos de formação não oficial, esses candidatos são obrigados a se comportarem como noivos castos⁵ quando já são, há longo tempo,

⁵ Na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), há uma regra onde o candidato só é aceito em formação, se assinar um termo de compromisso onde aceita a proibição de utilizar o divã, só usando-o após a devida autorização institucional. No caso, quando inicia a supervisão obrigatória.

casados com a psicanálise. Estes candidatos chegam “cansados de tanta análise e ensino repetitivo” (p. 54) e, como têm alguma experiência clínica, irritam-se com facilidade com o ensino e a formação oficial:

Em verdade, não se dão conta facilmente, ou não podem perceber a diferença óbvia entre a formação realizada no instituto oficial e a obtida na “formação paralela”. Perceber esse fato seria doloroso, pois representaria compreender e ter que lamentar o número de anos perdidos, sem nenhuma vantagem, com conhecimentos e técnicas adquiridos distorcida e/ou indisciplinadamente, o que, naturalmente, não seria fácil (Zimmermann, 1988, p. 54, grifo nosso).

De fato, Zimmermann tem todo a razão, se levarmos em consideração alguns fatos e situações. O número de membros e os candidatos em formação da IPA, oriundos da clandestinidade, somados a todos os analistas membros da IPA que, pelos diversos e os mais variados motivos, tiveram que se submeter a condições humilhantes para permanecer em formação ou como membros da IPA. A situação daqueles que foram para o exterior fazer formação psicanalítica, porque não eram aceitos em seus institutos locais, buscando, assim, sair da clandestinidade e que, ao regressarem, eram mantidos numa posição à margem dos institutos locais oficiais, tendo que abrir cursos de formação em psicoterapia psicanalítica ou ingressar na universidade para tentarem sair da semi-clandestinidade. Se somarmos a tudo isso que a relação da IPA com suas filiadas é autoritária, “às vezes elitista, quase sempre hierárquica” (Figueira, 1991, p. 54) e que, efetivamente, essas relações pouco se modificaram no curso da história, pode-se imaginar que, no que concerne à história “oficial” da psicanálise brasileira, perceber esses fatos “seria doloroso, pois representaria compreender e ter que lamentar o número de anos perdidos”.

Nos anos oitenta, Zimmermann teria sua influência diminuída na SPPA e afastado de suas posições de poder. Em 1988, juntamente com seus colaboradores mais próximos - Odon Cavalcante, Glay Pacheco Costa, Luis Bento Mostardeiro, Gildo Katz e José Facundo de Oliveira - fundou o Instituto Cyro Martins. Instituição que se destina à formação de psicoterapeutas de formação psicanalítica que, por ironia do destino, é constituída por um grande número de psicólogos. Essa

instituição exemplifica claramente as tendências psiquiátricas psicanalíticas que exerceram uma grande influência no país.

No Brasil, sempre houve um projeto claro de manter o exercício psicanalítico sob a tutela médico-psiquiátrica (mesmo em São Paulo, que aceitava psicólogos para formação, eles sempre foram em número inferior ao de médicos). Além disso, as regras de admissão de novos membros e de qualificação dos didatas, encontravam-se em relação direta com a mais-valia da reserva de mercado. Fatalmente, essas condições conduziram a uma situação insuportável. Por um lado, a pressão da demanda e, por outro, internamente, os próprios psicanalistas encontravam dificuldades em romper com o poder desta oligarquia institucional. Nas seqüências abaixo, aparece claramente a dificuldade em falar da experiência de formação que, não obstante, *fala por si*. E, invariavelmente, nas entrevistas, as escolhas que, em diversos casos, não aconteceram aparecem, no presente, como opções deliberadas quando não como coragem decorrente de posições não-conformistas e transgressivas.

Na verdade, o que mais pesou para a resolução de ir para Buenos Aires ... talvez mais ... o fato de que eu fazia formação com o {...}⁶ que também tinha feito formação em Buenos Aires. O que pesou mesmo era que você tinha uma formação de alta qualidade e eu acabei participando de uma período intenso da psicanálise argentina ... foi uma época e tanto. De fato, a psicanálise de Porto Alegre é de excelente nível. Não ... não me ocorreu ir para São Paulo ou Rio, tu sabes que aqui, Rio e São Paulo ... nunca foram bem vistos. É ... de fato, eu não era possível fazer formação em Porto Alegre. Mas isso de modo algum pesou ... é como eu te disse ... naquela época Buenos Aires representava fazer parte de uma sociedade de alto nível ... Na volta ... eu não acho que tenha tido problemas ... assim que eu terminei a formação, éramos convidados a participar da sociedade, logo formamos um grupo ... nos inserimos num grupo respeitado ... fazemos um bom trabalho (corpus, E16).

Essa questão da legitimidade, isso é uma coisa que te preocupa quando você está em formação. Importa mais você estar nessa ou naquela sociedade. É claro que se eu pensar na época ... quando eu estava em formação [silêncio]. A barra era pesada! Não, eu nunca pensei em fazer formação em uma sociedade da IPA. Até porque ... eu tinha um grande amigo que é da SBPRJ ... e, naquela época, ele

⁶ Como optamos por manter o anonimato dos entrevistados, o símbolo "{...}" foi introduzido nas ocasiões em que o entrevistado se refere a situações, nomes ou instituições que possam identificá-los.

dizia, não adianta nada essa coisa de abrir para os psicólogos ... se depois vão ficar te embromando. Ele queria dizer com isso que os psicólogos jamais chegariam a ter uma posição reconhecida na IPA ... Além do mais, na verdade, eu não tinha temperamento para ficar numa sociedade com uma estrutura tão rígida [...] Eu penso que a única preocupação das instituições seja mesmo manter o status quo. Eu atualmente sou completamente incrédula com qualquer instituição de psicanálise. Veja você, as instituições lacanianas ... são um horror! Não estou querendo dizer com isso que sejam piores que as outras. Mas, basta você ver como os alunos são infantilizados, para você perceber que, apesar de todo sujeito suposto saber, toda a teorização, há uma submissão transferencial igual. Eu hoje frequento especificamente pequenos grupos, onde eu percebo que o trabalho é sério, não importa de qual instituição. O que pesou de fato na minha vida foi o doutorado que eu fiz, foi onde eu mais aprendi. Chegou um ponto da minha vida institucional que eu sinceramente penso que eu não tinha mais nada para aprender. As crianças eram pequenas e eu sentia cada vez mais que eu perdia meu tempo, envolvida com toda a coisa institucional sem proveito (corpus, E10).

A clandestinidade é uma noção a que recorreremos, ainda que os entrevistados não se reconheçam nessa situação. A clandestinidade tem em comum com a clandestinidade política o fato de ser uma alternativa que muitos profissionais encontraram para exercer a psicanálise. Os militantes políticos pertencentes a organizações declaradas ilegais eram perseguidos, durante a ditadura militar, pela polícia política e militar do antigo regime: “Neste aspecto, a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência” (Arantes, 1994, p. 66). Os militantes tinham basicamente três escolhas: o exílio, a clandestinidade ou a legalidade em seu local de trabalho ou de estudo, conservando a militância enquanto não fossem localizados pela repressão. Tornar-se clandestino e permanecer clandestino “de início era sair da cena legal” (p. 69). A clandestinidade, de todo modo, ocorre na falência de condições democráticas, não é uma livre escolha ou uma escolha livre, ainda que seja uma escolha no sentido político, determinada por uma situação de excepcionalidade.

De fato, seria um exagero querer comparar a situação psicanalítica com a clandestinidade política. É evidente que, nesse caso, trata-se antes de uma violência simbólica, mais do que uma

violência física, se bem que *“as relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem”* (Bosi, 1993, p. 11). A exclusão ou a interdição às sociedades de psicanálise “oficiais” levou diversos psicanalistas a um auto-exílio no exterior, em busca de formação psicanalítica. E, como elas ofereciam um número muito reduzido de vagas, vários profissionais permaneceram no Brasil (num auto-exílio interior) em posição de clandestinidade.

Toda escolha é sempre uma decisão penosa ou prazerosa e qualquer escolha implica perdas, embora a escolha não seja um ato inteiramente consciente. A escolha da clandestinidade implica, de saída, uma opção entre perder e perder, isto é, *“é uma escolha entre a liberdade imposta pela ‘legalidade’ ditatorial e a liberdade possível, oferecida pela vida clandestina”* (Arantes, 1994, p. 124). Em um primeiro momento, a escolha da clandestinidade é uma escolha por viver, frente à ameaça de um sentimento de aniquilamento e intenso desprazer, frente à posição assimétrica em relação ao poder instituído e *“à liberdade de poder”* (p. 125). Segundo Arantes, há um segundo tempo da escolha clandestina. A integração na vida clandestina exige de seus protagonistas uma radical modificação na sua forma de viver e uma adaptação às condições de vida e a uma realidade desconhecida para a maior parte, onde

[...] as referências identificatórias [...] iam sendo desafiadas no limite máximo. A despossessão da imagem social de si, e a desconstrução da face revelada da própria identidade colocaram à prova o substantivo do arranjo psíquico de cada um (Arantes, 1994, p.133).

Somente o recurso a condições mínimas de prazer, indispensáveis às mínimas condições de sobrevivência do eu - muitas vezes revestido de um destino sublimatório, permite ao sujeito, na clandestinidade, suportar o ônus de uma escolha no limite da não-vida. Segundo Aulagnier (apud Arantes, 1994, p.137), é *“condição para que um fragmento de realidade continue a existir ainda que para o olhar de um só outro”*.

Toda a escolha pode ser compreendida como repetições de escolhas jamais saciadas e não plenamente satisfeitas. Mas, de todas as escolhas de que se participa, entre as permitidas em

oposição às proibidas, das lícitas em relação às ilícitas, das possíveis em relação às impossíveis, quanto mais próximo o sujeito se encontra de escolhas limites e à medida que se vence o temor de aniquilamento, mais consistente será aquilo que Aulagnier chamou de prazer suficiente. O prazer suficiente é um prazer a mais que se adiciona ao prazer necessário. É por isso mesmo que o prazer suficiente pode ocorrer: “o prazer suficiente é o prazer que o eu deve poder experimentar através dos seus investimentos, prazer que tem uma relação muito particular com o conceito de escolha” (Aulagnier, apud Arantes, 1994, p.140).

Não ... eu não ingressei em nenhuma instituição de psicanálise. Ah, em nenhuma, é isso que eu tô te falando, que agora não é mais importante ... antes era. Ah, antigamente, quer dizer até minha experiência com as instituições ... com as instituições de psicanálise. Eu, eu acho que eu via de uma maneira muito radical, na medida que eu achava que eu teria que me submeter ... uma fantasia de submissão ... que eu teria que me submeter a uma determinada maneira de trabalho, a uma determinada forma de trabalho. Eu já me interessava por Winnicott há muito tempo. Eu não conhecia nenhuma ... isso eu tô te falando de Rio de Janeiro né, eu sei daqui há 9 anos ... há 10 anos atrás. Eu não conhecia nenhuma instituição psicanalítica que eu pudesse dar continuidade a estudos como Ferenczi, como Winnicott ... os chamados enfants terribles da psicanálise. Então, havia muito forte a vertente kleiniana ... que foi toda a vertente da minha graduação, onde só se falava de Melanie Klein. E eu tinha uma implicância horrorosa com os excessos interpretativos da Melanie Klein. E, quanto a Freud, que eu me apaixonei, inclusive eu fazia grupo de Freud com a {...} que atualmente é lacaniana. Adorava a {...} e a {...} sempre foi uma pessoa independente. A minha primeira supervisora ... aliás a minha primeira supervisora não. A primeira no sentido de importância, a minha supervisora mais importante, a pessoa que se tornou um marco profissional foi a {...}. A {...} é independente. A {...} [refere-se a um outro supervisor], ela é maravilhosa. Eu faço grupo de Ferenczi com ela e ela é independente. Então, os meus modelos de profissionais maravilhosos, fantásticos eram independentes ... eu acho que esse fato teve muita importância. Acho que é uma vocação para a transgressão [riso]. Eu acho que é uma vocação pra transgressão, para não-submissão ... (corpus, E5).

Em condições muitas vezes precárias, a clandestinidade, em um primeiro momento, permite a construção de um modo de vida e uma organização identificatória, mas as seqüelas que permanecem são de algum modo indizíveis. A clandestinidade, com o passar dos anos, torna-se um

fardo, avolumando-se sob seu peso. O que, num primeiro momento, pode ter sido uma escolha do eu, motivo de orgulho, com o tempo torna-se uma ferida “narcísica”, passando à posição contrária ao se sentir escolhido. Saindo do lugar de quem escolheu, coloca fora de si, tomando-se o escolhido: “o objeto de sua escolha passa a ser superinvestido a tal ponto que maiores poderes que o próprio eu passará a ter este objeto” (Arantes, 1994, p. 148).

Quais são as opções da não opção? Eu não optei ser uma independente ... me restou ser uma. Veja, não é sem um certo constrangimento que eu te digo isso ... Me preocupa, assim como qualquer sujeito com um mínimo de bom senso preocuparia-se, com essa espantosa inflação de analistas que se autorizam por aí ... [...] Fico arrepiada de pensar que isso possa ser tomado como um exemplo. Eu não vejo nenhum ato heróico da minha parte, o meu processo de formação, nenhuma vocação intrínseca ou de natureza transgressiva. Sucessivos acasos, em momentos delicados. Eu fui fazendo certas opções, ou não me satisfazendo com essas opções. A minha formação psicanalítica, ou o que eu pessoalmente chamo como a minha formação psicanalítica, não foi uma recusa a pertencer. Foi uma busca de pertencer. Eu fui recusada. Em mais de uma ocasião. Eu acho mais é que eu fui obstinada, porque não é nada fácil sobreviver ao desmoronamento interior que alguém passa numa experiência dessa ordem. O que eu posso te dizer disso? Veja, eu acredito que, num processo de seleção analítica, há toda uma fantasia de que você está sendo julgada pela sua capacidade emocional. Não é uma fantasia, isso de fato ocorre. Então uma recusa, uma negativa, aciona todos os fantasmas do armário. No meu caso, eu procurei análise pelo sofrimento, por uma dor que não permitia que eu fosse minimamente feliz. A primeira vez que eu tive coragem de fazer uma demanda dessa foi a {...}. Aqui em São Paulo, veja você, não havia essa questão [refere-se ao ingresso de psicólogos à formação]. Essa primeira recusa ... foi muito, muito difícil para eu elaborar. Eu já me analisava há três anos. Sim, ele era membro da Sociedade. Passados tantos anos, eu posso te afirmar, com certeza, que foi muito difícil ... doeu. A possibilidade de exercer uma prática psicanalítica sem reconhecimento institucional? Olha, foi um processo longo e difícil, muitos anos de análise e supervisão. Como eu te disse antes, eu, como todo mundo da minha época, pensava que fazíamos terapia psicanalítica porque o paciente encontrava-se sentado à nossa frente [risos]. A leitura de Lacan foi decisiva nesse processo, foi através dos psicanalistas franceses que eu fui me apropriando de um outro modo de trabalhar na clínica [...] Eu tenho uma relação muito boa com alguns grupos lacanianos e com um grupo bioniano, que são as teorias que, no momento, mais me interessam. De fato, eu tive alguns convites para participar desses grupos, mas não tenho mais estofa para a vida institucional. Além disso, eu tenho uma clínica bem estabelecida, o que diminuí muito, a meu ver, a

motivação para fazer parte de uma instituição de psicanálise. Eu diria que não tenho estofo e não tenho muitas ambições de poder. Alguns colegas me cobraram essa posição. Atualmente, eu desconfio um pouco disso, se essa ... vale a pena. Eu acho que por trás dessa ilusão de que se pode mudar, a necessidade de participar ... A meu ver, o modo como as sociedades psicanalíticas estão estruturadas, essa situação ainda vai perdurar por um longo tempo. Não vejo que aqueles que me cobram a participar tenham em suas sociedades posições diferentes e que são criticáveis por eles mesmos (corpus, E11).

Membro e fundador do Círculo Psicanalítico da Bahia, Carlos Pinto Corrêa, referindo-se à situação da psicanálise nos anos sessenta, em Minas Gerais, considera que o Círculo viveu, em seu início, uma crise que levava à necessidade de legitimação, sendo que as instituições filiadas à IPA tinham

[...] a força da lei determinando uma espécie de identidade dos seus membros e uma ação controladora, como estivesse a seus cuidados a manutenção de uma ética.

A pressão da IPA através das subsidiárias nacionais era sentida por uma hostilidade declarada a qualquer instituição não filiada. Fora daquela sociedade não existia salvação. O temor de decair a uma marginalidade científica era possivelmente aumentado pelo próprio nome de Círculo de Psicologia Profunda (Corrêa, 1993, p. 71).

Como membros de uma sociedade ainda incipiente, de acordo com Corrêa, “viamos a ameaça da recusa expressa numa ansiedade compartilhada por todos nós” (p. 71). A vinda de Caruso para Minas Gerais tinha como objetivo fortalecer a identidade do Círculo de “um pai forte e um sobrenome capaz de nos vincular diretamente a Viena” (p. 71). Num segundo momento, tratou-se de mudar o nome, “não éramos psicólogos profundos; pretendíamos ser psicanalistas” (p. 71).

É evidente que aqui se trata da questão das origens. Malomar Edelweiss transferiu-se para Minas Gerais, possivelmente, porque, no Rio Grande do Sul, a SPPA era um grupo fortíssimo e filiada à IPA; em contrapartida, em Minas, não havia instituições da IPA. Malomar foi o analista de toda a primeira geração do Círculo no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, com exceção da Dra. Gerda Kronfeld, que se analisou com Caruso em Viena. Além do mais, era uma personagem autoritária e, para muitos, uma grande “narcisista”, e é evidente que surgiriam os inevitáveis

conflitos transferenciais. Mas, sobretudo ... Malomar não era da IPA. Antônio Franco Ribeiro da Silva (1992, p. 6), um dos fundadores do Círculo de Minas, relata que, naquela época, faziam-se perguntas que não teriam sentido agora: “*quem não é filiado à IPA é psicanalista?*” ou “*O Círculo, não pertencendo à IPA, é uma sociedade confiável?*” ou ainda: “*Por que o Círculo é de Psicologia Profunda e não de Psicanálise?*”.

Vejamos como as mesmas perguntas repetem-se trinta anos depois. Sonia Maria Soares de Almeida, membro do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, comentando o livro de Contardo Calligaris - *Hello Brasil*, pergunta-se como se pode pensar a clínica psicanalítica e a relação profissional, levando em conta duas questões que Calligaris aponta como fazendo parte da estruturação da sociedade brasileira: a ausência da função paterna e a desconfiança que inspira.

Estamos submetidos ao lugar de sujeitos de um suposto saber ou temos escravizados nossos pacientes, como colonizadores, com o poder de nosso pretense saber sobre eles? [...] O que buscamos quando nos filiamos a uma instituição psicanalítica como o Círculo, onde valorizamos duas de suas marcas principais - a ausência de uma figura marcante ocupando o lugar de pai poderoso e a falta de uma definição teórica dentro da Psicanálise? Ao nos vangloriar-mos de uma suposta liberdade de pensar estaríamos triunfando diante da negação de uma paternidade, tentando fugir aos efeitos da interdição e do fantasma da escravidão? Estaremos nos recusando a pagar o tributo da filiação? (Almeida, 1991, p. 148).

Que Almeida nos perdoe, mas não seria justamente o contrário? Não estaríamos nos recusando a pagar o tributo de uma filiação ou negando essa filiação, buscando um pai investido de legitimidade e poder? As perguntas continuam a ter sentido em qualquer época, ainda que, na história da psicanálise, em determinado período, não havia perguntas porque não havia respostas. René Major (apud Vianna, 1994), analisando a crise que inaugura um ato de fundação na sucessão de três gerações subseqüentes, coloca que a segunda geração institui o silêncio e o segredo sobre a primeira e a terceira derruba o muro do silêncio, colocando em ato o segredo transmitido da primeira geração. A repetição, como nos ensina a clínica psicanalítica, é algo sempre impossível de ser lembrado e retorna por meio da repetição. Impossível, o real é justamente aquilo que não pode ser

totalmente simbolizado através da palavra ou da escrita, e, como consequência, “*não cessa de não se inscrever*” (Chemana et alii, 1995, p. 182).

Júlio Campos (1995) relata o percurso de jovens psiquiatras que, como ele, buscaram Buenos Aires para fazer formação psicanalítica. Segundo Campos, a situação da psicanálise em Porto Alegre na época (anos setenta), referindo-se à Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre⁷, era de

[um] *instituto dimensionado de forma inferior à demanda, principalmente no tocante ao número pequeno de didatas, fazendo com que muitos postulantes à formação fossem preteridos. O mesmo fato levou muitos colegas a São Paulo e ao Rio de Janeiro com a mesma finalidade* (Júlio Campos, 1995, p. 342).

É ingenuidade supor que, em um estado onde, atualmente, há o maior número de instituições de psicanálise filiadas à IPA no país, essa situação fosse somente decorrente do fato de que tinha um “*instituto dimensionado de forma inferior à demanda*”. Na verdade, a situação da psicanálise no Rio Grande do Sul assemelha-se à de São Paulo no que diz respeito “*ao poder absoluto que os didatas concentravam, à formação de clãs transferenciais e o monopólio econômico da formação*” (Herrmann, 1996, p.215). É interessante justamente que, nessa história onde tenta reunir ingredientes para uma “*história o mais verídica possível*” (Campos, 1995, p. 336), Campos não mencione o período em torno de dez anos da história desses quase trinta analistas que, como ele, encontravam-se em Buenos Aires fazendo formação e, ao retornarem, abririam cursos privados em psicoterapia psicanalítica.

Freud, em um pequeno e genial artigo escrito em 1908 - *La novela familiar de los neuróticos*, afirma: libertar-se da autoridade dos pais constitui-se em um dos mais necessários (e dolorosos) resultados do processo do desenvolvimento. Todo o progresso da civilização repousa

⁷ Em 1977/78, entre membros efetivos e associados, havia 21 psicanalistas na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Seis anos após (1983), havia 29 psicanalistas entre membros efetivos e associados e, em 1985, o número subiu para 30. Dados mais recentes (1995) mostram que há, atualmente, 53 psicanalistas entre efetivos e associados. Em 1977/78, havia 26 candidatos em formação e, atualmente, 81. Esse número corresponde a mais do triplo de candidatos que existiam na década de setenta. A razão dessa expansão deve-se às duas novas sociedades filiadas à Internacional neste estado e, assim, para não perderem os dados, “*cedem-se os anéis*” (Birman, 1991).

sobre a oposição entre as gerações, mas há aqueles que fracassam. No “romance familiar”, os pais idealizados da primeira infância decrescem na auto-estima da criança que os substitui por outros de uma posição social mais elevada, quando não nobre. Para despojar os irmãos mais velhos de suas prerrogativas, geralmente fantasiosas, uma interessante variação desses romances familiares é quando o autor transforma-se em herói enquanto seus irmãos ou irmãs são declarados bastardos.

O drama da legitimidade foi vivido por Anna Freud (Young-Bruehl, 1992), Melanie Klein (Grosskurth, 1992) e Lacan (Roudinesco, 1988, 1994) em diferentes épocas. Contrariando todas as tendências edificantes da saída de Lacan da IPA, Roudinesco mostraria com detalhes o longo processo de negociação de Granoff, Leclaire e Lacan e como, naquela época, era intolerável uma ruptura com a tendência legitimista. No Brasil, não ser membro da IPA equivalia a um desastre e ainda é inconcebível para diversos profissionais em vários estados do Brasil. Situação que se modificaria sensivelmente com a institucionalização de sociedades psicanalíticas lacanianas em anos subsequentes.

Na versão “oficial” da história da psicanálise, escrita por Jones, acompanhada passo a passo pela vigilância de Anna Freud (Young-Bruehl, 1992), diversos acontecimentos foram dissimulados para não denegrir a vida de Freud: os suicídios, as loucuras dos pioneiros do movimento e mesmo a prática transgressiva do mestre. Na correspondência entre Freud e Fliess foram suprimidas 180 cartas. A pretexto de que respeitava a vontade de seu pai, Anna Freud censurou tudo aquilo que, a seu ver, violava a intimidade de Freud. A exemplo do que se sucedeu com a história freudiana, segundo Roudinesco (1995), o movimento laciano promoveu um verdadeiro apagamento da história, sem conseguir elaborar o luto pela morte de um mestre tomado intocável e imortal. Lacan tornou-se alvo de uma transferência fanática e de natureza psicótica. Seus adeptos da quarta e quinta geração repetiriam a prática da abolição do tempo da sessão, que conheciam dos últimos tempos de Lacan. Segundo Roudinesco, a redução do tempo da sessão (na qual se formariam diversos analistas latino-americanos) corresponde exatamente a esse apagamento

da história e a mistificação de Lacan como um herói. Na Inglaterra, por sua vez, dois excelentes trabalhos foram escritos sobre a história oficial da psicanálise inglesa, o de Steiner (1989) e de Grosskurth (1992). Entretanto, os primeiros trabalhos sobre um dos mais graves episódios da psicanálise brasileira (o caso Amílcar Lobo) foram os trabalhos acadêmicos de Maria Cecília Bouças Coimbra (1992) e Daniel Kupermann (1993). No Brasil, grande parte da produção ainda incipiente da história oficial do freudismo é francamente condescendente com uma visão pioneira e gloriosa da história da situação da psicanálise brasileira; sendo que o trabalho crítico mais interessante até o momento, escrito por um membro da IPA, foi o de Helena B. Vianna (1994).

2.2 A PSICANÁLISE SEM DIVÃ: “OS CÃES LADRAM, E A CARAVANA PASSA”

A oficialização dos cursos de psicologia no Brasil, em 1962, foi um processo cheio de percalços, não faltando a interferência do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Nacional de Saúde - órgão este extinto do Ministério da Saúde - cujas pressões tinham em vista manter a psicologia sob tutela médica. Curso nascido em plena vigência da ditadura militar - uma época onde a política educacional brasileira buscava despolitizar o movimento estudantil e impedir a formação de movimentos populares de resistência à ditadura militar. O fechamento dos cursos de política e sociologia e a reforma universitária de 1968, conduzida pelo Sr. Jarbas Passarinho incentivando a privatização do ensino universitário, levaria à expansão desordenada de cursos de psicologia no país, nos anos setenta. Com as novas escolas de ensino superior, em especial a Psicologia e a Comunicação, surge uma intensa psicologização dos meios de comunicação, impelindo a uma intimização da vida social apoiada numa linguagem psicanalítica. A esse fenômeno de alienação que marcou toda uma geração Luciano Martins (1979) deu o nome de “geração A15”. Segundo Martins, o modismo psicanalítico teria contribuído, em larga medida, para a desarticulação do discurso e da prática política, critica esta mal assimilada, de modo geral, pelos psicanalistas.

A difusão da psicanálise na cultura brasileira é resultante de uma gama complexa de fatores e algumas tentativas têm sido feitas no sentido de explicitar sua influência. Segundo Figueira (1987), o processo de modernização acelerado por que passou a sociedade brasileira desde os anos cinquenta foi decisivo para uma série de modificações sociais, refletindo-se nos processos de subjetivação, produzindo conflitos identificatórios entre modelos considerados arcaicos e os ideais modernizantes, pautados em uma ideologia igualitarista. Nesta perspectiva, o alto consumo de terapias entre os setores da classe média urbana tornou-se irresistível como forma de lidar com a própria complexidade da vida quotidiana.

Entretanto, parece-nos evidente que a influência da psicanálise no âmbito da psiquiatria brasileira foi determinante para sua implantação. Desprovida de prestígio social, a psiquiatria era uma prática malvista no interior da própria medicina⁸, em franca competição e em desvantagem com a neurologia. São Paulo, por exemplo, estado onde a medicina organizada empreendeu a maior resistência à psicanálise, contava exatamente com os setores de neurologia considerados como os mais competentes e avançados do país⁹. No restante do país, a tradição psiquiátrica brasileira alienista era insuficientemente organizada e precária, não representando nenhuma barreira significativa para a implantação da psicanálise. De fato, a psicanálise conferiu à psiquiatria um alto grau de legitimidade, além disso, possibilitou aos psiquiatras um novo modelo de atendimento na clínica privada, implicando melhora de remuneração frente aos baixos salários que recebiam nas funções tradicionais.

Como salienta Russo (1993), a psiquiatria, para se afirmar como uma especialidade autônoma, inicialmente, vê-se às voltas com a neurologia, havendo sempre uma forte tensão entre

⁸ Onde os psiquiatras eram considerados, pela classe médica, tão loucos quanto os seus pacientes e médicos mediocres.

⁹ Essas informações foram obtidas com o Dr. Gilberto da Silva Telles, médico e clínico geral que realizou sua formação na década de vinte em São Paulo e doutoramento na Alemanha, erradicando-se posteriormente no Rio de Janeiro. Profundo conhecedor da história da medicina brasileira, com ele tive, em diversas ocasiões, a oportunidade de escutar essas histórias.

essas duas disciplinas que têm posições bastante divergentes no que concerne a natureza dos distúrbios patológicos, de natureza orgânica para os neurologistas e de natureza psíquica para os psiquiatras.

Segundo Russo, a psicanálise representa para os psiquiatras um saber que confere especificidade a sua especialidade. Em um primeiro momento, a psicanálise vai se desenvolver dentro da psiquiatria como um saber de segundo grau e esse englobamento vai sendo gradualmente invertido. A psicanálise passa a disputar com os psiquiatras organicistas a hegemonia pela psiquiatria, sendo que, para consolidar esse projeto, busca aliados externos à medicina. Progressivamente, os psiquiatras-psicanalistas ocupariam cargos de destaque nos hospitais psiquiátricos e nos setores de saúde mental, promovendo a reforma desses locais (Andrade, 1991). O movimento de antipsiquiatria, as comunidades terapêuticas que surgem nos anos sessenta, na Inglaterra, como uma reação à psiquiatria tradicional encontrou, no Brasil, respaldo nos setores da psicanálise, onde a relação da psiquiatria com a psicanálise parece se inverter.

No Brasil, o suporte institucional da psicologia organizou-se a partir de disciplinas na filosofia e pedagogia, resultando, nos anos cinquenta, em cursos de especialização que, a partir desta época, passariam a ser os núcleos ainda incipientes dos futuros cursos de psicologia. Os cursos de psicologia propriamente ditos constituíram-se, inicialmente, com um grande número de profissionais oriundos da pedagogia, mas também da psiquiatria-psicanalítica. A influência da psicanálise nos cursos de psicologia e sua aceitação deve-se também ao fato de que, durante um longo período, funcionou como uma contra-ideologia à psicologia experimental e comportamentalista, defendidas pelos setores da pedagogia "oficial" brasileira. A pedagogia "oficial" baseada nas teorias experimentais e comportamentalistas norte-americanas, sobretudo a partir dos anos sessenta, receberia um forte apoio governamental, sendo que os setores representantes das tendências contrárias seriam perseguidos e banidos do país, como, por exemplo, Paulo Freire.

Na verdade, o reconhecimento da profissão é o processo resultante da oficialização de cursos já existentes, assim como o reconhecimento de uma prática que já se encontrava legitimada, ainda que de forma incipiente, apesar de sem reconhecimento oficial. A famosa alínea "d", último item do parágrafo 1º do Art. 13, da Lei 4.119/62, prevendo que aos psicólogos é permitido a **solução de problemas de ajustamento** (Andrade, 1991), é o primeiro movimento no sentido de tornar a psicologia independente da psiquiatria, permitindo que os psicólogos exercessem a prática clínica. Na verdade, a psicanálise funcionou *em termos* como uma contra-ideologia. Por um lado, fazia um forte apelo através de um corpo teórico com um poder explicativo sofisticado e, em certa medida, constituiu-se numa crítica ao modelo psicológico norte-americano e à ideologia vigente dos governos militares. Por outro, a assimilação da psicanálise, nos cursos de psicologia, foi resultante de uma política conciliatória.

A psicologia é um curso que congrega as mais diferentes e divergentes tendências teóricas, abrigando, genericamente, tudo aquilo que diz respeito ao comportamento e ao psiquismo. A rigor, essas condições historicamente favorecem a assimilação da psicologia como um corpo teórico unitário, sem que essas diferenças sejam devidamente compreendidas. Como salienta Maria Teresa S. Pinheiro (1990, p. 10), a psicologia é uma espécie de "*casa da mãe joana*" e, mesmo com todas as diferenças teóricas, essas teorias estabelecem laços entre si de modo que esse convívio não seja contraditório. A psicanálise começou a ocupar um espaço na Universidade de um modo dispersivo e anárquico, seja nos cursos de graduação em Psicologia, nos cursos de graduação e especialização em Psiquiatria e nos diferentes cursos de pós-graduação: Letras, Filosofia, Antropologia, Comunicação, Sociologia etc.. O convívio difícil e conflituoso da psicanálise, como de modo geral se observa nos departamentos de psicologia, é decorrente da diferença abismal que distingue a psicologia da psicanálise, o que não permitiu até hoje que a psicanálise encontrasse um lugar próprio dentro da Universidade. A psicanálise "*estabelece desde os seus fundamentos um corte radical com os pressupostos básicos da Psicologia*" e a Psicologia, ao abrigar a Psicanálise, "*não está abrigando*

mais um contrário, mas uma contradição que a ameaça [...] apesar de possuir um corpo teórico bem costurado, consistente e que vem sendo utilizado nas diferentes Ciências Humanas” (p. 10).

Contudo, parece-nos necessário ter em vista que essa forma dispersiva e anárquica com que, hoje, descrevemos a difusão da psicanálise, na verdade, corresponde à ideologia de uma época. A maneira mesma como a psicanálise era assimilada entre os psicanalistas, como um saber passível de conciliação com a psiquiatria e a psicologia (o que é absolutamente contraditório e irrealizável). Sérvulo Figueira (1991) descreve esquematicamente cinco modos de articulação diferentes naquilo que normalmente chamamos de interdisciplinariedade, onde a colonização, em parte, parece ser um dos modos apropriados para pensar o tipo de articulação que, no começo, havia entre a psicanálise e a psicologia. A colonização, segundo Figueira, estabelece-se através de um tipo de contato basicamente não-igualitário, onde a influência profunda de uma disciplina sobre a outra chega ao ponto de, algumas vezes, alterar completamente a identidade dessa outra disciplina.

No caso da influência da psicanálise em relação à psicologia, cumpre notar que, a princípio, a própria psicologia oferece essas condições, pois seu corpo teórico é multifacetado e não se constitui numa identidade. Além disso, a dominação que a psicanálise exerce sobre a psicologia não se resume somente à influência de uma disciplina sobre a outra, mas ao modo, à qualidade, digamos assim, dessa influência. Em parte, a psicanálise constituiu-se como uma crítica à psicologia, porém a sua difusão, no âmbito da psicologia, realizou-se de forma conciliatória, tal qual as demais teorias psicológicas. Essa ambigüidade parece ser uma característica importante da relação da psicanálise com a psicologia na situação da psicanálise brasileira, desde os anos cinquenta (assim como se observa em outros países). Essa colonização, ao que entendemos, é uma via de duas mãos onde a psicanálise cumpre essa função de dominação e o modo como isso acontece concorre para descaracterizar a própria psicanálise.

Em trabalhos anteriores, Figueira (1981, 1988) coloca que a psicanálise, no seu processo de difusão, foi abarcando fenômenos das mais diversas naturezas, apesar das preocupações de Freud

para que a psicanálise não se transformasse em uma *weltanschauung* no seu processo de institucionalização. Progressivamente, a psicanálise foi perdendo a referência a um centro e, ao estender seu poder explicativo sobre fenômenos tão heterogêneos como os sonhos, os chistes, os devaneios etc., procede sobre os mesmos através de um movimento centripeto, homogeneizando-os, simultaneamente, por meio de um movimento centrífugo. E assim expande seu poder explicativo sobre fenômenos concernentes a outros campos de saber, como a Sociologia, Antropologia, Religião, Pedagogia etc.. Nesta perspectiva, a psicanálise conteria nas *weltanschauung* em potencial.

Na verdade, a psicanálise foi gradualmente inserindo-se e conciliando-se a outras teorias psicológicas. Os psicodiagnósticos psicanalíticos, que resultam na utilização de testes interpretados sobre uma grade explicativa inspirada na teoria psicanalítica, são exemplos que constituem a transfiguração da psicanálise, moldando-se e moldando outras práticas que, originalmente, não pertencem à teoria psicanalítica ou a suas preocupações (Andrade, 1991). O mesmo pode ser visto em relação às psicoterapias chamadas de orientação psicanalíticas.

No que concerne a psicologia *versus* a psiquiatria-psicanalítica, houve, desde o início, uma relação extremamente ambígua e contraditória. Se, por um lado, os psicólogos necessitavam dos psicanalistas para se afirmarem profissionalmente, por outro, o projeto da psiquiatria-psicanalítica para a psicologia previa a sua subordinação. O projeto de José Bleger para os psicólogos argentinos, publicado originalmente em 1966 e com influência no país, *Psico-higiene e psicologia institucional*, não poderia ser mais explícito sobre essa questão. A subordinação não só era desejada como tida como absolutamente necessária e indispensável, à medida que Bleger defendia pontos de vista contrários à análise leiga.

De fato, os psicólogos (e os terapeutas não-médicos, como os assistentes sociais e terapeutas ocupacionais), numa certa época, foram um exército de manobra, mão-de-obra farta e ainda pouco qualificada e, inicialmente, essenciais para a implantação das diversas tendências e

práticas inspiradas na psicanálise. Em última instância, consolidando e legitimando a própria psiquiatria-psicanalítica¹⁰.

Até os anos sessenta, há uma nítida subordinação dos psicólogos em relação aos psicanalistas. Impedidos de ingressar nas sociedades de psicanálise oficiais, mas em análise e supervisão com os psicanalistas, os psicólogos começam a firmar sua prática clínica e a psicologia clínica propriamente dita passa a se constituir. A psicologia clínica é uma prática que, como de resto na psicologia, não tem uma unidade e “*seu estatuto é sempre inencontrável*” (Roudinesco, 1988, p. 595). No Brasil, a psicologia clínica encontra o seu suporte na psicanálise, constituindo essa prática efêmera denominada de psicoterapia de orientação psicanalítica, cujas diferenças básicas em relação à psicanálise são a frequência às sessões, que variam entre uma a três vezes na semana, a restrição quanto a utilização do divã e certas modificações na análise da transferência. Segundo um dos depoimentos:

Veja, eu não tenho a menor dúvida que ... essa psicoterapia de orientação psicanalítica seja uma psicanálise disfarçada. É evidente que sim. Se isso é admitido pelos psicanalistas da IPA aqui em Porto Alegre? Não, de modo algum. Não é sequer admitido que se possa fazer psicanálise menos de quatro, três vezes por semana! Veja, se o sujeito está em análise, se ele está em supervisão, tu vais me dizer com isso o quê? Que ele está fazendo outra coisa que não é psicanálise? Há alguns analistas, não sei se você sabe disso, eles não aceitam dar continuidade à supervisão se um psicólogo colocar divã? Tu sabes como se dizia lá nos idos de sessenta, setenta sobre os psicólogos? Os cães ladram, e a caravana passa! (corpus, E13).

No entanto, em depoimento de outro psicanalista, um adorável e gentil senhor, a lógica da não lógica, no que concerne às psicoterapias de orientação psicanalítica, é uma crença enraizada ...

¹⁰ A posição dos psicólogos se modificaria com o passar dos anos. Os psicólogos clínicos, apropriando-se do arsenal psicanalítico, passariam a gerir entre os psicólogos as suas próprias redes de poder, numa repetição incansável do mesmo modelo que os oprinia. É digno de nota que, sobretudo, os psicanalistas lacanianos no Sul do país, em sua grande maioria oriundos dos cursos de psicologia, são os que encontram maior dificuldade em ingressar nas instituições psiquiátricas. Em franca competição pelo monopólio da formação *psi*, assim como nas demais regiões do país, vêm alargando a sua influência territorial sobre a pedagogia terapêutica. Em vários aspectos, a situação desses profissionais é semelhante aos dos psicólogos há trinta anos atrás. Em tratamento psicanalítico e sob a supervisão dos psicanalistas, a pedagogia terapêutica vem se afastando progressivamente da influência cognitiva, e, na prática, seus tratamentos assemelham-se cada vez mais aos dos psicanalistas. Certamente, não se passarão muitos anos e teremos os órgãos de classe da pedagogia em franca defesa da prática clínica desses profissionais.

Eu penso que esse teu problema, pois bem, eu não sei o que outros colegas pensam disso ... mas eu acho que não. Você tem uma psicoterapia de base analítica e a psicanálise. Uma psicoterapia pode ser tão ou mais eficiente em certos casos que a psicanálise. Quais casos? Com um psicótico, um borderline, por exemplo, você não colocaria pessoas com um diagnóstico destes no divã. Qual a diferença entre uma psicoterapia feita por um analista e um psicólogo? Em primeiro lugar, a experiência de formação. Mas, se o psicólogo está em análise pessoal? Olha, aí, eu creio que ele começa a ter uma experiência com o próprio inconsciente, que vai habilitá-lo a uma escuta psicanalítica. É isso. Mas, como ele não tem formação, uma formação sistemática, não vai desenvolver as habilidades para se utilizar adequadamente de todo arsenal de uma psicanálise. A análise da transferência adequada, a interpretação, que são habilidades que você só pode desenvolver adequadamente numa formação convencional. Independente, independente, a meu ver, se ele estuda e mesmo tem supervisão. Ele não tem uma formação sistemática. Uma formação sistemática é, como eu te disse, a análise pessoal, supervisão e os estudos teóricos ... Olha aí, o ideal de uma psicanálise é que ela seja cinco ou mesmo quatro vezes por semana. Essa crise [econômica] tem nos levado a ser mais condescendentes. Mas, com menos de três vezes por semana, eu não aceito. Eu te disse que não aceito fazer psicanálise, só psicoterapia. Como assim? Não, psicanálise, no divã! (corpus, E12).

Na década de sessenta, a psicologia clínica já começava a despontar como a área de preferência dos psicólogos. Ainda que um número relativamente reduzido de psicólogos, no Brasil, exercessem uma prática de psicoterapia em consultório, naquela época, a grande maioria realizava psicodiagnósticos psicanalíticos ou aconselhamento de inspiração psicanalítica. Nessa ocasião, mesmo de forma incipiente, começam os primeiros movimentos da psicologia clínica para se constituir como uma rede alternativa aos psicanalistas, visto que os próprios psicólogos, em análise, em supervisão e em grupos de estudos, passam a tratar e supervisionar seus pares. Com exceção de São Paulo e Brasília, que tinham os núcleos mais bem estruturados de psicologia experimental, e em Recife, onde existia uma grande influência do cognitivismo, a psicanálise não chegaria a se constituir em uma tendência hegemônica nos cursos de psicologia e a influência da psicanálise só cresceria consideravelmente nas décadas subseqüentes.

Os anos setenta - período que, por falta de uma designação melhor, como salienta Russo (1993), é conhecido como a década da expansão do movimento *psi*, que talvez fosse mais apropriado

chamar de movimento psicanalítico, já que é disso que se trata - provocariam uma profunda mudança na situação da psicanálise brasileira. Nessa época, expandiria-se o projeto das comunidades terapêuticas e a influência dos analistas portenhos, em sua grande maioria exilados políticos ou auto-exilados no Brasil e abalaria a hegemonia das sociedades filiadas à IPA. Esse movimento, contudo, fazendo um forte apelo às condições elitistas e à neutralidade política da IPA, não modificaria o reconhecimento ou a legitimidade dos psicólogos. Alteraria, sim, os modos de intervenção tradicionais da prática privada, estendendo-a à comunidade, instituição, família, grupos etc.. Introduziriam um maior número de intervenções terapêuticas e, sobretudo, as bases de um projeto profilático/preventivo. Bleger, Pichon-Rivière, Fernando Ulloa, Emilio Rodrigué, Marie Langer, Arminda Aberastury, Maurício Knobel são alguns nomes que gravitam em torno desse movimento e que criariam os projetos e as práticas desenvolvidas pelos TSM - Trabalhadores de Saúde Mental, primeiro projeto que pretende firmar uma identidade aos psicólogos, cuja influência psicanalítica mistura-se à marxista, indicando o conjunto de intervenções que Ana Cristina C. Figueiredo (1984, p. 79) definiu como a psicologia psicanalítica: esses "*psicólogos psicanalíticos que vão se tornar os principais agentes de difusão da psicanálise, cujo maior paradoxo é não serem considerados psicanalistas*".

As principais características desse conjunto de práticas são o atendimento de grupos, instituições, orientação vocacional com abordagem clínica (Bohoslavsky), terapias breves e focais (Knobel, Fiorini, Braier), técnicas psicodramáticas etc.¹¹:

- todas as práticas são justificadas como uma crítica às instituições tradicionais e ao confinamento da psicanálise no âmbito privado;
- pressupõe que a vocação "subversiva" da psicanálise reside na ocupação do social e combate à prática privada (ainda que os expoentes desse movimento, em sua maioria psiquiatras, jamais

¹¹ Sobre a influência dos psicanalistas argentinos no Brasil, ver Figueiredo (1984, p. 58-79).

tenham abandonado a prática psicanalítica privada e estejam mais no lugar de transmitir essas práticas aos psicólogos);

- todas baseiam-se em princípios profiláticos e preventivos;
- expandem o território da psicanálise para além dos limites da psicopatologia, no âmbito da "normalidade", sustentados por essa ideologia psicoprofilática;
- pressupõe como necessária a análise pessoal dos TSM, ainda que desvalorizando a importância da psicanálise privada.

Na verdade, com esse movimento, cresceria a demanda por psicanálise, forçando seus limites para o território da "normalidade". A influência argentina vincula-se organicamente a membros da psicanálise oficial no Brasil que, de fato, encontravam, nas teses dos seus colegas argentinos, uma solução para a demanda por formação dos psicólogos, que, até então, não eram aceitos nas sociedades oficiais.

Esse movimento conjuga-se ao movimento lacaniano no que diz respeito ao processo de desvalorização dos psicanalistas que detinham o monopólio oficial da psicanálise. No Rio de Janeiro, mais especificamente, haveria um declínio acentuado no prestígio dos psicanalistas da IPA. Nos demais estados, há uma penetração cada vez maior do lacanismo, que se expande por todo território nacional, sem contudo destituir o prestígio dos analistas da IPA, que têm sua importância diminuída. O desprezo do movimento lacaniano, na situação da psicanálise brasileira, em relação a qualquer outro tipo de concepção psicanalítica que não seja o seu é uma característica do movimento lacaniano brasileiro (assim como de algumas instituições francesas), que se isola cada vez mais dentro de suas próprias instituições de psicanálise e exige de seus membros uma fidelidade total às concepções institucionais. De fato, é paradoxal que, atualmente, os herdeiros da crítica mais radical ao legitimismo da IPA reproduzam, em escala sem precedentes, em muitas instituições da própria IPA, os mesmos mecanismos de culto e de seita que Lacan genialmente criticou.

Mas, como nosso interesse é justamente nas psicoterapias de orientação psicanalítica, voltaremos a essa questão. Nos anos setenta, surgem as primeiras experiências institucionais que começam a congregam um grande número de psicólogos em torno da prática clínica, sobretudo das chamadas "psicoterapias de orientação psicanalítica". Nessa mesma época, começa a ser sistematicamente realizada a difusão dessas psicoterapias, que, na verdade, não são psicoterapias breves ou focais, mas estão mais próximas do que se convencionou chamar psicoterapias de *insight* e apoio. Mas, como veremos, não se trata também da transmissão destas psicoterapias *stritu senso*.

Dois tipos de instituição são criados, particulares e universitárias ou conveniadas com as universidades, sobretudo no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo¹². Essas instituições são, basicamente, constituídas por psicanalistas das sociedades filiadas à IPA e, também, por psicólogos que já se encontram legitimados como psicoterapeutas, podendo assim organizar a formação clínica dos próprios psicólogos.

No Rio de Janeiro, a SPC (Sociedade de Psicologia Clínica) organizou-se em 1971, em torno de Fábio Leite Lobo da SPRJ; o CESAC (Centro de Estudos de Antropologia Clínica) foi criado em 1972, em convênio com a PUC, em torno de Inês Besouchet e Wilson Chebabi da SPRJ. A APPIA (Associação de Psicologia e Psiquiatria da Infância e Adolescência), criada em 1972, teve como seu primeiro presidente Carlos César Castellar Pinto da SPRJ. O Curso de Especialização em Psicologia Clínica da PUC/RJ foi criado em 1969, o CEPOC (Curso de Especialização em Psicanálise) da Universidade Santa Úrsula (RJ), em 1977 e o Curso de Especialização em Psicologia - Pós-Graduação Lato-Sensu da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1979. O Instituto Sedes Sapientiae surgiu em 1975, em São Paulo e o Curso de Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica da PUC/RS é fundado em 1979.

¹² A rigor, em São Paulo e Minas, não há impedimento para que os psicanalistas exerçam a prática analítica. Mas, em comum com o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde o *imbroglio* em torno da análise leiga seria acentuadamente crítico, havia mais psiquiatras, nas sociedades de psicanálise, do que psicólogos e uma demanda reprimida por formação psicanalítica. Em Minas, como não existiam sociedades de psicanálise filiadas à IPA, alguns membros do Círculo divulgavam essas modalidades de prática psicoterápica sobretudo nas Universidades.

Atualmente, na maior parte dos estados do Brasil, há cursos semelhantes a estes nas universidades de psicologia funcionando a nível de especialização, ainda que não se tenha idéia do número de sujeitos que gravitam em torno dos mesmos. No Rio Grande do Sul, existe o maior número de instituições privadas deste gênero, são aproximadamente quinze instituições, onde circulam em média entre vinte a cem alunos. A maior destas, fundada em 1985, o Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (Cep de POA), é basicamente formada por psicanalistas da IPA que, nos anos setenta, fizeram formação em Buenos Aires. Este curso constituía-se numa formação em psicoterapia e, atualmente, propõe-se a formação de psicanalistas, ainda que não titule seus alunos. É uma instituição que oferece inúmeros eventos, proporcionando aos alunos uma grande variedade de informações sobre diferentes abordagens teóricas psicanalíticas, embora seja basicamente uma instituição de orientação kleiniana. Mesmo não intitulado os alunos, não se opõe que eles se intitulem psicanalistas. É interessante que, na instituição, o aforismo de Lacan, "*o analista se autoriza por si mesmo*", circula entre os psicanalistas como prerrogativa para justificar a autotitulação. Parafraseando Figueiredo (1995), este curso não legitima a formação de analistas, mesmo que os forme, acaba aumentando a demanda por formação. Como, neste caso, uma parte destes analistas fundaram o Gep de Porto Alegre, grupo de estudos filiado à IPA, cria-se um impasse em torno da autotitulação, à medida que o Gep é reconhecido pela IPA e o Cep não. Em vista disto, o Gep tem uma lista de espera de candidatos para formação psicanalítica até o ano 2000 (Associação Brasileira de Psicanálise, 1995).

As primeiras instituições de formação em psicoterapia de orientação psicanalítica foram criadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, no final da década de setenta, a maior parte destes grupos dissolveram-se e constituíram-se em sociedades de psicanálise, a maioria de orientação lacaniana¹³. No restante do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, diversas

¹³ Segundo Russo (1993, p. 81,2), dentre as dezesseis instituições criadas a partir de 1974, somente quatro vinculam-se à corrente argentina, sendo as demais de influência lacaniana.

sociedades deste gênero criadas nos anos oitenta passam a se constituir em instituições de psicanálise no final da década e durante os anos noventa, seguindo orientações diferentes.

Estes cursos nos anos setenta exigiam que os alunos tivessem em análise e ofereciam prática clínica supervisionada. O ensino oferecia uma ampla gama de intervenções clínicas: atendimento individual a crianças e adultos e também a grupos, família ou casal. Além disso, o ensino das teorias freudianas e de Melanie Klein. Na década de oitenta, observa-se que, em função da legitimidade que muitos psicólogos passaram a ter no campo *psi* (legitimados nestes mesmos cursos ou em cursos semelhantes a estes, ou por sua própria experiência clínica), a exigência de ingresso se modifica, não sendo mais obrigatório, embora desejável, a análise com membros das instituições de psicanálise oficiais. No momento em que os próprios psicólogos se encarregam da formação clínica dos psicanalistas, passam a ocupar a função didática entre os psicólogos, diminuindo a exigência de análise com membros das sociedades da IPA.

Estes cursos reproduziam, em seu interior, as mesmas dificuldades institucionais, concentração de poder e perpetuação dos laços transferenciais, o que acarretaria o abandono da exigência da análise pessoal como critério de ingresso, a pretexto de uma maior transparência. Entretanto, a pressão para que o aluno ingressasse em tratamento é enorme. Na verdade, a maior parte dos alunos, quando ingressam nestes cursos, já estão em análise (até porque não há transmissão possível em psicanálise sem análise pessoal). Cada uma destas instituições tem um certo número de psicanalistas legitimados por estes grupos que gravitam em torno destas instituições, o que gera problemas relacionados à legitimação dos próprios tratamentos. Ao final, o aluno sabe que a legitimidade de sua análise encontra-se em relação direta com a legitimidade de seu próprio psicanalista, e com seu reconhecimento no próprio grupo.

Como já havia observado Figueiredo (1984), a tendência é que estes grupos, com o passar do tempo, constituam-se em sociedades de psicanálise. As instituições universitárias têm mais dificuldades neste sentido, já que a titulação de psicanalista teria que ser avalizada pelo Ministério

da Educação, cujo estatuto legal não existe. Na verdade, a psicanálise tem legitimidade social, mas não tem reconhecimento jurídico e os profissionais encontram-se somente amparados pelo seus órgãos de classe. A Universidade vale-se deste mesmo princípio para justificar a ausência de titulação. Atualmente, ao contrário de épocas passadas, muitos destes cursos assumem explicitamente a intenção de formar psicanalistas. A legitimação passa a ser em relação ao próprio reconhecimento social do curso e à qualidade da formação.

No final dos anos setenta, a hegemonia das sociedades da IPA é seriamente comprometida, levando as duas sociedades de psicanálise oficiais do Rio de Janeiro a permitirem o ingresso de psicólogos. Em São Paulo, onde o ingresso de psicólogos e bacharéis em ciências sociais é permitido na SBPSP, devido a uma oferta inferior a demanda por formação, criaram-se instituições de formação em psicoterapia de orientação psicanalítica. O Instituto Sedes Sapientiae, fundado em 1975, por exemplo, definia-se a princípio como um centro de formação em psicoterapia de orientação psicanalítica - o curso de Psicopatologia e Psicoterapias Psicanalíticas, atualmente denominado Formação em Psicanálise.

Para Berlinck (1989), o fato de leigos pertencerem à SBPSP afetou a prática clínica dos psicanalistas desta Sociedade, onde as questões relacionadas ao diagnóstico e à cura não tiveram uma dimensão tão importante, mas sim a noção de desenvolvimento psíquico, "*solo fértil para certas idéias de Bion*" (p. 68). O fato de diversos analistas terem feito sua formação nos anos sessenta, em Londres é relevante no caso de São Paulo, bastante marcada sobre as concepções da escola inglesa sobre o *setting*, a análise didática, a transferência e contratransferência, sendo que "*a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo é uma organização britanicamente estável numa sociedade bastante instável*" (p. 69).

O movimento lacaniano em São Paulo iniciou, a partir dos anos setenta, sob a influência da leitura lacaniana de Massotta, onde a clínica não se destaca como sua mais importante preocupação. Oscar Massota, professor de lingüística em Buenos Aires, foi inicialmente a principal

influência lacaniana na Argentina e sua leitura de Lacan, segundo Berlinck (1989), “*não se deve, portanto, a uma prática clínica que se funda na experiência com a loucura, mas a exigências de ordem filosóficas e lingüísticas*” (p. 71). Na literatura e nas entrevistas também, surgiram vários comentários sobre a tendência teórica dos lacanianos, como se houvesse um interesse filosófico mais importante do que clínico. Entretanto, existem diferentes modos de falar sobre a clínica. A tradição francesa influenciada por Lacan é diferente da escola inglesa, onde os “casos clínicos” são uma espécie de comprovação empírica da teoria. Como salienta Garcia-Roza (1994, p. 63), em geral, os lacanianos “*são marcados de uma certa exuberância teórica, e isto não às expensas da clínica, mas por entenderem que não há prática clínica psicanalítica sem a posse da teoria*”.

A prática psicanalítica lacaniana em São Paulo, segundo Berlinck, iniciou, em 1973, com Durval Cecchinato e, um pouco mais tarde, em 1974-1975, com a organização do Centro de Estudos Freudianos por Luiz Carlos Nogueira, Jacques Laberge e Ivan Ribeiro. Fundada em 1982, por Jorge Forbes, a Biblioteca Freudiana Brasileira é a instituição psicanalítica de maior destaque dedicada à transmissão da psicanálise. Além disso, há a Escola de Psicanálise de São Paulo - fundada em 1988 por Forbes, após uma dissidência com a Biblioteca - e alguns grupos, como o *Che Vuoi?*, por Alduísio M. de Souza. Segundo Berlinck,

[...] no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, [...] a psicanálise lacaniana tem uma incidência generalizada, [já] em São Paulo, ela é restrita. Assim, até agora, com raríssimas exceções, os intelectuais tradicionais ignoram Lacan (Berlinck, 1989, p. 74).

No Rio Grande do Sul, não há uma incidência generalizada da psicanálise lacaniana, ao contrário, a IPA sempre foi uma sociedade hegemônica neste Estado. Pelo fato da psicanálise ter sido mantida sob o monopólio da psiquiatria por quase trinta anos, difundiu-se predominantemente como uma variante do tratamento psiquiátrico, gozando de mais prestígio que a psiquiatria organicista, a mesma tendência que viria a se constituir nos cursos de psicologia. Os estudos de Lacan começaram nos anos setenta, com a vinda de Roberto Harari a convite de Paulo Brandão, do Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul, do qual participava um grupo reduzido de psicanalistas.

A partir de uma cisão interna do Círculo em 1979, seriam criadas duas instituições de psicanálise lacanianas: a Maiêutica, por Luís Olynto Telles da Silva e Maria Auxiliadora Sudbrack; e o Centro de Estudos Freudianos, por Damásia Ribeiro, Anna Calegari e José Luis Caon, com o apoio de Jacques Laberge. Na década de oitenta, foram criados o Centro de Estudos de Psicanálise e Grupos por Jaime Betts, Lúcia Serrano e Robson de Freitas Pereira, e com a vinda de Alduísio M. de Souza, na metade dos anos oitenta para o Sul, formou-se o *Che Vuoi?*. A Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) constituiu-se a partir da dissolução destes grupos, com exceção de Damásia Ribeiro e Luís Olynto Telles da Silva. A APPOA foi fundada, em 1989, por Contardo Calligaris, Alduísio M. de Souza, Ana Calegari, Maria Auxiliadora Sudbrack e Alfredo Jerusalinsky - este último pertenceu a mais de um grupo ligado à psicanálise. O projeto institucional da APPOA foi abalado com a saída de Alduísio M. de Souza em 1991, criando-se a primeira dissidência na APPOA. Em 1994, Contardo Calligaris mudou-se para os Estados Unidos.

No Rio Grande do Sul, estado onde se configuraria um dos maiores *imbróglios* em torno do ingresso de psicólogos para formação, a sociedade filiada à IPA só aceitaria psicólogos por imposição da Internacional a partir de 1989, após o processo movido e ganho pela Sociedade Norte-Americana de Psicologia contra a APA (Associação Psicanalítica Americana). Como o número de vagas sempre foi inferior à demanda, a proximidade com a Argentina favoreceria que os psiquiatras fizessem formação neste país. Porém, a verdade é que, no Rio Grande do Sul, sempre houve um imenso preconceito em relação à qualidade da formação psicanalítica dos outros centros do país. Malvista e considerada de baixa qualidade, pouquíssimos procurariam formação em outras capitais brasileiras, sobretudo em virtude da pouca legitimidade que esta titulação representa no Estado¹⁴. A psicologia, neste estado (assim como no restante do país), é basicamente constituída por mulheres, que não podiam fazer formação em Buenos Aires, visto que lá também não se aceitava

¹⁴ A proximidade com Buenos Aires, geralmente, é o argumento utilizado com maior frequência para justificar o grande número de psicanalistas que fizeram formação em Buenos Aires, entretanto, a distância entre São Paulo e Porto Alegre é menor do que entre Porto Alegre e Buenos Aires. Na verdade, essa é uma questão cultural, uma vez que o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai têm muitas afinidades.

psicólogos para formação. As instituições lacanianas, bem como o Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul, não se constituíram em opções investidas de legitimidade como as sociedades da IPA. Em função disto e da grande concentração de poder dos membros da IPA, surgem várias instituições de orientação psicanalítica e mais duas sociedades de psicanálise filiadas à IPA no final dos anos oitenta.

2.3 DA PSICANÁLISE SEM DIVÃ À INSTITUIÇÃO VIRTUAL DE PSICANÁLISE

A difusão da psicanálise sem divã - ou a difusão das psicoterapias de orientação psicanalítica - deu início a um processo informal de formação psicanalítica. O trecho abaixo é de uma psicanalista independente que, na década de setenta, freqüentou dois cursos de psicoterapia de orientação psicanalítica, totalizando cinco anos nesta modalidade de formação. Foi analisada durante dois anos por um membro da SPRJ, cinco anos e meio por uma analista da SBPRJ, três anos por um analista da SBPSP e, ao total, soma mais de quatro anos de supervisão com três psicanalistas independentes e diversos anos de grupos de estudo. Durante três anos, foi professora num curso de especialização em psicoterapia de orientação psicanalítica em uma universidade carioca. Terminou o mestrado na USP, no início dos anos noventa e, dois anos após, ingressou no doutorado:

Eu não saberia te responder esta questão ... O fato de ser três ou quatro vezes por semana ... Não, aliás, essa freqüência às sessões você só observa isto em relação aos que estão em formação, como quando eu fiz análise [...] Eu particularmente, eu não faço, estou falando da minha experiência ... No meu trabalho, eu não faço, eu não me pergunto se eu estou fazendo análise ou não. A não ser que você esteja falando em atendimento da demanda. Quando o sujeito me procura com um tipo de demanda, de sofrimento, como no caso das consultas terapêuticas, onde eu trabalho psicanaliticamente em função desta demanda, como num caso que eu atendi na clínica da USP. Era uma criança com fobia escolar e eu fui procurada pela mãe. Era uma família numa situação absurda de miséria, o pai desempregado. Eu fiz uns dez atendimentos com essa família, a questão, o sintoma era a criança, mas o pai, completamente desiludido, achando que nada valia a pena, pensava em começar a roubar. A criança ficava em casa para controlar esta situação ... com medo, em pânico que o pai assaltasse, matasse ... (corpus, E8).

Relativizando as teorias da reprodução social, uma série de trabalhos de sociologia mostram como há práticas de resistência, diversas delas inconscientes, que modificam e transformam as relações dos sujeitos com as ideologias dominantes e permitem a mobilidade social. Nesta perspectiva, a crítica aos conceitos de “ideologia dominante”, de “reprodução social e cultural” tem procurado mostrar que as ideologias dominantes não têm somente um efeito e que os conceitos podem ser, ao invés disso, fundamentalmente contraditórios (Apple, 1989; Thompson 1991). Aliás, o trabalho que realizamos anteriormente (Andrade, 1991), sob a influência de Castel, esbarra neste tipo de dificuldade, que encontramos em outros trabalhos do gênero, no que diz respeito à difusão da psicanálise. Ainda que as idéias de Castel sejam válidas em diversos aspectos, a análise das condições de reprodução da psicanálise sem levar em conta suas modificações epistemológicas concorre a uma reificação das condições de reprodução, como se estas fossem a-históricas, não pudessem ser modificadas pelos próprios sujeitos, querendo fazer valer a idéia da psicanálise como um dispositivo de poder. A análise, supervisão e os grupos de estudo, na situação da psicanálise brasileira, acabariam funcionando, conforme Berlinck (1989), como instituições virtuais de transmissão psicanalítica ao lado das instituições formais.

[Era] uma Jornada de psicologia. Foi promovida pelo Conselho Regional de Psicologia ... A temática não me lembro bem exatamente. Era para fazer a distinção entre o que é psicoterapia e o que é psicanálise ... Existe psicoterapia analítica? Era por aí, né? E eu participei ... e eu participei dessa mesa e eu me lembro que, na ocasião, a minha posição é que eu achava que não existe psicoterapia de base analítica. Existe psicanálise e existe psicoterapia. Você pode fazer psicoterapia rogeriana, de apoio, gestalt etc., etc., etc.. Todas as correntes que têm aí. Mas, na hora que você bota essa palavra - de base analítica, eu acho que a coisa complica. Por que de base? Por que só a base, e não o resto? ... O que você faz com essa base? Essa questão me surgiu, não assim ... intuitivamente. Mas, a partir dos diversos supervisionandos que eu tive. Eu tive vários, continuo tendo. Pessoas que fizeram supervisão comigo, que viveram exatamente essa fase, eram pessoas ... é ... psiquiatras ou psicólogos que vinham da psiquiatria ou da psicologia. Já começavam a trabalhar. Já tinham seus consultórios e faziam psicoterapia. Mas, pessoalmente cada um deles estava fazendo análise, entende? Então começava a haver uma confusão na cabeça deles ... Por que a tendência natural de cada um de nós é repetir o modelo que você tem. Se você está fazendo análise, você

começa a repetir o que seu analista faz. Isso eu escutei de muitos. Já escutei de clientes meus ... dizerem assim: olha {...}, eu hoje disse ao meu cliente exatamente como você diz. Já escutei mais de uma vez ... Acho que todo mundo escuta. Isso não é nenhuma novidade, não é? Isso é apenas para confirmar que a gente ... inicialmente, depois não. Depois você adquire seu jeito, consolida seu jeito. Mas, no início, ... há uma imitação de um modelo analítico e não um modelo psicoterápico ... Então eu observei, durante muito tempo, uma confusão muito grande. O que acontecia? Essas pessoas começavam a trabalhar, trabalhar seriamente. Não estou falando de picaretagem não, entendeu? É coisa séria. Mais. Eles na realidade estavam é fazendo análise. Por quê? Porque análise não se caracteriza apenas pelo divã na sala. O que vai caracterizar uma análise é você, o modo da sua escuta do inconsciente, o modo como você trata a transferência na relação analítica e o trabalho da resistência. Enfim, de um todo, naquele contexto, naquele setting analítico. Isso é que é análise. Você pode estar deitada, sentada, você pode estar em pé [...] O modo como você trabalha esse material, então, evidentemente, que essa escuta vai efetuar, vai provocar uma regressão muito grande, um nível de angústia muito grande. E aí, nesse momento, eles pedem supervisão. Isso, eu estou falando a minha experiência, né? Pedem supervisão porque entram num nível de angústia tão grande, os seus pacientes começam também a fazer um processo regressivo muito grande. E eles não eram analistas, não tinham nem formação, não tinham nem conhecimento de causa ... Eram pessoas que estavam trabalhando, fazendo psicoterapia. Mas, como estavam fazendo sua análise pessoal, então eu comecei a me preocupar com essa história. Porque não era duas ou três, não. Era um grande número de pessoas e eu acredito que outras pessoas devem ter se preocupado a ponto do Conselho se preocupar com essa, essa [questão] ... (corpus, E1).

A análise pessoal, a supervisão e o grupo de estudos com os psicanalistas tornaram-se formas de apropriação simbólica do capital cultural que, inicialmente, era de propriedade dos psiquiatras, o que acabaria se transformando em instituições virtuais de psicanálise. A difusão das psicoterapias de orientação psicanalítica não seria somente decorrente de uma situação política, onde se pretendia, como diz Birman (1991, p. 58), “manter a reprodução social da diferença” entre o psicanalista e o psicoterapeuta¹⁵. Mas, antes a própria difusão destas psicoterapias corresponde a

¹⁵ Esta situação favoreceu também uma “divisão social do trabalho” (Birman, 1991, p. 59), realizando-se a “ideologia tradicional da família” (p. 59) na divisão e na hierarquia que se estabeleceu entre terapeutas de crianças, a cargo das mulheres, que, em sua grande maioria, eram psicólogas, e dos adultos, a cargo dos homens e psicanalistas.

crença na psicanálise como uma variante psiquiátrica. Para Birman, os poucos analistas das sociedades da IPA que promoveram estes processos de formação paralela agiram de modo paternalista,

[...] pois não rompendo simbolicamente com a regra da interdição instituída e enunciando uma outra, com todas as conseqüências implicadas neste gesto, o seu efeito era de um acting-out e de não acesso à possibilidade de simbolização (Birman, 1991, p. 58).

Na verdade, ao que se sabe, não eram tão poucos analistas assim e essa transmissão não se fazia em nome da psicanálise, mas de uma forma de psicoterapia legitimada pela corrente "ipaísta".

As psicoterapias de orientação psicanalítica, segundo entendemos, não são intrinsecamente ideológicas. Modificando-se o número de sessões, utilizando-se da poltrona ao invés do divã, ou intervindo de determinado modo na transferência, obtêm-se efeitos terapêuticos. Da mesma forma como a eleição de focos, privilegiando aspectos cognitivos ou emocionais, produzem-se também efeitos terapêuticos. Essas psicoterapias, assim como a psicoterapia rogeriana, humanista-existencial, etc., são práticas psicoterápicas que seguem uma racionalidade numa perspectiva médico-psiquiátrica, onde o que se persegue é a eliminação sintomática e a adaptação social do sujeito. Não iremos repetir tudo o que já foi dito a este respeito, mas somente salientar a perspectiva médica em que se inspiram estes tratamentos, em contrapartida a um outro tipo de racionalidade inaugurada por Freud. Ainda que se utilizando de conceitos e teorias psicanalíticas e, mesmo que estas psicoterapias produzam efeitos terapêuticos, isso não modifica o fato de que as mesmas são inconciliáveis com a perspectiva freudiana.

Numa época, segundo Silva (1988, p. 99), onde não está em jogo "um conhecimento mais fino sobre a diversidade de escolas, sobre a complexidade da formação, sobre habilitações pessoais que norteassem critério de eleição de um terapeuta", mesmo assim, a difusão destas psicoterapias revela, como dissemos, a concepção de psicanálise dos psicanalistas da IPA na situação brasileira, semelhante, em vários aspectos, a que Freud antevia em *A Questão da Análise Leiga* na situação norte-americana.

Ainda que estas psicoterapias de orientação psicanalítica não sejam uma ideologia propriamente dita, não se pode afirmar que sua difusão não tenha tido uma função ideológica - manter a psicanálise sob o domínio da psiquiatria e a hegemonia sobre este mercado de bens simbólicos¹⁶. Essa naturalização das psicoterapias de orientação psicanalítica como uma variante "legítima" da psicanálise foi possível à medida que a própria psicanálise é concebida como uma variante psicoterápica e profilática. Nesse sentido, as ideologias higienistas e profiláticas que se difundiram com a diáspora argentina se associam a um tipo de racionalidade existente na tradição psiquiátrica brasileira.

O trecho abaixo, de um psicanalista com formação em psiquiatria, apresenta uma ampla gama de argumentos representativos de um certo segmento da psicanálise brasileira, sobretudo entre os psicanalistas que mantêm, paralelo à clínica privada, funções de ensino em clínica ambulatorial e/ou hospitalar pública. Neste exemplo, a psicanálise, na sua forma clássica, seria incompatível para um grande número de sujeitos, pois aparece claramente uma noção de psicanálise como uma profilaxia e como um recurso terapêutico entre outros, ainda que sustentado em ideais humanistas incontestavelmente legítimos:

Ah! Eu poderia fazer uma pequena história ... Eu sou médico e sempre fui um indivíduo voltado para obter resultados. Me impressionou, na medicina, a pobreza da terapêutica médica. Então, isso foi um dos fatores que me levou para a psiquiatria. Porque a psiquiatria estava recebendo os primeiros psicofármacos eficazes contra a esquizofrenia, o haldol. E também os primeiros psicofármacos eficazes contra a depressão, sob a forma de tofranil, anafranil, triptanol ... Como médico eu me interessei pela terapêutica, isso me levou a psiquiatria por volta de 64, 65. A psicanálise se mostrou muito atraente, como uma grande possibilidade de entendimento do psiquismo humano, da doença mental e como uma prática mais sofisticada de lidar com as questões da doença mental. Por volta de 67, trabalhando, começando a trabalhar em consultório em 66, eu me deparei com a necessidade de estudar psicoterapia ... o primeiro autor foi Franz Alexander. Franz Alexander foi exatamente útil no sentido de

¹⁶Sobre esta questão, temos em vista o trabalho que vem sendo desenvolvido por John B. Thompson (1991). Nesta perspectiva, não é essencial que as formas simbólicas sejam ilusórias ou errôneas para que sejam concebidas como ideológicas, mas o sentido destas formas ideológicas quando utilizadas para sustentar relações de dominação.

tentar entender o que era uma psicoterapia e como é que se aplicava aquilo na clínica. Caiu nas minhas mãos um livro chamado *estratégias em psicoterapias*. E aquilo me perturbou a cabeça, porque ele falava na linguagem, na comunicação, como é que se faz a comunicação entre as pessoas. Bem, em 69, eu começo a minha formação analítica ... que se estendeu durante uns seis, oito anos mais ou menos, e a minha prática se desenvolveu muito, ajudando, a partir de 68. Eu comecei a ser professor de residentes em psiquiatria e eu me tornei professor de clínica, de terapêutica psiquiátrica e depois de psicoterapia a partir de 71. Eu me tornei supervisor de psicoterapia de residentes ... e isso foi marcante, na medida em que os residentes traziam casos que precisavam ser atendidos e tratados. Ah! a parte de medicação os residentes faziam bem, mas o manejo, o lidar com os casos ... e eles precisavam de uma supervisão para hoje, para agora ... Então eu me interessei enormemente pelo estudo das psicoterapias. E, nessa época, estava surgindo aqui a análise transacional, a gestalt terapia, terapia de logoterapia. Ah! Que mais? Psicodrama, terapia transpessoal. Enfim, eu estudei cerca de umas vinte tendências ou vinte escolas, num é? E disso eu consegui tirar algumas coisas, alguns conceitos, alguma idéia, algum tipo de prática que foi formando um cabedal, que eu sugeria, que eu indicava aos meus residentes [...] A formação psicanalítica tenta te tornar doutrinário, excludivo como psicanalista. Eu tive essa, essa influência muito grande através dos residentes que recebiam as piores coisas da cidade. O residente trabalha com o lixo do rebotalho, do resto, num é? Eles trabalham em condições extremamente precárias e eu tive a felicidade de poder ver naqueles casos muitas fendas, muitas possibilidades, frestas. Encaminhamentos que permitiam ao residente atender um indivíduo uma vez, duas vezes, cinco vezes, oito vezes [...] Então me interessou muito porque, na minha prática de consultório, a psicoterapia sempre foi mais importante, tinha mais pessoas precisando, demandando psicoterapia [...] Então o que eu observei é que a clínica de psicanálise sempre era muito menor do que eu gostaria que fosse. A demanda maior era o indivíduo que pedia ajuda e precisava de um procedimento relativamente rápido. E, a partir desse estudo, sobretudo dos argentinos que tinham na época, no início dos anos 70, eles estavam muito adiantados em relação a nós. Não só no que se refere à psicanálise, mas sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de psicoterapias. Eu estudei profundamente quase todos esses autores importantes [...] A partir disso, me interessou sempre a psicoterapia de base analítica. Mas isso nunca jamais interessou ao {...} Tem 26 anos que eu frequento o {...} e nunca houve uma jornada, um seminário, um congresso que debatesse as diferenças ou a especificidade, de um lado, da psicanálise, a psicanálise clássica, ortodoxa, standard, e as práticas psicoterápicas. E ... em conversas com amigos contemporâneos da minha geração e em conversas com pessoas mais jovens que fazem supervisão comigo, o que a gente constata é de que 80 a 90 por cento que os colegas psicanalistas tratam, eles estão fazendo psicoterapia. Mas, as apresentações de casos no {...}

ou a fala em Congressos e Jornadas, eles falam do lugar da psicanálise como se tivesse uma posição de privilégio, de excelência, de preeminência, de tal forma que ela toma conta do discurso do sujeito ... não é? O sujeito está fazendo psicoterapia e é naquele campo que ele ganha a vida [...] Parece que isso virou uma espécie de tabu. Todo mundo só fala de psicanálise e qualquer variação da técnica analítica, qualquer aplicabilidade da psicanálise é considerada espúria, é considerada uma prática menor, é considerada uma coisa de segunda classe. É considerado que você não atingiu a verdadeira, o verdadeiro espírito freudiano ... Então eu vejo isso como as nossas instituições. Ah! está assim instruída por um superego psicanalítico que prende o discurso do indivíduo e faz com que ele fique sempre retornando a Freud e já tenho visto gente retornar a Freud há três décadas. O sujeito não sai de Freud. É como se o analista tivesse se tornando um indivíduo fóbico, que tem uma transa especial com Freud [...] Ele não é capaz de dar um depoimento dele também. Ele não é capaz de pensar sobre si, sobre sua prática e de emitir um testemunho de quem ele é, de como ele faz, de como ele diz. Então eu vejo, sempre vi, de que essa, essa psicanálise absoluta, nunca me pareceu que aquecesse o suficiente o meu coração e nunca ocupou inteiramente a minha mente ... num é? [...] A psicanálise, ela funciona como um corpo de conhecimento bastante interessante, sólido, bem elaborado, que dá conta, fundamentalmente, Helena, de decifrar, de discernir os sonhos. Não existe nenhuma teoria melhor que a psicanálise para trabalhar sonhos. Ela tem uma, várias conceituações acerca do inconsciente que são da mais alta relevância. Ela fala nesses dois modos de funcionamento psíquico, que, ao meu ver, é uma conceituação brilhante de Freud ... [...] Tem uma razoável teoria da angústia, que não dá conta da problemática da angústia, né? A problemática da angústia, hoje, no mundo, ela recebe hoje um influxo importante da neurofisiologia, da psicofarmacologia, da psicopatologia psiquiátrica e a psicanálise tem algumas formulações muito interessantes sobre o luto e fundamentalmente dos sintomas da histeria, né? E das fobias ... a psicanálise tem muita coisa importante na descoberta, nas desmontagens dos chistes, dos atos falhos. Mas a psicanálise tem uma enorme insuficiência quando ela fala de psicose ... a psicanálise não tem nada praticamente útil que nos ajude no campo da psicose ... A psicanálise não consegue lidar com as personalidades psicopáticas, ou com distúrbios de caráter, ou com a agressividade, não é? A psicanálise não tem uma teoria a respeito da agressividade, da destrutividade humana que tenha pertinência, o brilho que ela tem em relação à sexualidade humana [...] E, sobretudo, a psicanálise não tem uma teoria importante acerca das relações de poder entre os seres humanos, num é? [...] Essa redução da psicanálise, apenas que só existe uma linguagem, que é linguagem falada. Existe uma linguagem corporal, existe uma linguagem artística, existe uma linguagem criativa, enfim enes linguagens. E eu acho essa, essa posição do psicanalista de ficar

apenas trabalhando com a fala, eu acho que é um empobrecimento brutal que o psicanalista se condena (corpus, E4).

O campo psicanalítico brasileiro tem uma constituição bastante heterogênea e qualquer redução neste sentido é sempre uma simplificação. Tendo em vista as entrevistas que realizamos, no que concerne às psicoterapias de orientação psicanalíticas, aparecem três tendências mais nítidas. Um segmento, menos influente atualmente, é constituído por psicanalistas da IPA e instituições similares¹⁷, que legitimam as psicoterapias breves e focais, sustentando sua filiação em relação à psicanálise. Um outro segmento é representado por um maior número de psicanalistas da IPA e de instituições similares, que preconizam certas modificações no tratamento e utilizam-se sobretudo da noção de parâmetros. Neste segmento, a frequência às sessões, o atendimento realizado face à face e um certo manejo da transferência caracterizam um tipo de atendimento clínico de inspiração psicanalítica em oposição à psicanálise. No terceiro segmento, a noção de psicoterapia está relacionada ao atendimento da demanda e neste encontram-se analistas de todas as tendências, inclusive lacanianos.

O decréscimo de instituições do gênero de transmissão em psicoterapia psicanalítica liga-se ao movimento laciano. A princípio, o movimento laciano seria o movimento mais rigoroso no sentido de um resgate à ortodoxia freudiana, representando uma barreira à intensa difusão da psicanálise. O fato do movimento laciano no Brasil ter se difundido, em larga medida, entre os psicólogos, excluídos do mercado de formação oficial, sempre nos faz ter em mente uma relativa diminuição da sua importância no Brasil, ou como se seu sucesso tivesse dependido destes excluídos. À medida que o movimento laciano proporcionou uma nova reflexão sobre a psicanálise, possibilitou também uma crítica a esta ideologia de "papéis sociais", à posição subalterna e a essa forma espúria, como diz Birman (1991), de prática clínica a que se encontravam submetidos os

¹⁷ Por instituições similares queremos nos referir a instituições que não pertencem à IPA, ainda que tenham sido historicamente bastante influenciadas pela tendência legitimista. Há diversas destas instituições que atualmente se encontram sob a influência de Lacan e "modernizaram-se", ainda que não se caracterizem por serem instituições lacianas.

psicólogos em sua grande maioria. O movimento lacaniano investiu de legitimidade os psicólogos mediante a legitimidade de suas conseqüências teóricas e não o contrário.

A tendência das instituições de psicoterapia de orientação psicanalítica de dissolverem-se e constituírem-se em sociedades de psicanálise é um fenômeno que se observa no final dos anos setenta, início dos anos oitenta, no Rio de Janeiro, repetindo-se nos demais estados brasileiros, durante as décadas de oitenta e noventa.

Nos últimos anos, a divulgação das psicoterapias de orientação psicanalítica começa a se configurar mais especificamente nos cursos de graduação de psicologia, com o ensino das psicoterapias breves e focais. Nesse momento, a difusão destas práticas psicoterápicas independem do movimento psicanalítico como em épocas passadas, mesmo que as instituições que desenvolvem e pesquisam mais sistematicamente estas técnicas psicoterápicas estejam a cargo de analistas filiados à IPA¹⁸. Assimiladas, na psicologia, como uma intervenção clínica psicológica e, na psiquiatria, como uma modalidade de intervenção psiquiátrica, garantem por si só sua transmissão¹⁹. É evidente que isto não melhorou o estatuto dessas práticas que continuam sendo vistas como inferiores em relação à psicanálise e, neste aspecto, alimentam a demanda por formação psicanalítica.

A difusão destas psicoterapias de orientação psicanalítica, mais especificamente as modalidades instituídas como uma opção à prática dos profissionais excluídos das sociedades de psicanálise, psiquiatras e psicólogos em sua maioria, provocaria uma banalização sem precedentes na situação da psicanálise brasileira. O ingresso de leigos nas sociedades de psicanálise não modificaria a situação quanto à análise leiga, uma vez que essa abertura foi uma contingência de uma situação histórica, causada por diversos motivos. Os psicólogos assimilariam e reproduziriam, em larga escala, o que aprenderam com seus mestres e hoje são tão corporativistas quanto os

¹⁸ Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Cláudio Eizirik e Schestatsky; no Instituto Mário Martins (RS), David Zimmermann; na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Vera Lengruber; na Unicamp, Maurício Knobel.

¹⁹ Sobre isso ver, por exemplo, Eizirik, Aguiar, Schestatsky, et alii. (1991); Simon (1989); Yoshida (1990, 1991); Knobel (1986); Lengruber (1987, 1989); Osório (1983); Ferreira-Santos (1990).

psiquiatras já foram numa certa época, conservando as mesmas perspectivas psiquiátricas e profiláticas incorporadas à situação da psicanálise brasileira desde seus fundadores. Parece que, na atualidade, não há mais sentido em fazer esse tipo de distinção, psicanalistas, psicólogos e psiquiatras.

Entretanto, se, por um lado, o movimento lacaniano representou a primeira reação à banalização e à vulgarização da psicanálise, por outro, seu projeto institucional dogmático e doutrinário é visto por muitos com reserva, assim como a sua prática clínica, que, na ambição de fazer mais e mais adeptos e aumentar a sua influência, diminui o tempo da sessão a uma velocidade de taxímetro.

A diminuição da demanda por psicanálise, que é considerada por muitos como consequência do crescimento da oferta de terapias alternativas e da indústria de psicofármacos, talvez seja mais um “romance familiar” para justificar o fracasso dos herdeiros da peste. É evidente que a psicanálise do mobiliário, como se refere ironicamente Quinet (1991) sobre as psicoterapias de orientação psicanalítica, tributária do valor social do divã e de um certo manejo da transferência, foi decisiva para a banalização da psicanálise na situação brasileira, embora não tenha sido o único motivo. Há uma certa obstinação em perceber que *o psicanalista não encontra mais garantias entre os seus pares institucionais, mas só na medida em que oferece psicanálise a quem lhe demanda.*

O que cresceu de forma acentuada no Brasil foi o número de profissionais independentes que se recusam pertencer a qualquer ortodoxia institucional, apesar de não recusarem a ortodoxia intelectual. Esse segmento é representado por profissionais que hoje se encontram, em média, entre quarenta e quarenta e cinco anos e permanecem num certo anonimato. Em épocas passadas, faziam parte de uma certa “instituição flutuante”, que guarda uma certa relação com a tradição da análise selvagem. A “instituição flutuante”, como foi chamado por Silva (1988, p. 100), “livre, autogestada, anárquica, múltipla, e, por vezes, criativa”, esse agrupamento nômade de sujeitos que gravitavam em torno dos mais diferentes grupos psicanalíticos, que faziam supervisão, análise e

grupos de estudos, em muitas ocasiões escondidos das sociedades a que pertenciam, cresceria desordenadamente, espalhando-se em diversas direções que pudessem constituir um "identidade" do psicólogo clínico. Esta busca de uma "identidade" do psicólogo clínico (tão despropositado como falar numa "identidade" do psicanalista, o mesmo que pretender falar na "identidade" dos cachorros), que implica "*funcionar como 'espartilho' e molde rígido*" (Viñar, 1994, p. 13), é o resultado da ambigüidade a que estavam expostos os psicólogos. Por um lado, perseguiram e obedeciam aos ideais da oficialidade, referentes à análise pessoal, à supervisão e aos grupos de estudo, mas, por outro, eram "estimulados" a encontrar uma "identidade própria". Atualmente, o que se observa, é que as novas gerações que compoem estas "instituições flutuantes" dispoem de muita informação e pouca formação efetivamente. Em geral, são intelectualmente muito bem preparados, recusam qualquer pertença institucional, mantêm-se *longe dos divãs*, mas próximos às instituições de psicanálise.

Há diferença entre estes grupos e um outro, sem grande expressão como movimento institucional, constituído por sujeitos que permanecem no anonimato e percorrem os labirintos da formação não de forma anárquica, mas profundamente seletiva, psicanalistas independentes e sem vinculação institucional. Nas entrevistas que realizamos com analistas sem um percurso psicanalítico instituído, podemos constatar que essa é uma opção difícil, onde as experiências com diferentes instituições os afastaram da convivência com as sociedades de psicanálise. É interessante porque esses sujeitos, apesar de reconhecidos como psicanalistas entre seus pares, não se reconhecem explicitamente como psicanalistas, pelo menos no que concerne à situação de entrevista, ou mostram receio de expressar isto abertamente. A titulação sempre aparece como algo secundário, se bem que publicamente estes sujeitos se apresentem como psicanalistas em publicações e eventos de que participam. O receio de se expor como charlatões, de serem mal compreendidos faz com que eles sejam cautelosos nas entrevistas e cautelosos também no sentido de que isto seja tomado como exemplo. O desejo de reconhecimento e o reconhecimento institucional permanecem ambivalentes

nestes casos e nenhum entrevistado exclui a possibilidade de ingressar em uma instituição psicanalítica, ainda que apresentem muitos argumentos contrários.

Análise ... eu fiz psicanálise com o {...} durante cinco anos. Foi meu primeiro analista. O {...} era da SPRJ, que atualmente não está mais sob supervisão da IPA. Então durante cinco anos e meio ... A minha segunda experiência analítica foi de quatro anos com uma pessoa da brasileira. A {...} da brasileira, você já percebeu que eu mudei de ... de escola. Isso no Rio e, em São Paulo, eu fiquei ... foram dois anos e meio ou dois anos, eu não estou bem lembrada. Foi uma coisa tão intensa, acho até que foi muito mais ... Deve ter sido dois anos, três anos com o {...}. Saca que eu honestamente nunca perguntei a ele qual sociedade psicanalítica ele pertencia. Eu sei que ele pertence, mas eu não sei a qual. Foi uma coisa muito engraçada porque eu o ouvi falando, eu o ouvi numa banca de doutorado e eu falei assim: é com esse que eu vou me tratar aqui em São Paulo. Eu nunca perguntei a ele a que sociedade ele pertencia, nunca foi uma coisa que foi importante para mim! É claro que tudo o que eu já sabia de psicanálise, toda a minha experiência eu usei nesta escolha [...] Eu acho até que hoje eu tenho uma identidade profissional suficiente para me filiar a uma instituição e poder fazer meu trabalho e me enriquecer com tudo que uma instituição pode dar [...] A possibilidade de ... O que eu quero numa instituição? Eu não preciso que a instituição me dê paciente, não preciso que a instituição me dê reconhecimento profissional. O que eu gostaria de ter na instituição? Troca de experiência, aprendizagem. Um compartilhamento, usando uma palavra que eu gosto ... um compartilhar de experiências e uma relação de troca. Eu acho que isso hoje a instituição pode me dar, porque eu acho que eu não estou mais tão armada em relação à instituição [...] Não, eu nunca me intitulei psicanalista. Atualmente eu até estou aceitando. Segundo amigos meus, eles diziam, eu sempre dizia, eu sou psicóloga que faz psicanálise. E aí diziam assim, mas escuta: você tem cara de gato, focinho de gato, você mia igual a gato, mas você não é gato? Eles diziam, qual é a tua? Eu dizia, eu não sei se não é meio forçado [...] É o que aconteceu recentemente quando eu voltei para o Rio. Eu já dei duas palestras e duas conferências na {...}. Eu estou freqüentando as reuniões clínicas a cada primeira quinta feira do mês ... aberta. E eu estou muito voltada para a {...}. Para mim tá uma coisa mais tranqüila. A instituição me ameaçava muito no sentido de que eu tinha muito medo de que ela me aniquilasse. Eu acho ... engraçado, eu estou falando com você, estou pensando em coisas que eu não tinha me dado conta antes. Eu tinha muito medo que a instituição acabasse com a minha liberdade. Era o maior medo que eu tinha ... De alguém chegar e me dizer, dizer assim: você tem que fazer isso, você tem que seguir essas normas, você tem que seguir esses padrões [...] Eu nunca pensei em fazer uma formação numa sociedade, essas que se chamam oficiais, não ... nem penso ... nem sei, acho que a IPA é muito precária. Eu acho que não, por que eu

acho a IPA bastante anacrônica, tenho a impressão. Não ... não pensei nisso, nunca foi uma questão. Francamente não ... a grande questão da minha vida sempre foi buscar ser a melhor profissional que eu puder, tudo aquilo que eu pudesse fazer. Eu sou muito voraz, para eu aprender mais, para eu trocar experiências. Foi o que eu busquei ... e eu sempre me interessei por instituições que não eram instituições psicanalíticas. Eu sempre estive vinculada a um hospital geral. E eu não me vejo ... Eu sou, eu sou uma clínica, eu não sou uma teórica. O meu trabalho é um trabalho clínico, o que me fascina, o que me interessa é o cotidiano, a clínica do dia-a-dia. Eu acho que a formação, você consegue ter uma formação psicanalítica, eu acho que consegui ter uma formação psicanalítica sem estar vinculada a uma instituição de psicanálise (corpus, E8).

Este relato pode ser interpretado como sintomático do sujeito em questão que, como diz Kuperman (1991, p. 49), “*não se encontra em nenhum lugar*”. Mas, isso seria simplificar evidentemente a questão, deslocando-a para o plano pessoal. O mínimo que se pode dizer atualmente sobre a formação analítica, como diz Enriquez (1994, p. 13), “*é que não há no mundo analítico acordo sobre coisa alguma, pelo menos no que concerne à formação dos futuros analistas, os critérios de relação, a importância dada à teoria*”, a não ser a exigência de análise pessoal, a prática supervisionada e o ensino da teoria. Fazendo uma “profissão de fé” destes três princípios básicos, os psicanalistas independentes percorrem caminhos acidentados que reservam um sofrimento que não parece ser menor do que aquele dos sujeitos nas instituições de psicanálise.

Em comum com os psicanalistas independentes e, ao contrário de outras épocas, cada vez mais psicanalistas circulam entre diversos grupos e instituições de psicanálise de forma seletiva e criteriosa. Um grande número destes psicanalistas permanece em seus respectivos grupos por fidelidade, contudo, evitando enquadrar-se em normas e alinhar-se à burocracia. Diversos outros retiram-se das instituições de psicanálise e permanecem numa “*situação de exílio interior, lembrando-se de que Freud foi antes de tudo um judeu dissidente assediado permanentemente pela dívida*” (Roudinesco, 1994, p. 439).

Esses “praticantes do inconsciente” (Roudinesco, 1994) trabalham, nas mais diferentes instituições, com loucos, marginais, crianças, adêticos e, em seus consultórios, com a depressão e a

neurose, a dor e a loucura. Estudaram Freud, Ferenczi, Melanie Klein, Winnicott, Lacan e outros e “*não crêem mais, como outrora, na superioridade de uma técnica sobre a outra*”(p. 439). Esse certo nomadismo caracteriza-se pela busca de uma diferença, de uma mínima diferença que os leve a modificar sua escuta na fala de seus analisandos, de “*todas as idades e de todos o credos, eles são o futuro da psicanálise, sua honra e sua paixão*” (Roudinesco, 1994, p. 439).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trajeto percorrido na discussão do trabalho, como pode ser visto, voltamo-nos à situação da psicanálise brasileira, procurando discutir como a difusão das psicoterapias de orientação psicanalítica foi decorrente de circunstâncias que concorreram para o exercício efetivo da psicanálise sem reconhecimento ou legitimidade social, em condições de interdição e clandestinidade.

No trabalho desenvolvido, procuramos contextualizar essa discussão. Na "Cartografia do Caos", brincamos numa acepção particularmente influenciada por Winnicott - porque sem humor e uma certa dose de ironia era difícil seguir em frente. Analisamos mais detidamente o que nos parecia, de maneira exemplar, uma descrição particularmente interessante da psicanálise brasileira. A análise do texto de Figueiredo (1994) nos possibilita ver, como nos romances bem sucedidos, que o bem sempre vence o mal, que se consegue conciliar fatos e verdades como se, a partir de uma promessa de retorno ao legitimismo, pudéssemos voltar a ser o que éramos. "Meninos eu vi" - ou "chamem o ladrão!" - é na verdade um manifesto à incompreensão de que são vítimas os psicanalistas da IPA!

Desde que Bion, há quase quarenta anos atrás, pela primeira vez utilizou a expressão "torre de Babel" para falar da situação da psicanálise, as diferenças, que já eram imensas, somente se acentuariam. O aspecto melancólico da chamada "crise da psicanálise brasileira" é que ela já completa aproximadamente vinte e cinco anos e teve início no momento em que as chamadas sociedades "oficiais" de psicanálise vinham gradativamente perdendo o controle sobre este mercado de bens simbólicos. O que procuramos salientar nesta discussão com Figueiredo é exatamente que os conflitos da psicanálise brasileira são inseparáveis da história da IPA no Brasil, e eles não começam, como pretende o autor, a partir da difusão do movimento lacaniano. Essa crise, ao que entendemos, relaciona-se não à ausência da história, mas de mediações entre os fatos históricos.

Mais adiante, tentamos pensar um pouco como éramos. Começamos pela discussão das versões da história "oficial" brasileira. Ao tratar esse assunto, salientamos as "outras" vozes da situação da psicanálise brasileira. Procuramos ressaltar, no que chamamos de clandestinidade, as condições de exercício da psicanálise fora do âmbito da IPA e também para a existência da clandestinidade no âmbito da própria IPA.

Posteriormente, examinamos a clandestinidade através da história da psicologia no Brasil, tendo em vista a relação ambígua e contraditória que iria se estabelecer entre a psicanálise e a psicologia. Argumentamos que o tipo de influência da psicanálise em relação à psicologia correspondia inicialmente a um projeto de subordinar a psicologia à psicanálise, o que resultaria em uma assimilação progressiva da psicanálise nos cursos de psicologia como um saber passível de conciliação entre as diversas práticas de intervenção psicológica. O movimento dos TSM - Trabalhadores de Saúde Mental, cuja influência se deu através da diáspora psicanalítica argentina no Brasil, equivale exatamente a essa assimilação progressiva, conciliando a psicanálise à psicologia. Mão-de-obra farta e ainda pouco qualificada, os psicólogos TSM, investidos de um projeto sanitário profilático e assistencialista, ajudariam a consolidar a psicanálise como uma tendência hegemônica na psiquiatria, invertendo-se assim a relação histórica entre a psiquiatria e a psicanálise.

Essa política, no entanto, não diminuiria os anseios dos profissionais que desejavam exercer uma prática clínica. Na verdade, as psicoterapias psicanalíticas correspondem também à mesma tendência de conciliar a psicanálise à psicologia. Reduzindo o número de sessões, impedindo a utilização do divã e modificando a análise da transferência, criaram-se os dispositivos para diferenciar a psicanálise das psicoterapias e resolveria-se, assim, a demanda por formação psicanalítica dos psicólogos.

Nos anos setenta, surgiram várias instituições de formação em psicoterapia de orientação psicanalítica no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, inicialmente, organizadas pelos

psicanalistas da IPA. Na década seguinte, em diversos outros estados do Brasil, seriam criadas instituições do gênero onde psicólogos teriam, a partir de então, uma posição decisiva na difusão destas psicoterapias, assimiladas através de seu convívio com os psicanalistas. A psicanálise leiga triunfaria sem que houvesse uma transformação significativa nas mesmas crenças profiláticas e terapêuticas dos psicanalistas da IPA, ou em relação à própria psiquiatria. Com o passar dos anos, observa-se que estas instituições de psicoterapia psicanalítica acabariam transformando-se em instituições de psicanálise. A proliferação de instituições de psicanálise, no final dos anos setenta, decorrente da demanda e da pressão por formação dos psicólogos, forçaria, em virtude da própria sobrevivência das instituições de psicanálise, a abertura do ingresso à formação dos psicólogos nas instituições de psicanálise filiadas à IPA.

Numa situação insustentável e numa posição subalterna no registro psíquico e profissional, os psicólogos acabariam por se apropriar da psicanálise através de esquemas informais de transmissão paralela ou através do que Berlinck (1989) chamou de transmissão virtual - a análise pessoal, supervisão e grupos de estudos. Um grande número de psicólogos se ligaria ao movimento lacaniano, que começaria a se constituir a partir dos anos setenta. O movimento lacaniano representou a primeira reação vigorosa à banalização na situação da psicanálise brasileira, investindo de legitimidade os psicólogos até então excluídos e à margem da psicanálise oficial. Em alguns estados do Brasil, as instituições lacanianas já têm aproximadamente vinte anos, e a crítica às instituições da IPA perderia muito do seu vigor, à medida que a formação lacaniana produz processos de alienação transferencial semelhantes aos criticados brilhantemente por Lacan.

Atualmente a situação da psicanálise brasileira é essencialmente heterogênea. Frente a uma situação institucional desanimadora, cresce o número de psicanalistas independentes que convivem, em extrema ambivalência, com as ortodoxias, embora não recusem o rigor intelectual. Sem vinculação institucional, esses psicanalistas e outros muitos que pertencem às mais diferentes instituições de psicanálise vivem em uma espécie de nomadismo institucional, ainda que bastante

seletivo. Descrentes da superioridade de uma técnica sobre a outra e estudiosos das diferentes teorias psicanalíticas, quem sabe a eles pertence o futuro da psicanálise!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, F. & French, T. (1946). *Terapêutica psicanalítica*. Buenos Aires: Paidós, 1965.
- Almeida, S. M. S. (1991). "Que país é este!". *Cadernos de Psicanálise*. Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano III, nº 7, p. 147-50.
- Amoretti, R. (1992). "Labirintos da Identidade: fragmentos da história do CBP". *Estudos de Psicanálise*. Círculo Brasileiro de Psicanálise, nº14, p. 113-23.
- Andrade, H. M. W. M. (1991). "Psicanálise e psicologia escolar: a relação invisível". *Dissertação de mestrado*. Instituto de Psicologia, PUC/RS.
- Apple, M. W. (1989). *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Arantes M. A. A. C. (1994). *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta.
- Arcangioli, A.-M. (1995). "Introdução à obra de Winnicott". In: J.-D. Nasio (org.). *Introdução a obra de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Aristóteles (1966). *El arte de la retórica*. Buenos Aires: Eudeba.
- Associação Brasileira de Psicanálise (1995). *Roster de 1995*.
- Aulagnier, P. (1989). "Sociedades de psicanálise e psicanalistas da sociedade". In: J. Birman (org.). *Freud, cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Bakhtin, M. (1995). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Balint, M. (1948). "On the Psychoanalytic Training System". *International Journal of Psycho-Analysis*, 29/1, p. 34-40.
- Balint, M. et alii. (1975). *La psychothérapie focale: un exemple de psychanalyse appliquée*. Paris: Payot.
- Bauer, M. (1994). "A popularização da ciência como 'imunização social': a função de resistência das representações sociais". In: P. Guareschi & S. Jovchelovitch (orgs.). *Textos em Representação*. Petrópolis: Vozes.
- Berlinck, M. T. (1989). "Difusão e construção". In: J. Birman (org.). *Freud, cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____ (1991) "Transmissão e laço social da psicanálise no Brasil". *Amáριο Brasileiro de Psicanálise - 1991*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 65-72.

- Bicudo, V. L. (1948). "Contribuição para a história do desenvolvimento da psicanálise em São Paulo". *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, vol. 2, n° 4, p. 69-72.
- Birman, J. (1978). "Demanda psiquiátrica e saber psicanalítico". In: S. A. Figueira (org.). *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1984). "A Razão da impostura". In: J. Birman & C. A. Nicéas. (coords.). *O objeto na teoria e na prática psicanalítica*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1989). *Freud e a experiência psicanalítica*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre.
- _____ (1991). "Nem todos os homens são mortais. Sobre a transmissão da psicanálise no Brasil". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1991*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 54-64.
- _____ (1994). *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1994a). "Ética, estética e pulsão na transmissão da psicanálise". *Estudos de Psicanálise*. Círculo Brasileiro de Psicanálise, Belo Horizonte, set., n°17, p. 75-83.
- Blanck, G. & Blanck, R. (1983). *Psicologia do ego - teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bleichmar, N. & Bleichmar C. (1992). *A psicanálise depois de Freud: teoria e clínica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bosi, A. (1992). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (1987). "A opinião pública não existe". In: M. J. M. Thiollent (org.). *Investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 5ª edição.
- Braier, E. A. (1986). *Psicoterapia breve de orientação psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Braz, M. (1995). "O narcisismo e as utopias singulares: a ética da diferença". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1995*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 104-10.
- Brazil, C. N. V. (1994). "Aspectos epistemológicos e éticos do saber psicológico". *Conselho Federal de Psicologia*, ano IX, abril, n° 35, p. 2-3.
- Brazil, H. V. (1994). *Sobre a diferença entre psicanálise e psicoterapias* (mimeo).
- Breuer, J. & Freud, S. (1893). "Sobre el mecanismo psíquico de fenómenos histéricos: comunicación preliminar". *Sigmund Freud. obras completas*. vol. II, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- Caldeira, T. P. R. (1980). "Uma incursão pelo lado não respeitável da pesquisa de campo". *IV Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, mimeo.

- Calligaris, C. (1991). "À escuta do sintoma social". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1992/1993*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 11-22.
- Campos, J. (1995). "A contribuição dos autores argentinos". In: J. Outeiral & T. Thomaz. *Psicanálise brasileira: brasileiros pensando a psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Casement, P. J. (1994). "Algumas pressões sobre o analista por contato físico durante a revivência de um trauma inicial". In: G. Kohon (org.). *A escola britânica de psicanálise: The Middle Group - a tradição independente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castel, R. (1978). "A instituição psiquiátrica em questão". In: S. A. Figueira (coord.). *Sociedade e saúde mental*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1978a). *O Psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (1987). *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Castoriadis, C. (1987). *As encruzilhadas do labirinto/ I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castro, M. R. (1995). "Estratégias do diálogo malandro: a retórica da rua". *Tese de doutorado*. Departamento de Psicologia PUC/ RJ.
- Chemana, R. et alii. (1995). *Dicionário de psicanálise Larousse - Artes Médicas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (1993). *Reverso*. Belo Horizonte, nº35.
- Clément, C. (1983). *Vidas e lendas de Jacques Lacan*. São Paulo: Moraes.
- Coelho, M. (1996, 18 de setembro). "Paulo Francis é a Carmem Miranda do Caos". *Folha de São Paulo*, Caderno Ilustrada, p. 9.
- Coimbra, C. M. B. (1992). "A (de)formação psi: alguns analisadores". In: H. B. C. Rodrigues, M. B. S. Leitão & D. B. Barros (coords.). *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Corrêa C. P. (1993). "Estudos de psicanálise: testemunho de um caminho". *Estudos de Psicanálise*. Revista do Círculo Brasileiro de Psicanálise. Belo Horizonte, out., vol. 16, p. 71-5.
- Costa, J. F. (1978). "Psicoterapia breve: uma abordagem psicanalítica". In: S. A. Figueira (coord.). *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1989). *História da psicanálise no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Xenon, 4ª edição, revisada.
- Deleuze, G. & Guatarri, F. (1976). *O anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Dewald, P. (1986). *Psicoterapia: Uma abordagem dinâmica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Duba, C. (1990). "Tornar-se kleiniano". *Caderno de Psicanálise*. Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 8, nº 11, p. 49-64.

- Ducrot, O. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- Eissler, K. (1953). "The Effects of the Structure of the Ego on Psychoanalytic Technique". *Journal of American Psychoanalytic Association*, p. 104-43.
- Eizirik, C.; Aguiar, R.; Shestatsky, S. et alli (1989). *Psicoterapia de orientação analítica: teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ellenberger, H. (1970). *The Discovery of the Unconscious. The History and Evolution of Dynamic Psychiatry*. Nova York: Basic Books.
- Enriquez, M. (1994). "Forma-se um analista". *Percurso Revista de Psicanálise*. São Paulo, ano VII, nº 12, 1º semestre, p. 12-20.
- Fédida, P. (1983). "O acontecimento da noite e o ofício do sonho". In: J. Birman. & C. A. Nicéias (coords.). *Psicanálise e psicoterapia*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1988). *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta.
- Ferenczi, S. (1926). "Contra-indicações na técnica ativa". *Psicanálise: obras completas, vol. III*. Rio de Janeiro: Taurus Timbre, 1992.
- _____ (1928). "Elasticidade da técnica psicanalítica". *Psicanálise: obras completas, vol. IV*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1992.
- Ferreira-Santos, E. (1990). *Psicoterapia breve (abordagem psicodramática de situações de crise)*. São Paulo: Flumen.
- Figueira, S. A. (1981). *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1991). *Nos bastidores da psicanálise: sobre política, história, estrutura e dinâmica do campo psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____ (1987). "O 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social". In: S. A. Figueira (org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1988). "Psicanalistas e pacientes na cultura psicanalítica". In: S. A. Figueira (org.). *Efeito psi: a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1993). "Apresentação". In: S. A. Figueira (org.). *A palavra e o silêncio: construções do saber psicanalítico na universidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____ (1994). *Freud e a difusão da psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Figueiredo, A. C. C. (1984). "Estratégias de difusão do movimento psicanalítico no Rio de Janeiro - 1970/1983". *Dissertação de mestrado*. Departamento de Psicologia, PUC/RJ.
- Figueiredo, M. A. L. (1995). "Psicanálise brasileira: um efeito lacaniano?". In: J. Outeiral & T. Thomaz, *Psicanálise brasileira: brasileiros pensando a psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Fiorini, H. J. (1973). *Teoria e técnica de psicoterapias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985, 6ª edição.
- Flem, L. (1988). *A vida cotidiana de Freud e seus pacientes*. São Paulo: L&PM.
- Foucault, M. (1980). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____ (1987). *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Freud, A. (1936) *The Ego and the Mechanisms of Defense*. Nova York: Int. Univ. Press.
- _____ (1965). *Infância Normal e Patológica. Determinantes do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.
- Freud, S. (1895). "Sobre la psicoterapia de la histeria". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. II, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1900 [1899]). "La interpretación de los sueños". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. IV e V, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1905 [1901]). "Fragmento de análisis de un caso de histeria". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. VII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1909 [1908]). "La novela familiar de los neuróticos". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. IX, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1911). "Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1912) "Sobre la dinámica de la transferencia". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1914). "Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XIV, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1914a). "Recordar, repetir y reelaborar". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1915 [1914]). "Pontualizaciones sobre el amor de transferencia (nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis, III)". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1916). "Algunos tipos de carácter dilucidados por el trabajo psicoanalítico". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XIV, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1919 [1918]). "Nuevos caminos de la terapia psicoanalítica". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XVII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1919a). "Lo ominoso". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XVII, Buenos Aires: Amorrortu.

- _____ (1920). "Más allá del principio del placer". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XVIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1920a). "Dr. Anton Von Freund". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XVIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1923). "El yo y el ello". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XIX, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1923 [1922]). "Los vasallajes del yo". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XIX, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1926). "Inhibición, síntoma e angustia". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XX, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1926a). "Pueden los legos ejercer el análisis? Diálogos con un juez imparcial". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XX, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1927). "El porvenir de una Ilusión". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XXI, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1937). "Construcciones en el análisis". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XXIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1937a). "Análisis terminable e interminable". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. XXIII, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1950 [1895]). "Proyecto de psicología". *Sigmund Freud. Obras completas*. Vol. I, Buenos Aires: Amorrortu, 1992, 3ª reimpressão.
- _____ (1966). *Correspondence de Sigmund Freud avec le pasteur Pfister*. Paris: Gallimard.
- Fuks, M. P. (1995). "Psicanálise: o futuro de uma (des)ilusão?" *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1995*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 31-41.
- Galvão, L. A. P. (1967). "Notas para a história da psicanálise em São Paulo". *Revista Brasileira de Psicanálise*. São Paulo, vol. 1, n.º 1.
- Garcia-Roza, L. A. (1990). *Palavra e verdade na filosofia antiga e na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1991). "A pesquisa acadêmica em psicanálise". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1991*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 118-21.
- _____ (1994). "Os Psicanalistas, a psicanálise e a filosofia". *Percurso Revista de Psicanálise*. São Paulo, ano VII, n.º 12, 1º semestre, p. 61-6.
- _____ (1995). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 11ª edição.
- Gay, P. (1989). *Freud: Uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Giddens A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Goldenberg, R. (1991). "O declínio da psicanálise". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1992/1993*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 122-26.
- Greenson, R. R. (1981) *A técnica e a prática da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Grosskurth, P. (1992). *O Mundo e a obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago.
- Guatarri, F. (1987). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição.
- Habermas, J. (1990) *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Hale, N. (1971). *Freud and the Americans. The Beginnings of Psychoanalysis in the United States, 1876-1917*. Nova York: Oxford University Press.
- Harari, R. (1991). "Leitores: leituras?". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1991*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 175-78.
- Hartmann, H. (1968). *Psicologia da ego e o problema da adaptação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular.
- Haynal, A. E. (1995). *A técnica em questão. Controvérsias em psicanálise de Freud e Ferenczi a Michael Balint*. São Paulo: Clínica Roberto Azevedo.
- Herrmann, F. (1983). "A psicanálise, a psicanálise e as demais psicoterapias em face do absurdo". In: J. Birman & A. C. Nicóias (coords.). *Psicanálise e psicoterapia*. Rio de Janeiro: Campus.
- _____ (1996). "Análise didática: uma história feita de críticas". In: A. Slavutzky, C. L. S. Brito & E. L. A. Souza (orgs.). *História, clínica e perspectiva. Cem anos de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Huber, W. (1981). "O círculo de estudos de psicologia profunda de Viena". *Estudos de Psicanálise. Revista do Círculo Brasileiro de Psicanálise*, Salvador, nº10, p. 4-32.
- Jacoby, R. (1983). *The Repression of Psychoanalysis. Otto Fenichel and the Political Freudians*. Califórnia: Basic Books.
- Japiassu, H. & Marcondes, D. (1990). *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª edição.
- Jóhannesson, I. Á. (1992). "Capable of Resisting and Entitled to Lead: on the Historical Conditions of the Neo-Marxist Educational Discourse". *Educational Policy*, vol. 3, nº 3, p. 298-318.
- Jones, E. (1989). *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Jorge, M. A. C. (1995). "A psicanálise entre a ciência e a religião". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1995*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 42-5.

- Kandel, L. (1987). "Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião". In: J. M. Thiollent (org.). *Investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 5ª edição.
- Katz, C. S. (1977). *Psicanálise e instituição*. Rio de Janeiro: Documentário.
- Khan, M. M. R. (1991). *Quando a primavera chegar: despertares em psicanálise clínica*. São Paulo: Escuta.
- Klein, M. (1927). "Simpósio sobre a análise infantil". *Contribuições à psicanálise*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- _____ (1928). "Primeiras fases do complexo de Édipo". *Contribuições à Psicanálise*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- Knobel, M. (1986). *Psicoterapia breve*. São Paulo: EPU.
- Kohon, G. (1994). *A escola britânica de psicanálise: The Middle Group, a tradição independente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kramer, E. S. (1992). "Violência cultural ao imaginário das crianças". In: R. Amoretti (org.). *Psicanálise e violência: metapsicologia, clínica e cultura*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1995). "Reflexões sobre 'psicanálise de uma (des)ilusão' à luz de um trabalho com crianças abandonadas". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1995*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, p. 156-62.
- Krieger, M. G. (1990). "A retórica da transitividade. Uma análise semiótica e retórica de editoriais jornalísticos brasileiros". *Dissertação de doutorado*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- Kristeva, J. (1987). *No princípio era o amor*. São Paulo: Brasiliense.
- Kupermann, D. (1991). "A transferência nômade na transmissão da psicanálise". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1991*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, p. 49-53.
- _____ (1993). "História da transferência na institucionalização da psicanálise". *Dissertação de mestrado*, PUC/RJ (mimeo).
- Kurzweil, E. (1990). "A integração dos freudianos na sociedade americana durante a Segunda Guerra Mundial". *Revista Internacional da História da Psicanálise 1*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan, J. (1949). "Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je telle qu'elle nous est révélée dans l'expérience psychanalytique". *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- _____ (1951). "Intervenção sobre a transferência". *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____ (1955). "Variantes de la cure-type". *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- _____ (1967). "Proposition du 9 octobre 1967 sur le psychanalyste à l'École". *Scilicet*, n° 1, 1968.

- _____ (1986). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1987). *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª edição.
- _____ (1991). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise (1959-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1979). *O seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1983). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 7ª edição.
- Lemgruber, V. (1987). *Psicoterapia breve, a técnica focal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____ (1989). "Psicoterapia breve: avaliação de sua eficácia". *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 38 (5), p. 265-8.
- Lo Bianco, A. C. (1989). "Questões para a teoria psicanalítica na sociedade brasileira". In: J. Birman (org.). *Freud, cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Lytard, J.-F. (1986). *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Mahler, M. S. et alii. (1975). *The Psychological Birth of the Human Infant - Symbiosis and Individuation*. Nova York: Basic Books.
- Mahoney M. A. & Yngvesson (1992). "The Construction of Subjectivity and the Paradox of Resistance: Reintegrating Feminist Anthropology and Psychology". *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 18, nº 1, p. 44-73.
- McFadden M. G. (1995). "Resistance to Schooling and Educational Outcomes: Questions of Structure and Agency". *British Journal of Sociology of Education*, vol. 16, nº 3, p. 293-308.
- Maître, J. (1987). "Sociologia da ideologia e entrevista não-diretiva". In: J. M. Thiollent (org.). *Investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 5ª edição.
- Malan, D. H. (1974). *La psicoterapia breve*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Mannoni, M. (1989). *Um saber que não se sabe: a experiência psicanalítica*. São Paulo: Papirus.
- _____ (1990). *O que falta à verdade para ser dita*. Campinas: Papirus.
- Mannoni, O. (1992). *Um espanto tão intenso: a vergonha, o riso e a morte*. Rio de Janeiro: Campus.
- Martins, L. (1979). "A geração A15". *Ensaio de Opinião*, vol II. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Martins, C. & Slavutzky, A. (1990). *Para início de conversa*. Porto Alegre: Movimento.

- Menaker, E. (1990). *Cita en Viena*. Barcelona: Gedisa.
- Menezes, L. C. (1995). A contribuição dos autores franceses: comentários sobre a clínica". In: J. O. Outeiral & T. O. Thomaz (coords.). *Psicanálise brasileira*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mezan, R. (1988). "Problemas de uma história da psicanálise". In: J. Birman (org.). *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus.
- _____ (1993). *A sombra de Don Juan*. São Paulo: Brasiliense.
- Mijolla, A. (1991). "Una perspectiva histórica". *Zona Erógena*, nº 6, p. 31-9.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Nasio, J.-D. (1992). *Lições sobre o 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nelson, H. L. (1995). "Resistance and Insubordination". *Hypatia*, vol. 10, nº 2.
- New York Psycho-Analytical Society (1927) "Discussion of Lay Analysis". *International Journal of Psycho-Analysis*, 8/2.
- Nicéas, C. A. (1991). "Mal-estar na sexualidade, mal-estar do psicanalista". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1992/1993*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 29-34.
- Nicolaci-da-Costa, A. M. (1988). "Questões metodológicas sobre a análise do discurso". *Psicologia: Reflexão e Cultura*. Departamento de Psicologia, UFRGS.
- Ogden, T. H. (1995). "Sobre o Espaço Potencial". In: Giovacchini, P. L. (coord.). *Táticas e técnicas psicanalíticas - D. W. Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Orlandi, E. (1984). *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense.
- Osório, C. M. S. (1983). "Psicoterapia breve: uma técnica para uso indiscriminado?". In: M. Knobel & S. Saindemberg (orgs.). *Psiquiatria e saúde mental*. São Paulo: Autores Associados.
- Outeiral, J. & Thomaz, T. (orgs.) (1995). *Psicanálise brasileira: brasileiros pensando a psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Palácios, S. A. (1991). *A ética do desejo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Pereira, R. F. (1995). "A tentação de ceder ao desejo". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1995*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 37-41.
- Perelman, C. (1993). *O Império retórico: retórica e argumentação*. Coimbra: Asa.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Perestrello, D. (1976). "Comentários ao trabalho de Cyro Martins sobre contribuição ao estudo de história da psicanálise no Brasil. *Revista Brasileira de Psicanálise*, nº10, p. 293-6.

- Perestrello, M. (1987). *História da SBPRJ: suas origens e fundações*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____ (1988). "Primeiros encontros com a psicanálise. Os precursores no Brasil (1899-1937)". In: S. A. Figueira (org.). *Efeito psi: a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus.
- Perrier, F. (1987). *Viagens extraordinárias pela Translacânia*. Campinas: Papirus.
- Pessanha, J. A. M. (1989). "A teoria da argumentação ou nova retórica". In: M. C. M. Carvalho (org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. São Paulo: Papirus.
- Pinheiro, M. T. S. (1990). "Psicanálise e Universidade". *Cadernos de Psicanálise*. Sociedade Psicanalítica da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ano 8, nº 11, p. 8-14.
- Pommier, G. (1992). *A neurose infantil da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1992a). *O desenlace de uma análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pontalis, J.-B. (1988). *Perdre du vue*. Paris: Gallimard.
- Quinet, A. (1991). *As 4+1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Racjzman, J. (1993). *Eros e verdade: Lacan, Foucault e a questão da ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Reed, G. S. (1990). "As conseqüências da imigração sobre a análise leiga nos Estados Unidos". *Revista Internacional da História da Psicanálise I*. Rio de Janeiro: Imago.
- Reich, W. (1972). *Análise do caráter*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ricoeur, P. (1975). *La métaphore vive*. Paris: Seuil.
- _____ (1977). *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Roazen, P. (1986). *La saga freudienne*. Paris: PUF.
- _____ (1995). *Irmão animal. A história de Freud e Tausk*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rodmann, R. (1990). "Introdução". In: D. W. Winnicott. *O Gesto Espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rodrigué, E. (1995). *Sigmund Freud. O século da psicanálise: 1895-1995*. Vol. III, São Paulo: Escuta.
- Ropa, D. & Passos, M. D. (1995). *Psicanálise: futuro de uma (des)ilusão?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, nº 3, vol. 3.
- Rosolato, G. (1983). "A psicanálise transgressiva". In: J. Birman & A. C. Nicéias (coords.). *Psicanálise e psicoterapia*. Rio de Janeiro: Campus.
- Roudinesco, E. (1988). *A batalha dos cem anos, vol. II: 1925-1985*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1989). *A batalha dos cem anos, vol. I: 1885-1939*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- _____ (1994). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1995). *Genealogias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Roustang, F. (1987). *Um destino tão funesto*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Russo, J. (1991). "O lacanismo e o campo psicanalítico no Rio de Janeiro". *Anuário Brasileiro de Psicanálise - 1991*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 91-6
- _____ (1993). *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos oitenta*. Rio de Janeiro: UFRJ
- Sagawa, R. Y. (1995). "A psicanálise pioneira e os pioneiros da psicanálise em São Paulo". In: S. A. Figueira (coord.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.
- Santoro, V. C. (1995). "A clínica psicanalítica no limiar do século XXI : algumas considerações". *Estudos de Psicanálise*. Revista do Circulo Brasileiro de Psicanálise. Belo Horizonte, nov., vol. 18: p. 110-19.
- Sayers, J. (1992). *Mothering Psychoanalysis: Helene Deutsch, Karen Horney, Anna Freud and Melanie Klein*. Londres: Penguin Books.
- Silva, A. F. R. & Oliveira, D. T. (1992). "A história da psicanálise em Belo Horizonte". *Cenário, Psicanálise e Cultura*. Grupo de Estudos Psicanalíticos. Belo Horizonte, nº 1, p. 5-8.
- Silva, P. S. L. (1988). "Análise com ou sem fim?". In: J. Birman & C. A. Nicéas (coord.). *Análise com ou sem fim?* Rio de Janeiro: Campus.
- Silvestre, M. (1991). *Amanhã, a psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Simon, R. (1989). *Psicologia clínica preventiva: novos fundamentos*. São Paulo: EPU.
- Souza, A. M. (1996). *Os impasses do amor*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Steiner, R. (1990). "É uma nova forma de diáspora ... A política de emigração dos psicanalistas segundo a correspondência de Ernst Jones e Anna Freud". *Revista Internacional da História da Psicanálise I*. Rio de Janeiro: Imago.
- Sulloway, F. J. (1981). *Freud biographe de l'esprit*. Paris: Fayard.
- Thiollent, M. J. M. (1987). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 5ª edição.
- Thomas, M.-C. (1995). "Introdução à obra de Melanie Klein". In: J. D. Nasio (org.). *Introdução à obra de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Thompson, J. B. (1991). *Ideology and Modern Culture: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication*. California: Stanford University Press.

- Touraine, A. (1980). *La voix et le regard*. Paris: Seuil.
- Trigo, L. G. G. (1989). "A perda e a falta". In: M. C. M. Carvalho (coord.). *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*. São Paulo: Papirus.
- Turkle, S. (1983). *Jacques Lacan: la irrupción del psicoanálisis en Francia*. Buenos Aires: Paidós.
- Vergot, A. (1992). "Da outra cena de Freud ao outro de Lacan". *Estudos de Psicanálise*. Revista do Círculo Brasileiro de Psicanálise, Recife, nº 15, p. 101-29.
- Vianna, H. B. (1994). *Não conte a ninguém Contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.
- Viñar, M. (1994). "O reconhecimento do próximo". *Percurso Revista de Psicanálise*. São Paulo, ano VII, nº 13, 2º semestre, p. 7-15.
- Yoshida, E. M. P. (1990). *Psicoterapias psicodinâmicas breves e critérios psicodiagnósticos*. São Paulo: EPU.
- _____ (1991). "Psicoterapia breve psicodinâmica". *Insight*, 6, p. 18-9.
- Young-Bruehl, E. (1992). *Anna Freud: uma biografia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Walker, J. C. (1986). "Romanticising Resistance, Romanticising Culture: Problems in Willis's Theory of Cultural Production". *British Journal of Sociology of Education*, vol. 7, nº 1, p. 59-80.
- Winnicott, D. W. (1958). "Análise de uma criança no período de latência". *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- _____ (1958a). "A capacidade de estar só". *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- _____ (1962). "Os objetivos do tratamento psicanalítico". *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.
- _____ (1963). "Os doentes mentais na prática clínica". *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- _____ (1963a). "O medo do colapso". *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- _____ (1989). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1990). *O gesto espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1991). *Holdings e interpretação*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zetzel, E. (1966). "El proceso analítico". In: L. Grinberg (org.). *Psicoanálisis en las Américas*. Buenos Aires: Paidós.
- Zimmermann, D. (coord.) (1980). *Temas de psiquiatria*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____ (1982). "Planejamento e psicoterapia dinâmica". *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 4 (3), p. 251-63.

_____ (1988). *Relações da psicanálise com analistas didatas, instituições e pacientes*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Zolty, L. (1992). "Como definir um conceito psicanalítico". In: J.-D. Nasio. *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ANEXO I

A NOVA RETÓRICA

1. ARGUMENTAÇÃO E RAZÃO

Foi Aristóteles que, na tradição do ensinamento retórico - concebido como a arte de persuadir pelo discurso, conferiu à retórica um sentido positivo. Segundo Ricoeur (1975, p. 14), foi na Grécia que a retórica constituiu-se como objeto de estudo: "*techné que tornou o discurso consciente de si mesmo e fez da persuasão uma finalidade distinta a atingir por meio de uma estratégia específica*". Os sofistas contribuíram para que a retórica adquirisse uma reputação negativa e difundiram a opinião de que a retórica pode servir tanto para convencer sobre o bem e a verdade, como para o mal e a injustiça. Foram os sofistas, no entanto, que estabeleceram os postulados básicos da retórica: o valor da opinião como provável e verossímil e não como verdade única.

Aristóteles não recusou o caráter ambíguo da palavra, todavia, não presumiu que os homens pudessem usá-la injustamente. O domínio da arte retórica, para Aristóteles, tem a acepção de um instrumento a serviço da verdade e da justiça e não da ilusão e do engano, como para Platão. A consciência do poder da argumentação e da eloquência levou Platão a repudiar a retórica como uma poderosa arte da ilusão. Para Platão, a retórica é endereçada à multidão e a ela não cabe fazer ciência - propensa ao engano e à sedução, a multidão pode ser persuadida para o bem assim como para o mal. A dialética, para Platão, constitui-se na verdadeira retórica, tarefa dos sábios e não das multidões.

Ao relacionar a retórica à filosofia e à moral, Aristóteles lhe confere um sentido positivo, difundindo a idéia da necessidade de conhecê-la. Concebe a *Arte Retórica* (1966) como a descrição das

técnicas de persuasão e seu conhecimento propicia à todos uma igualdade de poder. Nas concepções aristotélicas, a argumentação é um procedimento de ordem lógica, revelando a concepção lógico-formal do processo de argumentação. Nesse sentido, a argumentação corresponde à demonstração. Para Aristóteles, a argumentação dá-se sob a forma do entimema e do exemplo, que equivalem à dedução e indução formais e que são concebidos como provas lógicas, correspondendo ao componente demonstrativo da retórica. Para Aristóteles, a retórica e a dialética têm em comum demonstrar os contrários. Mas, ao contrário da dialética, o lugar da retórica é a *polis* e não o mundo dos sábios; a retórica, como linguagem de persuasão, considera que as opiniões são construídas em função do ouvinte, do auditório. O declínio da retórica deve-se também a sua redução de arte de bem falar e de bem dizer sua forma à arte de expressão do pensamento.

Atualmente, há um novo interesse sobre os estudos retóricos voltados especificamente para a problemática da argumentação e também para a análise dos discursos sob diferentes enfoques: semiológico, filosófico, literário, lingüístico, etc.. O *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* - de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996), publicado nos anos sessenta, é considerado uma obra decisiva na renovação dos estudos da retórica. Os autores procuram resgatar a retórica e a dialética da tradição grega, cujo declínio atribuem ao racionalismo cartesiano. Para ambos, a influência do racionalismo, limitando a argumentação às provas de evidência e concebendo o desacordo como prova de erro (negando a natureza mesma da argumentação), teve como resultado o desaparecimento da retórica por quase três séculos. Como consequência, a razão tornou-se

[...] totalmente incompetente nos campos que escapam ao cálculo e de que, onde nem a experiência, nem a dedução lógica podem fornecer-nos a solução de um problema, só nos resta abandonar-nos às forças irracionais (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 3).

Ao examinar historicamente a questão da retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) assinalam para a divinização da verdade única, da verdade atemporal, de um Deus verdadeiro e criador do universo, reforçada pelo monoteísmo judaico-cristão. A aceção monista-monoteísta reaparece de

forma velada nas concepções metodológicas, valendo-se do modelo matemático, expresso na afirmação de que apenas o método demonstrativo conduz à verdade, reafirmando a legitimidade de um método único no campo científico e filosófico, que na prática

[...] constitui a face laicizada da verdade única da deusa do poema de Parmênides ou do Deus único, o bon Dieu de Descartes e da filosofia que gravita em torno da tradição judaico cristã (Pessanha, 1989, p. 241).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) ressaltam o inconveniente das ideologias monistas que favorecem um reducionismo às vezes insuportável, que conduz à repressão e à intolerância em nome de supostas verdades absolutas. Os recalcitrantes, os divergentes, aqueles a quem escapa a luz da verdade única e universal parecem destinados às trevas por sua malignidade e alienação. As concepções monistas,

Quando não chegam a fazer prevalecer seus pontos de vista, podem justificar, em nome de Deus, da razão, da verdade, do interesse do Estado ou do partido, o recurso à coação, ao uso da força em relação aos recalcitrantes. Os que resistem deverão ser reeducados e, se não se deixam convencer, deveriam ser punidos por sua obstinação ou sua má vontade (Perelman apud Pessanha, 1989, p. 241).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) consideram que a valorização ou desvalorização da retórica, da argumentação, está condicionada aos fatores de ordem cultural e política. As filosofias monistas, absolutistas, dedutivistas e monológicas prosperam em épocas de centralização do poder. O dogmatismo corresponde a um princípio de conservação e inércia, avançando nesses períodos. Em contrapartida, em épocas de democratização, de mudanças profundas, de rupturas com as tradições, prosperam as filosofias abertas e progressistas, dialógicas e pluralistas.

O trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) amplia os limites da retórica antiga, conservando da retórica tradicional a idéia de auditório. O objeto da retórica antiga visava à arte de falar em público, cujo intuito era obter adesão. Por sua vez, a nova retórica não se limita à argumentação oral, mas à análise de textos, dada a sua relevância na atualidade. Importa-se antes com a

estrutura da argumentação, sem preocupar-se com o modo com que essa comunicação se efetua com o público. Embora a idéia de auditório esteja associada às exposições orais, o mesmo acontece em relação aos textos escritos e, nesse caso, o leitor é o auditório. A argumentação destina-se ao auditório, mesmo que o autor possa crer que está sozinho no mundo. Um texto ou a expressão fragmentária de um pensamento não são monólogos, mas diálogos e encontram-se sempre condicionados a um auditório, ao qual destina-se a argumentação conscientemente ou não.

2. AUDITÓRIO E ARGUMENTAÇÃO

A condição mínima de uma argumentação é a existência de uma linguagem comum. Mas, isso não é suficiente. O objetivo da argumentação é obter adesão, tornar os sujeitos suscetíveis a realizar a ação visada ou, pelo menos, obter uma disposição para a ação. *A Nova Retórica* trata da natureza manipulatória da argumentação, descrevendo as condições que a tornam eficaz. Entre persuadir e convencer, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), há um matiz bastante delicado e costuma-se estabelecer uma confusão entre persuasão e ação, entre convicção e inteligência. No entanto, essa distinção, fundada nas características do auditório ao qual o orador se dirige, não explica a distinção entre persuadir e convencer sob o ponto de vista que ele é percebido pelo ouvinte. Como salienta Castro (1995), a tentativa de estabelecer critérios distintos entre persuadir e convencer reforça a “dicotomia entre o sujeito do conhecimento e o sujeito da crença, pouco esclarecedora quando se trata de analisar juízos de valor” (p. 54).

No nível do auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) propõem chamar de persuasiva uma argumentação que pretende valer para um auditório particular, e convincente aquela que visa obter a adesão de todo ser dotado de razão. A classificação dos auditórios tenciona enfatizar a diferença de destinatário e o fato de que a organização da argumentação é relativa ao auditório que o orador deseja influenciar. O êxito da argumentação depende da imagem que o orador faz de seu auditório. Os auditórios podem ser distinguidos em três: o universal, nesse caso, a argumentação tem como pretensão

dirigir-se à universalidade dos espíritos; o formado por um ouvinte e por um interlocutor a quem o locutor se dirige; e, por último, o auditório constituído pelo próprio sujeito, que se desdobra em seu próprio destinatário. Essa distinção visa destacar a dimensão dialógica do pensamento e do discurso. A argumentação abrange o universo da linguagem cotidiana, voltada para a persuasão de outrem, mas também do mundo da propaganda, da publicidade, do discurso religioso, pedagógico e político. Se a demonstração é privilégio do discurso lógico-matemático, a comprovação no campo das ciências humanas e sociais realiza-se no âmbito da argumentação.

A distinção entre os auditórios serve para chamar a atenção para o orador. É a natureza do auditório que determina o sucesso e o alcance de uma argumentação. O auditório é sempre uma hipótese do orador, que constrói sua argumentação com vistas a um determinado auditório que pretende persuadir. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), ao ampliar o universo da argumentação, indicam outros tipos de auditórios. Quando o orador quer que suas teses sejam aceitas por todos, a argumentação destina-se ao *auditório universal*. Esse auditório é típico da filosofia e, mesmo que o acordo total jamais ocorra, cada pensador constrói uma argumentação racional que objetiva convencer a todos os seres dotados de razão.

Entretanto, “cada cultura [...] tem a sua própria concepção do auditório universal” (Castro, 1995, p. 54). Quando se trata de um discurso sobre um tema especializado, o auditório é concebido como um *auditório de especialistas*. São esses especialistas que arbitram sobre a força dos argumentos a respeito de determinada tese. As ciências sociais e humanas compõem um território de litígio e jamais podem dar por encerrada as suas questões, sempre passíveis de reformulação e revisão. Do ponto de vista externo ao orador, todo auditório é um auditório especializado.

O auditório de elite comporta apenas os sábios, os eleitos, os competentes, “que, por algum motivo, se destacariam do restante dos homens, mostrando-se aptos a receber a verdade que escapa aos demais” (Pessanha, 1989, p. 237). Do âmbito exterior, esse auditório é composto por todos aqueles

que aderem às regras, convenções e crenças. Esse auditório serve para justificar a crença numa verdade absoluta, que somente alguns habilitados estariam em condições de apreender.

É necessário demonstrar para persuadir. A demonstração retórica tem certas peculiaridades, porque tem por fim o discurso social, cuja natureza não comporta o rigor lógico das teses científicas, fundamentadas nos raciocínios analíticos. O domínio da retórica não é o da ciência, da verdade absoluta e universal, mas o da verdade relativa, verossímil:

Considerando que o seu objeto é o estudo do discurso não demonstrativo, a análise dos raciocínios que não se limitam à inferências formalmente corretas, a cálculos mais ou menos mecanizados, a teoria da argumentação concebida como uma nova retórica (ou uma nova dialética) cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere. (Perelman, 1993, p. 24).

O processo dedutivo da argumentação, o entimema - uma forma simplificada de raciocínio dedutivo, não apresenta todas as premissas do silogismo analítico. Em relação ao silogismo, a estrutura lacunar do entimema é explicada como decorrente da interação entre os sujeitos da comunicação, pressupondo-se que os sujeitos tenham conhecimento sobre o assunto. Os resultados da dedução retórica não são forçosamente verdadeiros, mas a adesão a uma opinião implica a verossimilhança das premissas que sustentam a argumentação. O verossímil, no interior do discurso, assume um lugar de máxima importância à medida que representa uma opinião compartilhada. O exemplo, além do entimema, tem o valor de demonstração, de prova. Essa prova equivale ao raciocínio indutivo. Se o entimema mantém uma relação do particular com o universal, o exemplo apresenta as relações entre semelhantes. As provas lógicas da retórica não asseguram por si só a verdade das proposições, uma vez que se sustentam sobre verdades apenas prováveis, em premissas de opinião.

As premissas verossímeis são lugares de argumentação. Os lugares comuns são premissas que se aplicam a qualquer gênero, mas as premissas específicas são próprias de cada gênero. Cada gênero da retórica comporta lugares específicos. A adesão atribui um estatuto de verdade à proposição.

Mesmo que as premissas procurem refletir lugares comuns, o desacordo surge das controvérsias quanto ao que é considerado como um bem para a cidade. A comunhão de valores desempenha um papel fundamental na validação das opiniões, e o discurso só alcança força de convicção quando o orador argumenta com base nos valores da sociedade sócio-histórica. A racionalidade, no âmbito do verossímil, do plausível e do provável, escapa às certezas do cálculo, mas é igualmente legítima. A concepção de auditório coloca a teoria da argumentação em estreita conexão com a sociologia do conhecimento e a análise das ideologias.

A *Nova Retórica* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996) pressupõe a necessidade de um acordo com a *comunidade dos espíritos* como ponto de partida da argumentação. Os acordos englobam o conteúdo das premissas, as opiniões já admitidas, mas também o modo como os raciocínios se desenvolvem. Este último aspecto é fundamental, pois as técnicas discursivas são basicamente concebidas como projeções do uso da razão.

3. OS OBJETOS DE ACORDO

Numa argumentação, o raciocínio desenvolve-se a partir de certos acordos. O orador pode dispor as premissas de uma argumentação de diversos modos, e a disposição e a forma de uma argumentação são seletivas, já que certas escolhas são feitas entre outras na argumentação. As escolhas são significativas e a *Nova Retórica* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996) destaca duas categorias de objetos de acordo: uma relativa ao *real* e outra relativa ao *preferível*. Essas duas categorias baseiam-se na pretensão de validade da argumentação. Na categoria relativa ao *real*, a argumentação visa ao auditório universal e comporta *fatos, verdades* e as *presunções*. Na categoria relativa ao *preferível*, a argumentação visa ao auditório de especialistas, contendo *valores, hierarquias* e os *lugares do preferível*.

Pode haver diferentes concepções relativas ao real em função das divergências entre as posições filosóficas professadas, mas tudo que versa sobre o real tem como pretensão a validade para o

auditório universal. Por outro lado, tudo que versa sobre o preferível não se deve a uma realidade preexistente, mas a escolha de um ponto de vista determinado, que só é possível identificar como o de um auditório particular, por mais amplo que seja.

Essa classificação é operacional e as categorias não estão dissociadas nas argumentações. Cada auditório admite um certo número de objetos pertencentes a cada uma dessas categorias. Alguns, não obstante, encontram-se nas diferentes argumentações. Aliás, esses objetos de cada tipo podem constituir os acordos, como também os desacordos. Os objetos de acordo podem ser distinguidos também quanto à sua natureza e quanto à sua disposição na argumentação.

Em relação aos objetos de acordo pertencentes ao real, de um lado, encontramos os fatos e as verdades e, de outro, as presunções. Quanto aos fatos, cumpre notar que os autores não têm em vista uma definição que permita classificar este ou aquele dado concreto como um fato. Os fatos designam um realidade objetiva, “o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos” (Poincaré, apud Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 75). Esses fatos designam um acordo do auditório universal, não necessitam sequer serem justificados e, pelo menos provisoriamente, encontram-se subtraídos à argumentação, caracterizando-se por sua adesão.

Do ponto de vista argumentativo, só nos encontramos frente a um fato quando este configura um acordo universal. Mas, a nenhum fato é assegurada essa posição indeterminadamente. Há dois modos como os fatos perdem esse estatuto: quando são colocados em dúvida pelo próprio auditório ao qual foram apresentados e quando se amplia esse auditório. Nesse caso, quando o estatuto de fato é colocado em dúvida por um membro, cuja qualidade para julgar é reconhecida, e quando se pode mostrar que o auditório que admitia esse fato é apenas um auditório particular.

Aplicam-se às *verdades* tudo aquilo que concerne aos *fatos*. Os fatos geralmente designam objetos de acordo precisos, limitados. Os autores designam como *verdades* sistemas mais complexos relativos à ligação entre fatos, quer se tratem de teorias científicas, concepções filosóficas ou sistemas

religiosos. Embora, no estágio atual, não seja possível conceber fatos isolados, essa distinção é oportuna, visto que corresponde ao uso habitual da argumentação, que se apóia ora em fatos, ora em sistemas mais gerais. Fatos e verdades não podem ser utilizados do mesmo modo como ponto de partida da argumentação, presumindo-se que somente um dos dois gozam plenamente de consenso entre o auditório. Contudo, na prática quotidiana, fatos e verdades podem ser, indiferentemente, considerados como pontos de partida na argumentação.

Apesar da adesão às presunções não ser máxima, essas gozam de acordo universal, esperando-se que a adesão seja reforçada por outros elementos. Em cada caso particular, as presunções estão vinculadas ao normal e ao verossímil. Cumpre ressaltar, em relação à presunção baseada no normal, que dificilmente pode ser reduzida a uma avaliação de frequência estatística. O normal depende sempre de um grupo de referência e, em relação aos grupos sociais, quase nunca é designado explicitamente. Não esquecendo que o grupo de referência é sempre instável e pode haver diferentes modos de encará-lo. Embora as presunções ligadas ao normal sejam objetos de acordo, antes é necessário que haja um acordo quanto ao grupo de referência.

A pretensão de validade do estatuto de fato ou de verdade de um enunciado é restrita ao auditório ao qual ele se endereça. Não há critérios absolutos ou independentes do auditório que possam ser estabelecidos para definir o estatuto de fato ou a verdade de um argumento.

Os valores, as hierarquias e os lugares são objetos de acordo que visam apenas à adesão de grupos particulares. O acordo em torno de um valor pressupõe que um objeto, um ser ou um ideal deve agir sobre a ação ou exercer uma disposição para a ação, sem considerar que esse ponto de vista se impõe a todos. As premissas de valores intervêm em todas as argumentações, e “[nas] argumentações científicas são geralmente escamoteadas como se pudesse fazer a defesa de uma teoria sem fazer recurso às influências em torno do próprio lugar que o orador ocupa” (Castro, 1995, p. 65). À medida que os valores são vagos, pouco precisos, apresentam-se como universais e seu estatuto é

semelhante aos fatos. No entanto, quanto mais precisos os valores, tanto mais representam somente aspirações de grupos particulares.

Geralmente as hierarquias encontram-se implícitas e seus fundamentos só costumam ser explicitados quando se trata de defendê-las. De certo modo, do ponto de vista da estruturação da argumentação, elas são mais importantes do que os próprios valores e, sob esse prisma, toda a argumentação opera uma hierarquia de valores. A adesão a um valor em relação a outro já implica uma hierarquia, mas isso não impede uma relativa independência dos valores. Se as hierarquias estivessem fixadas de uma vez por todas, chegaríamos a um monismo de valores. Na prática, os fundamentos de uma hierarquia são múltiplos, assim como os valores em que se apóiam.

As premissas de ordem geral são aquelas que permitem fundar valores e hierarquias e são chamadas lugares. A principal característica dessas premissas é a generalidade. Aristóteles utilizava-se da diferença entre lugares comuns e lugares específicos. Os lugares comuns aplicam-se à qualquer ciência e os lugares específicos aos temas particulares. Entretanto, "*não há discurso comum a todas as ciências*" (Castro, 1995, p. 67) e o lugar comum não exclui de modo algum a especificidade. De forma genérica, eles podem ser agrupados quanto a lugares de quantidade, de qualidade, da ordem, do existente, da essência ou da pessoa. Como esse tipo de acordo é bastante genérico, quanto mais geral é um enunciado, mais ele é suscetível de reforçar a adesão por parte de um auditório.

Os acordos de que dispõe o orador e no qual se apóia para argumentar são dados tão amplos e suscetíveis de serem utilizados de modos diferentes, quanto a maneira de interpretá-los. Para cada auditório há um certo conjunto de premissas admitidas, capazes de influenciar as reações. No caso de um auditório especializado, esses dados, via de regra, constituem-se no *corpus* do saber, conhecido e admitido pelos praticantes de uma disciplina científica. A escolha e a seleção desses elementos já supõem sua importância no debate.

Toda escolha visa tomar presentes certos elementos, o que é essencial à argumentação, e, nessa ótica, toda argumentação é seletiva e parcial. Todavia, é uma ilusão pensar que é possível ter acesso à totalidade desses elementos ideológicos. Conseqüentemente, a interpretação é sempre um conjunto de interpretações possíveis, sem jamais esgotar a possibilidade de novas interpretações:

A infinita complexidade das interpretações, sua mobilidade e sua interação explicam suficientemente a impossibilidade de reduzir todos os enunciados as proposições cuja probabilidade numérica possa ser determinada. (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 138).

Na acepção da *Nova Retórica* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996), a interpretação deve traduzir as intenções do autor, levando-se em conta a argumentação implícita. O sentido e a significação de um argumento isolado raramente podem ser compreendidos sem ambigüidades. Os diferentes elementos do discurso estão em interação e a análise de um elo da argumentação fora do contexto e independentemente da situação em que ele se insere esbarra em dificuldades. Isso não se deve simplesmente ao caráter equívoco da argumentação, mas porque os elementos do discurso quase nunca se encontram completamente explicitados, porém implícitos nas argumentações.

Na interpretação, somos obrigados "*a suprir os elos falantes*" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 211), o que não se coloca sem riscos. Não é possível afirmar que uma interpretação é o pensamento real do locutor ou dos ouvintes, mas sim uma hipótese mais ou menos provável, uma vez que há mais de uma forma de conceber a estrutura de um argumento. De modo idêntico, um mesmo enunciado é suscetível de produzir vários esquemas que atuam de modo diverso sobre o espírito de diferentes pessoas. Os mesmos enunciados podem ser analisados de outras maneiras, segundo outros planos de delimitação.

4. AS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS

As técnicas discursivas são definidas como procedimentos de ligação ou associação e de dissociação. Os procedimentos de ligação visam reunir elementos diferentes e consistem em estabelecer

uma solidariedade entre eles, procurando valorizá-los positivamente em relação às teses que já são admitidas pelo auditório. A dissociação consiste em abalar, romper a solidariedade entre as teses presumidas pelo auditório que se opõem às teses do orador. Essas técnicas, na verdade, são complementares e acionadas no discurso simultaneamente, ainda que um tipo de ligação possa ser preponderante em relação a outro, em dado momento, tendo em vista os objetivos da argumentação. Os falantes dispõem da linguagem como recurso argumentativo para afirmar, defender e refutar opiniões, sendo as técnicas discursivas utilizadas como meios de prova.

Os argumentos de ligação são classificados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) em três tipos: os argumentos quase lógicos, os argumentos fundados sobre a estrutura do real e os que fundam ou estruturam a realidade.

Os argumentos quase lógicos são aqueles que, por sua estrutura, alcançam uma força de convicção e que mais se apresentam como comparáveis aos raciocínios formais, lógicos e matemáticos. Essa modalidade de argumentos é descrita pelos autores em dois tipos: os que fazem apelo a estruturas lógicas (contradição, identidade total ou parcial, transitividade) e os que apelam para relações matemáticas (relações da parte com o todo, do menor com o maior, relação de frequência).

Os argumentos fundados sobre a estrutura do real valem-se de juízos já admitidos e de outros que se pretende promover, assemelhando-se a uma explicação. Esses argumentos apóiam-se, geralmente, nas ligações de sucessão (como a relação causa e efeito) e nas ligações de coexistência (como a relação da pessoa e seu ato).

Por fim, quanto aos argumentos que fundam a estrutura do real, seu pressuposto é que o que é aceito em um caso particular pode ser generalizado. Ao invés de apoiar-se na experiência, esses argumentos visam elaborar novas relações sobre os fatos (ser, acontecimento, relação). Nesses casos, a argumentação procura criar uma generalização a partir de um caso particular, transpondo-a para um

outro domínio. A formulação de uma lei tem em vista, a partir de casos particulares, a probabilidade da repetição em casos de natureza idêntica.

Os autores salientam que essa tipologia não é exaustiva, havendo outros tipos de argumento que se somam a sua proposta. Na prática argumentativa, esses três tipos não se encontram isolados, mas entrelaçados no discurso. Podemos identificar um argumento como pertencente a um grupo ou outro, dependendo do que se quer ressaltar.

Tomemos, como exemplo, o artigo de Rosolato (1983), discutido no capítulo I. Lembremos que o texto de Rosolato, *A Psicanálise Transgressiva*, como o próprio título faz perceber, defende a tese de que a psicanálise é, intrinsecamente, uma prática transgressiva, assim como defende que certas transgressões são precursoras de diversas técnicas psicoterápicas contemporâneas. O ponto de partida de sua argumentação é a definição das regras de abstinência como o cerne da questão sobre a transgressão em psicanálise. O autor vale-se do termo transgressão para mostrar que, a partir de limiares não especificáveis a priori, a psicanálise se descaracterizaria, sendo, nesses casos, uma psicoterapia. Esse recurso propõe-se a reforçar a tese de que a psicanálise é intrinsecamente transgressiva e endereça-se à dimensão ética da psicanálise. Rosolato baseia-se no fato de que, no cenário contemporâneo, há diversas práticas psicoterápicas que seriam decorrentes da psicanálise transgressiva. Relaciona-as à psicanálise, salientando-a como sua fonte de inspiração. Mas, vejamos que o comentário a seguir de Rosolato a respeito de Winnicott pode ser analisado de três maneiras diferentes:

Winnicott fica ainda a meio caminho: sua concepção de jogo não despreza as simbolizações. Estas são, no entanto, incluídas nas regras implícitas que são postas em circulação pela análise, regras induzidas todavia, em que compartilhar mitos comuns, de reconstrução, de paraíso perdido, de criança morta, de identificação materna, sobretudo em sua imagem benéfica, tem um efeito terapêutico. Fazendo-se um rápido balanço desta corrente de análise, caberia comprovar que, fazendo a balança pender para o lado da realidade, das deficiências do meio, dos cuidados maternos e do traumatismo, ele esboça uma exploração de tipo sociológico e, hem entendido, culturalista, quanto às condições, às estruturas familiares que engendram distúrbios mentais (Rosolato, 1983, p. 36, grifo nosso).

É possível considerar que, a princípio, esse enunciado trata de argumentos quase lógicos, ressaltando as contradições do trabalho de Winnicott. Vejamos, primeiro, que há uma ligação entre a afirmativa “sua concepção de jogo não despreza as simbolizações” e a constatação de que essa prática “tem um efeito terapêutico”. Essa ligação pode ser vista como um recurso aos fatos, visando promover a adesão do auditório às teses do orador. Com esse recurso, o orador coloca-se em um lugar de certa neutralidade, recorrendo aos fatos que são incontestáveis no trabalho de Winnicott: “ele não despreza as simbolizações e sua prática concorre para efeitos terapêuticos”. A afirmativa de que Winnicott não despreza as simbolizações tem também como objetivo fazer ver que seu trabalho não se limita a meros cuidados corporais. Entretanto, a expressão “Estas são, no entanto” reforça a contradição que o autor quer ressaltar, ou seja, que essas simbolizações, “incluídas nas regras implícitas”, são regras “induzidas todavia” com vistas a “compartilhar mitos comuns, de reconstituição, de paraíso perdido, de criança morta, de identificação matema, sobretudo em sua imagem benéfica”. Em outras palavras, Winnicott compartilha de teses do senso comum que atribuem os distúrbios psíquicos a fatores decorrentes de uma má interação com o meio e que são incompatíveis com a psicanálise.

Uma segunda interpretação possível seria tomar o argumento como *fundado na estrutura do real*. Nesse caso, a ligação do ato com a pessoa. Ou seja, mostrar, em primeiro lugar, que todo trabalho clínico (mesmo que o trabalho não despreze as simbolizações, que conceba as condições de maternagem como causa dos distúrbios patológicos sem levar em consideração a dimensão paterna) tem como efeito, como fim, uma psicoterapia e não uma psicanálise. A ligação entre prática de maternagem e Winnicott tenciona relacionar o ato à pessoa e, nesse caso, desqualificar o seu trabalho.

Por último, podemos interpretar o enunciado como um *argumento que funda a estrutura do real*. Através do exemplo, Rosolato (1983) vale-se de um fato particular e negativo para generalizá-lo. Conforme esse exemplo, a prática clínica de Winnicott configura uma abordagem sociológica, uma tendência culturalista. Pode-se depreender disso uma norma: a de que todo trabalho terapêutico fundado nas condições de maternagem é uma psicoterapia.

Salientamos, com esse exemplo, que a interpretação dos diferentes âmbitos das técnicas discursivas não são excludentes. Entretanto, o *argumento fundado à estrutura do real* parece-nos ser o argumento mais forte, através do qual o orador busca a adesão do auditório. Qual seja, pretende intensificar a tese, aumentar a adesão objetivando salientar que o trabalho de Winnicott seria uma espécie de maternagem. Rosolato (1983) não utiliza a palavra psicoterapia em nenhum momento ao se referir à prática clínica de Winnicott, mas está implícito em seus argumentos que essa é sua opinião, sendo que esta nos parece a interpretação mais plausível neste caso.

O conjunto dos meios de persuasão utilizados na *Nova Retórica* (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996) permite reconhecer a variedade de recursos empregados nos discursos das ciências humanas e sociais, como também configurar as relações entre o orador e o auditório.

ANEXO II

TABELAS

Tabela 1: Número de membros e de candidatos das instituições filiadas à IPA no Brasil.

Nome da Instituição	Ano	Membros		Candidatos
		Efetivos	Associados	
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	1978	36	31	104
	1995	112	176	281
Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro	1978	20	46	60
	1995	89	99	54
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro	1978	18	37	39
	1995	194	56	184
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre	1978	10	11	26
	1995	28	25	81
Núcleo Psicanalítico do Recife	1978	2	-	8
Sociedade Psicanalítica do Recife	1995	14	8	34
Sociedade Psicanalítica de Pelotas (provisória)		-	9	13
Grupo de Estudos de Psicanálise de Ribeirão Preto		2	8	3
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre		17	-	8
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Brasília	1995	3	15	-
Núcleo Psicanalítico de Mato Grosso do Sul		12	-	-
Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte		15	-	-
TOTAIS:	1978	211		237
	1995	882 / 826 ¹		658

Fonte: Rosters da Associação Brasileira de Psicanálise dos anos de 1977/1978 e de 1995.

Tabela 2: Número de médicos e de psicólogos, membros e candidatos, das instituições filiadas à IPA no Brasil³.

Nome da Instituição	Ano	Membros				Candidatos	
		Efetivos		Associados		Médico	Psicólogo
		Médico	Psicólogo	Médico	Psicólogo		
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	1978	31	-	27	4	75	29
	1995	80	32	88	85	101	180
Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro		77	12	24	30	61	38
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro		163	31	30	26	69	115
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre		28	-	25	-	55	26
Sociedade Psicanalítica de Pelotas (provisória)	1995	-	-	7	2	8	5
Grupo de Estudos de Psicanálise de Ribeirão Preto		2	-	6	2	1	2
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre		16	1	-	-	8	-
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Brasília		1	2	7	8	-	-
Núcleo Psicanalítico de Mato Grosso do Sul		2	13	-	-	-	-
Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte		4	8	-	-	-	-
TOTAIS:	1978 ²	31	-	27	4	75	29
	1995	373	99	187	153	303	366

Fonte: Rosters da Associação Brasileira de Psicanálise dos anos de 1977/1978 e de 1995.

1. O primeiro valor representa o número total de registros e o segundo, o total real de membros, uma vez que 52 sujeitos pertencem a duas instituições e 2 pertencem a três instituições como membros efetivos ou associados, sendo, portanto, considerados mais de uma vez na primeira totalização.

2. Para o ano de 1978, optou-se por mostrar a distribuição de médicos e de psicólogos apenas na SBPSP porque era a única instituição, nessa época, a contar com as duas categorias profissionais em seus quadros.

3. Dados sobre a Sociedade Psicanalítica do Recife a este respeito não foram conseguidos.

Tabela 3: Número de analistas didatas e em funções didáticas nas instituições filiadas à IPA no Brasil.

Nome da Instituição	Ano	Analista	
		Didata	em função Didática
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	1978	12	2
	1995	58	-
Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro	1978	17	1
	1995	54	-
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro	1978	12	-
	1995	-	-
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre	1978	8	4
	1995	15	7
Núcleo Psicanalítico do Recife	1978	1	1
Sociedade Psicanalítica do Recife	1995	14	-
Sociedade Psicanalítica de Pelotas (provisória)		4	-
Grupo de Estudos de Psicanálise de Ribeirão Preto	1995	4	-
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre		3	-
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Brasília		4	-
Núcleo Psicanalítico de Mato Grosso do Sul		-	-
Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte		-	-
TOTAIS:	1978	50	8
	1995	156	7

Fonte: Rosters da Associação Brasileira de Psicanálise dos anos de 1977/1978 e 1995.

Tabela 4: Distribuição de membros e de candidatos das instituições filiadas à IPA no Brasil com relação ao sexo.

Nome da Instituição	Ano	Membros				Candidatos			
		Homem:	%	Mulher:	%	Homem:	%	Mulher:	%
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo	1978	55	82,1	12	17,9	64	61,5	40	38,5
	1995	138	47,9	150	52,1	78	27,8	203	72,2
Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro	1978	50	75,8	16	24,2	44	73,3	16	26,7
	1995	98	52,1	90	47,9	12	22,2	42	77,8
Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro	1978	42	76,4	13	23,6	24	61,5	15	38,5
	1995	125	50	125	50	35	19	149	81
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre	1978	19	90,5	2	9,52	20	76,9	6	23,1
	1995	19	67,9	9	32,1	32	38,5	49	60,5
Núcleo Psicanalítico do Recife	1978	1	50	1	50	4	50	4	50
Sociedade Psicanalítica do Recife	1995	12	54,5	10	45,5	11	32,4	23	67,6
Sociedade Psicanalítica de Pelotas (provisória)		9	69,2	4	30,8	8	61,5	5	38,5
Grupo de Estudos de Psicanálise de Ribeirão Preto	1995	6	42,9	8	57,1	-	-	3	-
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre		15	88,2	2	11,8	2	25	6	75
Grupo de Estudos Psicanalíticos de Brasília		8	36,4	14	63,6	-	-	-	-
Núcleo Psicanalítico de Mato Grosso do Sul		2	16,7	10	83,3	-	-	-	-
Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte		2	13,3	13	86,7	-	-	-	-

Fonte: Rosters da Associação Brasileira de Psicanálise dos anos de 1977/1978 e de 1995.

Tabela 5: Número de sócios e de candidatos das instituições membros do Círculo Brasileiro de Psicanálise.


Nome da Instituição	Sócios	Candidatos
Círculo Psicanalítico Brasileiro / seção R. J.	9	9
Círculo Psicanalítico de Minas Gerais	64	120
Círculo Psicanalítico da Bahia	36	9
Círculo Psicanalítico do Sergipe	7	3
Círculo Psicanalítico de Pernambuco	49	29
Grupo de Estudos Psicanalíticos	15	53
Instituto de Estudos Psicanalíticos	39	50
Sociedade Psicanalítica da Paraíba	15	não informou
Sociedade Psicanalítica de Nova Friburgo	3	-
Círculo Psicanalítico do Rio Grande do Sul	19	12
TOTAIS:	256	285

Fonte: Secretaria do Círculo Brasileiro de Psicanálise referente ao ano de 1995.

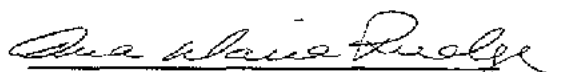
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio pela aluna Helena Maria Watson Manhães de Andrade, intitulada "A *psicanálise transfigurada: A política de conciliação*", e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores:




Profa. Terezinha Feres Carneiro
PUC/Rio




Profa. Anna Carolina Lo Bianco
UFRJ



Profa. Ana Maria de Toledo Piza Rudge
PUC/Rio




Profa. Maria Lucia Tiellet Nunes
PUC/RS



Profa. Anamaria Ribeiro Coutinho
PUC/Rio

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, 28/05/97



Jurgen Heye
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação do Centro de
Teologia e Ciências Humanas